PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

ESTADO DA BAHIA

CONVÊNIOS

▶ 000001

CI. 027/2022/CONVÊNIOS

Sobradinho-BA, 21 de Março de 2022.

Ao
Exmo. Senhor Prefeito
Regis Cleivys Sampaio Bento

Assunto: **Solicitação para Abertura de Processo Licitatório.**

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando em anexo os documentos necessários e as devidas orientações para abertura do Processo licitatório da **Pavimentação em Paralelepípedo em Vias Públicas no Município de Sobradinho**, objeto do Contrato de Repasse MDR 917838/2021 - Operação 1079288-97, conforme Ofício no 0252 / 2022 / GIGOV/FS em anexo. O mesmo informa todas as orientações necessárias e cita quais documentos serão necessários posteriormente para envio à caixa.

Segue os seguintes documentos:

- Ofício no 0252 / 2022 / GIGOV/FS;
- Projeto básico;
- Contrato de Repasse Assinado;
- ART do Engenheiro do Município;
- Cronograma Físico Financeiro;
- Memória de Cálculo;
- Planilha de Levantamento de Eventos;
- Planilha Orçamentária;
- Quadro de Composição do BDI;
- Quadro de Composição do Investimento;
- Mapas;
- Especificação Técnica;
- Plantas.

Luiz Nery da Cunha Junior
Secretário Municipal de Convênios Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à **pavimentação de vias públicas do município**, localizada na sede do Município de Sobradinho, conforme especificações e quantitativos expressos em Projeto padrão CAIXA: declaração de conformidade em acessibilidade, declaração de atendimento às regras CONTRAN/DENATRAN, sumário (lista de projetos), memorial descritivo e especificações, planilha de levantamento de quantidade (memória de cálculo), planilha orçamentária, cronograma previsto PLE, quadro de composição do investimento, memória de quantitativo de pavimentação e sinalização, composições de preço unitário, cronograma físico-financeiro, composição do BDI, ART e peças gráficas, e informações estabelecidas abaixo:

1.1.1. Contratação de empresa de Engenharia Civil para a execução das atividades destinadas a **pavimentação em paralelepípedos, meio fio, passeio, acessibilidade e drenagem** em ruas localizadas na sede do Município de Sobradinho.

1. JUSTIFICATIVA

1.1. O Município de Sobradinho, situado na Macrorregião Norte, possui uma população estimada de 23.511 habitantes, e conta com uma grande parte de suas ruas na sede sem pavimentação, com essa contratação visamos melhorar a qualidade de vida e mobilidade urbana dos munícipes.

2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

2.1.1. O prazo para a prestação dos serviços objeto deste certame será de **03 (três) meses**, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço emitido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

2.1.2. O contrato terá a vigência de **05 (cinco) meses**, a partir de sua assinatura, podendo ter seu prazo prorrogado ou ser rescindido, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2.2. Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação serão provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.10.000 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Programa Atividade: 1.026 – Const. Manut. Rec de praças, paviment, ciclovias e bens de uso comum.
Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações
Fonte: 00/42/24

3. DEMANDA DO ÓRGÃO APRESENTA A NECESSIDADE DAS SEGUINTES EXIGÊNCIAS

3.1. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente (Acórdão TCU nº. 2353/2011-Plenário, Acórdão TCU nº. 12879/2018-Primeira Câmara, Acórdão TCU nº. 3097/2015-Primeira Câmara, Acórdão TCU nº. 1848/2008-Segunda Câmara), na data prevista para entrega da proposta, responsáveis técnicos detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitidas pelo CREA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

3.1.1. De acordo com a curva ABC elaborada a partir da planilha orçamentária do projeto executivo mencionado, foi possível observar que apenas o item abaixo está na faixa A da curva, representando mais do que 50% do valor total da obra, conforme orientações do TCU (BRASIL, 2012, p. 33, item I.2.3.1, subitem 113):

01	EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA) AF 05-2020	5.117,98 M²

3.2. **Certidão de Registro** da empresa licitante e do(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, da região onde está situada a sede da licitante (art. 30, I, Lei 8.666/93).

3.3. Pelas composições de preço unitário de todos os serviços que compõem a planilha orçamentária deste projeto pôde-se observar a necessidade mínima da disposição do aparelhamento/equipamentos e pessoal técnico a seguir:

APARELHAMENTO/EQUIPAMENTO	PESSOAL TÉCNICO
• Teodolito eletrônico; • Caminhão pipa; • Motoniveladora; • Caminhão basculante; • Pá carregadeira; • Rolo compactador de pneus; • Rolo compactador vibratório de um cilindro aço liso. • Placa vibratória;	• Engenheiro Civil; • Encarregado Geral; • Auxiliar de topógrafo; • Topógrafo; • Servente; • Pedreiro; • Carpinteiro; e • Calceteiro.

4. VISTORIA

4.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução da obra, acompanhado por servidor designado para esse fim, nos seguintes termos:

4.1.1. A licitante deverá apresentar o atestado de visita ao local dos serviços a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos ou pela Secretaria Municipal de Convênios, em nome da empresa constando que a mesma, através do seu responsável técnico, detentor do acervo técnico, munido de Certidão de Registro e Quitação do CREA e documento de identificação, em original ou cópia autenticada, visitou em companhia do preposto da referida Secretaria, o local onde serão executados os serviços, constatando as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, objeto desta licitação.

4.1.2. O Atestado de Visita Técnica ao local dos serviços só poderá ser entregue ao responsável técnico da empresa (engenheiro civil), credenciado mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida, caso seja por instrumento particular e/ou contrato social ou documento equivalente no caso de ser diretor ou sócio da empresa licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

4.1.3. A visita será até a data marcada para a abertura do envelope de habilitação, respeitando o agendamento com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, no gabinete da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos ou Secretaria de Convênios, localizadas na Av. José Balbino de Souza, s/n, Centro, Sobradinho-BA, CEP 48.925-000, com o responsável pela fiscalização de obras do município de Sobradinho ou pelo telefone (74) 3538 3030.

4.1.4. A empresa interessada, a seu critério, **poderá declinar da visita técnica sendo, neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico**, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre os locais dos serviços, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

4.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até a data marcada para a abertura do envelope de habilitação, respeitando o agendamento com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, conforme o item 4.1.3. acima.

4.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

5. [redacted]

5.1. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

5.1.1. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.2. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

5.2. A prorrogação de contrato deverá ser justificada e solicitada formalmente para ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.3. A Engenheira Civil, responsável técnico da Administração, que acompanhará a execução do presente contrato é a Jacqueline Jéssica Carvalho Medrado – CREA-BA 051700137-3.

Sobradinho/BA, em 21 de março de 2022.

Jacqueline Jéssica Carvalho Medrado
Engenheira Civil
CREA-BA 051700137-3

Aprovo, em 21 de março de 2022.

Secretário de Convênios

APROVO O PRESENTE PROJETO BÁSICO E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.

CAIXA

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Gerência Executiva de Governo Feira de Santana
Av. Getúlio Vargas 3233, 1° Andar, Ed. Feira Trade Center – Santa Mônica – 44077-005 - Feira de Santana/BA
Tel.: (75) 3602-8214 e-mail.: gigovfs@caixa.gov.br

Ofício n° 0252 / 2022 / GIGOV/FS

Feira de Santana, 18 de Março de 2022

A Sua Excelência o Senhor
REGIS CLEIVYS SAMPAIO BETO
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de SOBRADINHO
Av. José Balbino de Souza, s/n
CEP: 48925-000 – Sobradinho – BA

Assunto: **Orientações para Continuidade do Processo.**
Ref.: **Contrato de Repasse OGU n° 917838/2021 - Operação 1079288-97 - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano – Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas, no município de sobradinho - Ba**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Comunicamos que a referida operação foi considerada tecnicamente viável, permitindo seu prosseguimento quanto às análises pós-contratuais.

2. Inicialmente importa salientar que esta operação foi contratada a partir de 02/01/2017, obedecendo o regramento da **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU N° 424/2016, de 30/12/2016**, alterada pela **Portaria Interministerial ME/CGU N° 558/2019, de 10/10/2019**, operação esta classificada dentro dos seis Níveis previstos na Portaria (Art. 3°).

2.1 Diante desse regramento legal, elencamos algumas definições importantes, a saber:

- É vedada a prorrogação de vigência de contratos enquadrados no **Nível I** (Regime Simplificado – Art. 65 ao 67 da Portaria 424) após a emissão da autorização de início de obras, salvo no caso de atraso na liberação dos recursos pelo Ministério.
- Para todos os Níveis, não é permitida a reformulação dos projetos de engenharia das obras e dos serviços de engenharia ora aceitos, sendo vedada a reprogramação dos contratos enquadrados nos Níveis I e I-A (Art. 6° da Portaria 424);
- São vedados o início de execução de novos instrumentos e o desembolso de recursos, pelos Ministérios, caso o convenente tenha outras operações apoiadas com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 dias;

CAIXA

- Extinção contratual para operações sem execução financeira há mais de 180 dias, sem execução física aferida;
- É vedada a utilização de rendimentos.

3. Esclarecemos que a responsabilidade pertinente aos processos licitatórios cabe exclusivamente aos Proponentes das operações, que devem atender a Lei 8.666/93 e, no caso de Pregão Presencial e/ou Eletrônico, a Lei 10.520/2002, e serão fiscalizados pelos Tribunais de Contas. **Lembramos que não é permitido utilizar a modalidade pregão para a contratação de obras.**

3.1 No caso de operações enquadradas no Nível I e I-A (Regime Simplificado – Art. 65 ao 67 da Portaria 424), as obras e serviços são licitados obrigatoriamente pelo regime empreitada por preço global, exceto reformas e obras lineares.

3.2 Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente estarão aptos se publicados após o aceite do projeto técnico pela Caixa.

4. Dessa forma, informamos que a CAIXA para o prosseguimento do referido Contrato de Repasse, necessita adotar medidas que objetivem garantir a perfeita execução do empreendimento previsto no Plano de Trabalho.

5. Para tanto, solicitamos encaminhar à CAIXA, para verificação, os documentos abaixo elencados (em se tratando de **Aquisição de Equipamentos, apenas** os itens de **"a"** ao **"i"**. A mesma documentação deverá ser anexada na Plataforma +Brasil através de registro nas abas "Processo de Execução" e "Contratos":

a) Ofícios de Documentação Relativa ao Regime de Execução e de Encaminhamento de Documentação Relativa ao Processo Licitatório (MO28068)
b) QCI – Quadro de Composição do Investimento atualizado (MO41211), conforme resultado da licitação;
c) Cronograma físico-financeiro do CR/TC – Contrato de Repasse/Termo de Compromisso (MO41211);
d) Ato de homologação;
e) Publicação do ato de homologação (IN MPDG nº 002/2018)
f) Publicação do resumo do edital;
g) Despacho de adjudicação;
h) Publicação do Despacho de adjudicação (IN MPDG nº 002/2018)
i) Declaração firmada pelo chefe do poder executivo, atestando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei de Licitações (conforme modelo Caixa);
j) Planilha orçamentária proposta pela empresa vencedora;
k) CTEF - Contrato de execução/fornecimento firmado com a empresa vencedora;
l) Extrato do CTEF publicado;
m) Declaração emitida pela empresa vencedora da licitação ou pelo contratado atestando que a empresa vencedora da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão

CAIXA

celebrante;

n) Declaração de atendimento ao Decreto nº 7983/2013 (conforme modelo Caixa);
o) Cronograma físico-financeiro proposto pela empresa vencedora;
p) Declaração do regime de execução, quando a informação não estiver contida no CTEF;
q) Declaração da data-base referencial do preço contratado, somente no caso de alteração em relação à data base da planilha analisada pela CAIXA, caso não conste no CTEF.
r) ART/RRT do(s) responsável (is) pela execução e pela fiscalização, quando se tratar de obras/serviços, admitida até a Autorização de Início do Objeto: A ART/RRT deve ser acompanhada de declaração de capacidade técnica, indicando o(s) servidor(es) que fiscalizarão a obra ou serviço de engenharia.
s) Ordem de início, podendo ser admitida até a primeira solicitação de recursos;
t) Eventograma (MO27477, abas Dados, Eventograma e Quantitativos, Detalhamento e Cronograma) em conformidade com a planilha orçamentária da proposta vencedora da licitação, apenas para obras contratadas no regime de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada;
u) Licença de Instalação, caso tenha sido apresentada Licença Prévia na fase de análise, admitida até a Autorização de Início do Objeto;
v) Declaração emitida pelo Convenente atestando que aprovou o Projeto Executivo de Acessibilidade elaborado pelo seu corpo técnico ou recebido de terceiro, e que sua execução se dará de forma a garantir o cumprimento dos itens previstos na Lista de Verificação de Acessibilidade (condicionante para o 1º desbloqueio, no caso de obras).

6. Para a comprovação da publicidade dos atos da licitação, perante a CAIXA, o tomador deve apresentar cópia da publicação nos instrumentos de comunicação, conforme a seguir.

6.1 No caso de licitação de **obras**:

a) **Edital**: cópia da publicação no DOU;

b) **Demais atos da licitação**: cópia da publicação na imprensa oficial do Município;

6.2 No caso de licitação da modalidade **pregão:**

a) **Edital** de licitação, no caso da modalidade **pregão eletrônico**, o tomador apresenta à CAIXA cópia da publicação nos instrumentos de comunicação, conforme a seguir:

✓ objeto com custo atribuído de até R$ 650.000,00 – DOU e meio eletrônico na internet; objeto com custo atribuído acima de R$ 650.000,00 até R$ 1.300.000,00 – DOU, jornal de grande circulação local e meio eletrônico na internet;

✓ objeto com custo atribuído acima de R$ 1.300.000,00 – DOU, jornal de grande circulação regional ou nacional e meio eletrônico na internet.

b) **Edital** de licitação, no caso da modalidade **pregão presencial,** cópia do Diário Oficial do

CAIXA

respectivo ente federado, ou caso não exista, cópia do jornal de circulação regional/local ou DOE;

c) **Demais atos** da licitação na modalidade **pregão**, cópia da publicação na imprensa oficial do Município;

6.3 Para os casos em que a publicação se dê na imprensa oficial, caso o instrumento utilizado não seja o DOU, DOE ou o Diário Oficial do Município, o Contratado apresenta declaração para compor o processo, na qual informe a lei e respectivo artigo que estabelecem os instrumentos considerados como imprensa oficial.

6.3.1 Quando a imprensa oficial adotada pelo Contratado for quadro e/ou mural de avisos, além da lei autorizativa e respectivo artigo, a declaração citada no item anterior deve atestar o período e o local da publicação.

7. A solicitação de recursos ao Ministério ocorre somente após o aceite do resultado do processo licitatório.

8. A autorização para o início do objeto depende, da verificação favorável pela Caixa, referente a documentação anteriormente citada e ainda do desembolso de recursos da 1ª parcela de repasse da União.

9. Permanecemos à disposição.

Respeitosamente,

IZABELA ALVES DE SOUZA
Assistente Sênior
GE Governo Feira de Santana

MAÍNE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO
Coordenador de Filial
GE Governo Feira de Santana

ELISA DA CUNHA BOINA
Gerente pde Filial
GE Governo Feira de Santana

CAIXA Contrato de Repasse

Grau de Sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 917838/2021/MDR/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE SOBRADINHO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO, CPF nº 004.981.665-97, residente e domiciliado(a) em Av Artêmia Pires, 3090 - Cond. Supremo Residence - Casa 42, Bairro SIM - Feira de Santana/BA, conforme Procuração lavrada em notas do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília - DF, no Livro 3407-P, fls 176, em 07/11/2019, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:28:33 -03'00'

CAIXA Contrato de Repasse

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE SOBRADINHO, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 16.444.804/0001-10, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor REGIS CLEIVYS SAMPAIO BETO, CPF nº 002.905.395-10, residente e domiciliado(a) em QUADRA 2, RUA XAVANTES, Nº 27, VILA SÃO FRANCISCO, SOBRADINHO/BAHIA, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE
pavimentação em paralelepípedo de vias públicas, no município de Sobradinho - BA.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)
Sobradinho - BA.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR
(x) Não ( ) Sim
Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA
( ) Não (x) Sim
Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia e Licença Ambiental.
Prazo final para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 30/10/2022.
Prazo final para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 30/11/2022.

V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Recursos do Repasse da União R$ 674.903,00 (seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos e três reais).
Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R$ 26.996,12 (vinte e seis mil e novecentos e noventa e seis reais e doze centavos).
Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida) R$ 701.899,12 (setecentos e um mil e oitocentos e noventa e nove reais e doze centavos).
Nota de Empenho nº 2021NE003002, emitida em 21/10/2021, no valor de R$ 674.903,00 (seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos e três reais), Unidade Gestora 175004. Gestão 00001.
Programa de Trabalho: 1545122171D730001.
Natureza da Despesa: 444042.
Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 3586, conta nº 006.00647025-9.

VI - PRAZOS
Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 08/11/2021.
Término da Vigência Contratual: 5 de Setembro de 2024.
Prestação de Contas: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e encerramento da operação do CR; ou da Tomada de Contas Especial, após julgamento das contas pelo TCU; ou após decorrido o prazo legal de guarda, o que ocorrer por último.

VII - FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

VIII - ENDEREÇOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Av. José Balbino de Souza, s/n - CEP 48925-000 - Sobradinho - BA.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Av. Getúlio Vargas 3233, 1° Andar, Ed. Trade Center - Santa Mônica - 44077-005.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:
Endereço eletrônico do CONTRATADO: maysaberti@hotmail.com; gigovfs04@caixa.gov.br; ag3586@caixa.gov.br; jacmedrado@gmail.com; regiscleivys@gmail.com; gabinetepms@gmail.com; erikabmalmeida@gmail.com; jennyklay@msn.com.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovfs@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (PLATAFORMA+BRASIL) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de toda a documentação relacionada no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no mesmo item.

1.1.1 - O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:
a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:29:39 -03'00'

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
II. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
III. Acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
IV. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
V. Comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
VI. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
VII. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
VIII. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro na PLATAFORMA+BRASIL que a substitua;
IX. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
X. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
XI. Designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
XII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
XIII. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:29:37 -03'00'

XIV. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente na PLATAFORMA+BRASIL, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;

XV. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;

XVI. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;

XVII. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

XVIII. Realizar tempestivamente na PLATAFORMA+BRASIL os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;

XIX. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;

II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;

IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse como indireto;

V. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;

VI. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:30:04 -03'00'

VII. Apresentar à CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;

VIII. Apresentar declaração expressa atestando que possui setor específico com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos celebrados com a União, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo e quando não possuir setor específico para essa função, poderá atribuir as competências a setor já existente na sua estrutura administrativa, desde que tal setor conte com a lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 114, DE 7 DE MAIO DE 2018).

IX. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;

X. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

XI. Realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico ou do termo de referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;

XII. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro na PLATAFORMA+BRASIL que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

XIII. Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;

XIV. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XV. No caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XVI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XVII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;

XVIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:30:15 -03'00'

XIX. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

XX. Realizar tempestivamente na PLATAFORMA+BRASIL os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar na PLATAFORMA+BRASIL os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

XXI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XXII. Registrar na PLATAFORMA+BRASIL o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;

XXIII. Manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

XXIV. Incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

XXV. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;

XXVI. Atender ao disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;

XXVII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

XXVIII. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União ou quando aplicável, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, vedada a utilização da modalidade contratação integrada e de orçamento sigiloso;

XXIX. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia,

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;

XXX. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXI. Iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:

a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou
b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.

XXXII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

XXXIII. Registrar na PLATAFORMA+BRASIL as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;

XXXIV. Inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;

XXXV. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XXXVI. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;

XXXVII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

XXXVIII. Apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 18 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;

XXXIX. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:30:37 -03'00'

exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014);

XL. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

XLI. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLIII. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

XLIV. Aplicar, na PLATAFORMA+BRASIL, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio da PLATAFORMA+BRASIL, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;

XLV. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar a transferência dos recursos financeiros por ela repassados para a conta vinculada ao instrumento, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 dias;

XLVI. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

XLVII. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;

XLVIII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;

XLIX. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

L. Disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:30:48 -03'00'

inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios;

LI. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;

LII. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;

LIII. Apresentar, via PLATAFORMA+BRASIL, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;

LIV. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações;

LV. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse;

LVI. Transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;

LVII. Apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operações seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;

LVIII. Estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;

LIX. Estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;

LX. Garantir isoladamente ou junto aos órgãos competentes o fornecimento, a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, de coleta de esgotos pluviais, de pavimentação pública e de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, no que couber;

LXI. Apresentar licitação(ões) abrangendo no mínimo, todas as metas previstas na primeira etapa do cronograma de desembolso, cujo o valor deverá corresponder pelo menos 20% do valor de repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:31:01 -03'00'

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, após o desbloqueio dos Recursos de Repasse e previamente ao pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviços, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 –A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós contratual e, para Contrato de Repasse enquadrado no Nível I ou I-A, o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:31:13 -03'00'

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I – A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
II – A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III – A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO na PLATAFORMA+BRASIL;
IV – O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
V – A conformidade financeira.

5.2 A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência na PLATAFORMA+BRASIL e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e será realizada sob bloqueio, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 - A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I – Para instrumentos enquadrados nos:
a) Níveis I e I-A, preferencialmente em parcela única; e
b) Níveis II e III, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:31:40 -03'00'

II - A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada à:
a) Conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pela CONTRATANTE;
b) Adimplência no CAUC do CONTRATADO que possui até 50.000 habitantes e que estava inadimplente no momento da assinatura do presente Contrato de Repasse, caso a operação seja vinculada ao exercício financeiro de 2018 ou 2019.

III – Para a liberação das demais parcelas o CONTRATADO deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 – Não haverá a liberação da primeira parcela de recursos ao Contratado que possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira há mais de 180 dias.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 – A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - Emissão da autorização para início do objeto;
II - Apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;
III – Atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;
IV - Comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;
V – Apresentação do termo de recebimento provisório da intervenção, nos termos do art. nº 73, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para o desbloqueio da última parcela de recursos;
5.7.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar na PLATAFORMA+BRASIL o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.7.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos.

5.7.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:31:25 -03'00'

5.7.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

5.8 – O instrumento será rescindido na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou sem comprovação da execução financeira por mais de 360 dias contados a partir do último desbloqueio de recursos.

5.9 – Os prazos de que tratam os itens 5.4.2 e 5.8 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse:

I - deverão ser suspensos nos casos em que a inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Concedente ou pela CONTRATANTE, ou nos casos em que a paralisação da execução se der por determinação judicial ou por recomendação ou determinação de órgãos de controle; e

II - poderão ser prorrogados, desde que sejam devidamente motivados, que não fique caracterizada culpa ou inércia do CONTRATADO, nos casos de que trata o inciso III do § 3º do art. 27 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e que seja autorizado pela CONTRATANTE.

5.10 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.11 - A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é permitido somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL - Verificação do Resultado do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação especifica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:31:59 -03'00'

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá na PLATAFORMA+BRASIL, no mínimo, as seguintes informações:

I - A destinação do recurso;
II - O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III - O contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV - A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V - Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado na PLATAFORMA+BRASIL o beneficiário final da despesa:

a) Por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;
b) No ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:32:22 -03'00'

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 1 mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que 1 mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio da PLATAFORMA+BRASIL, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a 1 mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 - Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:32:38 -03'00'

e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, os recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 - Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "c", os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:32:50 -03'00

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 - As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:33:03 -03'00'

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência na PLATAFORMA+BRASIL por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir na PLATAFORMA+BRASIL documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:33:16 -03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) der(em) causa:

Descrição	Custo Unitário – Nível I
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 3.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria *in loco* em quantidade superior à prevista no Art. 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/ CGU nº 424/2016 e suas alterações	R$ 4.500,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 800,00
Alteração de cronograma	R$ 1.700,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00
Ajustes no projeto	R$ 0,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R$ 5.000,00
Inclusão de meta	R$ 0,00
Alteração de escopo	R$ 9.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível em http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/SEI_ME_-_5470370_-_Termo_Aditivo_ao_Credenciamento.pdf.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:33:29 -03'00'

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no Art. 27, Inciso V e § 3º, da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:33:4_ -03'00'

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

I - A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
II - A inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou após 360 dias do último desbloqueio de recursos, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8, desde que não se enquadre nas hipóteses de suspensão ou de prorrogação do prazo, nos termos do item 5.9;
III - A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
IV - A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
V – Não atendimento ao disposto no inciso XXX do item 2.2 do presente instrumento.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v021 micro

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:002905395
10

unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações do objeto do Contrato de Repasse e da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pela CONTRATANTE, inclusive para os casos em que tenha sido aplicada a Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;
II. Realizar reprogramações decorrentes de ajustes ou adequações nos projetos de engenharia ou nos termos de referência de serviços de engenharia dos instrumentos enquadrados nos Níveis I e I-A, conforme o disposto no §4º e no §8º do Art. 6º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;
III. Realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
IV. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
V. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
VI. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
VII. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
VIII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
IX. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
X. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
XI. Pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 9510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:34:14 -03'00'

XII. Utilizar os recursos do presente Contrato de Repasse para construção de bem que desobedeça a Lei nº 6.454, de 1977;
XIII. Aproveitar rendimentos dos recursos do Contrato de Repasse;
XIV. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
XV. Adotar o regime de execução direta;
XVI. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra.
XVII. Utilizar CTEF exclusivo para aquisição de equipamentos ou para execução de custeio, que não atenda ao disposto no art. 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas na PLATAFORMA+BRASIL ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO:00498166597
Assinado de forma digital por MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO:00498166597 Dados: 2021.11.08 18:20:49 -03'00'

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO
CPF: 004.981.665-97

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510 Dados: 2021.11.08 12:28:09 -03'00'

Assinatura do CONTRATADO
Nome: REGIS CLEIVYS SAMPAIO BETO
CPF: 002.905.395-10

CAIXA

Contrato de Repasse

CLAUDENIR RIOS DE OLIVEIRA:03189168512

Assinado de forma digital por CLAUDENIR RIOS DE OLIVEIRA:03189168512
Dados: 2021.11.09 11:17:18 -03'00'

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)
Nome: CLAUDENIR RIOS DE OLIVEIRA
CPF: 031.891.685-12

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510

Assinado de forma digital por REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO:00290539510
Dados: 2021.11.08 12:34:33 -03'00'

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

000034

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20210622056

INICIAL

1. Responsável Técnico

DEMOSTENES TENORIO DE ALMEIDA
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1805481353**
Registro: **11052BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Município de Sobradinho**
AVENIDA PAULO AFONSO
Complemento: **QUADRA N10**
Cidade: **SOBRADINHO**

CPF/CNPJ: **16.444.804/0001-10**
Nº: **01**
Bairro: **VILA SÃO JOAQUIM**
UF: **BA**
CEP: **48925970**

Contrato: **Não especificado**
Valor: **R$ 0,00**
Celebrado em:
Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
ART Vinculada: **BA20210504988**
Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

QUADRA N20, N22 e S09
Complemento: **Ruas 09 e 10 da N20/22 e Rua 06 da S09**
Cidade: **SOBRADINHO**
Nº: **01**
Bairro: **VILA SÃO JOAQUIM**
UF: **BA**
CEP: **48925970**
Data de Início: **27/09/2021**
Previsão de término: **26/12/2021**
Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **Infraestrutura**
Proprietário: **Município de Sobradinho**
Código: **Não Especificado**

4. Atividade Técnica

CPF/CNPJ: **16.444.804/0001-10**

	Quantidade	Unidade
17 - Elaboração		
24 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #144 - PAVIMENTAÇÃO DE PARALELEPIPEDOS	5.117,98	m2
24 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > OBRAS EM TERRA E TERRAPLENAGEM > #127 - TERRAPLENAGEM	5.117,98	m2
24 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #163 - SINALIZAÇÃO	89,69	m2
90 - Elaboração de Orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #144 - PAVIMENTAÇÃO DE PARALELEPIPEDOS	5.117,98	m2
90 - Elaboração de Orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > OBRAS EM TERRA E TERRAPLENAGEM > #127 - TERRAPLENAGEM	5.117,98	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de orçamento e projeto de pavimentação em paralelepípedo em ruas do município de Sobradinho.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____

Local data

DEMOSTENES TENORIO DE ALMEIDA - CPF: 127.338.654-04

Município de Sobradinho - CNPJ: 16.444.804/0001-10

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **29/09/2021** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **53422031**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: z71xc
Impresso em: 04/10/2021 às 12:47:26 por: , ip: 179.108.57.20

www.creaba.org.br creaba@creaba.org.br
Tel: (71) 3453-8990

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

000035
ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20220030361

INICIAL

1. Responsável Técnico

DEMOSTENES TENORIO DE ALMEIDA
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**
RNP: **1805481363**
Registro: **11082BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Município de Sobradinho**
AVENIDA PAULO AFONSO
Complemento: **QUADRA N10**
Cidade: **SOBRADINHO**
CPF/CNPJ: **16.444.804/0001-10**
Nº: **01**
Bairro: **VILA SÃO JOAQUIM**
UF: **BA**
CEP: **48925970**
Contrato: **Não especificado**
Valor: **R$ 0,00**
Celebrado em:
ART Vinculada: **BA20210504988**
Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**
Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

QUADRA N20, N22 e S09
Complemento:
Cidade: **SOBRADINHO**
Nº: **S/N**
Bairro: **São Joaquim**
Data de início: **27/08/2021**
UF: **BA**
Previsão de término: **09/02/2022**
CEP: **48925000**
Finalidade: **Infraestrutura**
Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Proprietário: **Município de Sobradinho**
Código: **Não Especificado**

4. Atividade Técnica

CPF/CNPJ: **16.444.804/0001-10**

	Quantidade	Unidade
17 - Elaboração		
24 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > OBRAS EM TERRA E TERRAPLENAGEM > #128 - DRENAGEM	5.117,98	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de projeto de drenagem das ruas 09 e 10 da Quadra N22 e Rua 06 da Quadra S09

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

DEMOSTENES TENORIO DE ALMEIDA - CPF: 127.338.854-04

Município de Sobradinho - CNPJ: 16.444.804/0001-10

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **09/02/2022** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **53910102**

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO EM ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA** * NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
ROTA ACESSÍVEL	1	Há indicação em projeto do traçado da rota acessível na área de intervenção?	x			s	s	s	6.1	
CALÇADAS	2	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa livre com largura mínima de 1,20 m?	x			s	s	s	6.12.3.b)	
	3	As faixas livres não possuem obstáculos?		x		n	s	s	6.12.3.b)	
	4	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m?	x			n	s	s	6.12.3.a)	
	5	Em casos de calçadas novas ou reformadas com largura superior a 2,0m, há faixa de acesso?	x			n	s	s	6.12.1 6.12.3.c)	
	6	A faixa livre possui 2,10 m de altura livre nas calçadas novas ou reformadas?	x			n	s	s	6.12.3.b)	
	7	A sinalização suspensa está instalada acima de 2,10 m do piso nas calçadas novas ou reformadas?	x			n	s	s	5.2.8.2.3	
	8	A faixa livre ou passeio das calçadas novas ou reformadas possui inclinação transversal de até 3%?	x			n	s	s	6.12.3.b)	
	9	Nas calçadas novas ou reformadas há sinalização tátil direcional quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável?	x			n	s	s	ABNT NBR 16537 - 7.8.1	
	10	A sinalização visual possui contraste de luminância, em condições secas e molhadas nas calçadas novas?	x			n	s	s	5.4.6.2	
	11	Há sinalização tátil ou piso tátil para informar a existência de: desníveis, objetos suspensos, equipamentos, mudança de direção, travessia de pedestre, início e término de rampas e escadas, rebaixamentos de guia nas calçadas novas ou reformadas?	x			n	s	s	5.4.6.3 ABNT NBR 16537 - 6.6 - 7.4	
	12	A faixa livre das calçadas novas ou reformadas possui piso com superfície regular, firme, estável, não	x			n	s	s	6.3.2	

Demóstenes T. de Almeida

		trepidante e anti derrapante, sob condição seca ou molhada?									
	13	O acesso de veículos aos lotes cria degraus ou desníveis na faixa livre nas calçadas novas ou reformadas?	x			n	s	s	6.12.4	
	14	Os rebaixamentos de calçadas ou faixas elevadas para a travessia das vias constantes da intervenção estão na direção do fluxo da travessia de pedestres em calçadas novas ou reformadas ou reformadas?	x			s	s	s	6.12.7	
	15	Os rebaixamentos de calçadas possuem inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central) ou igual ou inferior a 5% para rebaixamento total (nas rampas laterais) em calçadas novas?	x			n	s	s	6.12.7.3 6.12.7.3.4	
	16	Os rebaixamentos de calçadas possuem rampa central com largura mínima de 1,50m em calçadas novas ou reformadas?	x			s	s	s	6.12.7.3	
	17	Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m em calçadas novas ou reformadas?	x			n	s	s	6.12.7.3	
	18	Há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável em calçadas novas ou reformadas?	x			n	s	s	6.12.7.3.1	
	19	Há rebaixamento do canteiro divisor de pistas, com largura igual à da faixa de travessia?			x	s	s	s	6.12.7.3.5	
	20	Os semáforos para pedestres possuem dispositivos sincronizados com sinais visuais e sonoros?			x	n	s	s	6.2.2.3	
	21	Os semáforos, se acionados manualmente, possuem comando com altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso?			x	n	s	s	5.6.4.3 6.2.2.1	
PASSARELAS	22	As passarelas de pedestres possuem uma das alternativas? a. rampas; b. rampas e escadas; c. rampas e elevadoras; d. escadas e elevadores.			x	s	s	s	6.13.1	
RA MP	23	As rampas em rota acessível possuem, no mínimo, 1,20 m			x	s	s	s	6.6.2.5	

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil

	de largura?									
24	Os patamares (intermediários, de início e término da rampa) possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?			x	s	s	s	6.6.4		
25	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?			x	n	s	s	6.6.2.1		
26	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 8,25%?			x	n	s	s	6.6.2.1		
27	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15?			x	n	s	s	6.6.2.1		
28	Em rampas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento?			x	n	s	s	6.9.5		
29	As escadas em rota acessível possuem no mínimo 1,20 m de largura?			x	s	s	s	6.8.3		
30	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos) com no mínimo 1,20m de dimensão longitudinal?			x	s	s	s	6.8.7		
31	Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?			x	n	s	s	6.8.2		
32	Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?			x	n	s	s	6.8.2		
33	Há sinalização visual aplicada nos pisos e espelhos dos degraus, contrastante com o revestimento adjacente?			x	n	s	s	5.4.4		
34	Em escadas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento?			x	s	s	s	6.9.5		
35	Nas rampas e escadas há corrimãos?			x	s	s	s	6.9.2.1		
36	Em escadas e rampas os corrimãos são contínuos com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso e prolongamento mínimo de 0,30 m nas extremidades e recurvados nas extremidades?			x	n	s	s	6.9		
37	Em rampas ou escadas com largura			x	n	s	s	6.9.4		

Demóstenes T. de Almeida
Eng. Civil
CREA 0697-D

		igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?									
	38	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?			x	n	s	s	6.9.4.1		
	39	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?			x	n	s	s	6.10		
	40	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?			x	n	s	s	6.10.3.2		
	41	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada no patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?			x	n	s	s	6.10.4.2		
	42	Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio?			x	n	s	s	6.10.1		
	43	Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313 - Tabela 1		
	44	Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313 - Tabela 1		
	45	O piso da cabine contrasta com o da circulação?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313		
	46	Há sinalização com piso tátil de alerta junto à porta dos elevadores e plataformas de elevação vertical?			x	n	s	s	ABNT NBR 16537 - 6.9.1		
	47	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?			x	n	s	s	6.10.1		
	48	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimenta?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313		
	49	A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313		
	50	A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313		
	51	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313		
	52	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?			x	n	s	s	ABNT NBR NM 313		

PLATAFORMAS E ELEVADORES

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

	53	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?			x	n	S	S	5.4.5.2	
ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	54	Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos?			x	n	S	S	6.2.4	
	55	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência?			x	n	S	S	Lei 13.146/2015	
	56	O número de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência é de, no mínimo, 2% do total de vagas, assegurada, no mínimo 1 vaga?			x	n	S	S	Lei 13.146/2015	
	57	As vagas destinadas a pessoas com deficiência localizam-se a, no máximo, 50m do acesso à edificação ou elevadores?			x	n	S	S	6.14.1.2	
	58	As vagas destinadas a pessoas com deficiência contam com espaço adicional de, no mínimo, 1,20 m de largura?			x	n	S	S	6.14.1.2	
	59	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas idosas?			x	n	S	S	Lei 10.741/2003	
	60	O número de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas idosas é de, no mínimo, 5% do total de vagas, com no mínimo uma vaga?			x	n	S	S	Lei 10.741/2003	
	61	As vagas destinadas a pessoas idosas estão posicionadas próximas das entradas do edifício?			x	n	S	S	6.14	
	62	As vagas reservadas contém sinalização vertical e horizontal?			x	n	S	S	5.5.2.3 6.14	
ACESSO	63	Há indicação no projeto do traçado da rota acessível?			x	n	S	S	6.1.1	
	64	A rota acessível interliga as áreas de uso público e adaptadas da edificação e incorpora as circulações?			x	n	S	S	6.1.1	
	65	Todas as entradas da edificação de uso público ou comum são acessíveis?			x	n	S	S	6.2.1; 6.1.1.1	
	66	Se houver controle de acesso, tipo catracas ou cancelas, pelo menos um deles em cada conjunto é acessível?			x	n	S	S	6.2.5	
	67	Possui sinalização informativa e direcional nas entradas e saídas acessíveis?			x	n	S	S	6.2.8	
	68	Há mapa acessível instalado imediatamente após a entrada principal com piso tátil associado, informando os			x	n	S	S	Anexo B B.4	

Demóstenes de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		principais pontos de distribuição no prédio ou locais de maior utilização?									
	69	Há pelo menos duas formas de deslocamento vertical nas circulações verticais? (escadas, rampas, plataformas elevatórias ou elevador)			x	s	S	S	6.3		
PISO	70	As superfícies do piso possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?			x	n	S	S	6.3.2		
	71	A rota acessível é nivelada ou possui desníveis de no máximo 0,5 cm, ou quando maior que 0,5 cm e menor que 2 cm é chanfrada na proporção 1:2 (50%)			x	n	S	S	6.3.4.1		
	72	Há rampa nos casos em que ocorra um desnível maior que 2 cm?			x	n			6.1 6.1.1.2 6.3.4.1		
	73	Se houver grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, os vãos perpendiculares ao fluxo principal possuem dimensão máxima de 15mm?			x	n	S	S	6.3.5		
	74	Para corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m, a largura é de, no mínimo, 0,90 m?			x	n	S	S	6.11.1		
	75	Para corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m, a largura é de, no mínimo, 1,20 m?			x	n	S	S	6.11.1		
	76	Para corredores de uso comum com extensão acima de 10,00m, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?			x	n	S	S	6.11.1		
	77	Para corredores de uso público, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?			x	n	S	S	6.11.1		
	78	Para transposição de obstáculos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura é de no mínimo 0,80 m?			x	n	S	S	6.11.1.2		
CORREDOR	79	Para transposição de obstáculos com extensão superior a 0,40 m, a largura é de no mínimo 0,90 m?			x	n	S	S	6.11.1.2		
	80	As passagens possuem informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora?			x	n	S	S	5.4.1		
	81	Há placas de sinalização informando sobre os sanitários, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga?			x	n	S	S	5.2.8.1		
	82	Esta sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos?			x	n	S	S	5.2.8.1		

Demóstenes P. de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

ROTA DE FUGA	83	Quando a rota de fuga incorpora escadas de emergência e elevadores de emergência há área de resgate com no mínimo um M.R (0,80X1,20m) por pavimento e um para cada escada e elevador de emergência?			X	S	S	S	6.4.4	
	84	As rotas de fuga e as saídas de emergência estão sinalizadas, com informações visuais, sonoras e táteis?			X	S	S	S	5.5.1	
RAMPAS E ESCADAS	85	As rampas possuem largura mínima de 1,50 m? Sendo o mínimo admissível de 1,20m (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			X	S	S	S	6.6.2.5	
	86	As escadas possuem largura mínima de 1,20m? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			X	S	S	S	6.8.3	
	87	Há guarda-corpos e guias de balizamento em rampas e escadas, na ausência de paredes laterais? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			X	S	S	S	6.6.3 6.9.5	
	88	Há corrimãos em escadas e rampas? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			X	S	S	S	6.9.2.1	
	89	Os corrimãos são contínuos, com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, em ambos os lados, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso, prolongamento mínimo de 0,30 m e recurvados nas extremidades ?			X	S	S	S	6.9.2.1; 4.6.5	
	90	Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?			X	S	S	S	6.9.4	
	91	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?			X	S	S	S	6.9.4.1	
	92	Os patamares (intermediários, de início e término) das rampas possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?			X	S	S	S	6.6.2 6.6.4	
	93	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos), com dimensão longitudinal de 1,20 m?			X	S	S	S	6.8.7 6.8.8	
	94	Os patamares de mudança de direção em rampas e escadas possuem o comprimento igual à largura das mesmas?			X	S	S	S	6.6.4; 6.8.3	
SER	95	Para segmento de rampa com desnível			X	S	S	S	6.6.2.1	

Demóstenes de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?									
	96	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%?			x	n	S	S	6.6.2.1		
	97	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15?			x	n	S	S	6.6.2.1		
	98	Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?			x	s	S	S	6.8.2		
	99	Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?			x	s	S	S	6.8.2		
	100	O primeiro e o último degrau de um lance de escada distam 0,30m da circulação adjacente?			x	s	S	S	6.8.4		
	101	As escadas que interligam os pavimentos, possuem sinalização tátil, visual e/ou sonora?			x	n	S	S	5.5.1.3		
	102	Há sinalização visual de degraus isolados?			x	n	S	S	5.4.4		
PLATAFORMAS E ELEVADORES	103	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?			x	n	S	S	6.10.3.1		
	104	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?			x	n	S	S	6.10.3.2		
	105	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?			x	n	S	S	6.10.4.2		
	106	Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio?			x	n	S	S	6.10.1		
	107	Os elevadores possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?			x	s	S	S	ABNT NBR NM 313		
	108	Em elevadores as portas, quando abertas, possuem vão livre mínimo de 0,80 m x 2,10 m?			x	n	S	S	6.11.2.4		
	109	O piso da cabine contrasta com o da circulação?			x	n	S	S	ABNT NBR NM 313		
	110	Possui sinalização com piso tátil de alerta e visual junto ao equipamento? (exceto plataforma de elevação inclinada)			x	n	S	S	6.10.1; 6.10.4.4		
	111	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?			x	n	S	S	6.10.1		
	112	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimenta?			x	n	S	S	ABNT NBR NM 313		

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

	113	A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?			x	n	S	S	ABNT NBR NM 313	
	114	A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?			x	n	S	S	ABNT NBR NM 313	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	115	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?			x	n	S	S	ABNT NBR NM 313	
	116	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?			x	n	S	S	ABNT NBR NM 313	
	117	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?			x	n	S	S	5.4.6.2	
	118	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?			x	s	S	S	6.11.2.4	
	119	Nos locais de práticas esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?			x	s	S	S	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
	120	Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos um delas possui vão livre de 0,80 m de largura?			x	n	S	S	6.11.2.4	
	121	Se houver portas em sequência, há espaço entre elas (abertas) de, no mínimo, 1,50 m de diâmetro e 0,60 m ao lado da maçaneta?			x	n	S	S	6.11.2	
	122	A área de varredura das portas não interfere nas áreas de manobra, na dimensão mínima dos patamares e no fluxo principal de circulação?			x	n	S	S	6.6.4.1; 6.8.8; 6.11.2.1	
PORTAS E JANELAS	123	Se abertura da porta é no sentido do deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,30 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,2 m ou acionamento automático?			x	n	S	S	6.11.2.2	
	124	Se abertura da porta é no sentido oposto ou lateral ao deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,60 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,5m ou acionamento automático?			x	n	S	S	6.11.2.2; 6.11.2.3	
	125	Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?			x	n	S	S	5.4.1	
	126	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?			x	n	S	S	5.4.1	
	127	As maçanetas das portas são do tipo alavanca e estão			x	n	S	S	6.11.2.6	

Demóstenes T. de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		instaladas entre 0,80 m e 1,10 m do piso?									
	128	A altura do peitoril respeita o cone visual de pessoa em cadeira de rodas (aproz. 60 cm)?			x	n	s	s	6.11.3		
	129	As janelas possuem comando de abertura instalados entre 0,60 m e 1,20 m do piso?			x	n	s	s	6.11.3		
GERAL	130	Existe sanitário acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, com entrada independente dos sanitários coletivos?			x	s	s	s	7.4.3		
	131	As superfícies de piso dos sanitários acessíveis não possuem desníveis e possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante, e antiderrapante, estando secas ou molhadas?			x	n	s	s	6.3.2 6.3.4		
	132	Há no mínimo 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo uma, para cada sexo em cada pavimento, onde há sanitários?			x	n	s	s	7.4.3		
	133	O sanitário acessível ou boxe sanitário acessível possui circulação livre para giro de 360° (diâmetro 1,50 m)?			x	s	s	s	7.5.a)		
	134	Os sanitários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?			x	n	s	s	5.6.4.1		
	135	Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso?			x	n	s	s	4.6.9		
PORTAS	136	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?			x	s	s	s	6.11.2.4		
	137	Em caso de porta de eixo vertical, a abertura é para o lado externo do sanitário ou boxe?			x	s	s	s	7.5.f)		
	138	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?			x	s	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1		
	139	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo alavanca?			x	n	s	s	6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5		
	140	Há sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente?			x	n	s	s	5.4.1		
	141	A sinalização visual está associada à			x	n	s	s	5.4.1		

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou baixo em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?									
BACIA SANITÁRIA	142	Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral, diagonal e perpendicular para a bacia sanitária?			x	s	S	S	7.5		
	143	A bacia possui 0,43 m a 0,45 m de altura em o assento (46 cm de altura com assento)?			x	n	S	S	7.7.2.1		
	144	A bacia NÃO possui abertura frontal?			x	n	S	S	7.7.2.1		
	145	Há barras de apoio com comprimento mínimo de 0,80 m, fixadas horizontalmente nas paredes de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75 m do piso acabado e uma barra vertical de, no mínimo 0,70m, a 0,10m acima da barra horizontal e a 0,30m da borda frontal da bacia?			x	n	S	S	7.7.2.2 Figuras 103 e 104		
	146	O acionamento da válvula de descarga está a no máximo 1,00 m do piso?			x	n	S	S	7.7.3.1		
	147	No caso de caixa acoplada, a barra sobre esta, possui altura máxima de 0,89 m?			x	n	S	S	7.7.2.3.3		
	148	O acionamento de descarga em caixa acoplada é do tipo alavanca ou sensores?			x	n	S	S	7.7.3.2		
LAVATÓRIO	149	O lavatório acessível é sem coluna ou com coluna suspensa, com profundidade máxima de 0,50m, altura final entre 0,78 e 0,80m e distante 0,30 m do piso?			x	n	S	S	7.5.d) Figura 98		
	150	No caso de lavatório instalado em bancada, a altura superior da cuba está entre 78 e 80 cm, e possui altura livre inferior de, no mínimo, 73 cm?			x	n	S	S	7.10.3		
	151	Há barras de apoio de cada lado dos lavatórios, distantes a, no máximo, 0,50m da parede e do eixo da torneira e no caso de barra horizontal, o perfil superior de 0,78 a 0,80m do piso e no caso de barra vertical com, no mínimo, 0,40m de comprimento, a 0,90m do piso?			x	n	S	S	7.8.1 Figuras 113 e 114		
	152	As torneiras são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente ?			x	n			7.8.2		
MICTÓRIO	153	Existe área de aproximação frontal para Pessoa com Mobilidade Reduzida			x	n	S	S	7.10.4		

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		(diâmetro de 60 cm) e para Pessoa em Cadeira de Rodas (0,80 m x 1,20 m)?									
	154	Para os mictórios suspensos, a altura da borda frontal é de 0,60 m a 0,65 m?			x	n	S	S	7.10.4.3		
	155	Acionamento da descarga é do tipo alavanca ou automática e possui altura de 1,00 m do piso?			x	n	S	S	7.10.4.3		
	156	O mictório possui barras de apoio em ambos os lados com afastamento de 0,30 m (a partir do eixo), comprimento mínimo de 0,70 m e fixadas a altura de 0,75 m do piso acabado?			x	n	S	S	7.10.4.3		
ACESSÓRIOS	157	Se existir ducha higiênica, está instalada de 0,45 a 1,20 do piso e distante de 0,25 a 0,43m da borda lateral da bacia?			x	n			7.5. m) Figura 14		
	158	O espelho, quando instalado em parede sem pias, possui borda inferior a, no máximo, 0,50 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?			x	n	S	S	7.11.1		
	159	O espelho, quando instalado sobre o lavatório, possui borda inferior a, no máximo, a 0,90 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?			x	n	S	S	7.11.1		
	160	A papeleira embutida está em altura mínima de 0,55 m (eixo) do piso e dista 0,20 m da borda frontal da bacia?			x	n	S	S	7.11.2		
	161	A papeleira de sobrepor está alinhada com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel está a 1,00 m do piso acabado?			x	n	S	S	7.11.2		
	162	Os acessórios (papeleira, cabide e porta-objetos) atendem à altura entre 0,80 m e 1,20 m?			x	n	S	S	7.11.3 7.11.4		
BOXE DE CHUVEIRO	163	As dimensões mínimas do boxe de chuveiro são de 0,90 m x 0,95 m?			x	n	S	S	7.12.1.2		
	164	Caso exista porta no boxe, esta possui vão com largura livre mínima de 0,90 m confeccionada em material resistente a impacto?			x	n	S	S	7.12.1.1		
	165	O registro do chuveiro está a 1,00 m do piso acabado e a 0,45 m de distância do banco?			x	n	S	S	7.12.2 Figura 126		
	166	Há banco instalado na parede lateral ao chuveiro, com dimensões mínimas de 0,70 m x 0,45 m, e altura de 0,46 m do piso acabado?			x	n	S	S	7.12.3 Figura 126.b)		
	167	No boxe há barra de apoio de 90° na parede lateral ao banco e barra vertical na parede de fixação do banco?			x	n	S	S	7.12.3 Figura 126.a)		

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

	168	O piso do boxe de chuveiro é antiderrapante, está nivelado com o piso adjacente e possui grelhas ou ralos fora da área de manobra e transferência?			x	n	S	S	7.12.4	
BANHEIRA	169	Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral à banheira?			x	n	S	S	7.13.2 Figuras 127 e 128	
	170	A banheira possui altura máxima de 0,46 m?			x	n	S	S	7.13.2.1	
	171	O acionamento da banheira do comando deve estar a uma altura de 0,80 m do piso acabado?			x	n	S	S	7.13.2.3	
	172	A banheira possui duas barras de apoio horizontais na parede frontal e uma vertical na parede lateral?			x	n	S	S	7.13.2.4 Figura 129	
ÁREA COMUM DOS VESTIÁRIOS	173	Os vestiários acessíveis estão localizados em rotas acessíveis?			x	s	S	S	7.3.1	
	174	Existe vestiário acessível com entrada independente?			x	s	S	S	7.4.2	
	175	As superfícies de piso dos vestiários acessíveis possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?			x	n	S	S	7.12.4	
	176	Há, no mínimo, 5% do total de cada peça instalada acessível, com no mínimo uma, consideradas separadamente, se houver divisão por sexo?			x	n	S	S	7.4.5	
	177	Há sinalização de emergência?			x	n	S	S	7.4.2.2	
	178	Os vestiários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante?			x	n	S	S	6.6.4.1	
	179	Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso?			x	n	S	S	4.6.9	
	180	A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora?			x	n	S	S	5.4.1	
	181	As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?			x	s	S	S	6.11.2.4	
	182	A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo			x	n	S	S	6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5	

Demóstenes Dias de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		alavanca?								
	183	Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes?			x	s	S	S	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
CABINAS	184	As cabinas individuais acessíveis possuem superfície para troca de roupas na posição deitada, de dimensões mínimas de 0,70 m de largura, 1,80 m de comprimento e altura de 0,46 m?			x	n	S	S	7.14.1	
	185	Há duas barras de apoio horizontais junto à superfície de troca de roupas com comprimento mínimo de 0,80 m, instaladas na cabeceira a 0,30 m da lateral e na lateral a 0,50 m da cabeceira, ambas em altura de 0,75 m do piso acabado?			x	n	S	S	7.14.1	
	186	A porta da cabina, quando aberta, possui vão livre com largura de 0,80 m ou 1,00 m, em locais de prática esportiva, com abertura para o lado externo da cabina?			x	s	S	S	7.14.1; 10.11.1	
	187	A porta da cabina possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e sistema de travamento acessível?			x	n	S	S	7.5.f) Figura 84	
	188	O espelho, quando instalado, possui borda inferior a 0,30 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso?			x	n	S	S	7.14.1	
BANCOS	189	Os bancos para vestiários possuem encosto e profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso, e possuem um espaço livre inferior com 0,30 m de profundidade?			x	n	S	S	7.14.2	
	190	Os bancos possuem área de transferência lateral com dimensões mínimas de 0,80 x 1,20 m?			x	n	S	S	7.14.2 Figura 131	
ARMÁRIOS	191	A altura de utilização dos armários está entre 0,40 m e 1,20m do piso acabado?			x	n	S	S	7.14.3	
	192	A altura de fixação dos puxadores dos armários está entre 0,40 m e 1,20 m?			x	n	S	S	7.14.3	
	193	As prateleiras possuem profundidade que variam entre 0,25 e 0,43, a depender da altura de cada prateleira, conforme figura 14 da NBR 9050?			x	n	S	S	7.14.3 4.6.2 Figura 14	
	194	As projeção de abertura das portas dos armários permite área de			x	n	S	S	7.14.3	

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA [illegible]-D

		circulação mínima de 0,90 m?									
ACESSÓRIOS	195	Os cabides e porta-objetos estão a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m?			x	n	S	S	7.14.5		
	196	O porta-objetos possui profundidade máxima de 0,25 m?			x	n	S	S	7.14.5		
MOBILIÁRIO (EXTERNO E INTERNO)	197	O mobiliário urbano está localizado junto a uma rota acessível e fora da faixa livre para circulação de pedestre?			x	s	S	S	4.3.3 8.1		
	198	Os assentos públicos possuem altura e profundidade entre 0,40 e 0,45 m, largura individual entre 0,45 e 0,50 m e encosto com ângulo entre 100° e 110°?			x	n	S	S	9.9.1		
	199	Em locais de atentimento ao público, existe assento de uso preferencial sinalizado com o Símbolo Internacional de Acesso e com os símbolos de gestante, pessoa com criança de colo, pessoa idosa, pessoa obesa e pessoa com mobilidade reduzida?			x	o	S	S	5.3.2 Figuras 31 e 32; 5.3.5.1 Figuras 35 a 39		
	200	Em locais de atendimento ao público, existe assento para pessoa obesa (5% com no mínimo um)?			x	n			10.19		
	201	O assento para pessoa obesa possui largura mínima de 0,75 m, profundidade entre 0,47 m e 0,51 m e altura do assento entre 0,41 m e 0,45 m e suporta carga de 250 Kg?			x	n	S	S	4.7		
	202	O mobiliário não interrompe a livre passagem, nos espaços de circulação das rotas acessíveis?			x	n	S	S	4.3.3		
	203	Há MR (0,80 x 1,20 m) ao lado dos assentos fixos e fora da faixa para circulação de pedestres?			x	s	S	S	8.9.3		
	204	A circulação entre os móveis ou passagens internas é, no mínimo, de 0,90 m e possui áreas de giro para retorno?			x	n	S	S	4.3		
	205	As mesas possuem largura mínima de 0,90 m e altura da superfície de trabalho entre 0,75 m e 0,85 m?			x	n	S	S	9.3.1.3		
	206	As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73 m embaixo da superfície de trabalho, garantindo largura mínima de 0,80 m e profundidade mínima de 0,50 m?			x	n	S	S	9.3.1.4		
TRANSPORTE	207	Em pontos de embarque e desembarque de transporte público, se houver assentos fixos e/ou apoios isquiáticos,			x	s	S	S	8.2.1.2		

Demóstenes T de Almeida
Eng. Civil
CREA 7097-D

		há também espaço para P.C.R com dimensões de 0,80 m x 1,20 m?									
	208	Há sinalização informativa sobre as linhas disponíveis nos pontos de ônibus, dos tipos visual e sonora?			x	n	S	S	8.2.1.3 5.2.7	
TELEFONES	209	Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, há pelo menos um telefone que transmita mensagens de texto (TDD) ou tecnologia similar, instalado a uma altura entre 0,75 m e 0,80 m do piso acabado?			x	n	S	S	8.3.2		
	210	Pelo menos um telefone de cada conjunto assegura dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, devidamente sinalizado?			x	n	S	S	8.3.1 8.1		
	211	Caso exista cabina telefônica, pelo menos uma é acessível e possui dimensões que garantem um M.R (0,80 m x 1,20 m) com aproximação frontal?			x	n	S	S	8.4.2		
	212	O telefone da cabina acessível está instalado suspenso, na parede oposta à entrada?			x	n	S	S	8.4.2		
	213	Em frente à cabina há espaço para rotação de 180° de cadeira de rodas (1,50 x 1,20 m)?			x	n	S	S	8.4.2		
VEGETAÇÃO	214	Se houver áreas drenantes de árvores invadindo as faixas livres do passeio, há grelhas de proteção, com vãos de no máximo 15 mm?			x	n	S	S	8.6.3		
BALCÕES DE ATENDIMENTO E/OU INFORMAÇÕES	215	O balcão de atendimento e/ou informações está facilmente identificado e localizado em rota acessível?			x	n	S	S	9.2.1.1		
	216	Os balcões de atendimento e/ou informações garantem um M.R frontal?			x	s	S	S	9.2.1.2		
	217	Há circulação adjacente aos balcões que permita giro de 180° (1,20 x 1,50 m) de cadeira de rodas?			x	s	S	S	9.2.1.2		
	218	Balcão de atendimento possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?			x	n	S	S	9.2.1.4		
	219	Balcão de informações possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?			x	n	S	S	9.2.3.4		
	220	Balcão de atendimento ou de informação possui altura livre sob			x	n	S	S	9.2.1.5 9.2.3.5		

Demóstenes T. de Almeida
Engº Civil
CREA 7097-D

		o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão?									
	221	Os balcões possuem o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada?			x	n	S	S	5.3.2.2		
AUTO-ATENDIMENTO	222	Em áreas de atendimento, no caso de dispensers de senha ou totens de autoatendimento, estes estão localizados em área de piso nivelado e sem obstruções?			x	n	S	S	9.4.3.2		
	223	Pelo menos um desses equipamentos possui um M. R. para aproximação (frontal e alcance visual frontal ou lateral) de pessoa em cadeira de rodas?			x	n	S	S	9.4.3.4		
	224	Os controles estão localizados entre 0,80 m e 1,20 m do piso, com profundidade de no máximo 0,30 m em relação à face frontal externa do equipamento?			x	n	S	S	9.4.3.5		
	225	O equipamento apresenta instruções e informações visuais e auditivas ou táteis em posição visível, conforme Seção 5?			x	n	S	S	9.4.3.8		
	226	No caso de displays de senhas, a informação é compreensível por pessoas com deficiência, sendo apresentada de forma visual e sonora?			x	n	S	S	5.1.3		
BEBEDOUROS	227	Os bebedouros estão instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica: 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado?			x	n	S	S	8.5.1.2		
	228	O bebedouro de 0,90 m possui altura livre inferior de 0,73 m?			x	n	S	S	8.5.1.3		
	229	Há possibilidade de aproximação frontal sob o equipamento, garantido um M.R.?			x	n	S	S	8.5.1.3		
	230	Havendo copos descartáveis, estes estão entre 0,80 m e 1,20 m do piso?			x	n	S	S	8.5.2		
	231	Os outros modelos (garrafão, filtro, etc.), assim como o manuseio dos copos, estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?			x	n	S	S	8.5.2		
	232	Estes modelos permitem a aproximação lateral de uma Pessoa com Cadeira de Rodas?			x	n	S	S	8.5.2		

* A ser preenchido pelo Proponente na entrega de documentação para a Mandatária / Concedente, referente a 1ª etapa de verificação (análise do Projeto Engenharia)

** Será verificado pelo Convemente no Projeto Executivo de Acessibilidade

*** A Mandatária verificará somente os itens inseridos na rota acessível (indicada no projeto) marcados com "SIM" nos instrumentos de transferência com valor de repasse acima de R$ 5 milhões.

N/A - Não se aplica; s-sim; n-não

Demóstenes T. de Almeida
Eng. Civil
CREA 2007-D

CAIXA **QCI - Quadro de Composição do Investimento**

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	MUNICÍPIO / UF	VALORES CONTRATADOS (R$):		
1079288-97	917838/2021	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA	Sobradinho/BA			
APELIDO DO EMPREENDIMENTO			**RECURSO**	**REPASSE**	**CONTRAPARTIDA**	**INVESTIMENTO**
Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA			OGU	674 903,00	57 891,23	732 794,23

Saldo a Reprogramar	*Repasse (R$)*	*Contrapartida (R$)*
	-	-

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R$)	Contrapartida Financeira (R$)	Outros (R$)	Investimento (R$)
1.	Pavimentação	Pavimentação de vias	PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DE SOBRADINHO	Em Análise	5 117,98	m²	LOTE 1	674 903,00	57 891,23	-	732 794,23
							TOTAL	**674 903,00** (92,10%)	**57 891,23** (7,90%)	- (0,00%)	**732 794,23** (100,00%)

Observações:

Sobradinho/BA
Local

18 de janeiro de 2022
Data

Representante Tomador
Nome: Regis Cleivys Sampaio Bento
Cargo: Prefeito

PMv3.0.4

1 / 1

00053

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo: #PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1079288-97	91783812021	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA	Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA			
LOCALIDADE SINAPI	**DATA BASE**	**DESCRIÇÃO DO LOTE**	**MUNICÍPIO / UF**	**BDI 1**	**BDI 2**	**BDI 3**
SALVADOR	07-21 (DES.)	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO	Sobradinho/BA	26,26%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)	RECURSO
1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	3 114,54	
1.1.1.	PRÓPRIA	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	6,00	411,13	BDI 1	519,09	3 114,54	RA
1.2.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					-	22 648,40	
1.2.1.	SINAPI	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS	MÊS	3,00	4 690,26	BDI 1	5 921,92	17 765,76	RA
1.2.2.	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48,00	80,53	BDI 1	101,68	4 880,64	RA
1.3.			MOVIMENTO DE TERRA					-	24 172,08	
1.3.1.	PRÓPRIA	78472	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	5 117,98	0,34	BDI 1	0,43	2 200,73	RA
1.3.2.	SINAPI	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	5 117,98	0,89	BDI 1	1,12	5 732,14	RA
1.3.3.	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	44,49	63,57	BDI 1	80,26	3 570,77	RA
1.3.4.	SINAPI	100974	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³/ 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	859,46	6,42	BDI 1	8,11	6 970,22	RA
1.3.5.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2 578,38	1,75	BDI 1	2,21	5 696,22	RA
1.4.			PAVIMENTAÇÃO					-	559 635,47	
1.4.1.	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	1 483,28	40,31	BDI 1	50,90	75 496,95	RA
1.4.2.	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M2	5 117,98	65,15	BDI 1	82,26	421 005,03	RA
1.4.3.	SINAPI	100974	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³/ 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	887,85	6,42	BDI 1	8,11	5 578,46	RA
1.4.4.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5 984,29	1,75	BDI 1	2,21	13 225,28	RA
1.4.5.	SINAPI	100974	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³/ 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	468,18	6,42	BDI 1	8,11	3 796,94	RA

0000054

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo: #PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1079268-97	91783812021	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA	Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA			
LOCALIDADE SINAPI	DATA BASE	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF	BDI 1	BDI 2	BDI 3
SALVADOR	07-21 (DES.)	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO	Sobradinho/BA	26,26%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)	RECURSO
1.4.6.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	14 045,40	1,75	BDI 1	2,21	31 040,33	RA
1.4.7.	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	10 908,60	0,89	BDI 1	0,87	9 490,48	RA
								-	**112 206,40**	
1.5.			**PASSEIO**							
1.5.1.	Composição	11472-ORSE	Regularização manual e compactão com placa vibratória	M2	2 224,92	5,64	BDI 1	7,12	15 841,43	RA
1.5.2.	SINAPI	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	83,07	556,35	BDI 1	702,45	58 352,52	RA
1.5.3.	Composição	9419-ORSE	PISO TÁTIL DIRECIONAL E/OU ALERTA, DE CONCRETO, NA COR NATURAL, P/DEFICIENTES VISUAIS, DIMENSÕES 25X25CM, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE	M2	363,13	82,91	BDI 1	104,68	38 012,45	RA
								-	**8 255,83**	
1.6.			**SINALIZAÇÃO**							
1.6.1.	PRÓPRIA	73916/2	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	6,00	108,69	BDI 1	137,23	823,38	RA
1.6.2.	SINAPI	102491	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	89,69	15,05	BDI 1	19,00	1 704,11	RA
1.6.3.	Composição	12690-ORSE	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal, (parada obrigatória), padrão dnit, em chapa de aço nº 18, tratada, revestida em película totalmente refletiva, incluso barrote para fixação - fornecimento e instalação	UN	18,00	252,04	BDI 1	318,23	5 728,14	RA
								-	**2 763,71**	
1.7.			**SERVIÇOS FINAIS**							
1.7.1.	Composição	6191-ORSE	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M2	5 117,98	0,43	BDI 1	0,54	2 763,71	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

Sobradinho/BA
Local

Responsável Técnico

PMv3 0.4

0005

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1079288-87	917638/2021	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA	Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA			
LOCALIDADE SINAPI	DATA BASE	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF	BDI 1	BDI 2	BDI 3
SALVADOR	07-21 (DES.)	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO	Sobradinho/BA	26,26%	0,00%	0,00%

RECURSO

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)

Nome: Demóstenes Tenório de Almeida
CREA/CAU: CREA 180548136-3
ART/RRT: BA20210522056

18 de janeiro de 2022
Data

PMv3.0.4

000056

CAIXA

PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTID
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo: PÚBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO	Nº SICONV	Nº OPERAÇÃO	PROPONENTE / TOMADOR
Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA	917636/2021	1078268-97	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
1	SERVIÇOS PRELIMINARES			
1.1.	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	6,00	
1.2.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
1.2.1.	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00	
1.2.2.	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48,00	
1.3.	MOVIMENTO DE TERRA			
1.3.1.	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	5 117,98	
1.3.2.	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, AF_11/2019	M2	5 117,98	
1.3.3.	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M, AF_03/2016	M3	44,49	
1.3.4.	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³/ 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	859,45	
1.3.5.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2575,38	
1.4.	PAVIMENTAÇÃO			
1.4.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13/20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	1483,28	
1.4.2.	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_09/2020	M2	5 117,86	
1.4.3.	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³/ 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	687,86	
1.4.4.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5 964,29	
1.4.5.	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³/ 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	468,18	
1.4.6.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	14 040,40	
1.4.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	10 908,60	
1.5.	PASSEIO			
1.5.1.	Regularização manual e compactação com placa vibratória	M2	2 224,92	
1.5.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	83,07	
1.5.3.	PISO TÁTIL DIRECIONAL E/OU ALERTA, DE CONCRETO, NA COR NATURAL, PEDESTRE/ES VIGUAS, DIMENSÕES 25X25CM, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE	M2	363,13	
1.6.	SINALIZAÇÃO			
1.6.1	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	6,00	
1.6.2	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	89,88	
1.6.3.	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal, (parada obrigatória), padrão DNIT, em chapa de aço nº 16, refletiva, revestida em película totalmente refletiva, inclusive suporte para fixação - fornecimento e instalação	UN	18,00	
1.7.	SERVIÇOS FINAIS			
1.7.1.	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M2	5 117,98	

FRENTES DE OBRA:

Agrupador de Quantitativos	RUA 09 - QUADRA 020 E H22	RUA 10 - QUADRA 020 E H22	RUA 08 - Quadra 1 QUADRA 008						
SERVIÇOS PRELIMINARES	0,00								
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00	1,00	1,00						
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	16,00	16,00	16,00						
MOVIMENTO DE TERRA	2 338,49	2 338,49	441,00						
MOVIMENTO DE TERRA	2 338,49	2 338,49	441,00						
MOVIMENTO DE TERRA	20,04	20,04	4,81						
MOVIMENTO DE TERRA	383,46	383,46	72,54						
MOVIMENTO DE TERRA	1 180,38	1 180,38	217,82						
PAVIMENTAÇÃO	668,14	668,14	147,00						
PAVIMENTAÇÃO	2 338,49	2 338,49	441,00						
PAVIMENTAÇÃO	314,29	314,29	59,27						
PAVIMENTAÇÃO	2 734,32	2 734,32	516,05						
PAVIMENTAÇÃO	213,92	213,92	40,34						
PAVIMENTAÇÃO	6 417,86	6 417,86	1 210,26						
PAVIMENTAÇÃO	4 984,34	4 984,34	939,92						
PASSEIO	1 902,21	1 902,21	321,50						
PASSEIO	37,42	37,42	6,33						
PASSEIO	183,74	183,74	35,85						
SINALIZAÇÃO	2,00	2,00	2,00						
SINALIZAÇÃO	39,99	39,99	8,97						
SINALIZAÇÃO	8,00	8,00	2,00						
SERVIÇOS FINAIS	2 734,48	2 338,49	441,00						

Sobradinho/BA
Local

18 de janeiro de 2022
Data

Responsável Técnico
Nome: Dernócrates Tenório de Almeida
CREA/CAU: CREA 106548136-3
ART/RRT: BA20210822956

Responsável Técnico
Nome: Dernócrates Tenório de Almeida
CREA/CAU: CREA 106548136-3
ART/RRT: BA20210822956

000057

PAG 1 0 4

CRONOGRAMA PREVISTO PLE

1. Digite nas células em amarelo o número do período em que os eventos serão concluídos:

VOLTAR | ATUALIZAR LINHAS

	Nº do Evento	Título dos Eventos	PEDITEM - QUADRA NO2 E NO2	PEDITEM - QUADRA NO2 E NO2	PEDITEM - Trecho 1 QUADRA S09																				
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
			Informe abaixo o NÚMERO DO PERÍODO em que os eventos serão concluídos																						
			Para aplicação de Adm. Local é necessário definir os eventos manualmente.																						
	1	Administração Local	1																						
F	2	SERVIÇOS PRELIMINARES	1	2	3																				
F	3	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1	1	2																				
F	4	MOVIMENTO DE TERRA	1	2	3																				
F	5	PAVIMENTAÇÃO	1	2	3																				
F	6	PASSEIO	3	3	3																				
F	7	SINALIZAÇÃO	3	3	3																				
F	8	SERVIÇOS FINAIS																							

000058

CAIXA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE TOMADOR	APELIDO EMPREENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
1079288-97	91783812021	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA	Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICÍPIO

Item	Descrição	Valor (R$)	Parcelas:	1 11/21	2 12/21	3 01/22	4 02/22	5 03/22	6 04/22	7 05/22	8 06/22	9 07/22	10 08/22	11 09/22	12 10/22
			% Período:	[redacted]											
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	3 114,84	% Período:	[redacted]											
1.2.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	22 646,40	% Período:	[redacted]											
1.3.	MOVIMENTO DE TERRA	24 172,08	% Período:	[redacted]											
1.4.	PAVIMENTAÇÃO	559 635,47	% Período:	[redacted]											
1.5.	PASSEIO	112 206,40	% Período:	[redacted]											
1.6.	SINALIZAÇÃO	8 255,63	% Período:			[redacted]									
1.7.	SERVIÇOS FINAIS	2 763,71	% Período:			[redacted]									

Total: R$ 732.794,23

Período:	%:	46,19%	43,05%	10,76%											
	Repasse:	311 766,39	290 516,03	72 620,58											
	Contrapartida:	26 742,42	24 919,63	6 229,18											
	Outros:	-	-	-											
	Investimento:	**338 508,81**	**315 435,66**	**78 849,76**											
Acumulado:	%:	46,19%	89,24%	100,00%											
	Repasse:	311 766,39	602 282,42	674 903,00											
	Contrapartida:	26 742,42	51 662,05	57 891,23											
	Outros:	-	-	-											
	Investimento:	**338 508,81**	**653 944,47**	**732 794,23**											

Sobradinho/BA
Local

18 de janeiro de 2022
Data

Responsável Técnico
Nome: Demóstenes Tenório de Almeida
CREA/CAU: CREA 180548136-3
ART/RRT: BA20210822056

0059

PMv3.0.4

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR
1079288-97	91783812021	Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Pavimentação em vias públicas, no município de Sobradinho - BA / PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICÍPIO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA
Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,06%
Lucro	L	7,30%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,24%
BDI COM desoneração	BDI DES	**26,26%**

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Sobradinho/BA
Local

19 de janeiro de 2022
Data

Responsável Técnico
Nome: Demóstenes Tenório de Almeida
CREA/CAU: CREA 180548136-3
ART/RRT: BA20210622056

CAIXA

COMPOSIÇÕES

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT DESONERADO	CUSTO UNIT NÃO DESONER.
PRÓPRIA	**74209/1**	**PLACA DE OBRA DE AÇO GALVANIZADO**			**411,13**	**416,77**
SINAPI-I	4417	SARRAFO NAO APARELHADO "2,5 X 7" CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1	8,75	8,75
SINAPI-I	4491	PONTALETE "7,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	4	8,62	8,62
SINAPI-I	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA "N. 22", ADESIVADA, DE "2,0 X 1,125" M	M2	1	307,50	307,50
SINAPI-I	5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,11	19,74	19,74
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	22,63	25,18
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2	16,07	17,58
SINAPI	94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	0,01	346,10	353,34
PRÓPRIA	**78472**	**SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUISVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENO E GREIDE**			**0,34**	**0,38**
SINAPI-I	4460	SARRAFO NAO APARELHADO "2,5 X 10" CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,002886	11,35	11,35
SINAPI	88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0025	11,56	13,20
SINAPI	88288	NIVELADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0025	14,25	16,31
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0075	16,07	17,58
SINAPI	88597	DESENHISTA DETALHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,002	37,07	42,74
SINAPI	92145	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF_11/2015	CHP	0,001	71,15	74,02
PRÓPRIA	**73916/2**	**PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25 CM**			**108,89**	**109,30**
SINAPI-I	11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4	0,20	0,20
SINAPI-I	13521	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, "45 CM X 20" CM	UN	1	101,47	101,47
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4	16,07	17,58

Data

Responsável Técnico: Demósteas Tenório de Almeida
CREA/CAU: 180548136-8

ITEM	QUADRA / RUA	TRECHO - ESTACAS	EXTENSÃO DO TRECHO (M)	MEIO-FIO			MOVIMENTO DE TERRA				COMP. (M)
				VIÁRIO (M)	DESCONTOS - CRUZAMENTOS (M)	COMPRIMENTO TOTAL (M)	REGULARIZAÇÃO - 20CM (M3)	ESCAVAÇÃO MEIO-FIO (M3)	BOTA-FORA (M3)	BOTA-FORA - 3KM (M3XKM)	
META 1						**1.483,28**	**1.023,60**	**44,49**	**859,46**	**2.578,38**	
1	N 20 E N22 / 10	E0 à E18+10,07	370,07	370,07	72,00	668,14	467,70	20,04	393,46	1.180,38	370,07
2	N 20 E N22 / 09	E0 à E18+10,07	370,07	370,07	72,00	668,14	467,70	20,04	393,46	1.180,38	370,07
4	RUA 06-S09	E0 à E03+13,50	73,50	73,50		147,00	88,20	4,41	72,54	217,62	73,50
TOTAIS			**813,64**			**1.483,28**	**1.023,60**	**44,49**	**859,46**	**2.578,38**	

290000

Prefeitura Municipal de Sobradinho

MEMÓRIA DE QUANTITATIVO DE PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO

ITEM	QUADRA / RUA	PAVIMENTAÇÃO								CALÇADA - L= 1,5	
		DESCONTOS - CRUZAMENTOS (M)	LARGURA MÉDIA (M)	ÁREA (M^2)	AREIA - 12CM - EMP 12% (M^3)	AREIA - 8,7KM (M^3XKM)	PARALELO - ,0726M^3/M^2 - EMP 26% (M^3)	PARALELO - 30KM (M^3XKM)	PARALELO - 23,3KM (M^3XKM)	COMP. (M)	ÁREA CALÇADA (M^2)
											2.224,92
META 1				5.117,98	687,85	5.984,29	468,18	14.045,40	10.908,60		
1	N 20 E N22 / 10	252,00	7,00	2.338,49	314,29	2.734,32	213,92	6.417,60	4.984,34	668,14	1.002,21
2	N 20 E N22 / 09	252,00	7,00	2.338,49	314,29	2.734,32	213,92	6.417,60	4.984,34	668,14	1.002,21
4	RUA 06-S09		6,00	441,00	59,27	515,65	40,34	1.210,20	939,92	147,00	220,50
TOTAIS				5.117,98	687,85	5.984,29	468,18	14.045,40	10.908,60		2.224,92

000063

ITEM	QUADRA / RUA	0 (1,25 de concreto) ;e=0,05			RAMPAS (UND)	PISO TÁTIL			SINALIZAÇÃO			
		ÁREA CONCRETO (M²)	VOLUME CONCRETO (M³)	ATERRO - e= 0,10 m (M³)		ALERTA (M²)	DIRECIONAL (M³)	TOTAL	VIÁRIA (UND)	VIÁRIA (M²)	HORIZONTAL (M²)	NOME DE RUA (UND)
META 1			**83,07**	**208,63**				**363,13**	**0,00**		**89,69**	**6,00**
1	N 20 E N22 / 10	748,32	37,42	94,28	12,00	13,50	150,24	163,74	0,00	0,00	39,86	2,00
2	N 20 E N22 / 09	748,32	37,42	94,28	12,00	13,50	150,24	163,74	0,00	0,00	39,86	2,00
4	RUA 06-S09	164,64	8,23	20,07	4,00	4,50	31,15	35,65			9,97	2,00
TOTAIS			**83,07**	**208,63**				**363,13**	**0,00**		**89,69**	**6,00**

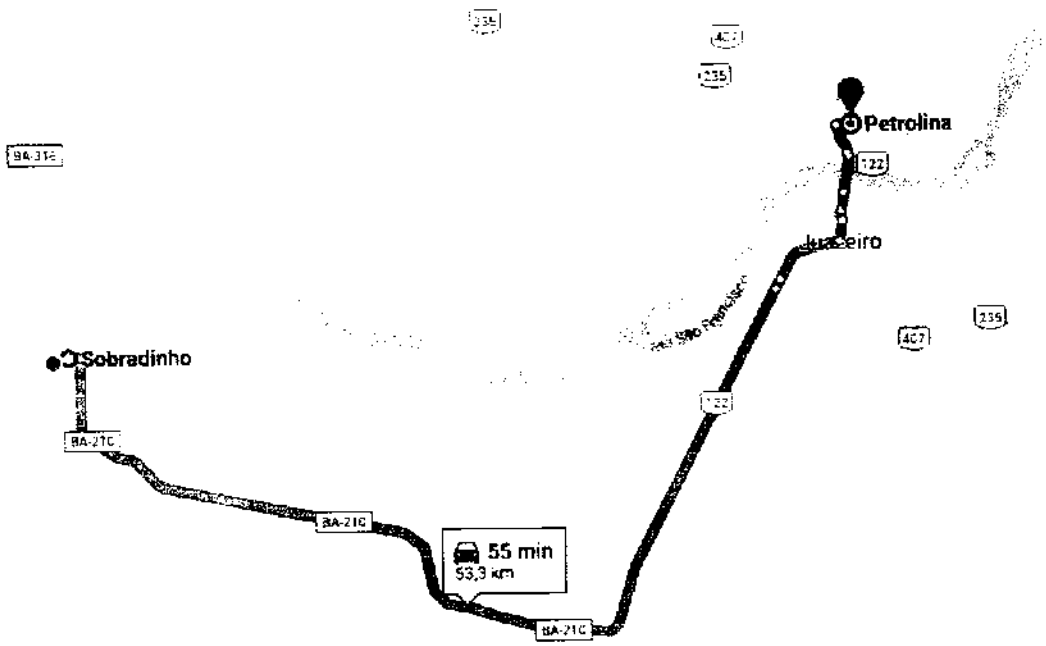
Demóstenes Tenório de Almeida
Engenheiro Civil
CREA 180548136-3

300064

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
ESTADO DA BAHIA

SOBRADINHO
BAHIA

MAPA JAZIDA – PARALELEPÍPEDO



SOBRADINHO / BA
9° 28' 20.55" – S
40° 47' 58.17" – O

DMT = 53,3 km

PETROLINA / PE
9° 23' 19.10" – S
40° 30' 11.20" – O

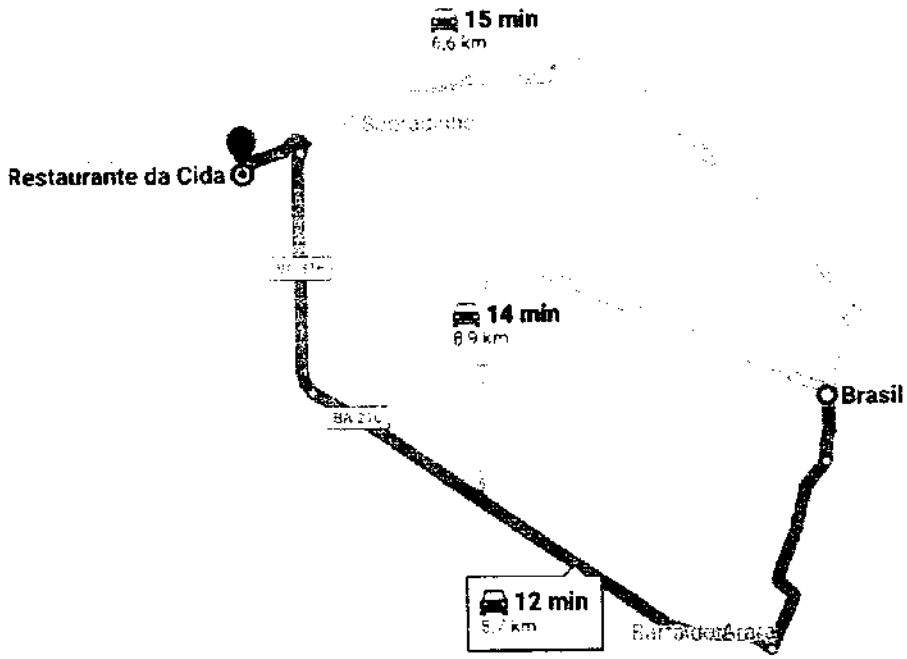
Sobradinho, BA 28 de Setembro de 2021.

Demóstenes Tenório de Almeida
Engenheiro Civil
Crea 180548136-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
ESTADO DA BAHIA

SOBRADINHO

MAPA – AREIA



SOBRADINHO / BA
9° 28' 13.6" – S
40° 48' 06.3" – O

JAZIDA COM LICENÇA AMBIENTAL / BA
9° 29' 28" – S
40° 46' 16" – O

DMT = 8,7 KM

Sobradinho, BA 28 de Setembro de 2021

Demóstenes Tenório de Almeida
Engenheiro Civil
CREA 180548136-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

ESTADO DA BAHIA

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

Setembro, 2021.

Sobradinho-BA.

1.APRESENTAÇÃO

O Município de Sobradinho - BA apresenta forte carência de vias pavimentadas em grande parte da área urbana. A ausência de revestimento nas ruas compromete a qualidade de vida da população em função da exposição às intempéries da natureza, sobretudo àquelas decorrentes das precipitações pluviométricas que ocasionam:

• Erosões: comprometendo a vida e a mobilidade urbana;

• Acúmulo de água e lixo: propiciando o crescimento de vegetação rasteira e contribuindo para a insalubridade do ambiente e proliferação de doenças.

O projeto tem a finalidade de implementar a melhoria da infraestrutura urbana a partir da execução de pavimentação em paralelepípedo granítico, com passeios e drenagem superficial de águas pluviais em diversas ruas do município de Sobradinho-BA. Os serviços foram previstos considerando fatores como: clima, economia, meio ambiente e desenvolvimento social. Foi utilizada tecnologia simples e eficiente, possibilitando a utilização de mão de obra local e materiais construtivos da região. Deste modo, além de promover melhoria significativa no sistema de transportes, pretende-se fomentar a economia municipal proporcionando geração de emprego e renda.

1.1CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

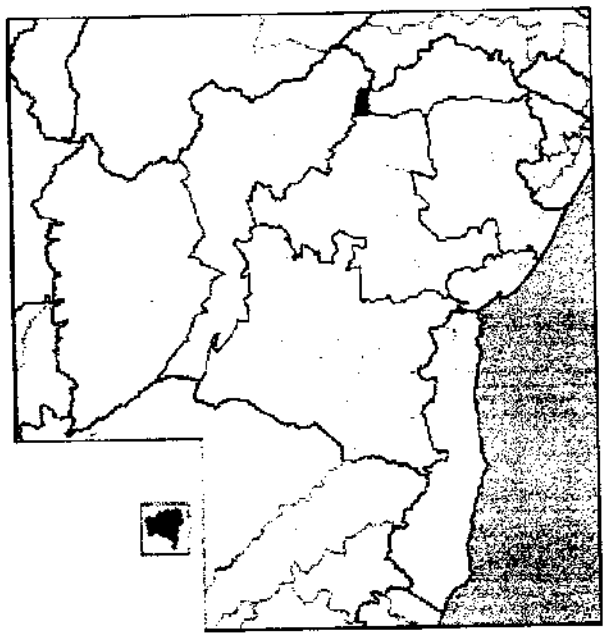
Prefeitura Municipal de Sobradinho, Sobradinho-BA, CNPJ 16.444.804/0001-10.

Tabela 1 - Aspectos Físicos e Geográficos da Região

Área da unidade territorial	1.154,905 Km²
População	23.233 pessoas (IBGE estimativa 2020)
Densidade	17,76 hab/Km²

A microrregião geográfica de Sobradinho situa-se ao norte do estado baiano, fazendo parte do perímetro irrigado e também de áreas de sequeiro, ficando a 552 km de distância de sua capital, Salvador.

Figura 1: Localização do município de Sobradinho-BA



2.PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA

O projeto de Pavimentação Viária será realizado nas ruas 09 e 10 das Quadras N20 e N22 e rua 06 da Quadra S09 da Vila São Joaquim, Sede do Município de Sobradinho-Ba. A obra de infraestrutura abrange uma área de 5.117,98 m², totalizando 741,50 m de vias. O principal objetivo é criar condições para implantação, proteção e conservação do sistema de drenagem pluvial, assim como melhorar o tráfego ao longo da via em estado de conservação precário e que se mostram como acessos importantes para o fluxo de veículos e pedestres, além disto, pretende-se prover o sistema viário de uma estrutura capaz de dissipar as cargas superficiais no nível de subleito.

O trabalho foi desenvolvido dentro dos critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Sobradinho, associados aos parâmetros usuais de empreendimentos com tais características. Quanto ao levantamento, estudo e projeto, foi desenvolvido sempre com a finalidade de racionalização de custos e proporcionar qualidade aos produtos finais, adotou-se uma declividade

transversal da via igual a 3% e meio fio com altura de 15 cm, para otimizar o escoamento superficial das contribuições pluviais mantendo a via seca. A área que compõe este sistema foi delimitada com base na topografia levantada, assim como no arranjo geométrico das vias (disposição em planta, declividades, largura das ruas, abaulamento das seções transversais e extensões) e a utilização atual e futura das vias.

Apesar do fato de que na rua a ser beneficiada pelo projeto não existir pavimentação, o seu caminhamento e a sua caixa transversal já existem, daí foi necessária à manutenção, onde foi possível, do mesmo perfil longitudinal do greide existente. Isto se deu na totalidade dos trechos, com o objetivo de adaptar o projeto da pavimentação a ser implantada com a topografia local, para preservação e proteção das edificações existentes, levando-se em consideração as cotas das soleiras destas edificações implantadas.

O projeto horizontal do sistema viário é composto basicamente de alinhamentos retos. O projeto geométrico vertical (greide) é composto por uma série de alinhamentos retos ajustados ao perfil do terreno natural.

O lançamento do greide procurou atender, quando possível, às condições estabelecidas pelas normas técnicas vigentes. Procurou-se, principalmente a atender aos seguintes critérios de projeto:

- Concordância das cotas inicial e final do greide com as cotas do eixo do pavimento existente ou do terreno natural;
- Atendimento às rampas máximas e mínimas previstas nas normas;
- Definição, sempre que possível, de um greide que equilibre os volumes de cortes e aterros, minimizando-se os empréstimos e bota-foras;
- Estabelecimento de amplas condições de visibilidade;
- Minimização da desapropriação de edificações existentes;
- Evitar trechos de terreno natural que requeiram a implantação de estruturas de contenção de encostas de maior porte.

Os desenhos constantes no item Peças Gráficas apresentam o projeto geométrico das vias e as seções típicas do pavimento. O tipo de pavimentação

adotada para as vias é o **Pavimento em Paralelepípedo.**

Os passeios serão em concreto usinado moldado in loco com largura de 1,50m e piso tátil em atendimento às normas de acessibilidade. Em função da realização de movimentos de terra necessários a implantação das pistas projetadas, provavelmente será preciso relocar algumas ligações domiciliares de água situadas em locais de interferência com as obras.

3. ESTUDOS PRELIMINARES E DIMENSIONAMENTO TÉCNICO

O estudo preliminar foi realizado para estabelecer e assegurar as diretrizes gerais visando garantir a viabilidade técnica/econômica e a solidez do investimento. Inicialmente foram verificados os requisitos mínimos necessários para execução do projeto,quais sejam:

- Exame das áreas objeto da intervenção;
- Restrições da Prefeitura e de outros órgãos (COELBA, CHESF e SEMA);
- Levantamento planialtimétrico (curvas de níveis e perfis longitudinais).

Na realização dos exames locais, foram observadas as seguintes características:

- Como as vias já estão implantadas, não existem consideráveis movimentações de terra nos pontos de tangência vertical e horizontal;
- Os locais estão localizados em área seca;
- As áreas previstas não estão situadas em regiões sujeitas à erosão acentuadas;
- As áreas dos logradouros não estão sobre aterro com materiais sujeitos a decomposição orgânica;
- Possuem fácil acesso;
- Não há restrições por parte da Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA para execução do projeto;
- No tocante à concessionária de fornecimento de energia elétrica local, não haverá desconformidade no alinhamento dos postes.

3.1 DIMENSIONAMENTO TÉCNICO

3.1.1 DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO

Segundo o *Manual de Utilização – Paralelepípedos e Alvenaria Poliédrica*, adotando a espessura do pavimento de 22cm como fixo (12cm do colchão de areia e 10cm do paralelepípedo), e aplicando a fórmula empírica do CBR utilizada pelos franceses (Peltier), que fornecem valores semelhantes aos dos gráficos comumente utilizados, e, assumindo ainda que a carga, por roda, é de 6 toneladas, abrangendo portanto, praticamente todas as possibilidades de tráfego, teremos:

$e_p = \frac{100 + 150\sqrt{P}}{I_s + 5}$, onde e_p = espessura total do pavimento em centímetros; P = carga por roda, em toneladas; I_s = Índice de Suporte Califórnia (CBR) do subleito, em %.

Substituindo pelos valores adotados, teremos:

$$22 = \frac{100 + 150\sqrt{6}}{I_s + 5} \qquad I_s = \frac{100 + 150\sqrt{6}}{22} - 5 = 16{,}25\%$$

Deste resultado é possível concluir que, se o subleito tiver um suporte menor que 16,25% a espessura total do pavimento será maior que 22cm.

3.1.2 PROJETO GEOMÉTRICO

Objetivo principal deste projeto é o estabelecimento das características técnicas do sistema viário sob enfoque, para definição da geometria das vias tanto em planta como em perfil e a obtenção de traçados regulares em harmonia com a morfologia local, em particular com a ocupação já existente.

Todo detalhamento nesta fase, apoiou-se no levantamento semi-cadastral da sede, na Escala de 1/2000.

Na elaboração do projeto preservou-se o alinhamento das ruas existentes evitando-se interferir em construções de postes, ocorrendo desta forma, uma adaptação do projeto a situação atual das vias, efetuando-se pequenas

correções em planta com o objetivo de melhorar as condições de conforto e segurança para o usuário.

Foi também considerado neste projeto a preservação do greide existente, evitando-se assim uma movimentação de terra exagerada, ou seja, as vias a serem pavimentadas não precisam de nenhum tipo de corte exagerado de terra, apenas uma pequena regularização com reaproveitamento deste solo.

A definição da geometria do sistema e sua caracterização foram adotadas através dos elementos básicos tais como: raios, declividade e largura da plataforma. Os serviços foram desenvolvidos de acordo com a seguinte ordenação:

- Lançamento em planta de acordo com a configuração geométrica do arruamento existente;
- Cálculo do estaqueamento e dos elementos geométricos das curvas no eixo, para lançamento nas plantas;
- Desenho em planta dos elementos definidores do sistema referentes no eixo, tais como: raios, cotas, larguras de plataforma, declividades transversais, etc;
- Elementos de locação;
- Fornecimento dos parâmetros definidos das curvas e sua correta localização.

Como foi dito anteriormente os greides ficaram colocados a 0,20m do terreno natural para evitar movimentos de terra exagerados.

3.1.3 PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Os sinais devem seguir orientações de forma, cor, tamanho e diagramação constantes no Código de Trânsito Brasileiro, anexo II e manual de sinalização do DNIT em vigor.

Almeida

Demos...

CR...

3.1.4 PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL

Método Utilizado

Adotou-se o Método Racional para estimativa da vazão de projeto, com o qual foram verificadas a capacidade de escoamento das vias e a necessidade de construção de sistema de microdrenagem, método amplamente utilizado em bacias de drenagem urbanas de até 2 hectares.

Esse método deriva da equação dita racional, dada pela seguinte expressão:

$$Q = C * I * A * 2,78$$

Onde:

Q = vazão a escoar (caudal que se escoa superficialmente, em l/s);

C = coeficiente de escoamento superficial, adimensional, que depende das características físicas da bacia de drenagem;

I = intensidade média de chuva, em mm/h, para um dado período de retorno T;

A = área da bacia de drenagem, em ha.

A vazão de projeto é a máxima vazão que ocorrerá sob uma condição fisiográfica média da bacia de drenagem, devido a uma precipitação de uma frequência ou período de retorno.

A adoção do período de retorno envolve considerações de ordem econômica e é definido como o intervalo de tempo médio, dentro do qual a magnitude de um determinado evento possa ser igualado, ou excedido, pelo menos uma vez, sendo designado por T.

No uso do método racional, adotou-se os seguintes critérios básicos:

- a intensidade da chuva é constante e uniforme em toda a bacia;

- a impermeabilidade das superfícies permanece constante durante a chuva;

- o tempo de duração da chuva, que ocasiona a maior vazão, é tomado igual ao tempo de concentração da bacia, sendo este o tempo que levaria uma gota de água teórica para ir do ponto mais afastado da bacia de drenagem até o ponto considerado.

Em projetos de drenagem urbana, o tempo de concentração é a soma de

tempo de entrada e dos tempos de percurso na sarjeta e na galeria.

O tempo de entrada é o tempo em minutos, que leva a gota de água teórica a atingir a extremidade de montante da sarjeta, e o tempo de percurso é o tempo, também dado em minutos, que leva a gota de água teórica para percorrer a sarjeta, até o ponto de concentração considerado.

Coeficiente de Escoamento Superficial

O coeficiente de escoamento (C) utilizado no método racional depende das seguintes características:

- solo;
- cobertura;
- tipo de ocupação;
- tempo de retorno;
- intensidade da precipitação.

O coeficiente de escoamento para áreas urbanas varia de 0,50 a 0,80. Calculamos conforme a fórmula:

$$C = 0,364 x log10(Im) - 0,142$$

Onde: Im = intensidade média de chuva, mm/h.

Neste valor está considerado o efeito decorrente de vários fatores que afetam o pico do deflúvio superficial direto tais como infiltração, evaporação, armazenamento e tipo de solo.

Capacidade de condução hidráulica de ruas e sarjetas

As águas, ao precipitarem em área urbanas, escoam iniciamente pelos terrenos até chegarem ás ruas. Sendo as ruas abauladas (declividade transversal) e tendo inclinação longitudinal, as águas escoarão rapidamente para as sarjetas e destas, ruas abaixo.

Se a vazão for excessiva ocorrerá alagamentos, inundações de calçadas,

velocidade de escoamento exageradas ocasionando erosão do pavimento. Dessa forma, a fim de calcular a capacidade de condução da rua ou da sarjeta partiu-se de duas hipóteses: a água escoando por toda a calha da rua e a água escoando somente pelas sarjetas.

Para a primeira hipótese, admitem-se a declividade da rua (seção transversal) de 3% e a altura de água na sarjeta h1 = 0,15 m.

Para a segunda hipótese, admite-se a declividade de 10% e h2= 0,10 m.

Usamos o conceito que a calha da rua transportará água até encher toda a calha sem extravasar pelos passeios, a flexa admitida para todas as ruas será de 12cm. Utilizamos para o dimensionamento hidráulico a equação de Manning a seguir:

$$Qc = \frac{AxR^{2/3}xS^{1/2}}{n} x2x1000$$

Onde:

Qc = vazão da capacidade de escoamento da Rua (l/s)

A = área de drenagem da seção transversal da rua (m^2)

R = raio hidráulico (Área/Perímetro) (m)

S = declividade longitudinal (m/m)

n = coeficiente de rugosidade = 0,016 (P/ pavimento de concreto n = 0,014 – 0,016)

Logo:

$$Qc = 4505,50xS^{1/2}$$

Sarjetas

As sarjetas geralmente são definidas no Projeto de Urbanização, cabendo ao projeto de drenagem apenas a verificação da capacidade de escoamento desses elementos.

A verificação da capacidade das sarjetas deu-se através da planilha de cálculo da capacidade de escoamento em anexo. Esta tabela relaciona a declividade da rua com a vazão máxima admitida para escoar superficialmente em cada sarjeta. Para isto, foram verificados os trechos da rua, de montante a jusante.

Estudo das Precipitações

Para a Cidade de Sobradinho foram utilizados os dados pluviométricos disponíveis no *Plúvio 2.1, software* disponibilizado pelo Grupo de Pesquisa de Recursos Hídricos da UFV, que dispõem de dados pluviométricos, permitindo desse modo, o estabelecimento das curvas Intensidade-Duração-Freqüência. As observações colhidas no Plúvio 2.1, fornecem elementos confiáveis, em virtude do período bastante longo das medições realizadas.

Estas curvas são definidas pela expressão geral:

$$I = \frac{K.T^a}{(t+b)^c}$$

Onde:

I = intensidade média de chuva, mm h-1

T = tempo de retorno em anos

t = tempo de duração da chuva em mim

k, a, b, c = parâmetros empíricos que dependem da estação pluviográfica

Segundo dados do Sistema *Plúvio 2.1*, os parâmetros que correlacionam a intensidade-duração-frequência de chuvas para cidade de Sobradinho são:

K= 5592,554; a = 0,242; b = 40,039; c = 1,093

Logo:

$$I = \frac{5592,554.T^{0,242}}{(t+40,039)^{1,093}}$$

Adotou-se o tempo de retorno de 10 anos.

Tempo de concentração

O tempo de concentração da bacia é o tempo que leva, depois que inicia a chuva, para que toda a bacia esteja contribuindo. O cálculo do tempo de concentração pode ser feito a partir de várias fórmulas, no nosso caso, usaremos a fórmula de George Ribeiro:

$$tc = ts + 10min$$

$$ts = \frac{16L}{(1,05-0,2p)(100xIm)^{0,04}}$$

Onde:

L - distância em quilômetros

p - porcentagem da bacia com cobertura vegetal

tc - tempo de concentração

ts - tempo de escoamento superficial, ou seja, o tempo que uma gota de água cai na extremidade da bacia leva para chegar até a seção considerada

Im - declividade da distância máxima

Informamos que foi acrescentado ao ts o valor de 10min, que corresponde ao tempo morto, ou seja, só após 10 minutos é que o sistema começa a contribuir. Durante os primeiros dez minutos a água da chuva ou se infiltra ou vai se acumulando nos terenos da bacia.

4.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente memorial descritivo e especificações técnicas, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada para Pavimentação em Paralelepípedos, com passeios e drenagem superficial de águas pluviais em diversas ruas na Sede do

Município de Sobradinho – BA.

A presente especificação técnica visa estabelecer as condições mínimas necessárias a serem observadas e obedecidas para execução de obras públicas.

Os materiais a serem empregados na obra, deverão ser de boa qualidade, e obedecer às especificações contidas neste texto, às Normas da ABNT no que couber, e na falta destas, ter suas características reconhecidas em certificado ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos, aprovados pela Fiscalização.

O Construtor deverá retirar do canteiro de obras, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os materiais que porventura forem impugnados pela Fiscalização. Não será tolerado no canteiro de serviços a permanência de quaisquer materiais ou equipamentos estranhos à obra.

Além do que preceituam as normas padrões para os serviços contratados e do que estão explicitamente indicados nos desenhos, os serviços obedecerão a especificações do projeto e as normas e regulamentos nelas citados.

A não aceitação, por parte Fiscalização, de serviço ou equipamento (pelo fato de o mesmo estar em desacordo com as especificações ou que apresentam defeitos na execução ou fabricação), deve ser refeito, corrigido ou substituído, sem ônus para o contratante. As dúvidas que porventura venham a surgir e que não estejam citadas nestas especificações, serão resolvidos junto à Fiscalização.

Serão de responsabilidade da empreiteira refazer ou substituir todos os trabalhos que forem julgados necessários pela Fiscalização, inclusive aqueles que, porventura, forem omitidos nas presentes especificações e que no decorrer dos trabalhos forem observados. A Fiscalização, quando achar conveniente, poderá solicitar a demissão de qualquer operário ou funcionário, sem que para isto tenha que justificar. O cumprimento desta solicitação deverá ocorrer em, no máximo, 24 horas.

Deverão também ser obedecidas as exigências do Código de Obras do Município, Regulamentações Estaduais e das Companhias Concessionárias de Serviços Públicos, em tudo aquilo que diz respeito aos serviços especificados.

5.DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

5.1SERVIÇOS PRELIMINARES

5.1.1 PLACA DE OBRA

Serão colocadas 1 (uma) placa, assentada em local pré-estabelecido pela fiscalização da obra, com dimensões de 3,00x2,00m, confeccionadas em chapa de aço galvanizado, no padrão exigido pela Prefeitura Municipal de Sobradinho. As informações constantes nas placas e o local de implantação deverão ser confirmadas junto à Fiscalização.

Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público.

5.2 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

5.2.1 ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

Supervisiona colaboradores, a leitura e execução de projetos, acompanha cronograma e medições de obras e controla equipamentos, contratação de serviços e matéria-prima. Participa na compra de suprimentos e prospecção de fornecedores.

O serviço será medido por mês para cada prestador e de acordo com os serviços executados.

5.1.2 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

O Engenheiro Civil Júnior é o profissional responsável por realizar o acompanhamento dos pedidos de assistência técnica, controle de qualidade no atendimento e execuções de serviços das obras.

Um Engenheiro Civil Júnior efetua a análise e melhoria de procedimentos executivos de obras, realizando a análise e solução de patologias de obras.

Está sob as responsabilidades de um Engenheiro Civil Júnior realizar vistorias dos pedidos de assistência técnica, realizar o gerenciamento dos canteiros de obras e ter atuação direta nos itens críticos

O serviço será medido por hora para cada prestador e de acordo com os serviços executados.

5.3 MOVIMENTO DE TERRA

5.3.1 LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

O acompanhamento topográfico deverá ser constante e continuo durante a construção das obras. Far-se-á um estaqueamento e nivelamento a cada 20,00 m para locação da caixa de ruas atendendo ao especificado em projeto.

Todos os serviços a serem executados serão locados e nivelados rigorosamente de acordo com o projeto, para isso serão utilizados equipamentos topográficos operados por profissionais competentes.

As locações serão realizadas com a utilização da boa técnica de uso corrente para serviços correlatos, com a elaboração de cadernetas de campo, notas de serviços, planilhas de cubação, marcação de offsets, relocação e nivelamento do eixo e bordos.

Todos os serviços pertinentes serão materializados topograficamente obedecendo-se aos projetos geométricos, detalhes de locação específicos e poligonal de referência.

Para fins de pagamento, a unidade de medição é o metro quadrado de pavimento locado.

5.3.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO

A regularização é a operação destinada a conformar o subleito natural das vias, quando necessário, transversal e longitudinalmente incluindo cortes e aterros até 20 cm de espessura. O que exceder de 20 cm será considerado como terraplenagem. Será executada de acordo com os perfis transversais e longitudinais indicados no projeto.

A operação de regularização será executada prévia e isoladamente à construção de pavimento, sendo o trecho liberado para pavimentação, após aprovação pela Fiscalização.

A operação de regularização do sub-leito se dará dentro da faixa de domínio da via, respeitando-se os limites do estaqueamento e off-set's:

a) Inicialmente deve ser procedida uma verificação geral mediante o nivelamento geométrico, comparando-se as cotas da superfície existente (camada final de terraplenagem) com as cotas previstas no projeto;

b) Após a marcação topográfica da Regularização, proceder-se-á a escarificação, até 0,20m abaixo da cota de projeto, e o espalhamento do material escarificado até a cota estabelecida;

c) Caso seja necessária a importação de materiais, os mesmos devem ser lançados preferencialmente após a escarificação, efetuando-se então uma nova operação de espalhamento. As raízes, blocos de pedra com diâmetro superior a 76mm e outros materiais estranhos, devem ser removidos;

d) Caso seja necessário bota-fora, o mesmo deve ser feito lançando-se o excesso em locais que não causem prejuízo ao meio ambiente, à drenagem ou às obras de arte ou em locais a serem indicados pela Fiscalização.

Procedimento de execução da escarificação:

a) Inicialmente deve ser procedida uma verificação geral mediante o nivelamento geométrico, comparando-se as cotas da superfície existente (camada final de terraplenagem), com as cotas previstas no projeto;

b)Após a marcação topográfica da Regularização, proceder-se-á a escarificação, até 0,20m abaixo da cota de projeto, e o espalhamento do material escarificado até a cota estabelecida.

Procedimento de execução da compactação:

Após o procedimento de escarificação geral até a profundidade de 20 cm e espalhamento do material, em seguida faz-se uma pulverização para umedecimento ou secagem caso o material já esteja úmido, em seguida executa-se a compactação com rolo compactador e acabamento.

Os aterros, além dos 20 cm previstos, serão executados de acordo com as especificações de terraplenagem correspondentes. O grau de compactação deverá ser no mínimo, 90% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida no ensaio - DNER.DPT.M-47-64 (Proctor Normal) e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima, obtida no ensaio, +- 2%.

5.3.2 Escavação manual

Haverá escavação para implantação de meio-fio. Será utilizada a escavação manual, devendo ser seguido rigorosamente as indicações do projeto e as especificações no que se refere a locação e profundidade.

O material proveniente da escavação deve ser acomodado lateralmente de maneira que já sirva de contenção para o meio-fio que será implantado e de aterro para as calçadas, lembrando da compactação.

A execução dos trabalhos de escavação deverá obedecer naquilo que for aplicável, a normas da ABNT atinentes ao assunto.

5.4 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

Definição

Trata-se da execução de pavimento, do tipo articulado, adequado para estacionamentos, vias de tráfegos leve e preferencialmente urbanos, constituídos por paralelepípedos graníticos, colocados justapostos, rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Material

Areia média ou grossa: será destinada à execução do colchão para apoio dos paralelepípedos

Paralelepípedos: prismas graníticos de granito, gnaisse, ou originados de outros tipos de rocha de resistência equivalente em formato de paralelepípedo regular, apresentando uma distribuição uniforme dos materiais constituintes e estarem isentos de veios, falhas, materiais em desagregação ou arestas quebradas.

Método Excutivo

- Execução de camada ou colchão de areia

Consiste no espalhamento de uma camada de areia média ou grossa, sobre subleito regularizado. Suas principais funções são permitir um adequado nivelamento do pavimento que será executado e distribuir uniformemente os esforços transmitidos à camada subjacente. O colchão terá espessura de 12 cm, sendo prevista em projeto conforme as características de utilização da via.

Areia grossa, definida pela TE-1/1.965 da ABNT, é aquela cujos grãos têm diâmetro máximo compreendido entre 2,00 e 4,80 mm.

•Distribuição dos paralelepípedos

Os paralelepípedos são empilhados, de preferência, à margem da pista, não sendo possível utilizar as áreas laterais para depósito, serão empilhados na própria pista, tendo-se o cuidado de deixar livres as faixas destinadas à colocação das linhas de referência para o assentamento.

•Assentamento

Os paralelepípedos deverão ser assentados em fiadas, perpendiculares ao eixo da via, ficando a maior dimensão na direção da fiada. O acabamento deverá estar de acordo com as tolerâncias estabelecidas no projeto. As faces mais uniformes dos paralelepípedos deverão ficar voltadas para cima. As juntas, com no máximo 2,5cm, são alternadas com relação às duas fiadas vizinhas, de tal modo que cada junta fique, no máximo, dentro do terço médio do paralelepípedo ou peça vizinha.

Assentamento em Trechos Retos:

Inicialmente serão fixados estacas ou ponteiros de aço, distantes a cada 10,0 m no sentido longitudinal da via, uma no eixo e uma em cada bordo. Serão cravadas estacas ou ponteiros auxiliares, a cada 2,50 m.

Serão então colocadas longitudinalmente, linhas de referência fortemente distendidas. As seções transversais serão fornecidas por linhas que se deslocarão perpendicularmente às linhas de referência, apoiadas sobre estas.

Sobre a camada de areia, será assentado o primeiro paralelepípedo ou peça, que deverá ficar colocado de tal maneira que sua face superior fique cerca de 1,0 cm acima da linha de referência e de tal maneira que uma junta coincida com o eixo da pista. Em seguida o calceteiro o golpeará com o martelo até que sua face superior fique ao nível da linha.

Terminado o assentamento deste primeiro paralelepípedo, o segundo será colocado ao seu lado, tocando-o ligeiramente e deixando-se uma junta entre eles, formada unicamente pelas irregularidades de suas faces. O assentamento deste será idêntico ao do primeiro.

A fileira deverá progredir do eixo da pista para o meio fio, devendo terminar junto a este. No encontro com as guias, o paralelepípedo de uma fileira deverá ter comprimento aproximadamente igual à metade do paralelepípedo da fileira

vizinha. Deve-se ter o cuidado de empregar paralelepípedos de dimensões e formatos uniformes.

O nivelamento será mantido com a utilização de uma régua de madeira, de comprimento pouco maior que a distância entre os cordéis. Os paralelepípedos entre os cordéis deverão estar nivelados, assim como as extremidades da régua. O alinhamento será feito acertando-se as faces dos paralelepípedos que encostam nos cordéis, de forma que as juntas definam uma reta sob os mesmos.

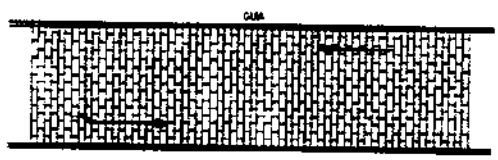


Figura 02: Trecho reto

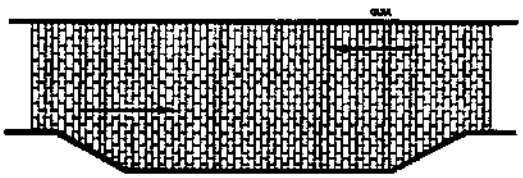


Figura 03: Trecho reto, com alargamento para estacionamento

Assentamento em Trechos Curvos:

Nas curvas de grande raio, as fileiras deverão ser mantidas normais ao eixo, pela ligeira modificação da espessura das juntas transversais. Nas curvas em que a grandeza do raio for tal que o expediente indicado for insuficiente, a disposição dos paralelepípedos serão feitas de acordo com a figura a seguir.

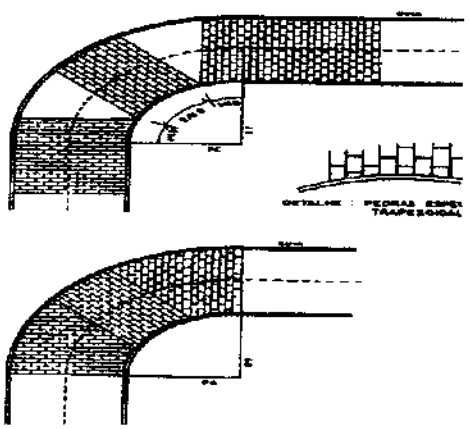


Figura 04: Trecho em curva de pequeno raio

Assentamento nos Cruzamentos:

A disposição dos paralelepípedos obedecerá, em cada caso, às instruções do projeto. O assentamento na via principal deverá seguir normalmente, na passagem do cruzamento, acompanhando o alinhamento das guias. Na via secundária, o assentamento deverá prosseguir até encontrar o alinhamento das peças inteiras da via principal, executando-se, inclusive, a concordância da

quina. As diferenças devido à concordância deverão ser distribuídas pelas fileiras anteriores. Em geral, utilizam-se amarrações de 10 em 10 m, para permitir a distribuição da diferença a ser corrigida por toda a extensão da quadra em pavimentação. Não havendo distinção entre via principal e secundaria e não havendo definição em projeto, será adotada a solução conforme a figura abaixo:

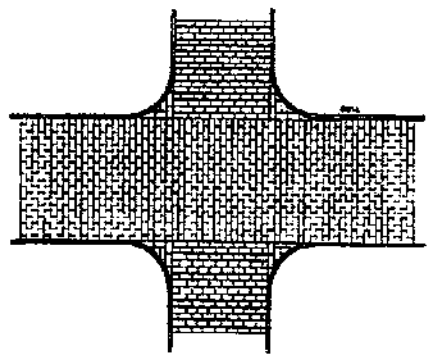


Figura 05: Trecho de cruzamento reto de via principal com via secundária.

Assentamento nos Entroncamentos:

Na pista principal, o calçamento deverá continuar sem modificação. Na secundária continuará da mesma forma até encontrar o alinhamento do bordo da pista principal. Não havendo distinção entre via principal e secundária e não havendo definição em projeto, será adotada a solução conforme a figura abaixo:

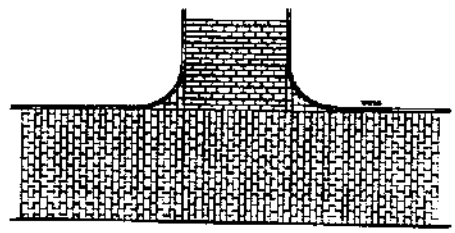


Figura 06: Entroncamento reto de via secundária com via principal

Nas esquinas, as fileiras deverão ser mantidas normais ao eixo, até o ponto de interseção. Neste ponto, serão utilizados paralelepípedos ou peças de tamanhos adequados, preparadas para este fim.

•<u>Rejuntamento</u>

Antes da aplicação da argamassa de rejuntamento, será utilizado água para umidificar o colchão de areia para ser feita a compactação manualmente ou com auxílio de placa vibratória dos paralelepípedos já assentados.

Com argamassa de cimento e areia o rejuntamento consistirá do preenchimento das juntas com argamassa, traço 1:3, rica em cimento (mínimo de 330kg de cimento por m³ de argamassa).

Não será permitida a mistura dos componentes da argamassa sobre o pavimento, a sua introdução nas juntas através de varredura ou a melhoria da trabalhabilidade através do aumento do fator água/cimento.

A cura da superfície das juntas preenchidas com esta argamassa deverá se proceder pelo menos durante 14 dias após sua aplicação, devendo a liberação para o tráfego ser feita somente após 21 dias.

•Compactação

Durante a compactação, a rolagem deverá progredir dos bordos para o centro, paralelamente ao eixo da pista, de modo uniforme, cada passada atingindo a metade da outra faixa de rolamento, até quando não se observar mais nenhuma movimentação pela passagem do equipamento.

Qualquer irregularidade de depressão que venha a surgir durante a compactação deverá ser prontamente corrigida, removendo-se e recompondo-se os paralelepípedos com maior ou menor adição do material de assentamento, em quantidade suficiente para completa correção do defeito verificado. O número de passadas deverá ser de, no mínimo 3.

A compactação das partes inacessíveis aos rolos compactadores deverá ser efetuada por meio de soquetes manuais adequados. Poderão ser adotados outros métodos e equipamentos de compactação, a critério da Fiscalização.

•Controle de Materiais

Será inspecionada previamente a qualidade dos materiais conforme indicação do projeto, especificações próprias e normas da ABNT, exigindo-se a seleção prévia de tamanhos e tipos. O material que não atender as especificações será rejeitado e imediatamente retirado do trecho da obra ou do canteiro sem ônus à contratante.

Areia para a base:

Serão efetuados ensaios de Granulometria, Limite de Liquidez e índice de Plasticidade com amostras das primeiras carradas de areia que chegarem na obra. Serão adotadas, como parâmetros de avaliação da qualidade do material, as seguintes especificações:

DNER-ME 080/94- Solos- análise granulométrica por peneiramento;

DNER-ME 122/94- Solos- determinação e método expedito;

DNER-ME082/94-Solos- determinação do limite de plasticidade.

Paralelepípedos:

Os paralelepípedos deverão ser originários de rochas graníticas de formato regular e atender os requisitos das normas vigentes no que se refere à natureza ou origem, à regularidade geométrica e às dimensões mínimas e máximas recomendáveis.

As dimensões das pedras serão controladas por medições diretas com trena. Numa mesma fileira será tolerado, no máximo, 10% de pedras com qualquer das dimensões fora dos limites especificados em projeto.

Controle Geométrico:

Após executado cada trecho de pavimento, deverá ser procedida a relocação e o nivelamento do eixo e dos bordos, de 20 m em 20 m ao longo do eixo para verificação da largura e da espessura do pavimento em relação ao projeto.

Quando ao controle Geométrico do pavimento, o trecho será aceito quando:

A sua largura for igual ou maior que a definida no projeto em até 1%, não sendo aceitas larguras inferiores às determinadas. Nas pavimentações urbanas restritas por calçadas ou outros elementos, a largura deverá ser exatamente a definida em projeto;

A superfície dos paralelepípedos assentados, verificada por uma régua de 3,0m de comprimento, disposta paralelamente ao eixo longitudinal do pavimento, apresentar afastamento inferior a 1,5cm;

A espessura média do pavimento for igual ou maior que a espessura de projeto e a diferença entre o maior e o menor valor obtido para as espessuras for, no máximo, de 1cm.

Se o trecho não for aceito deverá ser adotada, a critério da Fiscalização, o aproveitamento do pavimento com restrições ao carregamento ou ao uso ou a demolição e reconstrução pavimento.

O pavimento será medido em metros quadrados de pavimentação pronta, conforme projeto e não serão medidos quantitativos de serviços superiores aos indicados no projeto, salvo com autorização expressa da Fiscalização.

Documentos de Referência

- DER/CE - Especificações Gerais para Serviços de Obras Rodoviárias;
- DNER - ME 080/94 - Solos - análise granulométrica por peneiramento;

- DNER - ME 122/94 - Solos - determinação do limite de liquidez - método de referência e método expedito;
- DNER - ME 082/94 - Solos - determinação do limite de plasticidade;
- DNER - ES 299/97 - Regularização do subleito;
- DNER - ES 300/97 - Reforço de subleito;
- Manual de Pavimentação - DNER, 1996.

5.5 ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO)

Os assentamentos dos meios-fios deverão ser apoiados sobre base adequada e rejuntados com argamassa de cimento e areia. Consiste na fabricação in loco de dispositivos laterais ao pavimento em aterros, canteiros centrais e elementos de interseções, com o duplo objetivo de direcionar fisicamente o tráfego atuante e conduzir as águas precipitadas sobre a pista e passeios para as bocas de lobo, caixas coletoras ou descidas d'água em aterros.

Este processo refere-se à execução de meio-fio em concreto usinado de 20 MPa, envolvendo as seguintes etapas: Escavação de porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no projeto; Execução de formas utilizando tábuas de madeira; As peças devem ter no máximo 1,00m de comprimento, devendo esta dimensão ser reduzida nos trechos em curva; Concretagem do meio-fio; Cura do concreto por, no mínimo, 7 dias consecutivos; Retirada das formas; Rejuntamento com argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida), preparo manual.

5.6 EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO

A execução das calçadas ocorrerá ao final dos serviços de pavimentação das vias. Inicialmente, serão executados os serviços de compactação do solo das áreas a serem tratadas, de acordo com os projetos específicos. Caso não exista nenhum tipo de contenção no bordo oposto à pista, tal como uma edificação, o confinamento do colchão de areia será feito por meios- fios ou por uma contenção em alvenaria de bloco cerâmico, cuja execução será obrigatória neste tipo de calçada.

O concreto será lançado somente depois da base perfeitamente nivelada e

compactada com placa vibratória. O concreto poderá ser executado com usina. Antes do lançamento do concreto serão previamente colocadas, quando previstas, as juntas de dilatação em ripas de madeira ou tiras de PVC ou ainda, com cortes após a cura do concreto. O lançamento do concreto será feito em faixas longitudinais, sendo o seu espalhamento executado pela passagem de réguas de madeira ou metálicas deslizando sobre "mestre" niveladoras, previamente executadas em concreto com traço semelhante àquele a ser utilizado no lastro ou considerando o meio-fio e a contenção lateral, quando for o caso. A espessura do passeio de concreto será de 5cm e a sua superfície terá o acabamento obtido pela passagem das réguas.

Deve-se promover o rebaixamento do passeio e meio-fio, de modo a facilitar a instalação das rampas em concreto ranhurado indicadas no projeto, com inclinação ≤ 8,33%.

5.7 PISO TÁTIL

Nas calçadas com 1,50 m de largura será executado, em toda extensão, piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, para deficientes visuais, nas dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada AC-II, rejuntado.

5.8 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

a)Sinalização Vertical

- Confecção de placa em aço

A sinalização vertical é composta por placas de sinalização que tem por objetivo aumentar a segurança, ajudar a manter o fluxo de tráfego em ordem e fornecer informações aos usuários da via. As placas de sinalização vertical deverão ser confeccionadas em chapas de aço laminado a frio, galvanizado, com espessura de 1,25 mm para placas laterais à rodovia. A reflexibilidade das tarjas, setas, letras do fundo da placa será executada mediante a aplicação de películas refletivas, com coloração invariável, tanto de dia como à noite.

As placas de advertência (GTGT totalmente refletiva) possuem fundo amarelo, bordas e símbolos em preto e devem atender aos requisitos previstos nas normas descritas no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume II – Sinalização Vertical de Advertência do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).

b)Suportes para fixação de placas de sinalização

- Poste de tubo galvanizado

Deverão ser de tubo galvanizado a fogo no diâmetro de 40mm, comprimento de 2,50m ou em função do tamanho da placa e deformidade do terreno a ser implantado.

c) Placas

- Placa de Identificação da Rua

Trata-se de placa esmaltada, nas dimensões 25x45cm, nas cores azul e branca, com identificação do nome e da numeração do logradouro público.

Chapas planas de aço zincadas que deverão atender a norma ABNT NBR 11904/92.



Figura 07: Ilustração de placa para identificação de rua

- Placa de sinalização vertical de regulamentação

Placa de Parada Obrigatória (R-1): Assinala ao condutor que deve parar seu veículo antes de entrar ou cruzar a via/pista.



Figura 08: Ilustração de placa de parada obrigatória

d) Sinalização horizontal das lombadas

A sinalização horizontal devem destacar as lombadas presentes nas vias com o objetivo de assegurar boa visibilidade permitindo a desaceleração e deverá ser executada após limpeza da área que receberá aplicação e de forma mecanizada com pessoal habilitado. Deverá ser executada conforme indicado em projeto e com os materiais de acordo com as Normas Brasileiras 11862 e 16184.

A tinta a ser utilizada deve ser a base de resina acrílica, para sinalização horizontal viária (NBR 11862) e executada por aspersão simples, pois apresentam características de rápida secagem, homogeneização, forte aderência ao pavimento, flexibilidade, ótima resistência à abrasão, perfeito aspecto visual diurno e excelente visualização noturna devido à ótima retenção de esferas de vidro (NBR 16184).

As faixas pretas e amarelas apresentam inclinação de 45º e largura de 40cm, assim como o espaçamento, como detalhe em projeto.

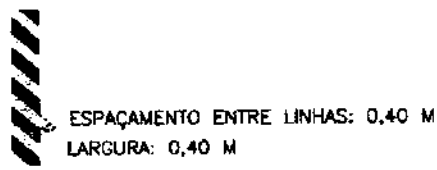


Figura 09: Ilustração da sinalização da lombada.

5.9 LIMPEZA FINAL

Serão devidamente removidos da obra todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e sobras não utilizadas de materiais, ferramentas e acessórios.

Para assegurar a entrega da obra em perfeito estado, a Empresa contratada executará todos os demais arremates que julgar necessários e os que a fiscalização determinar.

Será, finalmente, removido todo o entulho da obra, deixando-a completamente livre e desimpedida de quaisquer resíduos de construção. Serão limpos e varridos os acessos, assim como as áreas adjacentes que porventura tenham recebido detritos provenientes da obra.

A obra será considerada concluída após a emissão do termo de recebimento pela Fiscalização.

Sobradinho-BA, 28 de Setembro de 2021.

Demóstenes Tenório de Almeida
Engenheiro Civil
CREA 180548136-3



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS RUAS 09 E 10 DAS QUADRAS N20 E N22



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA RUA 08 DA QUADRA S09

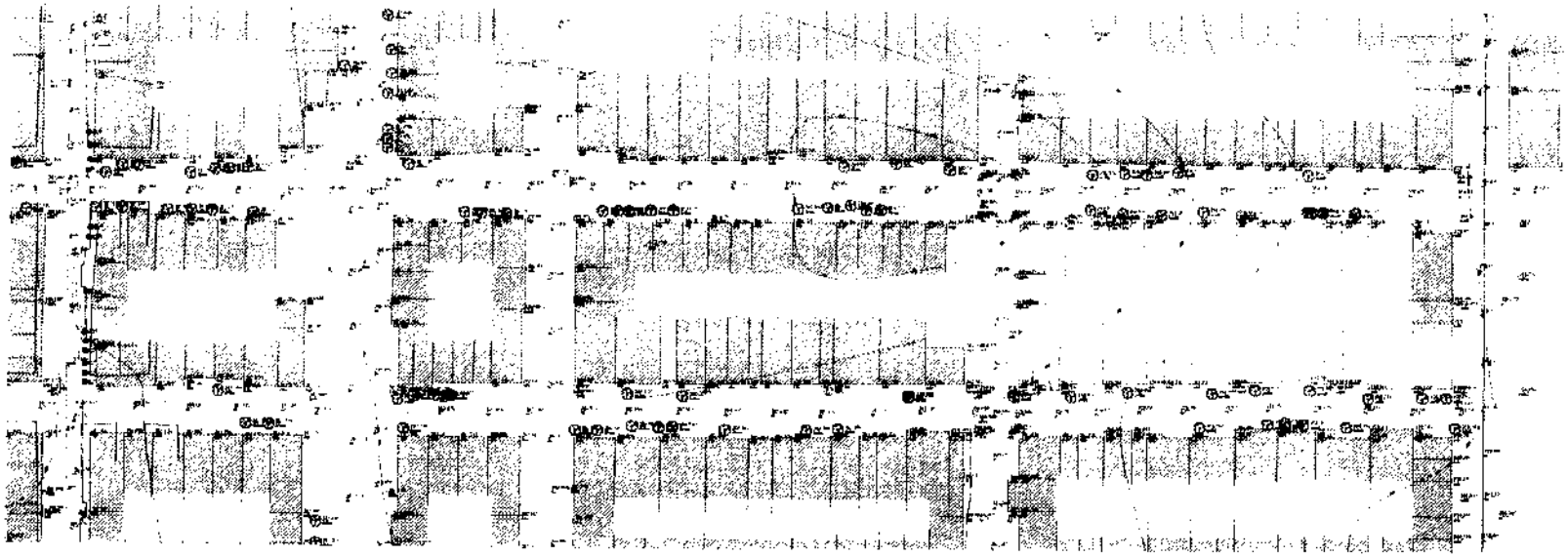
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

PREFEITO: REGIS CLEMYS SAMPAIO BENTO

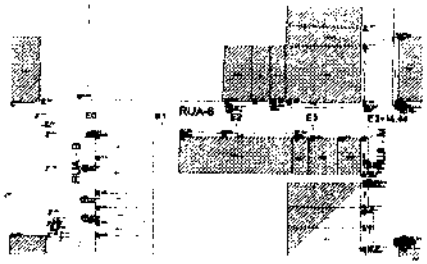
ENDEREÇO	RUAS 09 E 10 - QUADRA N 20-N22 E RUA 08 - QUADRA S09 - VILA SÃO JOAQUIM - SOBRADINHO-BA
RESPONSÁVEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

FOLHA	CONTEÚDO	
01/05	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
DATA		



RUAS 09 E 10 - QUADRA N20 E N22
ESC.: 1/700



RUA 06 - QUADRA S09
ESC.: 1/700

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

PREFEITO: REGIS CLENYS SAMPAIO BENTO

ENDEREÇO: RUAS 09 E 10 - QUADRA N20 N22 E RUA 06 - QUADRA S09 - VILA SÃO JOSÉ DE SOBRADINHO/BA

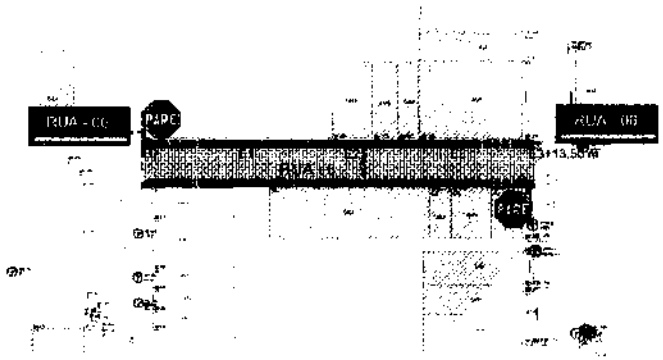
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

560000

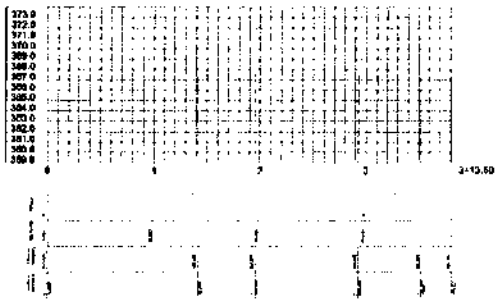
PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

02/05

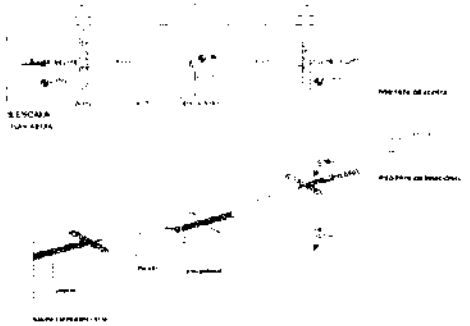
PLANTA DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO



PLANTA BAIXA
ESC.: 1/500



PERFIL LONGITUDINAL
ESC.: 1/500



DETALHE DRENAGEM

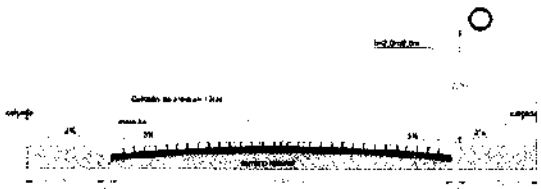
NOME DA RUA: 05 QUADRA 506- TRECHO 01

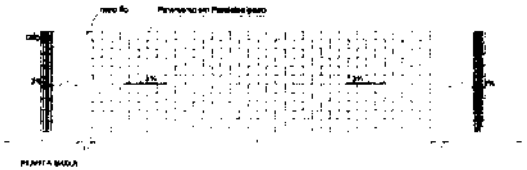
TRECHOS	EXTENSÃO RUA	EXTENSÃO CALÇADA	LARGURA DA CALÇADA	LARGURA DA PISTA	ÁREA DA PISTA	ÁREA DA CALÇADA
TRECHO 01	73,50 m	147,00 m	1,50 m	6,60 m	471,60 m²	199,50 m²

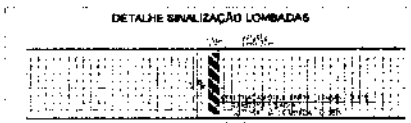
LEGENDA

RAMPA PARA PNE
RUA A SER PAVIMENTADA
RUA JÁ PAVIMENTADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA
PREFEITO: REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO
ENDEREÇO: QUADRA 505 RUA 05 - VILA SÃO JOAQUIM - SOBRADINHO-BA
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA







960000

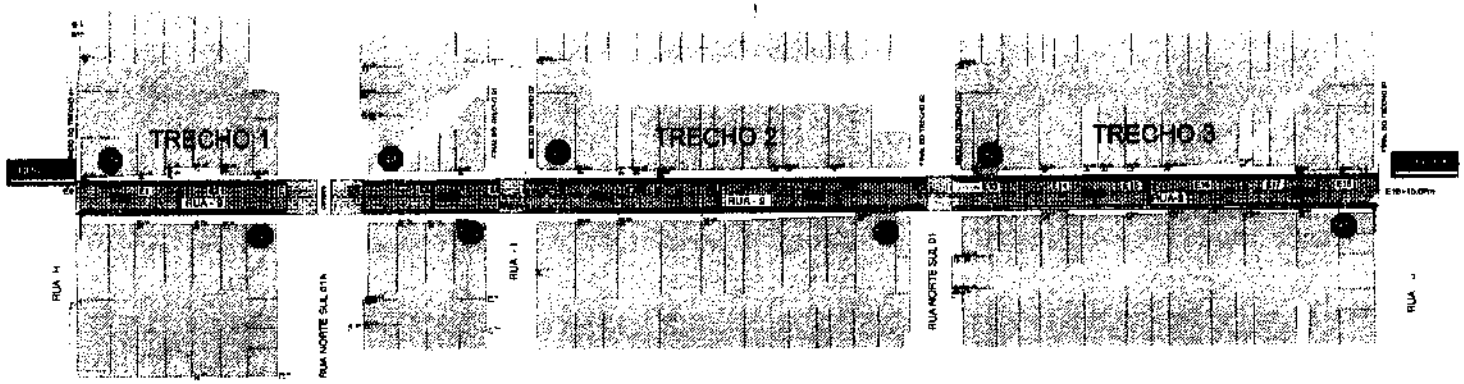
PROJETO
DESASSOREAMENTO E TERRENO DE ALVENARIA - END. CRUZ GRANDE

PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

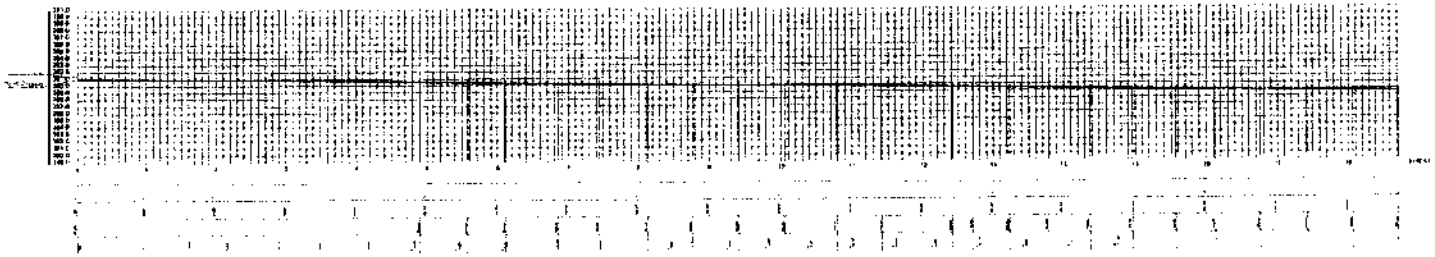
FOLHA 03/05

CONTEÚDO: PLANTA BAIXA RUA / PERFIL LONGITUDINAL
DETALHES CONSTRUTIVOS E SINALIZAÇÃO

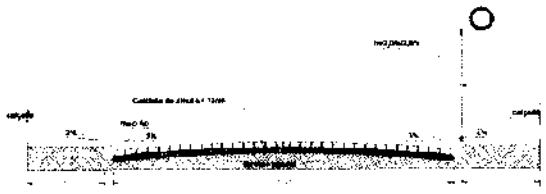
DATA: SETEMBRO/2021
ESCALA: INDICADA
DESENHO:

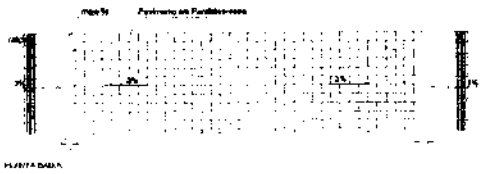


PLANTA BAIXA
ESC.: 1/750

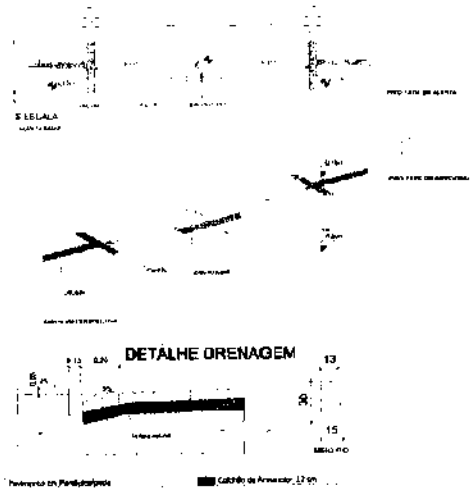


PERFIL LONGITUDINAL
ESC.: 1/750









NOME DA RUA: 08 QUADRA N-20 E N-22

TRECHOS	EXTENSÃO DA RUA	EXTENSÃO DA CALÇADA	LARGURA DA CALÇADA	LARGURA DA VIA(S)	ÁREA DA VIA(S)	ÁREA DA CALÇADA
TRECHO 01	65,20 m	780,50 m	1,50 m	7,00 m	455,40 m²	468,81 m²
TRECHO 02	113,71 m	827,42 m	1,50 m	7,00 m	795,97 m²	841,69 m²
TRECHO 03	111,40 m	848,14 m	1,50 m	7,00 m	841,40 m²	863,21 m²

LEGENDA

- RAMPA PARA PNE
- RUA A SER PAVIMENTADA
- RUA JÁ PAVIMENTADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA
PREFEITO: REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO
ENDEREÇO: QUADRA AZ/F Nº27 RUA 08 – VILA SÃO JOAQUIM - SOBRADINHO-BA
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

160000

PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

FOLHA	CONTEÚDO	ESCALA	DATA	VISTO
04/05	PLANTA BAIXA RUA / PERFIL LONGITUDINAL DETALHES CONSTRUTIVOS E SINALIZAÇÃO	INDICADA	SETEMBRO/2021	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SEAMA

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

LICENÇA AMBIENTAL Nº 00002/2022

VALIDADE: 02 anos

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta o processo nº 0002, de 13 de JANEIRO de 2022, resolve conceder **LICENÇA AMBIENTAL** , válida pelo prazo de 02 (dois) anos, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO BAHIA** inscrito no CNPJ sob o nº 16.444.804/0001-10 para **PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO** localizada na RUA 06 TRECHO 1 QUADRA S09 , (com coordenadas geográficas 09° 28' .24" - S e 40° 47'.52", RUA 9 QUADRA N20,RUA 10 QUADRA N20 e (com coordenadas geográficas 09° 27' .54" - S e 40° 47'.45"RUA 10 QUADRA N20 (com coordenadas geográficas 09° 27' .52" - S e 40° 47'.45"Município de Sobradinho-BA, mediante o cumprimento da legislação ambiental vigente e das condicionantes apresentadas nesta licença.
SOBRADINHO 13 de JANEIRO de 2022

CARLOS JARQUES CANTURIL DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA
Decreto Municipal: nº 014, de Janeiro de 2021.

000093

CONDICIONANTES: **I-** Considerando que a presente Licença Ambiental Prévia – LPA, refere-se a uma obra de infraestrutura urbana em vias públicas e que constitui-se em uma atividade de baixo impacto ambiental o órgão responsável pela intervenção assume o compromisso, perante a SEAMA, de cumprir rigorosamente a legislação ambiental e atender as condicionantes determinadas para emissão da licença. **II-** Solicitar previamente a SEAMA, quando for o caso, autorização ambiental para realizar qualquer alteração no projeto, durante a execução da obra. **III-** Seguir rigorosamente as normas estabelecidas para a destinação final dos rejeitos originados durante a execução da obra. **IV-**Esta licença refere-se a análise de viabilidade ambiental de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Sobradinho-BA, cabendo ao interessado obter Anuência e/ ou Autorização das outras instâncias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber, para que a mesma alcance efeitos legais;
SOBRADINHO 13 de JANEIRO de 2022.

Este Certificado refere-se exclusivamente à situação de regularização ambiental no âmbito da atividade descrita, não abrangendo outros empreendimentos ou atividades do mesmo requerente.

CARLOS JARQUES CANTURIL DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA
Decreto Municipal: nº 014, de Janeiro de 2021.

660000

DESPACHO: A U T O R I Z O a contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho, conforme solicitado pela Secretária de Convênios (C.I. Nº. 027/2022/CONVÊNIOS). Encaminho ao Departamento de Finanças e Contabilidade para informar sobre a disponibilidade financeira, em seguida remeter o processo ao Departamento de Gestão de Contratos, de Bens e Serviços/Divisão de Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis.

Sobradinho (BA), 11 de maio de 2022.

Régis Cleyvis Sampaio Bento
Prefeito Municipal

DESPACHO: Informo que há disponibilidade orçamentária correspondente ao valor de **R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos)** visando a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho, conforme solicitado pela Secretária de Convênios (C.I. Nº. 027/2022/CONVÊNIOS),** nos recursos declinados no despacho do Chefe deste Poder, a saber:

Secretaria: 02.010.000 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Atividade: 1.026 – Const. Manut. Rec de praças, paviment. Ciclovias e bens de uso comum.
Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações
Fonte: 00/42/24

Sobradinho (BA), 11 de maio de 2022.

Wanderlan Ribeiro da Silva
Matrícula 12649
Departamento de Finanças e Contabilidade

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

DECRETO Nº. 03, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.

"Dispõe sobre a nomeação de servidores para integrar a Comissão Permanente de Licitação – CPL, e dá outras providencias."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRADINHO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, V, da Lei Orgânica do Município de Sobradinho/BA,

CONSIDERANDO que a administração pública do município tem necessidade de adquirir bens e serviços, sendo que, tais bens e serviços dependem da prévia realização de certame licitatório e que, nos termos da legislação vigente, este procedimento deve ser conduzido por uma comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, XVI, bem como o §4º do art.51, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA os servidores:

I – **THACIANA CARLA SILVA MANGABEIRA**, servidora comissionada, matrícula nº. 10.467 - **PRESIDENTE**;

II - **KATIUSCIA RIVELLI BEZERRA DA SILVA**, servidora efetiva, matrícula nº. 2407 - **MEMBRO**;

III- **CHARLTON EMANOEL NOGUEIRA SANTANA**, servidor efetivo, matrícula nº. 800 - **MEMBRO;**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de Janeiro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO, ESTADO DA BAHIA, EM 10 DE JANEIRO DE 2022.

Regis Cleivys Sampaio Bento
Prefeito Municipal

Hélder Luiz Freitas Moreira
Procurador-Geral do Município

Este documento está disponibilizado no site www.impublicacoes.org/pm_sobradinho
Documento assinado digitalmente conforme MP nº - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Imprensa Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS, DE BENS E SERVIÇOS
DIVÍSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 072/2022
Tomada de Preço Nº. 005/2022

Certificamos que, nesta data, em cumprimento a determinação do Prefeito Municipal, autuamos o presente Processo Administrativo sob o nº. 072/2022, destinado ao processamento da licitação na modalidade Tomada de Preços Nº. 005/2022, destinado a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho, conforme solicitado pela Secretária de Convênios (C.I. Nº. 027/2022/CONVÊNIOS)** e seus anexos.

Cujo valor global estimado da contratação corresponde a R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos).

Processo autuado e numerado, aos 11 dias do mês de MAIO do ano de DOIS MIL E VINTE E DOIS, como determina a Lei nº 8666/93. Eu, _____, **Thaciana Carla Silva Mangabeira** – Presidente da CPL (Decreto nº. 003/2022), lavrei o presente termo que segue assinado pelos membros da CPL.

Katiucia Rivelli Bezerra da Silva
Membro da CPL

Charlton Emanoel Nogueira Santana
Membro da CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ___/20__
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ___/20__
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
T I P O - MENOR PREÇO GLOBAL

MINUTA EDITAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA**, Estado da Bahia, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna pública e dá ciência aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global** nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e à Lei Complementar n° 123, de 2006 com as suas alterações, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos, que objetiva a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.**

A cópia da íntegra deste Edital ficara disponível para análise prévia pelos interessados no Site http://www.sobradinho.ba.gov.br/. Já o dos elementos que o integram, assim como (memorial descritivo, Planilha Orçamentaria, Plantas e Projetos), serão fornecidos aos interessados gratuitamente em Mídia de CD, PEN DRIVE, após preenchimento da retirada do mesmo para futura comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, junto ao setor de licitações, localizado Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, no Setor de Licitação, no Setor de Licitação.
Nos casos de impressão do Edital, o mesmo será disponibilizado após o pagamento prévio de emolumento no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cobrir custos administrativos inerentes a reprodução gráfica.

ABERTURA DOS ENVELOPES

Os envelopes 01 (Habilitação) e 02 (Proposta de Preços) deverão ser entregues na sala de reuniões da COPEL, situada a Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, em sessão pública a ser realizada às __:__ horas do dia __ **de** _____ **de 20__**.

Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado neste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

O objeto desta licitação é **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório,** conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Projeto Básico devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.1. ANEXO I - Projeto Básico

1.2. ANEXO II - Planilha Orçamentária

1.2.1. ANEXO II.1 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preço

1.4. ANEXO IV - Modelo do cronograma físico-financeiro

1.5. ANEXO V - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

1.6. ANEXO VI - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte enquadrada no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007

1.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

1.9. ANEXO IX – Modelo de DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1.10. ANEXO X – Modelo de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

1.10. ANEXO XI - Minuta do Contrato

1.11. ANEXO XII - Recibo de Retirada de Edital

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1. DOS CADASTRADOS

2.1.1.1. Participarão desta licitação as empresas inscritas no registro de fornecedores, com credenciamento regular certificado no Registro Cadastral do Município de Sobradinho - BA, nos termos do art. 22, § 2º da Lei 8.666, de 1993.

2.1.2. DOS NÃO CADASTRADOS

2.1.2.1. Participarão desta licitação as empresas não credenciadas no referido cadastro, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Em processo de falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei n° 8.666, de 1993;

2.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8°, inciso V, da Lei n° 9.605, de 1998;

2.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Que estejam reunidas em consórcio;

2.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.10. Que possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar de: I – detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; II – de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.2.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.12. Instituições sem fins lucrativos;

2.2.12.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.2.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para fins de credenciamento, a empresa participante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se entregando copia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, bem como de documento que o indica a participar deste procedimento licitatório e que contenha autorização para responder por sua representada (Licitante). A Credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e deverá vir acompanhada de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário (e suas alterações). Cada credenciado poderá representar apenas um licitante;

3.2. Como documento válido de indicação para credenciamento somente será aceito Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, outorgando, ao representante, poderes específicos para o certamente em referência para a prática de todos os atos inerentes ao certame em nome da empresa representada. Deverá vir acompanhada de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário (e suas alterações) e cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

3.3. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação, mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato social e/ou outro documento constitutivo, devidamente registrado em cartório (e suas alterações). Apresentar copia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

3.4. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social ou Requerimento de empresário (e suas alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, conjuntamente com copia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

3.5. Não será admitida procuração com poderes gerais que não outorguem poderes para prática de atos de processo licitatório;

3.6. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão:

3.7. Os licitantes deverão entregar ao Presidente(a) a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, preferencialmente conforme modelo constante no ANEXO V;

3.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, preferencialmente conforme modelo constante no ANEXO VIII, a fim de usufruir dos benefícios concedidos pela Lei complementar 123/2006;

3.9. Os Documentos de Credenciamento e a declaração acima citados serão entregues ao Presidente em mãos, fora dos envelopes A – HABILITAÇÃO e B – PROPOSTA DE PREÇOS:

3.10. A desistência da proposta só será aceita antes da conclusão da fase de habilitação, conforme 6° do artigo 43 da Lei 8.666/1993.

3.11. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.

4.1.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

4.1.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA** TOMADA DE PREÇO Nº ___/20__ SESSÃO EM __/__/20__ ÀS __:__ HORAS

4.1.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA
TOMADA DE PREÇO Nº ___/20__
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ N° xx.xxx.xxx/0001-xx

ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL SOBRADINHO - BA
TOMADA DE PREÇO Nº ___/20__
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ N° xx.xxx.xxx/0001-xx

4.3. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

4.3.1. No caso de cópia autenticada por servidor da administração esta deverá ser feita por qualquer um dos membros da Comissão de Licitação do Município de Sobradinho - BA, na sala de licitações, em horário de atendimento ao público, preferencialmente até 01 (um) dia útil antes da abertura do certame.

4.3.2. Quando a autenticação for durante a sessão da licitação, os documentos originais poderão ficar retidos até a finalização do processo licitatório.

4.3.3. Somente serão autenticadas pela Comissão fotocópias que possam ser conferidas com documento original.

4.4. Os documentos extraídos via internet e/ou os que possam ter sua autenticidade comprovada pela internet, encontram-se dispensados de apresentação em original ou fotocópia autenticada, podendo a confirmação da autenticidade dos dados ser realizada por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emitente.

4.5. No caso de reconhecimento de firma a Comissão poderá fazer a verificação por semelhança através da carteira de identidade ou documento equivalente, conforme Lei 13.726/2018.

4.6. Os erros formais ou materiais que puderem ser sanados em sessão, não ensejaram em desclassificação, inabilitação ou não credenciamento das participantes.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N° 01)

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, salvo se já tiverem sido apresentados durante a fase de credenciamento.

5.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade do Responsável Legal da empresa;

b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Apresentar em cópia autenticada;

c) Cópia autenticada do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores. Apresentar em cópia autenticada

c.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, sempre em cópias autenticadas;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Apresentar em cópia autenticada;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971. Apresentar em cópia autenticada;

g) Decreto de Autorização, no caso de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Os documentos de habilitação jurídica, já apresentados na fase do Credenciamento, não precisam ser reapresentados.

5.1.2. Relativos à Qualificação Técnica:

a) Certidão de Registro da empresa e do seu responsável técnico na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

b) Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada.

b.1) O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
b.1.1) Nome do contratado e do contratante;
b.1.2) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
b.1.3) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
b.1.4) Localização da obra ou dos serviços;
b.1.5) Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
b.1.6) Data do início e término dos serviços;
b.1.7) Abaixo segue a tabela dos itens de maior relevância técnica de onde serão necessários a comprovação de realização de no mínimo 50%:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARALELEPIPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA) AF 05-2020;	M²	2.558,99
02	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO – FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) . AF_06/2016;	M	741,64
03	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVECIONAL, NÃO ARMADO. AF _07/2016.	M³	41,52

b.1.8) As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
c) Atestado(s) de capacidade técnica-operacional da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
c.1) O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
c.1.1) Nome do contratado e do contratante;
c.1.2) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
c.1.3) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
c.1.4) Localização da obra ou dos serviços;
c.1.5) Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);

c.1.6) Data do início e término dos serviços;

c.1.7) Abaixo segue a tabela dos itens de onde serão necessários a comprovação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARALELEPIPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA) AF 05-2020;	M²	2.558,99
02	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO – FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) . AF_06/2016;	M	741,64
03	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVECIONAL, NÃO ARMADO. AF _07/2016.	M³	41,52

d) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional ENGENHEIRO CIVIL detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente acompanhado(s) das respectivas Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) (CAT), expedido(s) pelo CREA do Estado em que foi realizado o serviço de característica semelhante às do objeto da licitação.

e) A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa licitante dar-se-á através:

e.1) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

e.1.1) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

e.1.2) No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n.º de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, com a última alteração de salário;

e.1.3) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos: Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

e.1.4) declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

e.2) No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

f) Atestado de visita emitido pelo órgão licitante (exclusivamente por Engenheiro da Prefeitura), em nome da licitante, de que ela, por intermédio de engenheiro civil, visitou os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos;

f.1) A visita técnica só será realizada mediante agendamento no setor de Licitações ou de Engenharia da Prefeitura.

f.2) A visita técnica poderá ser substituída por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto a ser licitado.

g) Apresentar relação explicita e declaração formal de disponibilidade, por ocasião da futura contratação, para cumprimento do objeto da licitação.

f.3) **Em relação às licitantes cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar no envelope n. 1, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

a) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

b) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.x) É admissível balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

b.3) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{tivo Circulante + Realizável a Longo Pra:}}{\text{ıssivo Circulante + Passivo Não Circulan}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{ıssivo Circulante + Passivo Não Circulan}}$$

$$LC = \frac{\text{.tivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.5) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b.6) Declaração firmada pelo contador da Licitante em papel timbrado deste, atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo especificados, foram extraídos do balanço do último exercício social já exigível.

c) Conforme art.31, caput III, nas mesmas modalidades previstas no art. 56 desta Lei, limitada a 1% do valor estimado do objeto da Licitação, fica estabelecida a garantia inicial da concorrente, no valor de 1% do valor máximo da contratação **(R$ 7.327,94 (sete mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos))**, a ser recolhida a favor da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, ou nas condições estabelecidas abaixo:

- Títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, e válidos para o mês de abril de 2022:
- Seguro-garantia;
- Fiança – bancária;
- Valor em espécie.

5.1.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (municipal ou estadual), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio da empresa licitante ou da sede da contratante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;

f) Prova de regularidade relativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

5.1.4.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos negativos;

5.1.4.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.1.5. Documentos complementares:

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993);

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital;

c) Declaração de inexistência de Servidor Público da Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA no seu quadro de pessoal;

5.2. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

5.5. Para o julgamento da Habilitação, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

5.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N° 02)

6.1. A proposta de preços, apresentada no envelope nº 02, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo responsável legal, deverá conter, além da razão social e CNPJ da empresa licitante:

6.1.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

6.1.2. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

6.1.2.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão-de-obra, materiais, equipamentos e serviços;

6.1.2.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

6.1.2.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

6.1.2.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

6.2. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

6.2.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

6.2.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

6.2.1.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

6.2.1.2. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

6.2.1.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

6.2.1.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 125, § 7°, II, da Lei n° 12.465, de 2011;

6.2.1.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

6.2.1.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

6.2.2. Planilha orçamentária comparativa entre os preços unitários constantes da planilha elaborada pelo órgão, anexa ao Edital, e os preços unitários propostos pelo licitante.

6.2.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.3.1. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

6.4. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

6.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.8. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.8.1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93

6.9. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.9.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.9.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

6.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

6.12.1. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.15. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).

6.15.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. O licitante deverá apresentar separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta (credenciamento).

7.2. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

7.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

7.2.2. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, § 2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

7.2.1.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores.

7.2.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, sem prejuízo das penalidades incidentes.

8. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

8.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

8.2.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação.

8.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

8.4.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

8.4.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

8.5. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope n° 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

8.6. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 – Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

8.6.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n° 02 – Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

8.6.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

8.7. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

8.8. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram, conforme previsão no art. 48, inc. II, § 3º, da Lei 8.666/93.

8.9. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

9. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Será considerado inabilitado o licitante que:

9.1.1. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007.

9.1.2. Incluir a proposta de preços no Envelope n° 01.

9.2. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

DA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP E SOCIEDADE COOPERATIVA

As empresas enquadradas como Microempresa e Empresa de pequeno porte ou Sociedades Cooperativas equiparadas que desejarem usufruir do tratamento estabelecido, deverá comprovar sua condição mediante apresentação da documentação solicitada.

A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, §2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006;
2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado.

As empresas devem apresentar toda documentação no que tange à regularidade fiscal, ainda que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**

10.1.1. Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

10.2. Também será desclassificada a proposta que:

10.2.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento (salvo erros formais ou materiais que possam ser sanados sem alteração do valor total);

10.2.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

10.2.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;

10.2.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

10.2.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão **R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos)**, ressalvadas as hipóteses admitidas no subitem abaixo;

10.2.6. Apresentar custos unitários superiores à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e IBGE, ou, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil (artigo 125, caput, da Lei nº 12.465, de 2011), ressalvadas as hipóteses a seguir admitidas;

10.2.6.1. Serão admitidos custos unitários superiores à mediana do SINAPI ou SICRO, desde que o preço global e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, já computado o percentual de BDI, fique igual ou abaixo do valor calculado a partir do sistema de referência utilizado, nos termos do artigo 125, § 6°, I, da Lei n° 12.465, de 2011;

10.2.6.2. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite fixado no subitem acima, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo, nos termos do artigo 125, § 6°, VI, da Lei n° 12.465, de 2011;

10.2.7. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante.

10.2.8. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

10.2.8.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou

b) Valor orçado pela Administração.

10.2.8.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei n° 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

10.2.8.3. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;

10.2.8.4. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

10.2.8.5. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

10.3. Não apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

10.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993.

10.5. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

10.6. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou Sociedade Cooperativa Equiparada que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

10.7.1. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

10.7.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

10.7.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de **02 (dois) dias úteis,** contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

10.7.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

10.7.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

10.7.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial.

10.8. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

a) prestados por empresas brasileiras;

b) prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.8.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

10.8.1.1. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

10.8.1.2. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

10.9. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.
10.9.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.
10.9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n° 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
10.10. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

12. DO CONTRATO

12.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
12.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
12.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.
12.2.1. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais
12.3. Ao assinar o contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina do artigo 125, § 6°, III a VI, da Lei n° 12.465, de 2011.
12.4. O contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.
12.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.6. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

13. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1. Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

13.2. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

13.3. Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do Contrato será de 5 meses, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do dos arts. 57, §1° e 79, §5º da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

15.1.2. O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, tendo início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente. Esse prazo poderá ser estendido durante toda a vigência do contrato.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis por ter prazo inferior a 12 meses.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

18.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

18.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

18.2.3. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

18.2.4. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

18.2.5. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

18.2.6. A Contratante terá o prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

18.2.6.1. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

18.2.6.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

18.2.7. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

18.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

18.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei n° 8.666, de 1993; e

c) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

18.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n° 8.212, de 1991.

18.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

18.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

18.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei n° 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

19.1.1. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

19.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

19.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

19.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

20.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

20.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

20.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

20.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

20.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

20.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

21. DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão:
Unidade Orçamentária:
Programa Atividade:
Elemento de Despesa:

Fonte:

22.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

a) não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) cometer fraude fiscal;

g) comportar-se de modo inidôneo

g.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 02% (dois por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Sobradinho-BA pelo prazo de até dois anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

23.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a as penalidades acima estabelecidas.

23.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

23.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

23.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

23.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

23.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24. DOS RECURSOS

24.1. Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

24.1.2. Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

24.1.2.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

24.1.2.2. julgamento das propostas;

24.1.2.3. anulação ou revogação da licitação;

24.1.2.4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.1.2.5. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

24.1.3. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

24.1.4. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade por decisão da autoridade superior.

24.2. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.

24.3.1. A decisão deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do recurso.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

25.1.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

25.2. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail sobradinho.licitacao@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA - CEP: 48.925-000.

25.2.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à Administração responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis;

25.2.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

25.2.2.1. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

25.3. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.5. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.15. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço acima mencionado, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas.

25.16. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Sobradinho-BA, com exclusão de qualquer outro.

Município de Sobradinho -BA, __ de _____ de 20__

_____

PRESIDENTE DA CPL

ANEXO I - Projeto Básico completo

CD – ROM OU ARQUIVO DIGITAL

ANEXO II - Planilha Orçamentária

***VALOR MÁXIMO: R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos)**

CD – ROM OU ARQUIVO DIGITAL

ANEXO II.1 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

CD – ROM OU ARQUIVO DIGITAL

ANEXO III - Modelo de Proposta de Preço

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA
REF.: TOMADA DE PREÇO Nº ___/20__
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

Em referência a publicação da TOMADA DE PREÇO ___/20__, dessa Prefeitura, apresentamos a nossa **PROPOSTA** para execução dos serviços objeto da licitação em referência, devidamente detalhada, assinada (CARIMBADO – CNPJ), e acompanhada do **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO** também devidamente assinado, Carimbado (CNPJ).
O nosso valor incidirá sobre todos os preços unitários indicados na planilha orçamentária da Prefeitura e sobre o valor global do orçamento da obra, indicado no Edital da licitação em referencia é "R$" (_____) e o nosso prazo máximo para conclusão integral dos serviços é de _____ (_____) dias corridos.

Declaramos expressamente que:
a) concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação, estabelecidas na Minuta Padrão do Contrato de Empreitada por preço Global dessa Prefeitura, (Anexo XI);
b) manteremos válida esta proposta pelo prazo de _____ (_____) dias, contados da sua apresentação e abertura;
c) temos pleno conhecimento do local e das condições de execução dos trabalhos, e utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa indicados em nossa proposta e os que forem necessários para a perfeita realização dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim exija a Fiscalização da Prefeitura;
d) na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das Normas Brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura, assumindo desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos de conformidade com as especificações e os padrões dessa Prefeitura.

Esclarecemos, finalmente, que o portador da presente proposta está autorizado e habilitado a prestar a essa COMISSÃO os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

ANEXO IV - Modelo do cronograma físico-financeiro

CD-ROM OU ARQUIVO DIGITAL

ANEXO V - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATOS IMPEDITIVOS

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório TP ___/20__, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e Local

_____

(nome, carimbo e assinatura do responsável legal da empresa)

ANEXO VI - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ___/20__
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
TIPO - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO – Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A signatária_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº_____ e CPF nº_____, declara par aos devidos fins do disposto no Inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim( ) **Não ( )**

Município de _____, data de _____

_____

(nome, carimbo e assinatura e do responsável legal da empresa)

ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa enquadrada.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ___/20__
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
TIPO - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO – Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital da TOMADA DE PREÇO nº ___/20__, promovido pela Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA, marcado para às __:__ horas do dia __/__/20__, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicilio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e alterações posteriores.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

(Identificação completa do representante da Proponente), como representante devidamente constituído da empresa (Identificação completa da Proponente) doravante denominado (Proponente), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- A proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇO ___/20__ foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO ___/20__, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação TOMADA DE PREÇO ___/20__ não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO ___/20__, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO ___/20__ quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇO ___/20__ não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO ___/20__ antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

CIDADE, ___ DE _____ DE 20xx.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IX – Modelo de DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ___/20__
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
TIPO - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO – Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

ANEXO X – Modelo de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, não possuir em seu quadro de pessoal qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregador do poder executivo da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

ANEXO XI - Minuta do Contrato

Termo de Contrato de execução de obras que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA** e a Empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.**

CONTRATO Nº _____/20xx

O MUNICÍPIO DE SOBRADINHO- BA, entidade jurídica de direito público interno, com sede na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 16.444.804/0001-10, representada pelo Prefeito, Sr. **REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO,** inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° 002.905.395-10 e portador do RG n° 866398970 SSP/BA, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,** pessoa jurídica de direito privado, com sede (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ/MF sob nº. XX.XXX.XXX/XXX-XX, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contratação de execução de serviços, devidamente autorizado mediante TOMADA DE PREÇO nº ___/20__ e Processo Administrativo nº ___/20__, Tipo Menor Preço por empreitada Global, que se regerá pela com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1. O contrato tem por objeto a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho.**

1.1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico, Edital da **TOMADA DE PREÇO nº ___/20__**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

1.1.3. Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico.

2. [redacted]

2.1. A obra será realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

3. [redacted]

3.1. A obra será executada no município de Sobradinho- BA.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, tendo início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente. Esse prazo poderá ser estendido durante toda a vigência do contrato.

3.2. A execução contratual obedecerá ao cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.

4. [redacted]

4.1. A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

4.1.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

4.1.2. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

4.1.3. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Básico, nos termo do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.3.1. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

4.1.4. Assegurar à CONTRATANTE:

4.1.4.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

4.1.4.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4.1.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

4.1.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.7. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

4.1.8. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.1.9. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

4.1.10. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

4.1.11. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

4.1.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

4.1.14. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.15. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.16. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

4.1.17. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

4.1.18. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

4.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

4.1.20. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

4.1.21. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

4.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

4.1.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

4.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.1.25. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

4.1.26. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

4.1.27. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

4.1.28. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou

neste contrato;

4.1.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.1.30. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

4.1.31. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;

4.1.32. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

4.1.33. **A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;**

5. [redacted]

5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico e seus anexos.

5.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. [redacted]

6.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. [redacted]

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;

7.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na

execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

7.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

7.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. [redacted]

8.1. O valor do contrato é de **R$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXXX)**.

8.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

9. [redacted]

9.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **05% (Cinco por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **05 (cinco)** dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b. Seguro-garantia; ou

c. Fiança bancária.

9.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei n° 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

9.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na conta corrente nº. xxxx, agência xxxx, Banco xxxxx – cidade XXXXXXXXX-BA, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

9.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

10. [redacted]

10.1. O prazo de vigência do Contrato será de **05 meses**, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

11. [redacted]

11.1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

11.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

11.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

11.2.1.4. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.2.2. A CONTRATANTE terá o prazo de **15 (Quinze) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

11.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

11.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

11.2.3. Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

11.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

11.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

11.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n° 8.212, de 1991.

11.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12. [redacted]

12.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

12.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

12.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

12.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

12.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

12.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13. [redacted]

13.1.1. Os preços serão reajustados anualmente com base no INCC, ou outro índice que o venha a substituir, podendo, entretanto, serem repactuados, a qualquer tempo, conforme acordo entre as partes.

14. [redacted]

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão:
Unidade Orçamentária:
Programa Atividade:
Elemento de Despesa:
Fonte:

14.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

15. [redacted]

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei n° 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

15.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

15.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

16. [redacted]

16.1. Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

16.2. As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, III, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.3. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, IV, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.3.1. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite de proporcionalidade acima fixado, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo (artigo 125, § 6°, VI, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.4. Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

17. [redacted]

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **30 (trinta) dias**.

17.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de até **02% (dois por cento)** sobre o valor total da contratação;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Sobradinho-BA pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. [redacted]

18.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n° 8.666, de 1993:

I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV. o atraso injustificado no início do serviço;

V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções

penais cabíveis.

18.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

18.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

18.3.3. judicial, nos termos da legislação.

18.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

18.5.1. devolução da garantia;

18.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

18.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

18.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.7.3. Indenizações e multas.

19. [redacted]

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações da Lei complementar 147/2014, e na Lei nº 8.666, de 1993.

20. [redacted]

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

21. [redacted]

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Sobradinho, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

21.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Sobradinho - BA, ____ de _____ de 20xx.

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO - BA
REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO - PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE - _____
CONTRATADA

ANEXO XII

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO nº ___/20__

RAZÃO SOCIAL_____

CNPJ Nº_____

ENDEREÇO_____

E-MAIL:_____TEL_____FAX_____

CIDADE_____ESTADO_____

PESSOA PARA CONTATO_____

Recebemos, através do:

( ) via E-mail
( ) acesso à página da internet_____;
( ) fax a cobrar nº;
( ) cópia impressa, mediante recolhimento do valor de R$_____;
( ) fotocópia por conta da empresa licitante

_____ - __, _____de_____de 20xx

_____
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura ente a Comissão de Licitação e a empresa licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do Edital e remeter à Comissão.

A não remessa do recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, todavia não impede a participação do mesmo no certame.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS, DE BENS E SERVIÇOS
DIVÍSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DA: Comissão de Pregão do Município
A: Procuradoria do Município de Sobradinho
ASSUNTO: Processo de licitação destinado a "**contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho, conforme solicitado pela Secretária de Convênios (C.I. Nº. 027/2022/CONVÊNIOS)** - e especificações descritas no ANEXO I deste Edital.

Em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº. 8.666/93, solicitamos examinar a **minuta do Edital e anexos, entre eles, a Minuta de Termo de Contrato**, referentes ao **Processo Administrativo nº. 072/2022**, destinado à licitação na modalidade **Tomada de Preços Nº. 005/2022**, cujo objeto consta acima especificado.

Para apreciação e elaboração de parecer jurídico segue os autos do processo em tela contendo 01 (um) volume.

Sobradinho (BA), 12 de maio de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL
Decreto nº. 003/2022

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. TOMADA DE PREÇOS. ART 22, II, DA LEI DE LICITAÇÕES. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022

Cuida-se de processo administrativo encaminhado pela Divisão de Licitações e Contratos, através da Presidente da CPL, cujo objeto é "selecionar proposta destinada a contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho". **Tipo: menor preço, julgamento global, sob regime de empreitada por preço global.** A modalidade de licitação escolhida – a tomada de preços – é adequada, em razão do valor estimado da contratação e da natureza do objeto.

Preliminarmente, considera-se conveniente a consignação de que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam nos autos do processo administrativo em epígrafe até a presente data, e que, à luz do disposto no instrumento contratual, incumbe a esta Assessoria Jurídica, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Para melhor análise do quanto solicitado, a Comissão acima fez referida fez juntar com seu expediente o Contrato de Repasse Assinado, ART do Engenheiro, Cronograma Físico Financeiro, Memória de Cálculo, Planilha de Levantamento de Eventos, Planilha Orçamentária, Quadro de Composição do BDI, Quadro de Composição do Investimento, Mapas, Especificação Técnica e Plantas, bem assim a escolha do procedimento a ser adotado.

Necessário ainda destacar que esta Procuradoria não tem qualquer gerência/responsabilidade sobre as fontes e valores apresentados no presente procedimento. Cabe assim, tão somente, à Secretaria contratante certificar a adequação dos valores apresentados à realidade do mercado local.

Cumpre destacar, de igual modo, que a minuta de edital apresentada atende aos dispositivos legais estabelecidos à espécie.

Por isso, em atendimento ao disposto no art. 38, inc. VI c/c Parágrafo Único da Lei de Licitações, nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, esta Procuradoria Municipal aprova a minuta do edital, seus anexos e a tramitação processual administrativa do procedimento *in foco*.

S.M.J. é o Parecer!

Sobradinho/BA, 12 de maio de 2022.

Fabrício de Aguiar Marcula
Procurador-Geral do Município
Decreto nº 028/2022

Hélder Luiz Freitas Moreira
Subprocurador Geral do Município
Decreto nº 029/2022

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2022
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
T I P O - MENOR PREÇO GLOBAL

EDITAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA**, Estado da Bahia, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna pública e dá ciência aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global** nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e à Lei Complementar n° 123, de 2006 com as suas alterações, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos, que objetiva a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.**

A cópia da íntegra deste Edital ficara disponível para análise prévia pelos interessados no Site http://www.sobradinho.ba.gov.br/. Já o dos elementos que o integram, assim como (memorial descritivo, Planilha Orçamentaria, Plantas e Projetos), serão fornecidos aos interessados gratuitamente em Mídia de CD, PEN DRIVE, após preenchimento da retirada do mesmo para futura comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, junto ao setor de licitações, localizado Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, no Setor de Licitação, no Setor de Licitação.
Nos casos de impressão do Edital, o mesmo será disponibilizado após o pagamento prévio de emolumento no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cobrir custos administrativos inerentes a reprodução gráfica.

ABERTURA DOS ENVELOPES

Os envelopes 01 (Habilitação) e 02 (Proposta de Preços) deverão ser entregues na sala de reuniões da COPEL, situada a Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, em sessão pública a ser realizada às **10:00** horas do dia **30 de maio de 2022**.

Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado neste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

O objeto desta licitação é **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório,** conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Projeto Básico devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.1. ANEXO I - Projeto Básico

1.2. ANEXO II - Planilha Orçamentária

1.2.1. ANEXO II.1 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preço

1.4. ANEXO IV - Modelo do cronograma físico-financeiro

1.5. ANEXO V - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

1.6. ANEXO VI - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

1.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

1.9. ANEXO IX – Modelo de DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1.10. ANEXO X – Modelo de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

1.10. ANEXO XI - Minuta do Contrato

1.11. ANEXO XII - Recibo de Retirada de Edital

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1. DOS CADASTRADOS

2.1.1.1. Participarão desta licitação as empresas inscritas no registro de fornecedores, com credenciamento regular certificado no Registro Cadastral do Município de Sobradinho - BA, nos termos do art. 22, § 2º da Lei 8.666, de 1993.

2.1.2. DOS NÃO CADASTRADOS

2.1.2.1. Participarão desta licitação as empresas não credenciadas no referido cadastro, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Em processo de falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei n° 8.666, de 1993;

2.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8°, inciso V, da Lei n° 9.605, de 1998;

2.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Que estejam reunidas em consórcio;

2.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.10. Que possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar de: I – detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; II – de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.2.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.12. Instituições sem fins lucrativos;

2.2.12.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.2.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para fins de credenciamento, a empresa participante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se entregando copia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, bem como de documento que o indica a participar deste procedimento licitatório e que contenha autorização para responder por sua representada (Licitante). A Credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e deverá vir acompanhada de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário (e suas alterações). Cada credenciado poderá representar apenas um licitante;

3.2. Como documento válido de indicação para credenciamento somente será aceito Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, outorgando, ao representante, poderes específicos para o certamente em referência para a prática de todos os atos inerentes ao certame em nome da empresa representada. Deverá vir acompanhada de cópia autenticada de Estatuto, Contrato Social ou Requerimento de empresário (e suas alterações) e cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

3.3. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação, mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato social e/ou outro documento constitutivo, devidamente registrado em cartório (e suas alterações). Apresentar copia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

3.4. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social ou Requerimento de empresário (e suas alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, conjuntamente com copia autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

3.5. Não será admitida procuração com poderes gerais que não outorguem poderes para prática de atos de processo licitatório;

3.6. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão:

3.7. Os licitantes deverão entregar ao Presidente(a) a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, preferencialmente conforme modelo constante no ANEXO V;

3.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, preferencialmente conforme modelo constante no ANEXO VIII, a fim de usufruir dos benefícios concedidos pela Lei complementar 123/2006;

3.9. Os Documentos de Credenciamento e a declaração acima citados serão entregues ao Presidente em mãos, fora dos envelopes A – HABILITAÇÃO e B – PROPOSTA DE PREÇOS:

3.10. A desistência da proposta só será aceita antes da conclusão da fase de habilitação, conforme 6° do artigo 43 da Lei 8.666/1993.

3.11. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.

4.1.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

4.1.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA** TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022 SESSÃO EM 30/05/2022 ÀS **10:00** HORAS

4.1.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ N° **xx.xxx.xxx/0001-xx**

ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL SOBRADINHO - BA
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ N° **xx.xxx.xxx/0001-xx**

4.3. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
4.3.1. No caso de cópia autenticada por servidor da administração esta deverá ser feita por qualquer um dos membros da Comissão de Licitação do Município de Sobradinho - BA, na sala de licitações, em horário de atendimento ao público, preferencialmente até 01 (um) dia útil antes da abertura do certame.
4.3.2. Quando a autenticação for durante a sessão da licitação, os documentos originais poderão ficar retidos até a finalização do processo licitatório.
4.3.3. Somente serão autenticadas pela Comissão fotocópias que possam ser conferidas com documento original.
4.4. Os documentos extraídos via internet e/ou os que possam ter sua autenticidade comprovada pela internet, encontram-se dispensados de apresentação em original ou fotocópia autenticada, podendo a confirmação da autenticidade dos dados ser realizada por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emitente.
4.5. No caso de reconhecimento de firma a Comissão poderá fazer a verificação por semelhança através da carteira de identidade ou documento equivalente, conforme Lei 13.726/2018.
4.6. Os erros formais ou materiais que puderem ser sanados em sessão, não ensejaram em desclassificação, inabilitação ou não credenciamento das participantes.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N° 01)

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, salvo se já tiverem sido apresentados durante a fase de credenciamento.

5.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade do Responsável Legal da empresa;

b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Apresentar em cópia autenticada;

c) Cópia autenticada do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores. Apresentar em cópia autenticada

c.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, sempre em cópias autenticadas;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Apresentar em cópia autenticada;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971. Apresentar em cópia autenticada;

g) Decreto de Autorização, no caso de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Os documentos de habilitação jurídica, já apresentados na fase do Credenciamento, não precisam ser reapresentados.

5.1.2. Relativos à Qualificação Técnica:

a) Certidão de Registro da empresa e do seu responsável técnico na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

b) Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

b.1) O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
b.1.1) Nome do contratado e do contratante;
b.1.2) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
b.1.3) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
b.1.4) Localização da obra ou dos serviços;
b.1.5) Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
b.1.6) Data do início e término dos serviços;
b.1.7) Abaixo segue a tabela dos itens de maior relevância técnica de onde serão necessários a comprovação de realização de no mínimo 50%:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARALELEPIPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA) AF 05-2020;	M²	2.558,99
02	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO – FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) . AF_06/2016;	M	741,64
03	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVECIONAL, NÃO ARMADO. AF _07/2016.	M²	41,52

b.1.8) As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
c) Atestado(s) de capacidade técnica-operacional da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
c.1) O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
c.1.1) Nome do contratado e do contratante;
c.1.2) Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
c.1.3) Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
c.1.4) Localização da obra ou dos serviços;
c.1.5) Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);

c.1.6) Data do início e término dos serviços;

c.1.7) Abaixo segue a tabela dos itens de onde serão necessários a comprovação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARALELEPIPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA) AF 05-2020;	M²	2.558,99
02	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO – FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) . AF_06/2016;	M	741,64
03	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVECIONAL, NÃO ARMADO. AF _07/2016.	M³	41,52

d) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional ENGENHEIRO CIVIL detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente acompanhado(s) das respectivas Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) (CAT), expedido(s) pelo CREA do Estado em que foi realizado o serviço de característica semelhante às do objeto da licitação.

e) A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa licitante dar-se-á através:

e.1) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

e.1.1) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

e.1.2) No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n.º de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, com a última alteração de salário;

e.1.3) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos: Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

e.1.4) declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

e.2) No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

f) Atestado de visita emitido pelo órgão licitante (exclusivamente por Engenheiro da Prefeitura), em nome da licitante, de que ela, por intermédio de engenheiro civil, visitou os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos;

f.1) A visita técnica só será realizada mediante agendamento no setor de Licitações ou de Engenharia da Prefeitura.

f.2) A visita técnica poderá ser substituída por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto a ser licitado.

g) Apresentar relação explicita e declaração formal de disponibilidade, por ocasião da futura contratação, para cumprimento do objeto da licitação.

f.3) **Em relação às licitantes cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar no envelope n. 1, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

a) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

b) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.x) É admissível balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

b.3) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$G = \frac{\text{tivo Circulante + Realizável a Longo Pra}}{\text{ıssivo Circulante + Passivo Não Circulan}}$$

$$G = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{ıssivo Circulante + Passivo Não Circulan}}$$

$$C = \frac{\text{tivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.5) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b.6) Declaração firmada pelo contador da Licitante em papel timbrado deste, atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo especificados, foram extraídos do balanço do último exercício social já exigível.

c) Conforme art.31, caput III, nas mesmas modalidades previstas no art. 56 desta Lei, limitada a 1% do valor estimado do objeto da Licitação, fica estabelecida a garantia inicial da concorrente, no valor de 1% do valor máximo da contratação **(R$ 7.327,94 (sete mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos))**, a ser recolhida a favor da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, ou nas condições estabelecidas abaixo:

- Títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, e válidos para o mês de abril de 2022:
- Seguro-garantia;
- Fiança – bancária;
- Valor em espécie.

5.1.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (municipal ou estadual), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio da empresa licitante ou da sede da contratante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;

f) Prova de regularidade relativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

5.1.4.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos negativos;

5.1.4.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.1.5. Documentos complementares:

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993);

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital;

c) Declaração de inexistência de Servidor Público da Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA no seu quadro de pessoal;

5.2. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

5.5. Para o julgamento da Habilitação, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

5.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. A proposta de preços, apresentada no envelope nº 02, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo responsável legal, deverá conter, além da razão social e CNPJ da empresa licitante:

6.1.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

6.1.2. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

6.1.2.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão-de-obra, materiais, equipamentos e serviços;

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

6.1.2.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

6.1.2.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

6.1.2.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

6.2. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

6.2.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

6.2.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

6.2.1.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

6.2.1.2. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

6.2.1.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

6.2.1.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 125, § 7°, II, da Lei n° 12.465, de 2011;

6.2.1.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

6.2.1.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

6.2.2. Planilha orçamentária comparativa entre os preços unitários constantes da planilha elaborada pelo órgão, anexa ao Edital, e os preços unitários propostos pelo licitante.

6.2.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.3.1. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

6.4. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

6.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.8. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.8.1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93

6.9. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.9.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.9.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

6.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

6.12.1. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.15. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

6.15.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. O licitante deverá apresentar separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta (credenciamento).

7.2. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

7.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

7.2.2. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, § 2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

7.2.1.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores.

7.2.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006 e alterações posteriores, sem prejuízo das penalidades incidentes.

8. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

8.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

8.2.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação.

8.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

8.4.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

8.4.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

8.5. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope n° 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

8.6. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 – Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

8.6.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n° 02 – Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

8.6.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

8.7. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

8.8. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram, conforme previsão no art. 48, inc. II, § 3º, da Lei 8.666/93.

8.9. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

9. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Será considerado inabilitado o licitante que:

9.1.1. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007.

9.1.2. Incluir a proposta de preços no Envelope n° 01.

9.2. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

DA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP E SOCIEDADE COOPERATIVA

As empresas enquadradas como Microempresa e Empresa de pequeno porte ou Sociedades Cooperativas equiparadas que desejarem usufruir do tratamento estabelecido, deverá comprovar sua condição mediante apresentação da documentação solicitada.

A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, §2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006;
2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado.

As empresas devem apresentar toda documentação no que tange à regularidade fiscal, ainda que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**

10.1.1. Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

10.2. Também será desclassificada a proposta que:

10.2.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento (salvo erros formais ou materiais que possam ser sanados sem alteração do valor total);

10.2.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

10.2.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

10.2.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
10.2.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão **R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos)**, ressalvadas as hipóteses admitidas no subitem abaixo;
10.2.6. Apresentar custos unitários superiores à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e IBGE, ou, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil (artigo 125, caput, da Lei n° 12.465, de 2011), ressalvadas as hipóteses a seguir admitidas;
10.2.6.1. Serão admitidos custos unitários superiores à mediana do SINAPI ou SICRO, desde que o preço global e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, já computado o percentual de BDI, fique igual ou abaixo do valor calculado a partir do sistema de referência utilizado, nos termos do artigo 125, § 6°, I, da Lei n° 12.465, de 2011;
10.2.6.2. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite fixado no subitem acima, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo, nos termos do artigo 125, § 6°, VI, da Lei n° 12.465, de 2011;
10.2.7. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante.
10.2.8. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
10.2.8.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
b) Valor orçado pela Administração.
10.2.8.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei n° 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
10.2.8.3. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;
10.2.8.4. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
10.2.8.5. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
10.3. Não apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
10.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993.
10.5. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

10.6. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou Sociedade Cooperativa Equiparada que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

10.7.1. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

10.7.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

10.7.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

10.7.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

10.7.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

10.7.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial.

10.8. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

a) prestados por empresas brasileiras;

b) prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.8.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

10.8.1.1. O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

10.8.1.2. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

10.9. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.
10.9.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.
10.9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
10.10. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

12. DO CONTRATO

12.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
12.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
12.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.
12.2.1. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais
12.3. Ao assinar o contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina do artigo 125, § 6º, III a VI, da Lei nº 12.465, de 2011.
12.4. O contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.
12.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.6. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

13. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1. Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

13.2. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

13.3. Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do Contrato será de 5 meses, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do dos arts. 57, §1° e 79, §5º da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

15.1.2. O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, tendo início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente. Esse prazo poderá ser estendido durante toda a vigência do contrato.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis por ter prazo inferior a 12 meses.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

18.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

18.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

18.2.3. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

18.2.4. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

18.2.5. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

18.2.6. A Contratante terá o prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

18.2.6.1. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

18.2.6.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

18.2.7. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

18.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

18.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e

c) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

18.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

18.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

18.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

18.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

19.1.1. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

19.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

19.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

19.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

20.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

20.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

20.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

20.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

20.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

20.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

21. DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 2 – Prefeitura Municipal de Sobradinho
Unidade Orçamentária: 02.10.000 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Programa Atividade: 1.026 – Const., Manut., e Rec. de Praças, Paviment., Ciclovias e Bens de uso comum
Elemento de Despesa: 4.4.9.0.51.00 – Obras e instalações

22.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

a) não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) cometer fraude fiscal;

g) comportar-se de modo inidôneo

g.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 02% (dois por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Sobradinho-BA pelo prazo de até dois anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

23.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a as penalidades acima estabelecidas.

23.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

23.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

23.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

23.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

23.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24. DOS RECURSOS

24.1. Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

24.1.2. Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

24.1.2.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

24.1.2.2. julgamento das propostas;

24.1.2.3. anulação ou revogação da licitação;

24.1.2.4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.1.2.5. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

24.1.3. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

24.1.4. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade por decisão da autoridade superior.

24.2. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.

24.3.1. A decisão deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do recurso.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

25.1.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

25.2. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail sobradinho.licitacao@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA - CEP: 48.925-000.

25.2.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à Administração responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis;

25.2.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

25.2.2.1. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

25.3. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.5. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.15. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço acima mencionado, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas.

25.16. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Sobradinho-BA, com exclusão de qualquer outro.

Município de Sobradinho -BA, 12 de Maio de 2022

Thaciana Carla Silva Mangabeira
PRESIDENTE DA CPL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO I - Projeto Básico completo

CD – ROM OU ARQUIVO DIGITAL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO II - Planilha Orçamentária

***VALOR MÁXIMO: R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos)**

CD – ROM OU ARQUIVO DIGITAL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO II.1 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

CD – ROM OU ARQUIVO DIGITAL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO III - Modelo de Proposta de Preço

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA
REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

Em referência a publicação da TOMADA DE PREÇO 005/2022, dessa Prefeitura, apresentamos a nossa **PROPOSTA** para execução dos serviços objeto da licitação em referência, devidamente detalhada, assinada (CARIMBADO – CNPJ), e acompanhada do **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO** também devidamente assinado, Carimbado (CNPJ).
O nosso valor incidirá sobre todos os preços unitários indicados na planilha orçamentária da Prefeitura e sobre o valor global do orçamento da obra, indicado no Edital da licitação em referencia é "R$" (_____) e o nosso prazo máximo para conclusão integral dos serviços é de _____ (_____) dias corridos.

Declaramos expressamente que:
a) concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação, estabelecidas na Minuta Padrão do Contrato de Empreitada por preço Global dessa Prefeitura, (Anexo XI);
b) manteremos válida esta proposta pelo prazo de _____ (_____) dias, contados da sua apresentação e abertura;
c) temos pleno conhecimento do local e das condições de execução dos trabalhos, e utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa indicados em nossa proposta e os que forem necessários para a perfeita realização dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim exija a Fiscalização da Prefeitura;
d) na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das Normas Brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura, assumindo desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos de conformidade com as especificações e os padrões dessa Prefeitura.

Esclarecemos, finalmente, que o portador da presente proposta está autorizado e habilitado a prestar a essa COMISSÃO os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

ANEXO IV - Modelo do cronograma físico-financeiro

CD-ROM OU ARQUIVO DIGITAL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO V - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATOS IMPEDITIVOS

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório TP 005/2022, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e Local

_____

(nome, carimbo e assinatura do responsável legal da empresa)

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO VI - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2022
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
TIPO - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO – Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A signatária_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº_____ e CPF nº_____, declara par aos devidos fins do disposto no Inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim( ) **Não ( )**

Município de _____, data de _____

_____

(nome, carimbo e assinatura e do responsável legal da empresa)

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa enquadrada.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2022
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
TIPO - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO – Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital da TOMADA DE PREÇO nº 005/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA, marcado para às **10:00** horas do dia **30/05/2022**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicilio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e alterações posteriores.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____.
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

(Identificação completa do representante da Proponente), como representante devidamente constituído da empresa (Identificação completa da Proponente) doravante denominado (Proponente), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- A proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇO 005/2022 foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação TOMADA DE PREÇO 005/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO 005/2022 quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇO 005/2022 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇO 005/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

CIDADE, ___ DE _____ DE 20xx.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA COMERCIAL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO IX – Modelo de DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2022
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇO
TIPO - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO – Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.
Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

ANEXO X – Modelo de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, não possuir em seu quadro de pessoal qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregador do poder executivo da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

Cidade, ___ de _____ de 20xx.

_____
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa)

ANEXO XI - Minuta do Contrato

Termo de Contrato de execução de obras que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA** e a Empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.**

CONTRATO Nº _____/20xx

O **MUNICÍPIO DE SOBRADINHO- BA,** entidade jurídica de direito público interno, com sede na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 16.444.804/0001-10, representada pelo Prefeito, Sr. **REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO,** inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° 002.905.395-10 e portador do RG n° 866398970 SSP/BA, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, pessoa jurídica de direito privado, com sede (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ/MF sob nº. XX.XXX.XXX/XXX-XX, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contratação de execução de serviços, devidamente autorizado mediante TOMADA DE PREÇO nº **005/2022** e Processo Administrativo nº **072/2022**, Tipo Menor Preço por empreitada Global, que se regerá pela com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1. O contrato tem por objeto a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.**

1.1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico, Edital da **TOMADA DE PREÇO nº 005/2022**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

1.1.3. Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico.

2. [redacted]

2.1. A obra será realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

3. [redacted]

3.1. A obra será executada no município de Sobradinho- BA.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, tendo início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente. Esse prazo poderá ser estendido durante toda a vigência do contrato.

3.2. A execução contratual obedecerá ao cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.

4. [redacted]

4.1. A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

4.1.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

4.1.2. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

4.1.3. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Básico, nos termo do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.3.1. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

4.1.4. Assegurar à CONTRATANTE:

4.1.4.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

4.1.4.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4.1.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

4.1.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.7. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

4.1.8. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.1.9. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

4.1.10. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

4.1.11. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

4.1.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

4.1.14. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.15. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.16. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

4.1.17. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

4.1.18. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

4.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

4.1.20. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

4.1.21. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

4.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

4.1.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

4.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.1.25. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

4.1.26. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

4.1.27. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

4.1.28. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou

neste contrato;

4.1.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.1.30. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

4.1.31. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;

4.1.32. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

4.1.33. **A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;**

5. [redacted]

5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico e seus anexos.

5.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. [redacted]

6.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. [redacted]

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;

7.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na

execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

7.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

7.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. [redacted]

8.1. O valor do contrato é de **R$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXXX)**.

8.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

9. [redacted]

9.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **05% (Cinco por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **05 (cinco)** dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b. Seguro-garantia; ou

c. Fiança bancária.

9.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

9.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na conta corrente nº. xxxx, agência xxxx, Banco xxxxx – cidade XXXXXXXXX-BA, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

9.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

10. [redacted]

10.1. O prazo de vigência do Contrato será de **05 meses**, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

11. [redacted]

11.1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

11.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

11.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

11.2.1.4. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.2.2. A CONTRATANTE terá o prazo de **15 (Quinze) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

11.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

11.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

11.2.3. Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

11.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

11.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

11.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n° 8.212, de 1991.

11.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12. [redacted]

12.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

12.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

12.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

12.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

12.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

12.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13. [redacted]

13.1.1. Os preços serão reajustados anualmente com base no INCC, ou outro índice que o venha a substituir, podendo, entretanto, serem repactuados, a qualquer tempo, conforme acordo entre as partes.

14. [redacted]

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 2 – Prefeitura Municipal de Sobradinho
Unidade Orçamentária: 02.10.000 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Programa Atividade: 1.026 – Const., Manut., e Rec. de Praças, Paviment., Ciclovias e Bens de uso comum
Elemento de Despesa: 4.4.9.0.51.00 – Obras e instalações
Fonte: 00/42/24

14.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

15. [redacted]

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei n° 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

15.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

15.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

16. [redacted]

16.1. Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

16.2. As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, III, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.3. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, IV, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.3.1. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite de proporcionalidade acima fixado, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo (artigo 125, § 6°, VI, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.4. Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

17. [redacted]

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **30 (trinta) dias.**

17.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de até **02% (dois por cento)** sobre o valor total da contratação;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Sobradinho-BA pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. [redacted]

18.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n° 8.666, de 1993:

I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV. o atraso injustificado no início do serviço;

V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções

penais cabíveis.

18.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

18.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

18.3.3. judicial, nos termos da legislação.

18.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

18.5.1. devolução da garantia;

18.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

18.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

18.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.7.3. Indenizações e multas.

19. [redacted]

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações da Lei complementar 147/2014, e na Lei nº 8.666, de 1993.

20. [redacted]

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

21. [redacted]

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Sobradinho, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

21.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Sobradinho - BA, ____ de _____ de 20xx.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO - BA
REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO - PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE - _____
CONTRATADA

ANEXO XII
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
TOMADA DE PREÇO nº 005/2022

RAZÃO SOCIAL_____

CNPJ Nº_____

ENDEREÇO_____

E-MAIL:_____TEL_____FAX_____

CIDADE_____ESTADO_____

PESSOA PARA CONTATO_____

Recebemos, através do:

( ) via E-mail
( ) acesso à página da internet_____;
( ) fax a cobrar nº;
( ) cópia impressa, mediante recolhimento do valor de R$_____;
( ) fotocópia por conta da empresa licitante

_____ - __, _____de_____de 20xx

_____
Assinatura

Senhor Licitante,
Visando comunicação futura ente a Comissão de Licitação e a empresa licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do Edital e remeter à Comissão.
A não remessa do recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, todavia não impede a participação do mesmo no certame.

IM PUBLI
EIRELI:21904203
00182

DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Sobradinho - Bahia

ANO X - Edição Nº 2092
BAHIA - 12 de Maio de 2022 - Quinta-feira

Atos Administrativos

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO

PAD Nº. 072/2022 – TP Nº. 005/2022. Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho. Abertura: 30/05/2022 às 10h00min. **Aquisição do edital**: Sede da Prefeitura, sito na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho-BA ou **através do site:** http://www.sobradinho.ba.gov.br/. Informações: **(74) 3538-3030 ou (74) 98843-8456 – WHATSAPP do Setor de Licitações**. Thaciana Carla Silva Mangabeira – Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O **MUNICÍPIO DE SOBRADINHO, ESTADO DE BAHIA**, representado pelo seu Prefeito Municipal, **RÉGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO**, torna pública a celebração de 1º Termo Aditivo ao contrato **Nº 090/2022**, com a empresa **CIRÚRGICA BRASIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Manoel Borba, 720, Centro, Afogados da Ingazeira-PE, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 40.788.766/0001-05, **revisão de preços para reequilíbrio econômico-financeiro na ordem de 22,22% (vinte e dois vírgula vinte e dois por cento)** para o **item 18 e 33,33% (onze vírgula onze por cento) para o item 25,** conforme estabelecido no art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93. Régis Cleivys Sampaio Bento - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 092/2022

Contrato nº 092/2022. **Proc. Adm. nº.** 064/2021. **Pregão Presencial (SRP) n.º** 014/2021. **CONTRATANTE:** Município de Sobradinho/BA. **CONTRATADA: D R DE FIGUEIREDO INFORMÁTICA EPP**, CNPJ nº 19.485.844/0001-06. **ASSINATURA:** 12/05/2022. **OBJETO:** aquisição de produtos de serralharia destinada a atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Sobradinho-BA. **VALOR GLOBAL:** R$ 29.427,00 (vinte e nove quatrocentos e vinte e sete reais). **VIGÊNCIA:** até 31/12/2022.

EXTRATO DE CONTRATO 093/2022

Contrato nº 093/2022. **Proc. Adm. nº.** 069/2021. **Pregão Presencial (SRP) n.º** 017/2021. **CONTRATANTE**: Município de Sobradinho/BA. **CONTRATADA: D R DE FIGUEIREDO INFORMÁTICA EPP**, CNPJ nº 19.485.844/0001-06. **ASSINATURA:** 12/05/2022. **OBJETO:** fornecimento de ferramentas mecânicas destinadas a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Sobradinho-BA. **VALOR GLOBAL:** R$ 47.662,00 (quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais). **VIGÊNCIA:** até 31/12/2022.

Lucro da Braskem tem forte alta no primeiro trimestre

BALANÇO O ano de 2022 começou bem animado para a Braskem. A maior produtora de resinas termoplásticas das Américas encerrou o primeiro trimeste com um lucro líquido de R$ 3,9 bilhões, o que representa uma alta de 56% ante igual período de 2021. Na comparação com o trimestre anterior (dezembro/novembro/outubro de 2020), o desempenho é ainda mais impressionante: crescimento de 632%. Já a receita líquida de vendas da petroquímica alcançou R$ 26,7 bilhões de janeiro a março deste ano - 18% maior do que no mesmo período do ano passado. Os resultados financeiros foram divulgados, ontem pela manhã, durante teleconferência com a imprensa.

Empresa tem como principais 'avenidas de crescimento' a expansão dos negócios de renováveis e a melhoria da produtividade dos ativos existentes

"Esse trimestre foi realmente de bons resultados e isto foi possível graças a uma estratégia de diversificação de matéria-prima, de fornecedores e a internacionalização da empresa. Essa presença da Braskem em diversos locais [Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha] nos trouxe a possibilidade de, em um momento que se tem uma crise mundial, se posicionar de uma maneira muito mais eficaz, compensando assim as variações de cada um desses mercados", disse Roberto Simões, presidente da Braskem.

Durante a divulgação dos resultados, o diretor financeiro e de relações com investidores da Braskem, Pedro Freitas, pontuou ainda algumas das principais metas da Braskem para 2022. Ele citou a construção do terminal de importação de etano no México - um projeto orçado em cerca de US$ 400 milhões e considerado fundamental para as operações de produção de polietileno da fábrica no país, inaugurada em 2016. "Vamos também avançar com os estudos de viabilidade para investir, em conjunto com a SCG Chemicals, em uma nova planta de eteno verde na Tailândia", acrescentou.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R$ 5,1185	R$ 5,1405
Dólar Turismo	R$ 5,2530	R$ 5,3469
Euro turismo	R$ 5,4300	R$ 5,5479

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	106.881,84	-1,24%

POUPANÇA

13/05/2022 0,5937%

SALÁRIO MÍNIMO

R$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Abril	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,06%	4,29%	12,13%
INPC/IBGE	1,04%	4,48%	11,87%
IGP-M/FGV	1,51%	6,54%	14,56%

Cripto: colapso fez mercado perder R$ 1 tri em 24 horas

CÂMBIO O colapso da TerraUSD, ancorada no dólar americano, levou o mercado global de criptomoedas a perder US$ 200 bilhões (R$ 1 trilhão, em conversão direta) em 24 horas, de acordo com informações do site CoinMarketCap, que monitora os valores e transações de criptomoedas.

A perda de valor da TerraUSD levou a quedas do bitcoin e do ethereum, que caíram 10% e 16%, respectivamente. Outra criptomoeda que teve forte queda foi a Luna, que perdeu 99% do valor em um dia.

No mercado financeiro, as ações de empresas de tecnologia e de empresas ligadas ao mercado de criptomoedas tiveram queda na Ásia ontem, que pode ampliar as perdas no setor de criptomoedas.

A fintech BC Technology teve queda de 6,7% no valor de seus papéis na bolsa de valores de Hong Kong, enquanto a Monex Group chegou a uma depreciação de 10% no preço de suas ações.

O bitcoin já vinha em uma tendência de queda nesta semana, puxada pela alta de juros nos Estados Unidos, que afasta investidores de ativos de risco.

PROCON PODE PROCESSAR APPLE E SAMSUNG

CARREGADORES A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, orientou as mais de 900 unidades do Procon no Brasil a iniciarem processos administrativos contra a Apple e a Samsung pela venda de celulares sem carregadores, segundo o g1.

A Senacon identificou possíveis irregularidades na exclusão dos carregadores e, com os Procon, iniciará 'procedimentos apuratórios' para que as empresas deem explicações ou ate tenham que tomar as medidas necessarias para garantir a satisfação dos consumidores nacionais", disse o ministro da Justica, Anderson Torres. Segundo o secretário nacional do consumidor, Rodrigo Roca, "a não inclusão dos carregadores dá um lucro de US$ 6,5 bilhões só para a Apple".

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2022

PAD Nº 072/2022. Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos a pavimentação em paralelepipedo em vias públicas no Município de Sobradinho, Abertura: 30/05/2022 às 10h00min. Aquisição do edital: Sede da Prefeitura, sito na Av. Jose Barbino de Souza, s/nº Centro, Sobradinho-BA ou através do site: http://www.sobradinho.ba.gov.br/. Informações: (74) 3538-3030 ou (74) 98643-8456 – WHATSAPP do Setor de Licitações. Thamiris Carla Silva Magalhaães – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 036/2022

P.A Nº 091/2022. OBJ. Contratação de empresa (ME), Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte) para prestação de serviços de transporte escolar. Abertura: 26.05.2022 ÀS 14H. Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br. Remanso/BA, 12 de maio de 2022. Wanderson A. dos Santos, Pregoeiro.

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022.

P.A Nº 089/2022, OBJ. Serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo (Convênio Conder 133/2022) Abertura: 30.05.2022 ÀS 10H. Edital: licitaremanso@hotmail.com. Remanso/BA, 12/05/2022. Wanderson A. dos Santos – Presidente CPL.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022.

P.A Nº 089/2022. OBJ. Aquisição de combustível para limpeza de aguadas (Convênio CAR 220/2022) Abertura: 26.05.2022 ÀS 9H. Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br. Remanso/BA, 12/05/2022. Wanderson A. dos Santos – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022)

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações para provimento de acesso dedicado a internet com serviços de firewall e proteção anti-DDoS, rede de dados privativa utilizando protocolo MPLS (Multi Protocol Label Switch) objetivando a interligação das redes locais de computadores das unidades da PMSFC, com o respectivo fornecimento de cabeamento estruturado e rede sem fio e fornecimento de servidores dedicados para hospedagem de arquivos, site, emails e banco de dados, de acordo com especificações e condições comerciais constantes deste Edital.

O Município de São Francisco do Conde, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo Menor Preço Global, cuja sessão acontecerá no dia 26 de maio de 2022 às 09:00hs, no auditório da COPEL - Comissão Permanente de Licitação, sito à Praça da Independência s/n, Centro – São Francisco do Conde – Bahia. O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no Link: http://pmsaofranciscodoconde.ba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/ ou na COPEL através do e-mail: copel.slc@pmsfc.ba.gov.br, de 2ª a 6ª feira no horário das 08:00 às 14:00 hs, gratuitamente. Maiores informações através do fone: (71) 3651-6069.

Nalinaldo Couto de Mello - Pregoeiro Oficial.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA SICOOB CRED EXECUTIVO
CNPJ: 04.321.569/0001-56

BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS DE REGISTRO EM 31/12/2021 E 31/12/2020 - Em Reais

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO		164.832.807,73	198.328.801,37	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		164.832.807,73	198.328.801,37
DISPONIBILIDADES	4	1.524.291,58	482.640,34	DEPÓSITOS	13	137.887.730,61	169.334.163,48
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		160.887.684,14	162.515.184,55	Depósitos à Vista		25.899.734,85	19.592.779,02
Relações Interfinanceiras		41.076.758,83	30.530.083,43	Depósitos Sob Aviso		2.524.991,04	3.318.766,21
Centralização Financeira	4	41.076.758,83	30.530.083,43	Depósitos à Prazo		109.463.027,68	86.958.559,15
Operações de Crédito	5	119.810.925,31	167.985.101,12	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		23.997.713,37	59.464.711,60
Outros Ativos Financeiros	4	2.000.000,00	200.000,00	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	1.820.281,86	249.624,22
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(3.000.000,00)	(2.369.997,00)	Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	21.959.111,50	59.200.521,93
(-) Operações de Crédito	5	(3.000.000,00)	(2.369.997,00)	Outros Passivos Financeiros	16	418.319,93	14.565,45
(-) Outros	7.b	(119.965,85)	(71.196,36)	PROVISÕES	18	97.128,47	69.134,65
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	6	192.572,79	111.805,71	OBRIGAÇÕES FISCAIS			
OUTROS ATIVOS	8	143.660,63	1.802.460,64	CORRENTES E DIFERIDAS	19	194.387,81	167.854,69
INVESTIMENTOS	10	6.197.851,03	5.331.134,07	OUTROS PASSIVOS	20	1.749.854,10	1.822.867,81
IMOBILIZADO DE USO	11	1.928.191,40	1.253.159,26	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.935.676,12	29.159.035,89
INTANGÍVEL	12	551.164,58	351.184,36	CAPITAL SOCIAL	21.1	14.756.475,32	15.093.450,39
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(1.182.752,12)	(958.379,18)	RESERVAS DE SOBRAS	21.2	10.805.197,26	8.831.187,78
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.3	809.325,81	1.309.887,23

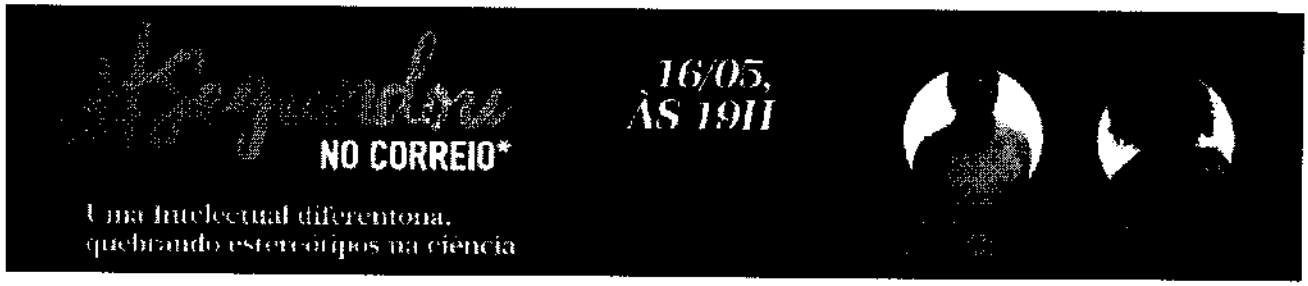
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - Em Reais

INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		30.825.837,68	28.988.590,76	17.812.764,91
Operações de Crédito		9.815.361,33	18.404.915,00	16.991.711,83
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	1.209.888,32	1.423.444,76	791.053,08
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	24	(5.578.849,12)	(8.283.819,15)	(4.688.796,28)
Operações de Captação no Mercado	3.g	(3.575.825,70)	(4.872.277,75)	(3.567.736,62)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.b	(988.264,75)	(1.564.926,05)	(1.362.361,43)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.016.758,67)	(1.756.617,32)	(1.238.734,77)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		5.244.988,56	11.734.596,63	12.829.959,29
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.340.353,92)	(6.480.297,97)	(7.262.483,68)
Receitas e Rendas de Prestação de Serviços	25	800.869,11	1.540.799,94	1.109.325,14
Rendas de Tarifas	26	475.430,74	772.625,93	703.639,27
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(3.425.491,37)	(5.602.198,76)	(5.380.522,98)
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(2.204.589,84)	(4.274.395,13)	(3.558.166,42)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(140.598,18)	(236.223,16)	(161.736,29)
Outras Ingressos e Receitas Operacionais	30	460.809,24	927.692,34	808.513,33
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(280.962,64)	(594.867,19)	(555.142,13)
PROVISÕES	32	(27.203,28)	(38.082,82)	(18.898,17)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(27.203,28)	(38.082,82)	(18.898,17)
RESULTADO OPERACIONAL		904.634,64	5.254.298,66	5.567.475,61
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		904.634,64	5.254.298,66	5.567.475,61
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		43.709,83	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		22.855,52	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		20.854,31	-	-
JUROS AO CAPITAL	22	(304.138,47)	(805.872,61)	(918.626,80)

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pedro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 025490/O-3



AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2022

PA Nº 0559/2022 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM-BA. CNPJ Nº 13.988.308/0001-39; CONTRATADA: ANDREA DE OLIVEIRA LIMA EIRELI, CNPJ nº 19.846.470/0001-07; VALOR GLOBAL: R$ 2.595.135,02 (dois milhões quinhentos e noventa e cinco mil cento e trinta e cinco reais e dois centavos). OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras com pavimentação asfáltica em ruas de paralelepipedos na Sede do Município de Senhor do Bonfim - BA, com fornecimento de material e de mão de obra, conforme planilha orçamentária.

Senhor do Bonfim - BA, 25 de abril de 2022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2022

PA Nº 0475/2022 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM-BA. CNPJ Nº 13.988.308/0001-39; CONTRATADA: DAST ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 20.714 004/0001-49; VALOR GLOBAL: R$ 484.988,80 (quatrocentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos). OBJETO: Contratação de empresa para serviço de construção de rede de esgoto na sede e interior do Município de Senhor do Bonfim - BA, com fornecimento de material e de mão de obra, conforme planilha orçamentária.

Senhor do Bonfim - BA, 12 de maio de 2022.
LAERCIO MUNIZ DE AZEVEDO JÚNIOR
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3173/2022 | LICITAÇÃO Nº 938263
A Pregoeira e Equipe de Apoio do Município torna público a Licitação. Objeto: Empresa especializada para aquisição de ELETRODOMESTICOS, para atender as necessidades dos pavimentos térreo e 1º (primeiro) andar - Ala Norte da Prefeitura Municipal de Simões Filho/Ba. Data: 26/05/2022 às 10h00min. Informações na sala da COPEL ou (71)3296-8399. Edital no site: www.licitacoes-e.com.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3451/2022 | LICITAÇÃO Nº 938272
A Pregoeira e Equipe de Apoio do Município torna público a Licitação. Objeto: Empresa especializada para aquisição de MOBILIÁRIOS ESTOFADOS, para atender as necessidades do 1º (primeiro) andar - Ala Norte da Prefeitura Municipal de Simões Filho/Ba. Data: 26/05/2022, às 15h30min. Informações na sala da COPEL ou (71) 3296-8399. Edital no site: www.licitacoes-e.com.br.

Simões Filho/BA, 12 de maio de 2022.
ELZIANE BOAVENTURA DA SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 39/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 535/2022 | LICITAÇÕES-E Nº 938204
O Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município torna público a Licitação. Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada em fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: PRODUTO DE PANIFICAÇÃO para compor a MERENDA ESCOLAR 2022 em todas as Creches e Unidades Escolares Municipais de Simões Filho/Ba. Tipo: Menor Preço Valor Global do Item. Data: 26/05/2022 às 09hs30min. Informações na sala da COPEL ou (71)3296-8399. Edital no site: www.licitacoes-e.com.br.

Simões Filho/BA, 12 de maio de 2022.
VAGNER CERQUEIRA SILVA MATOS
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2022

PAD Nº. 072/2022. Objeto. contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias públicas no Município de Sobradinho. Abertura: 30/05/2022 às 10h00min. Aquisição do edital: Sede da Prefeitura, sito na Av. Jose Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho-BA ou através do site: http://www.sobradinho.ba.gov.br/. Informações: (74) 3538-3030 ou (74) 98843-8456 - WHATSAPP do Setor de Licitações.

Sobradinho/BA, 12 de maio de 2022.
THACIANA CARLA SILVA MANGABEIRA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE NOVO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/2022

Objeto: Aquisição de materiais diversos para construção, para atender a demanda das Secretarias e Setores desta Administração Municipal. Sessão Pública: 26.05.2022, às 09h. Site da sessão: www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível em https://portalgov.net.br/transparencia/prefeitura-tanque-novo/licitacoes/editais Maiores informações de segunda à sexta das 08h as 12h. Telefone/WhatsApp: (77) 3695-1162. E-mail: cpl.tanquenovo@gmail.com. Endereço: Avenida do Contorno, Centro

Tanque Novo/BA, 12 de maio de 2022.
THAYS MORAIS MEIRA OLIVEIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TOMADA DE PREÇOs Nº 3/2021

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO nº 110/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO, no uso de suas atribuições, torna público o primeiro aditamento ao Contrato nº 110/2021, prorrogação do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE TANQUINHO/BA. Vigência: 04/04/2022 a 24/08/2022. Empresa Contratada: LM SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ: nº 37.452 815/0001-11. Fundamentação: Artigo 65, da Lei nº. 8.666/93

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 58/2022

A Comissão Permanente de Licitação-COPEL do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada a seguinte Licitação:MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 58/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 556/2022 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DEMAIS SECRETARIAS OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO, para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM visando a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de consumo (ÁGUA MINERAL SEM GÁS E ACESSÓRIOS) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e demais Secretarias, conforme condições, quantidades e especificações no Edital, Termo de Referência e seus Anexos

DATA DA SESSÃO: 26/05/2022, às 14h, horário de Brasília, a ser realizada no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados através do e-mail: copelpmtf@yahoo.com. O acesso ao edital, anexos e envio das propostas sera através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e para acompanhamento através do portal http://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "transparência", "portal da transparência", "licitação/contratos", "licitações".

Teixeira de Freitas-BA, 12 de maio de 2022.
MAGDA DE SELES GUIMARÃES
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

O Município de Urandi/BA, fará Pregão Eletrônico de N.º 019/2022, objeto: contratação de empresa para a futura aquisição de fogos de artifício destinados às comemorações das festividades do município de Urandi- BA. A abertura será no dia 26 de maio de 2022, às 14h (quatorze horas). O Edital e demais atos deste certame serão publicados no diário oficial do município http://www.urandi.ba.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações gerais através do e-mail cpl.urandi@gmail.com.

Urandi-BA, 12 de maio de 2022
CONCEIÇÃO MARIA POLICIANO FARIAS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022 SRP

O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 028/2022 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO), Processo Administrativo nº 152/2022. Tipo. Menor Preço Por Lote. Objeto: Eventual e futura aquisição de materiais descartáveis, limpeza, higiene e utilidades para atender as demandas das secretarias municipais de Valença/BA. Acolhimento das Propostas: 09h00min de 13/05/2022 até as 09h00min de 26/05/2022. Abertura das Propostas: 26/05/2022, às 09h00min. Disputa: 26/05/2022 às 09h30min. Endereço Eletrônico: https://www.licitacoes-e.com.br. Nº da Licitação no licitacoes-e: 938320 Edital: Disponível na plataforma e no portal da Prefeitura Municipal de Valença no sitio https://www.valenca.ba.gov.br/site/editais.

Valença/BA, 13 de maio de 2022.
HUGO DA SILVA ANDRADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2022-SRP

Tipo: Menor Preço Por Lote; Abertura: Dia 25 de maio de 2022, na sede da Prefeitura, às 09h00min; Objeto: registro de preços de eventuais aquisições de materiais de construção em geral, para manutenção dos diversos setores da administração pública municipal Modalidade: Pregão Presencial nº 009/2022; Tipo: Menor Preço Por Item, Abertura: Dia 25 de maio de 2022, na sede da Prefeitura, às 10h00min; Objeto: Prestação de serviços médicos para procedimento de pericia medica a fim de admissão dos aprovados no concurso publico no municipio. Modalidade: Pregão Presencial nº 010/2022 - SRP; Tipo: Menor Preço Por Item; Abertura: Dia 25 de maio de 2022, na sede da Prefeitura, às 14h00min; Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de agenciamento de passagens, hospedagem e traslado, para atender as necessidades das diversas Secretarias e Órgãos da Administração Pública Municipal de Várzea Nova Os interessados terão acesso ao instrumento convocatório e informações adicionais no Setor de Licitações, com sede na Praça José Araújo Silva, s/n, Cep - 44.690-000, Várzea Nova - Bahia ou no portal do município através do link https://www.varzeanova.ba.gov.br/.

Várzea Nova-BA, 12 de maio de 2022.
DELLEON ZACARIAS MONTENEGRO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEDO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6-TP/2021

O Prefeito Municipal, avisa que HOMOLOGOU os atos da CPL quanto a TP:06/2021, objeto: execução de obras e serviços para a construção de espaço educativo com 06 salas de aula, e quadra, modelo FNDE, no Município de Varzedo-(BA). Recursos FNDE. ADJUDICANDO o objeto licitado em favor da Empresa A3M CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA EIRELI - CNPJ:32.799 362/0001-80, julgada vencedora com o Valor Global de R$1.977.620,94 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e vinte reais e noventa e quatro centavos). Regência: Leis: 8.666/93 e 123/06.

Varzedo, 12 de maio de 2022.
ARIECILIO BAHIA DA SILVA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Varzedo, Ratifica e Homologa a Dispensa de Licitação 47/02-PA: 79/2022 - Objeto: execução de pavimentação asfáltica com aplicação de concreto asfáltico de emulsão RR2c e asfalto usinado a quente para a aplicação a frio, nas operações tapa buracos nas vias urbanas. Regência: Art 75, inciso II da Lei nº 14.133/021. Valor: R$47.765,75. Contratante: Município de Varzedo. Contratado: CONSTRUTORA FREIRE ANDRADE LTDA, CNPJ:28.593.969/0001-01, U.O. 020811-Sec. De Obras, Transporte e Serviços Públicos/Proj. Ativ. 1013 Pavimentação e Drenagem de Vias Urbanas e Rurais/Elem.3.3.90.39.99 Outros Serviços De Pessoa Jurídica/Fonte 55. Vigência: 90 dias.

Varzedo, 12 de maio de 2022.
ARIECILIO BAHIA DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

• 000211

RECIBO DE ENTREGA DE ENVELOPES

1ª VIA

| X | DOCUMENTAÇÃO

| | **CONVITE**

Nº: _____ / _____

| X | PROPOSTA B

| X | **TOMADA DE PREÇOS**

Nº: 005 / 2022

| | PROPOSTA C

| | **CONCORRÊNCIA**

Nº: _____ / _____

ENCERRAMENTO 30 / 05 / 2022 ÀS 11:10 HORAS

RECEBI DO LICITANTE:
AGA CONSTRUÇÕES

Os envelopes mencionados foram recebidos, no dia 30 / 05 / 2022 às horas: 11:10 hs

ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL:

CIENTE / REPRESENTANTE DO LICITANTE:
Marcelo Luiz da Silva

FO044/AGO/98 - SMA - ALTERADO 10/05 - 06/12 - 1ªVIA FORNECEDOR - 2ªVIA PROCESSO DE COMPRA - FORMATO A5 (148 X 210 mm) - CÓD. MATERIAL: 17188

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

RECIBO DE ENTREGA DE ENVELOPES

1ª VIA

| X | DOCUMENTAÇÃO

| | | **CONVITE**

Nº: 005 / 2022

| X | PROPOSTA B

| | | **TOMADA DE PREÇOS**

Nº: 005 / 2022

| | | PROPOSTA C

| | | **CONCORRÊNCIA**

Nº: ____ / ____

ENCERRAMENTO 30 / 05 / 2022 ÀS ____ HORAS

RECEBI DO LICITANTE: JOTDEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

Os envelopes mencionados foram recebidos, no dia 30 / 05 / 2022 as 10:00 horas.

ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL:

CIENTE / REPRESENTANTE DO LICITANTE:

José Ezio Ferreira de Souza

000213

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

1ª VIA

RECIBO DE ENTREGA DE ENVELOPES

| | DOCUMENTAÇÃO

| | **CONVITE**

Nº:_____/_____

ENCERRAMENTO___/___/_____

| | PROPOSTA B

| X | **TOMADA DE PREÇOS**

Nº: 005 / 2022

ÀS_____HORAS

| | PROPOSTA C

| | **CONCORRÊNCIA**

Nº:_____/_____

RECEBI DO LICITANTE:

1 envelope contendo a proposta

1 envelope contendo a habilitação

Os envelopes mencionados foram recebidos no dia 30 / 05 / 2022 às 10:40 horas.

ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL:

CIENTE / REPRESENTANTE DO LICITANTE:

Diogenes Filipe Borges Pereira da Silva

000214

MA empreendimentos

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

CREDENCIAMENTO

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comércio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75 99915 1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

ATO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ nº 31.325.469/0001-24

AMAURI DA SILVA CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 20/05/1983, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 320.684.148-80, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 06489427400, órgão expedidor DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA DO COLEGIO, SN, POVOADO PEDRA VERMELHA, MONTE SANTO, BA, CEP 48800000, BRASIL.

Titular da empresa de nome M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600391480, com sede Praca da Igreja, SN , Pedra Vermelha Monte Santo, BA, CEP 48800000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Juridica/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, delibera e ajusta a presente alteração e consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, CEP 48.800-000.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercicio e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em MONTE SANTO / BA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o ato constitutivo, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

AMAURI DA SILVA CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 20/05/1983, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 320.684.148-80, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 06489427400, órgão expedidor DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA DO COLEGIO, SN, POVOADO PEDRA VERMELHA, MONTE SANTO, BA, CEP 48800000, BRASIL.

Titular da empresa de nome M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600391480, com sede na: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, CEP 48.800-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, neste ato, resolve consolidar o contrato social conforme cláusulas abaixo:

DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa gira sob o nome empresarial: **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI.**

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

ATO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ nº 31.325.469/0001-24

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa tem sede na: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, CEP 48.800-000.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais): ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; PRODUÇÃO MUSICAL; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; TRANSPORTE ESCOLAR; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR - GERADORES, GUINCHOS E GUINDASTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS.

CNAE FISCAL

7739-0/03 - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
3313-9/01 - manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
9001-9/02 - produção musical
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
7739-0/99 - aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
7732-2/01 - aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor
4924-8/00 - transporte escolar
4923-0/02 - serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4399-1/02 - montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4313-4/00 - obras de terraplenagem
4222-7/01 - construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4120-4/00 - construção de edifícios
3811-4/00 - coleta de resíduos não-perigosos
3600-6/02 - distribuição de água por caminhões
9001-9/06 - atividades de sonorização e de iluminação

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

(quinhentas mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUINTA. A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

CLÁUSULA SEXTA. A empresa iniciou suas atividades em 24/08/2018 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SETIMA– A empresa poderá abrir filiais em qualquer parte do território nacional, desde que seja do interesse da mesma e atenda as exigências legais.

DO ENQUADRAMENTO

CLAUSULA OITAVA - Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de PEQUENO PORTE - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/10/2006.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a **AMAURI DA SILVA CARVALHO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DECIMA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA. A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

participa de outra empresa da mesma modalidade.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece MONTE SANTO – BA.

MONTE SANTO, 10 de junho de 2021.

Amauri da Silva Carvalho

AMAURI DA SILVA CARVALHO

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

218698666

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
PROTOCOLO	218698666 - 18/06/2021
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600391480
CNPJ 31.325.469/0001-24
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/06/2021
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98083741 DE 23/06/2021 DATA AUTENTICAÇÃO 23/06/2021

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98083741

Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

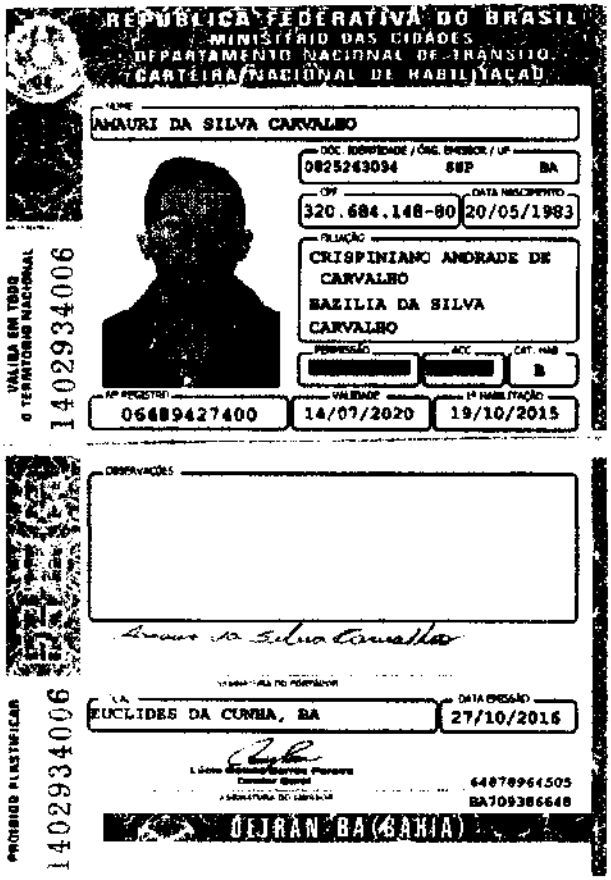
Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia 23/06/2021

Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

JUCEB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ANAURI DA SILVA CARVALHO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0825243094 SSP BA

CPF
320.684.148-80

DATA NASCIMENTO
20/05/1983

FILIAÇÃO
CRISPINIANO ANDRADE DE CARVALHO
BAZILIA DA SILVA CARVALHO

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB
B

Nº REGISTRO
06689427400

VALIDADE
14/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
19/10/2015

OBSERVAÇÕES

Anauri da Silva Carvalho

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
EUCLIDES DA CUNHA, BA

DATA EMISSÃO
27/10/2015

Liane Miranda Barros Ferreira
Diretora Geral
ASSINATURA DO EMISSOR

64878961505
BA709386648

DETRAN BA (BAHIA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
14029340006

PROIBIDO PLASTIFICAR
14029340006

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V do Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 956305081908312107 27-1; Data: 05/08/2019 08:37:

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIW35945-JMTO;
Valor Total do Ato: R$ 4,42

Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa M A EMPREENDIMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa M A EMPREENDIMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/07/2020 20:50:40 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **M A EMPREENDIMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 95630508190831210727-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba0f5113e0a8fb9b1f806086655219b20ae07a96423c2c58985f2a9779c1022e2ae41b7172257ea6b9df2d23eeb1dfcd8bb44c2e24438b59f0d2109fec67f6b20

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) Nº 003/2022

VALIDADE: 31/12/2022

Razão Social: **MA EMPREENDIMENTOS EIRELI**
CPF/CNPJ: **31.325.469/0001-24**

A Empresa acima está inscrita no Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA para os serviços abaixo discriminados, e de acordo com as normas gerais para licitação (Lei nº 8.666/93), está habilitada, no que tange aos documentos apresentados, e nos prazos neles previstos.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratação de empresa especializada para: **77.39-0-03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes** - CNAE PRINCIPAL, havendo secundários.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Amauri da Silva Carvalho	**CPF:** 320.684.184-80
RG nº: 0825263034-SSP/BA	**Cargo/Função:** Proprietário
Assinatura: Amauri da Silva Carvalho	

É de responsabilidade da empresa a atualização do presente cadastro, sempre que necessário, devendo informar qualquer fato que altere os dados nesse existentes, sob pena de responsabilidade na forma da Lei.

Obs.: Foi apresentado requerimento para o cadastramento em 23/02/2022, contendo 85 páginas, referente aos documentos de cadastramento.

Sobradinho/BA, em 23 de fevereiro de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 11:54:02 que o documento de hash (SHA-256) 5a5f392c91ff73c3349c35a296fefd54ee52300369afc5339b8bada9d87a2cf31 foi validado em 07/04/2022 11:43:38 através da transação blockchain 0x72015f5a40e9094710c584e5a14a668f64e54d98d68b92ad3d750f70965de3d3 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58893)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **5a5f392c91f73c3349c35a296fefd54ee52300369afc5339b6bada9d87a2cf31** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **58893** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CRC SOBRADINHO"**, cujo assunto é descrito como **"CRC SOBRADINHO"**, faz prova de que em **07/04/2022 11:28:58**, o responsável **Amauri da Silva Carvalho (320.***.***-80)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Amauri da Silva Carvalho a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **07/04/2022 11:44:35** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x72015f5a40e9094710c584e5a14a666f64e54d98d68b92ad3d750f70965de3d3.**
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

empreendimentos

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022

TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL

A empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ Nº **31.325.469/0001-24**, estabelecida na Avenida Desembargador Salvio Martins, nº 11, Centro, Monte Santo/BA, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado. Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

empreendimentos

Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

A Empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita sob o **CNPJ n.º 31.325.469/0001-24**, sediada na Avenida Desembargador Salvio Martins, nº 11, Centro, Monte Santo/BA, e-mail: **maempreendimentosms@outlook.com**, tendo examinado a licitação supracitada, **DECLARAR**, vem declarar que: O movimento da receita bruta anual da empresa não excede aos limites fixados no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

JUCEB

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA

Nome Empresarial: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29600391480	31.325.469/0001-24	24/08/2018	24/08/2018

Endereço:
AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA - CEP: 48800000

OBJETO SOCIAL

ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; PRODUÇÃO MUSICAL; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; TRANSPORTE ESCOLAR; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR - GERADORES, GUINCHOS E GUINDASTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 500.000,00 QUINHENTOS MIL REAIS R$ Capital integralizado: 500.000,00 QUINHENTOS MIL REAIS	Empresa de pequeno porte	XXXXXX

TITULAR/ADMINISTRADOR

Nome/CPF	Cond./Administrador	Início de mandato	Término do mandato
AMAURI DA SILVA CARVALHO 320.684.148-80	TITULAR / ADMINISTRADOR	XXXXXX	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
23/06/2021	98083741		

Ato: 002 - ALTERAÇÃO
Evento: 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX
Endereço: XXXXXX

Observação

225955547

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM http://regin.juceb.ba.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 8107059703238 CPF SOLICITANTE: 320.684.148-80 NIRE: 29600391480 EMITIDA: 18/05/2022 PROTOCOLO: 225955547

QQ3227

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Inicio da atividade
29600391480	31.325.469/0001-24	24/08/2018	24/08/2018
Endereço: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA - CEP: 48800000			

SALVADOR - BA, 18 de Maio de 2022

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

225955547

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM http://regin.juceb.ba.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 8107059703238 CPF SOLICITANTE: 320.684.148-80 NIRE: 29600391480 EMITIDA: 18/05/2022 PROTOCOLO: 225955547

JAVA Construtora

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 43.108.172/0001-96, Sede Rua João Florêncio da Silva, 185 – Loteamento Recife – Petrolina – PE, representada pela Sócia Administradora – Victória Duarte Acioly Filgueira CPF 072.276.184-80.

OUTORGADO: ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA, brasileiro, CPF 627.869.034-91, CNH – PE 01127431012.

OBJETO: TOMADA DE PREÇOS 05/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO 072/2022 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame acompanhar todas as fases da licitação em epigrafe, até a homologação do processo licitatório à Licitante vencedora, podendo, este Representante, assinar atas e demais documentos relativos à Licitação em epígrafe, sendo a ele conferidos plenos, irrestritos e irrevogáveis poderes para tomar, em nome da Signatária, todas e quaisquer decisões e/ou deliberações pertinentes a esta licitaçao em todas as fases.

Petrolina, 30 de MAIO de 2.022

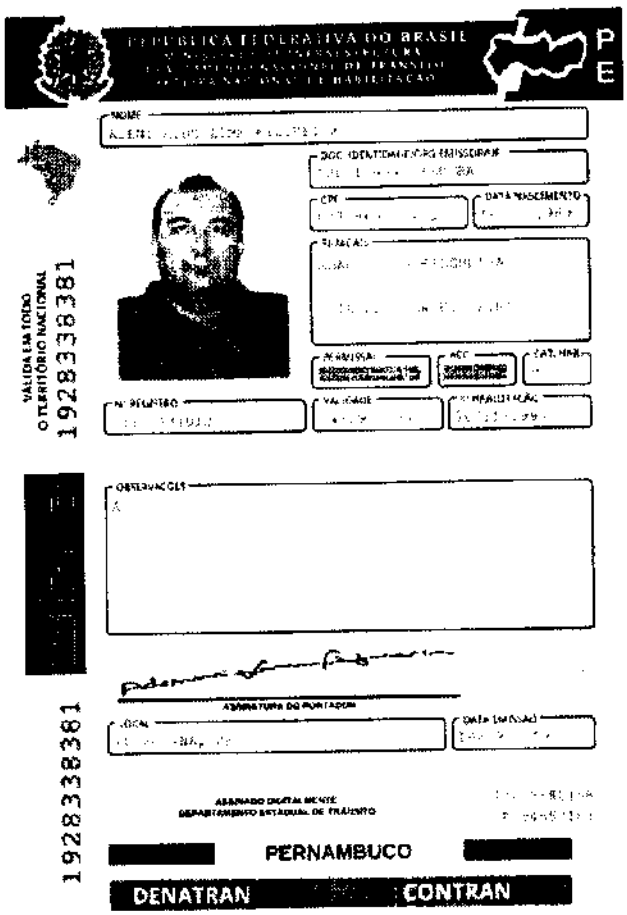
VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA:07227618480

Assinado de forma digital por VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA:07227618480
Dados: 2022.05.28 10:02:25 -03'00'

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ 43.108.172/0001-96
Victória Duarte Acioly Filgueira
Sócia Administradora
CPF 072.276.184-80

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >.

SERPRO / DENATRAN

000230

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
43.108.172/0001-96 **MATRIZ**		**12/08/2021**

NOME EMPRESARIAL
JAVA CONSTRUTORA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
JAVA CONSTRUTORA	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOAO FLORENCIO DA SILVA	**185**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.320-820	**LOTEAMENTO RECIFE**	**PETROLINA**	**PE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ADENIVALDOFILGUEIRA825@GMAIL.COM	**(87) 8138-6095**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**12/08/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/08/2021** às **07:58:53** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
43.108.172/0001-96 MATRIZ		12/08/2021

NOME EMPRESARIAL
JAVA CONSTRUTORA EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOAO FLORENCIO DA SILVA	185	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.320-820	LOTEAMENTO RECIFE	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ADENIVALDOFILGUEIRA825@GMAIL.COM	(87) 8138-6095

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	12/08/2021

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/08/2021** às **07:58:53** (data e hora de Brasília).

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JAVA CONSTRUTORA EIRELI

Pelo presente instrumento Particular de ato Constitutivo:

VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA nacionalidade, Brasileira, nascida em 06 novembro de 1.998, solteira, CPF 072.276.184-80, RG 8.574.657 SDS-PE, residente e domiciliada Rua Miguel Freire de Andrade, 70, CEP – 56.326-012, Vila Debora, Petrolina – PE

Resolve por este ato CONSTITUIR, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, nos termos do art. 980 A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa girará sob o nome empresarial JAVA CONSTRUTORA EIRELI e nome fantasia JAVA CONSTRUTORA.

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa terá sede Rua João Florêncio da Silva, 185 - Bairro Loteamento Recife, Petrolina – PE, CEP 56.320-820.

CLÁUSULA TERCEIRA. A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa terá por objeto: Construção de edifícios, atividades relacionadas a esgoto, exceto gestão de rede, coleta de resíduos não-perigosos, construção de rodovias e ferrovias, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, construção de barragens e represas para geração de energia elétrica, construção de estações e redes de distribuição energia elétrica, manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, obras de irrigação, montagem de estruturas metálicas, construção de instalações esportivas e recreativas, perfurações e sondagens, obras de terraplenagem, instalação e manutenção elétrica, obras de acabamento em gesso e estuque, serviços de pintura de edifícios em geral, obras de fundações, administração de obras, perfuração e construção poços de água, serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista, transporte escolar, atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica, serviços de arquitetura, serviços de engenharia, serviços cartografia, topografia e geodesia, atividades de estudos geológicos, serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, serviços de perícia técnica relacionados à segurança trabalho, testes e análises técnicas, aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaime, imunização e controle de pragas urbanas, atividades paisagísticas, serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

12/08/2021
Certifico o Registro em 12/08/2021
JUCEPE Arquivamento 20218690479 de 12/08/2021 Protocolo 218690479 de 03/08/2021 NIRE 26600357670
Nome da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 365495561525387

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JAVA CONSTRUTORA EIRELI
CNAE FISCAL

4120-4/00 – construção de edifícios

3702-9/00 – atividades relacionadas a esgoto, exceto gestão de rede

3811-4/00 – coleta de resíduos não-perigosos

4211-1/01 – construção de rodovias e ferrovias

4211-1/02 – pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos

4213-8/00 – obras de urbanização – ruas, praças e calçadas

4221-9/01 – construção de barragens e represas para geração de energia elétrica

4221-9/02 – construção de estações e redes de distribuição energia elétrica

4221-9/03 – manutenção de redes de distribuição de energia elétrica

4222-7/01 – construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4222-7/02 – obras de irrigação

4292-8/01 – montagem de estruturas metálicas

4299-5/01 – construção de instalações esportivas e recreativas

4312-6/00 – perfurações e sondagens

4313-4/00 – obras de terraplenagem

4321-5/00 – instalação e manutenção elétrica

4330-4/03 – obras de acabamento em gesso e estuque

4330-4/04 – serviços de pintura de edifícios em geral

4391-6/00 – obras de fundações

4399-1/01 – administração de obras

4399-1/05 – perfuração e construção poços de água

4923-0/02 – serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista

4924-8/00 – transporte escolar

7020-4/00 – atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica

7111-1/00 – serviços de arquitetura

7112-0/00 – serviços de engenharia

7119-7/01 – serviços cartografia, topografia e geodesia

7119-7/02 – atividades de estudos geológicos

7119-7/03 – serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia

7119-7/04 – serviços de perícia técnica relacionados à segurança trabalho

7120-1/00 – testes e análises técnicas

12/08/2021

Certifico o Registro em 12/08/2021
Arquivamento 20218690479 de 12/08/2021 Protocolo 218690479 de 03/08/2021 NIRE 26600357670
Nome da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 365495561525387

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JAVA CONSTRUTORA EIRELI

7732-2/01 – aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaime

8122-2/00 – Imunização e controle de pragas urbanas

8130-3/00 – atividades paisagísticas

8211-3/00 – serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL

CLÁUSULA SEXTA. A empresa terá o capital de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade da titular.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade da titular é restrita ao valor do capital integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA com poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA NONA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a titular, os lucros ou perdas apuradas.

DO FALECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA. Falecendo ou interditado a titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na sua situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em

12/08/2021

Certifico o Registro em 12/08/2021
JUCEPE Arquivamento 20218690479 de 12/08/2021 Protocolo 218690479 de 03/08/2021 NIRE 26600357670
Nome da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 365495561525387

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JAVA CONSTRUTORA EIRELI

virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade, estando desimpedida para constituir a presente EIRELI.

DO ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A empresária declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § do 4º do art. 3º da mencionada lei.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Fica eleito o foro de Petrolina – PE, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo.

Petrolina – PE, 26 de julho de 2.021.

Victória Duarte Acioly Filgueira
VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

CPF – 072.276.184-80

12/08/2021

Certifico o Registro em 12/08/2021
JUCEPE Arquivamento 20218690479 de 12/08/2021 Protocolo 218690479 de 03/08/2021 NIRE 26600357670
Nome da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 365495561525387

218690479

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	JAVA CONSTRUTORA EIRELI
PROTOCOLO	218690479 - 03/08/2021
ATO	091 - ATO CONSTITUTIVO
EVENTO	091 - ATO CONSTITUTIVO

MATRIZ

NIRE 26600357670
CNPJ 43.108.172/0001-96
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/08/2021
SOB N: 26600357670

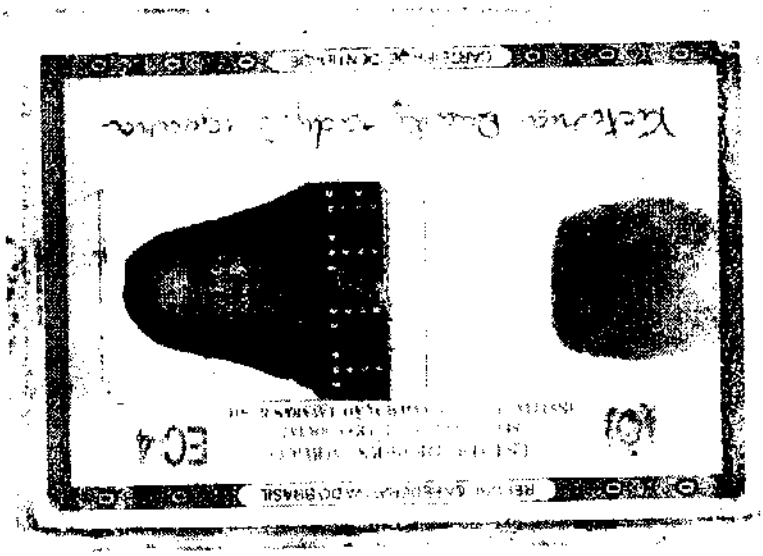
EVENTOS

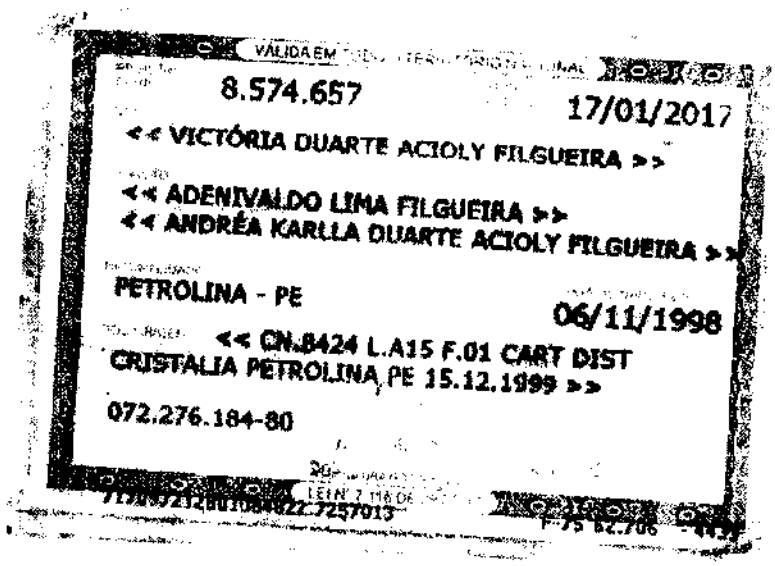
816 - ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE ARQUIVAMENTO: 20218690479

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

12/08/2021

Certifico o Registro em 12/08/2021
Arquivamento 20218690479 de 12/08/2021 Protocolo 218690479 de 03/08/2021 NIRE 26600357670
Nome da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 365495561525387




8.574.657
17/01/2017
<< VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA >>
<< ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA >>
<< ANDRÉA KARLLA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA >>
PETROLINA - PE
06/11/1998
<< CN.8424 L.A15 F.01 CART DIST
CRISTALIA PETROLINA PE 15.12.1999 >>
072.276.184-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) Nº 007/2022

VALIDADE: 31/12/2022

Razão Social: JAVA CONSTRUTORA EIRELI
CPF/CNPJ: 43.108.172/0001-96

A Empresa acima está inscrita no Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA para os serviços abaixo discriminados, e de acordo com as normas gerais para licitação (Lei nº 8.666/93), está habilitada, no que tange aos documentos apresentados, e nos prazos neles previstos.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contratação de empresa especializada para: **41.20-4-00 – Construções de Edifícios** - CNAE PRINCIPAL, havendo secundários.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Adenivaldo Lima Filgueira	**CPF:** 624.869.034-91
RG nº: 1202134947 SSP/BA	**Cargo/Função:** Procurador
Assinatura:	

É de responsabilidade da empresa a atualização do presente cadastro, sempre que necessário, devendo informar qualquer fato que altere os dados nesse existentes, sob pena de responsabilidade na forma da Lei.

Obs.: Foi apresentado requerimento para o cadastramento em 18/04/2022, contendo 32 páginas, referente aos documentos de cadastramento.

Sobradinho/BA, em 18 de abril de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

Envelope 1

000239

Documentação

Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA
Tomada de Preços n.º 005/2022

Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório

ABERTURA

09h00min do dia 30/05/2022 as 10:00 horas

Endereço: Avenida da Integração nº 144 "B", Bairro: São José, Petrolina – PE, CEP: 56.302-450
CNPJ nº 27.469.250/0001-21
E-mail: jotaefconstrucoes@gmail.com
Fone: OI(87)98857-9652, VIVO (87)98132-7857

Envelope 1

Documentação

Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA
Tomada de Preços n.º 005/2022

Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório

ABERTURA

09h00min do dia 30/05/2022 as 10:00 horas

Endereço: Avenida da Integração nº 144 "B", Bairro: São José, Petrolina – PE, CEP: 56.302-450
CNPJ nº 27.469.250/0001-21
E-mail: jotaefconstrucoes@gmail.com
Fone: 0l(87)98857-9652, VIVO (87)98132-7857

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) Nº 008/2022

VALIDADE: 31/12/2022

Razão Social: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CPF/CNPJ: 27.469.250/0001-21

A Empresa acima está inscrita no Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA para os serviços abaixo discriminados, e de acordo com as normas gerais para licitação (Lei nº 8.666/93), está habilitada, no que tange aos documentos apresentados, e nos prazos neles previstos.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contratação de empresa especializada para: **41.20-4-00 – Construções de Edifícios** - CNAE PRINCIPAL, havendo secundários.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: José Ézio Ferreira de Souza	**CPF:** 748.221.604-91
RG nº: 1351834134 SSP/BA	**Cargo/Função:** Administrador
Assinatura: José Ézio Ferreira de Souza	

É de responsabilidade da empresa a atualização do presente cadastro, sempre que necessário, devendo informar qualquer fato que altere os dados nesse existentes, sob pena de responsabilidade na forma da Lei.

Obs.: Foi apresentado requerimento para o cadastramento em 25/05/2022, contendo 41 páginas, referente aos documentos de cadastramento.

Sobradinho/BA, em 25 de maio de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

000242

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET
Código de Autenticação 064A.3070.6A8D.0C1B
Certidão gerada em 3/4/2017 08:07:05
PROTOCOLO SIARCO 17/982576-3

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
NIRE 26.6.0014293-2
ATO 091 - ATO CONSTITUTIVO
EVENTO(S) 091 - ATO CONSTITUTIVO

AUTENTICIDADE 064A.3070.6A8D.0C1B
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=064A30706A8D0C1B

Recife, 03 de janeiro de 2020
Ilayne Larissa Leandro Marques
Secretária Geral

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ ÉZIO FERREIRA DE SOU
Data do download - 03/01/2020 05:10:31
Código de Autenticação 064A.3070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=064A30706A8D0C1B
CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.6.0014293-2
Nº PROTOCOLO 17/982576-3 PROTOCOLADO 22/3/2017 10:58:00
Nº ASSINATURA 26/001/14293 ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:05
EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, em vigor conforme E.C. nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

000243

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI

Pelo presente Instrumento Particular de ato Constitutivo:

JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 15/12/1968, SOLTEIRO, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, CPF nº 748.221.604-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1351834134, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado no(a) R JOSE GONZAGA, 20, CASA, FERNANDO IDALINO, PETROLINA, PE, CEP 56.332-600, BRASIL.

Resolve por este ato CONSTITUIR, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI, nos termos do art. 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa girará sob o nome empresarial JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI e nome fantasia JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS.

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa terá sede: AVENIDA DA INTEGRAÇÃO , 144, SALA B, SÃO JOSÉ, PETROLINA, PE, CEP 56.302-450.

CLÁUSULA TERCEIRA. A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

Emanuel Benjamin dos Santos
Analista Portuário
Junta Comercial de Pernambuco

DO OBJETO E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa terá por objeto(s):
4120-4/00 - construção de edifícios.
2511-0/00 - fabricação de estruturas metálicas.
7732-2/01 - aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.
7119-7/01 - serviços de cartografia, topografia e geodésia.
4330-4/04 - serviços de pintura de edifícios em geral.
4322-3/01 - instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.
4313-4/00 - obras de terraplenagem.
4299-5/01 - construção de instalações esportivas e recreativas.
4292-8/01 - montagem de estruturas metálicas.
4222-7/01 - construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação.
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
3702-9/00 - atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes.
8129-0/00 - atividades de limpeza de ruas e logradouros.

Req: 81700000195967

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOU
Data - 3/4/2017 08:07:05
Código de Autenticação 064A.3070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Acesse www.jucepe.pe.gov.br para conferência
CHANCELA DIGITAL
NIRC 26.6.0014280-2
Nº PROTOCOLO 17/082576-3 PROTOCOLADO 22/3/2017 07:58:00
Nº ARQUIVAMENTO 2660014293Z ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:05
EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Documento Assinado por meio digital conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor conforme E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

000244

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/04/2017
SOB Nº: 26600142932
Protocolo: 17/082576-3
JOTALEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
ANDRE AYRES BEZERRA DA COSTA
SECRETÁRIO-GERAL

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ ÉZIO FERREIRA DE SOU
Data - 3/4/2017 08:07:05
Código de Autenticação 064A.3070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Acesse www.jucepe.pe.gov.br para conferência
Documento Assinado por meio digital conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº32 de 11/09/2001 - Art 2º
CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.6.0014293-2
Nº PROTOCOLO 17/082576-3 PROTOCOLADO 23/3/2017 07:58:00
Nº ARQUIVAMENTO 26600142932 ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:05
EMPRESA JOTALEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

000245

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL

CLÁUSULA SEXTA. A empresa terá o capital de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade do titular.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

Emanuel Rogrigues dos Santos
Analista de Processos
Junta Comercial de Pernambuco

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA NONA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

DO FALECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA. Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOU
Data - 3/4/2017 08:07:05
Código de Autenticação 064A.3070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Acesse www.jucepe.pe.gov.br para conferência
CHANCELA DIGITAL
Nº PROTOCOLO 17/082576-3 PROTOCOLADO 22/3/2017 07:58:00
Nº ARQUIVAMENTO 2460014293Z ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:05
EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor conforme E.C.nº32 de 11/09/2001 - Art 2º

000246

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade, estando desimpedido para constituir a presente EIRELI.

DO FORO

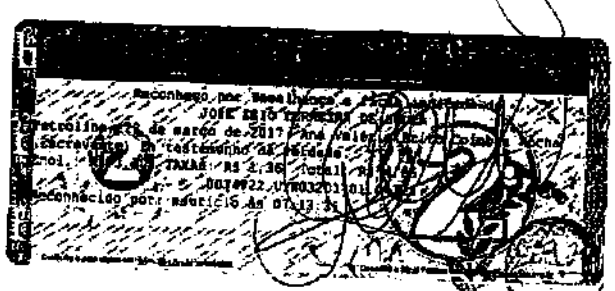
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Fica eleito o foro de Petrolina para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo

Petrolina - PE, 20 de março de 2017.

JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA
CPF: 748.221.604-91

Emanuel Bonfim dos Santos
Analista Judiciário
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/04/2017
SOB Nº: 26600142932
Protocolo: 17/982576-3
JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
SECRETÁRIO-GERAL



Req: 81700000195967

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOU
Data - 3/4/2017 08:07:05
Código de Autenticação 064A.3070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Acesse www.jucepe.pe.gov.br para conferência
CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.6.0014293-2
Nº PROTOCOLO 17/982576-3 PROTOCOLADO 22/3/2017 07:58:00
Nº ARQUIVAMENTO 26600142932 ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:05
EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº 32 de 11/09/2001 - Art 2º

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

000247

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET
Código de Autenticação 0649.B070.6A8D.0C1B
Certidão gerada em 3/4/2017 08:07:15
PROTOCOLO SIARCO 17/982575-5

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA	JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
NIRE	26.6.0014293-2
ATO	315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
EVENTO(S)	315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

AUTENTICIDADE 0649.B070.6A8D.0C1B
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0649B0706A8D0C1B

Recife, 03 de janeiro de 2020
Ilayne Larissa Leandro Marques
Secretária Geral

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ ÉZIO FERREIRA DE SOU
Data do download - 03/01/2020 05:19:44
Código de Autenticação 0649.B070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=0649B0706A8D0C1B
CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.6.0014293-2
Nº PROTOCOLO 17/982575-5 PROTOCOLADO 22/3/2017 07:59:00
Nº ARQUIVAMENTO 20179827756 ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:15
EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Documento Assinado por meio digital conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, em vigor conforme EC nº32 de 11/09/2001 - Art. 2º

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

000248

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

A empresa JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI estabelecida na(o) AVENIDA DA INTEGRAÇÃO , 144, SALA B, SÃO JOSÉ, PETROLINA, PE, CEP 56302450, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra nas condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315
Descrição do Ato: Enquadramento MICROEMPRESA

PETROLINA, 20 de março de 2017.

JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA

Para uso exclusivo da Junta Comercial

DEFERIDO EM 03/04/17

Emanuel Bonfim dos Santos
Analista de Processo
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/04/2017
SOB Nº: 20179825755
Protocolo: 17/982575-5
Empresa: 26 6 0014293 2
JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
SECRETARIO-GERAL

Requerimento: 81700000195967

JUCEPE
Documento disponibilizado a 748.221.604-91 - JOSÉ ÉZIO FERREIRA DE SOU
Data - 3/4/2017 08:07:15
Código de Autenticação 0649.B070.6A8D.0C1B
Junta Comercial de Pernambuco
Acesse www.jucepe.pe.gov.br para conferência
CHANCELA DIGITAL
NIRE 26 6 0014293-2
Nº PROTOCOLO 17/982575-5 PROTOCOLADO 22/3/2017 07:59:00
Nº ARQUIVAMENTO 20179825755 ARQUIVADO 3/4/2017 08:07:15
EMPRESA JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Documento assinado por meio digital conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 15/12/1968, SOLTEIRO, TECNICO EM CONTABILIDADE, CPF nº 748.221.604-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1351834134, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANCA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado na RUA JOSE GONZAGA, 20, CASA, FERNANDO IDALINO, PETROLINA, PE, CEP 56332600, BRASIL.

Titular da empresa de nome JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME, registrada nesta Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26600142932, com sede Av da Integração, 144, Sala B, São Jose Petrolina, PE, CEP 56302450, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-MF sob o nº 27.469.250/0001-21, delibera e ajusta a presente alteração, nos termos da Lei nº 10.406 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa passa a ter o seguinte objeto:

CONSTRUCAO DE EDIFICIOS , CONSTRUCAO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO , OBRAS DE URBANIZACAO RUAS, PRACAS E CALCADAS, INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS , ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES , SERVICOS DE CARTOGRAFIA TOPOGRAFIA E GEODESIA , CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS , MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS , SERVICOS DE LIMPEZA DE CANAIS URBANOS , ATIVIDADES DE LIMPEZA DE RUAS E LOGRADOUROS , SERVICOS DE PINTURA, EDIFICACOES DE QUALQUER TIPO , OBRAS DE TERRAPLENAGEM,COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS,COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS,CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS,PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS,CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA,CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA,MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA,OBRAS DE IRRIGAÇÃO,PERFURAÇÕES E SONDAGENS,SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO ,INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA,INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO,IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL,INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL,OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE, OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO,OBRAS DE FUNDAÇÕES,ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS,PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA,SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA,TRANSPORTE ESCOLAR,ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA,SERVIÇOS DE ARQUITETURA,SERVIÇOS DE ENGENHARIA,ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS,SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA,SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO,ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA E ARQUITETURA,TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS,IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE

Certifico o Registro em 17/05/2021 17/05/2021
Arquivamento 20219096635 de 17/05/2021 Protocolo 219096635 de 14/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 114314091018665

PRAGAS URBANAS, ATIVIDADES PAISAGISTICAS,SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO,.

CNAE FISCAL 003250

4120-4/00 - construção de edifícios
7119-7/02 - atividades de estudos geológicos
4330-4/04 - serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/99 - outras obras de acabamento da construção
4391-6/00 - obras de fundações
4399-1/01 - administração de obras
4399-1/05 - perfuração e construção de poços de água
4923-0/02 - serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4924-8/00 - transporte escolar
7020-4/00 - atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
7111-1/00 - serviços de arquitetura
7112-0/00 - serviços de engenharia
7119-7/01 - serviços de cartografia, topografia e geodesia
4330-4/03 - obras de acabamento em gesso e estuque
7119-7/03 - serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
7119-7/04 - serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
7119-7/99 - atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
7120-1/00 - testes e análises técnicas
7732-2/01 - aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
8122-2/00 - imunização e controle de pragas urbanas
8129-0/00 - atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8130-3/00 - atividades paisagísticas
8211-3/00 - serviços combinados de escritório e apoio administrativo
4292-8/01 - montagem de estruturas metálicas
3811-4/00 - coleta de resíduos não-perigosos
3812-2/00 - coleta de resíduos perigosos
4211-1/01 - construção de rodovias e ferrovias
4211-1/02 - pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4221-9/01 - construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
4221-9/02 - construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
4221-9/03 - manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
4222-7/01 - construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4222-7/02 - obras de irrigação
3702-9/00 - atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
4299-5/01 - construção de instalações esportivas e recreativas
4312-6/00 - perfurações e sondagens
4313-4/00 - obras de terraplenagem
4319-3/00 - serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
4321-5/00 - instalação e manutenção elétrica

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAC CARLOS SILVA DE CASTRO

17/05/2021

Certifico o Registro em 17/05/2021
Arquivamento 20219096635 de 17/05/2021 Protocolo 219096635 de 14/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 114314091018665

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

4322-3/01 - instalações hidráulicas, sanitárias e de gas
4322-3/03 - instalações de sistema de prevenção contra incêndio
4330-4/01 - impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02 - instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

Fls 000251

DO CAPITAL

CLÁUSULA SEGUNDA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em moeda corrente nacional, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato pelo titular.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da empresa caberá **ISOLADAMENTE a JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

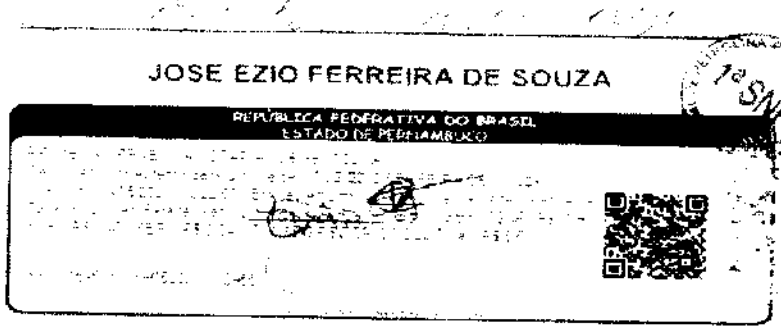
DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em PETROLINA PE.

CLÁUSULA SEXTA. As Clausulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

PETROLINA PE, 13 de maio de 2021.

JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA



17/05/2021
Certifico o Registro em 17/05/2021
Arquivamento 20219096635 de 17/05/2021 Protocolo 219096635 de 14/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 114314091018665

JUCEPE
JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO

219096635

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

000252

NOME DA EMPRESA	JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
PROTOCOLO	219096635 - 14/05/2021
ATO	082 - ALTERACÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 26600142932
CNPJ 27.469.250/0001-21
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2021
SOB N: 20219096635

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

CpE 41816250449 - JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

ESTE PROCESSO À 30 DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DISPOSTO PELA IN DREI NÂº 62, DE 10 DE MAIO DE 2019.

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

1

17/05/2021

JUCEPE
Certifico o Registro em 17/05/2021
Arquivamento 20219096635 de 17/05/2021 Protocolo 219096635 de 14/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 114314091018665

000253

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **João Carlos Silva de Castro, Contador** inscrita no CPF nº 418.162.504-49, e CRC nº CE-011367/O-9 T BA, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que os documentos digitalizados objetos do arquivamento sob protocolo Alteração sob o nº 21/909663-5 são autênticos e condizem com o original, em conformidade com o art. 1º da Resolução nº 001/2020/JUCEPE, de 26 de março de 2020.

Documentos apresentados:

1. CRC CONTADOR (JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO)

CONTENDO 1 PAGINA.

2. CONTRATO DE ALTERAÇÃO CONTENDO 3 PAGINAS

3. CAPA DO PROCESSO CONTENDO 1 PAGINA.

4-DECLARAÇÃO CONTENDO 1 PAGINA

Petrolina, 14/05/2021.

João Carlos Silva de Castro

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

17/05/2021

JUCEPE Certifico o Registro em 17/05/2021
Arquivamento 20219096635 de 17/05/2021 Protocolo 219096635 de 14/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 114314091018665

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PE

NOME
JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1351834134 SSP BA

CPF
748.221.604-91

DATA NASCIMENTO
15/12/1966

FILIAÇÃO
ANTONIO JUVINO DE SOUZ
A
MARIA DAS DORES FERREI
RA DE SOUSA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05606223333

VALIDADE
05/04/2022

1ª HABILITAÇÃO
28/09/2012

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PETROLINA - PE

DATA EMISSÃO
06/04/2017

Charles Andreas Souza Ribeiro
Diretor Presidente

ASSINATURA DO EMISSOR

23380844855
PE078338204

PERNAMBUCO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1421720933

PROIBIDO PLASTIFICAR
1421720933

000255

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.469.250/0001-21 MATRIZ		03/04/2017

NOME EMPRESARIAL
JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DA INTEGRACAO	144	SALA B

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.302-450	SAO JOSE	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
EZIO1568@GMAIL.COM	(87) 8857-9652/ (87) 9681-0551

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	05/04/2017

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/05/2021** às **09:37:28** (data e hora de Brasília).

Página: **1/3**

000256

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.469.250/0001-21 MATRIZ		03/04/2017

NOME EMPRESARIAL
JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DA INTEGRACAO	144	SALA B

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.302-450	SAO JOSE	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
EZIO1568@GMAIL.COM	(87) 8857-9652/ (87) 9681-0551

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	05/04/2017

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/05/2021** às **09:37:28** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

000257

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.489.250/0001-21 MATRIZ		03/04/2017

NOME EMPRESARIAL
JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DA INTEGRACAO	144	SALA B

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.302-450	SAO JOSE	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
EZIO1568@GMAIL.COM	(87) 8857-9652/ (87) 9681-0551

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	05/04/2017

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/05/2021** às **09:37:28** (data e hora de Brasília).

Página: **3/3**

000258

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ALVARÁ

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	Nº DO ALVARÁ	DATA DE VALIDADE
2022	9641405	578	10/01/2023

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / REQUERENTE

JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME

JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS

DOCUMENTO: 27.469.250/0001-21

REGIME: Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)

AREA ESTABELECIMENTO: 14.00 M²

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL

Avenida DA INTEGRACAO AYRTON SENNA, Nº 144, COMP: SALA : B:

Bairro: SAO JOSE - Cidade: Petrolina - CEP: 56302-450

CNAE

3702900 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

4399105 Perfuração e construção de poços de água

3811400 Coleta de resíduos não-perigosos

8211300 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

4299501 Construção de instalações esportivas e recreativas

7732201 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

4330499 Outras obras de acabamento da construção

7119701 Serviços de cartografia, topografia e geodésia

4211102 Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos

4330402 Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

4292801 Montagem de estruturas metálicas

4924800 Transporte escolar

4330403 Obras de acabamento em gesso e estuque

4211101 Construção de rodovias e ferrovias

4312600 Perfurações e sondagens

4221903 Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica

4120400 Construção de edifícios - ATIVIDADE PRINCIPAL

7119702 Atividades de estudos geológicos

7119799 Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

7120100 Testes e análises técnicas

4330401 Impermeabilização em obras de engenharia civil

4330404 Serviços de pintura de edifícios em geral

7020400 Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica

000259

4321500 Instalação e manutenção elétrica

8122200 Imunização e controle de pragas urbanas

4222702 Obras de irrigação

4213800 Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

3812200 Coleta de resíduos perigosos

8129000 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

7119703 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia

7111100 Serviços de arquitetura

4923002 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

7112000 Serviços de engenharia

4391600 Obras de fundações

4221902 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica

4221901 Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica

8130300 Atividades paisagísticas

4313400 Obras de terraplenagem

4222701 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4322301 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

4399101 Administração de obras

4319300 Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente

7119704 Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho

4322303 Instalações de sistema de prevenção contra incêndio

INFORMAÇÕES / OBSERVAÇÕES / RESTRIÇÕES

null

PETROLINA, Segunda-feira, 10 de Janeiro de 2022

Patricia Almeida de Souza Carrijo
Directora de Administração Tributária

CHAVE DE VALIDAÇÃO: b13de94a

Para verificar a autenticidade desde Alvará, acesse o site www.petrolina.pe.gov.br

PROCURAR A PREFEITURA QUANDO:

1 - Não receber o carnê de Licença e Funcionamento 2 - Mudar de endereço 3 - Mudar de Atividade 4 - Mudar de Razão Social 5 - Encerrar a Atividade da Empresa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
CNPJ: 27.469.250/0001-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:08:15 do dia 05/05/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/11/2022.
Código de controle da certidão: **F743.8891.BAE0.291B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DA FAZENDA

Pernambuco

000261

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000003119307-26 Data de Emissão: 17/05/2022

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 27.469.250/0001-21

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **14/08/2022** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

Emitido em: 17/05/2022 15:19:59

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

000262

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 18841 / 2022

RAZÃO SOCIAL

JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **9641405**

Endereço

Avenida DA INTEGRACAO AYRTON SENNA, 144, SALA : B;, SAO JOSE, Petrolina CEP: 56302-450

Dados do Contribuinte ou Responsável

JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME

Numero Documento Jurídico

27.469.250/0001-21

Endereço

Avenida DA INTEGRACAO AYRTON SENNA, 144, SALA : B;, SAO JOSE, Petrolina CEP: 56302-450

C E R T I D Ã O

CERTIFICO para os devidos fins, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CTM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA A EXISTENCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que venham a ser apuradas posteriormente.

PETROLINA - PE, Terça-feira, 17 de Maio de 2022

Esta Certidão é válida por 90 dias contados da data de emissão

VÁLIDA ATÉ: 15/08/2022

Chave de Validação: **6b1aac1c**

000263

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.469.250/0001-21
Razão Social: JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
Endereço: AV DA INTEGRACAO 144 SALA B / SAO JOSE / PETROLINA / PE / 56302-450

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/05/2022 a 18/06/2022

Certificação Número: 2022052001591478050579

Informação obtida em 26/05/2022 07:52:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.469.250/0001-21
Certidão nº: 12397876/2022
Expedição: 20/04/2022, às 13:02:52
Validade: 17/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.469.250/0001-21, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TERMO DE ABERTURA.

000265

EMPRESA: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME. Fl. 001
Av. DA INTEGRAÇÃO, 144 "B" – BAIRRO – SÃO JOSÉ.
CEP: 56.302-450 – PETROLINA - PERNAMBUCO.
CNPJ: 27.469.250/0001-21 – NIRE: 26.6.0014293-2 EM 03 DE ABRIL DE 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

DECLARAÇÃO.

A-SOB PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS, NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.

B-AS INFORMAÇÕES FORAM EXTRAIDAS DAS FOLHAS NR. 005, 006, 007 e 008 DO LIVRO DIÁRIO Nº. 03 (TRÊS), EXERCÍCIO 2020, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO SOB O Nº. 21/001007-0 EM 06/05/2021

C-A SOCIEDADE NÃO POSSUI CONSELHO FISCAL INSTALADO.

D-A SOCIEDADE NÃO POSSUI AUDITORIA INDEPENDENTE.

PETROLINA (PE), 31 DE DEZEMBRO DE 2020

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
CNPJ: 27.569.250/0001-21
JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOUZA.
CPF: 748.221.604-91
RG.: 13.518.341-34 SSP/BA.
Administrador.

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador CRC CE 011.367-O-T BA
CPF: 418.162.504-49
RG.: 1009079972 SSP/BA.

14/05/2021

Certifico o Registro em 14/05/2021
JUCEPE Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

EMPRESA: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
Av. DA INTEGRAÇÃO, 144 "B" – BAIRRO – SÃO JOSÉ.
CEP: 56.302-450 – PETROLINA - PERNAMBUCO.
CNPJ: 27.469.250/0001-21 – NIRE: 26.6.0014293-2 EM 03 DE ABRIL DE 2017.

Fl. 004

000268

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.
DEMNSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

RECEITAS		
Receitas de Obras	R$	221.865,69
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS		
Impostos Incidentes s/vendas	R$	23.765,68
RECEITA LIQUIDA	R	**198.100,01**
(-) CUSTOS		
Custos de Obras	R$	158.764,53
LUCRO BRUTO	R$	**39.335,48**
(-) DESPESAS		
Despesas Operacionais	R$	14.907,84
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO DE 2019	**R$**	**24.427,64**

DECLARAÇÃO:

A- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas.
B- As informações foram extraidas das folhas nºs; 005, 006, 007 e 008 do livro Diario nº 03 (TRÊS), Exercício 2020, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o nº 21/001007-0 em 06/05/2021.
C- A Sociedade não possui Conselho Fiscal Instalado.
D- A Sociedade não possui Auditoria Independente.

Petrolina (PE), 31 de Dezembro de 2020

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
CNPJ: 27.569.250/0001-21
JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOUZA.
CPF: 748.221.604-91
RG.: 13.518.341-34 SSP/BA.
Administrador.

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador CRC CE 011.367-O-T BA
CPF: 418.162.504-49
RG.: 1009079972 SSP/BA.

JUCEPE
Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

EMPRESA: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
Av. DA INTEGRAÇÃO, 144 "B" – BAIRRO – SÃO JOSÉ.
CEP: 56.302-450 – PETROLINA - PERNAMBUCO.
CNPJ: 27.469.250/0001-21 – NIRE: 26.6.0014293-2 EM 03 DE ABRIL DE 2017.

Fl. 005

000269

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

DECLARAÇÃO.

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que os **INDICES** abaixo relacionados, foram extraídos do Balanço Patrimonial correspondente,encerrado em 31 de Dezembro de 2020.

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{303.520,49}{23.245,95}$$ **ILC = 13,06%**

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{303.520,49 + 0,00}{23.245,95 + 0,00} = \frac{303.520,49}{23.245,95}$$ **ILG = 13,06%**

GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL

$$GET = \frac{PC+ELP}{AT} = \frac{23.245,95 + 0,00}{309.450,49} = \frac{23.245,95}{309.450,49}$$ **GET = 0,07%**

INDICE DE SOLVENCIA GERAL = ISG

$$ISG = \frac{AT}{PC+ELP} = \frac{309.450,49}{23.245,95 + 0,00} = \frac{309.450,49}{23.245,95}$$ **ISG = 13,31%**

AC=Ativo Circulante. **RLP** = Realizável a Longo Prazo

PC=Passivo Circulante. **ELP** = Exigível a Longo Prazo

AT=Ativo Total.

Petrolina (PE), 31 de Dezembro de 2020.

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
CNPJ: 27.569.250/0001-21
JOSE EZIO FERREIRA DE SOUZA.
CPF: 748.221.604-91
RG.: 13.518.341-34 SSP/BA.
Administrador.

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador CRC CE 011.367-O-T BA
CPF: 418.162.504-49
RG.: 1009079972 SSP/BA.

Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
JUCEPE Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DE 31 D DEZEMBRO DE 2020

EMPRESA: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.

CNPJ: 27.469.250/0001-21

NOTA 1. CONTETO OPERACIONAL

A **JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME,** sociedade empresarial limitada, com sede e Foro em Petrolina (PE) na Av. da Integração, 144 "B"– Bairro – São José – CEP: 56.302-450 - Petrolina-PE, é uma empresa com fins lucrativos, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro e tem por objetivo social o comércio da Construção Civil, com início das atividades em 03/04/2017.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 11.638/07.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 VALORES ATIVOS

3.1.1 DISPONÍVEL_____ **R$** **26.263,91**

Representado por valores e numerários relativo a Caixa e Banco.

JUCEPE Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928648216580

3.1.2 APLICAÇÕES _____ **R$ 0,00**

Está representado por valores aplicados em Títulos de Renda Fixa, registrados por Valores originais de aplicação.

3.1.3 CRÉDITOS A RECEBER _____ **R$ 0,00**

Registram os valores a receber de clientes, empréstimos, adiantamentos concedidos para posterior acerto de contas, como: adiantamentos a empregados e a fornecedores.

3.1.4 ESTOQUES _____ **R$ 89.254,58**

Registra os valores de estoque de Materiais para Aplicar em Obras.

3.1.5 OUTRAS CONTAS _____ **R$ 188.002,00**

Registram os valores de impostos e contribuições a recuperar, Custos de Obras a Apropriar.

3.1.6 IMOBILIZADO _____ **R$ 5.930,00**

O imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição pelo método linear até 31 de dezembro de 2019.

Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
JUCEPE Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928546216580

BEM	2020		
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO/ ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
BENS E USO			
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00
Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00
Computadores e Periféricos	3.990,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios	950,00	0,00	0,00
Impressoras	990,00	0,00	0,00
TOTAL	5.930,00	0,00	0,00

3.2 VALORES PASSIVOS

3.2.1 FORNECEDORES _____ **R$ 15.323,88**

Representado por débitos com fornecedores de Matéria Prima para Aplicar em Obras.

3.2.2 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS _____ **R$ 7.922,07**

Representado por impostos, contribuições e encargos sociais correspondentes a parcela da empresa e alguns retidos de empregados e de terceiros.

Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
JUCEPE Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

3.2.3 CRÉDITOS DE TERCEIROS _____ **R$** **0,00**

Refere-se a empréstimos contraídos pela empresa em instituições financeiras e terceiros.

3.2.4 OUTRAS OBRIGAÇÕES _____ **R$** **0,00**

Refere-se a Salários a pagar .

3.2.5 OUTROS PASSIVOS _____ **R$** **0,00**

Refere-se a saldo de contribuição Plano de Capitalização.

NOTA 4. RESULTADO DO EXERCÍCIO – LUCRO

O resultado do exercício foi apurado em obediência ao regime de competência. O valor do lucro apurado no exercício de 2019 foi de **R$ 24.427,64** (Vinte e Quatro Mil, Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

NOTA 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da empresa em 31.12.2020 é de, ... **R$** **286.204,54**

NOTA 6. DESPESAS

São contabilizadas observando-se o mês em que ocorreram, respeitando-se o Princípio Legal da Competência.

NOTAS 7. RECEITAS

As receitas do período estão contabilizadas levando-se em consideração o Regime de Competência.

JUCEPE Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

NOTA 8. FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A **JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME** , é tributado pelo Regime de Lucro Presumido (opção para Microempresas e empresas de pequeno porte), com estimativa Trimestral).

As presentes Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis do exercício de 2020.

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas elas.

B – As informações foram extraidas das folhas nºs 005, 006, 007 e 008 do LIVRO DIARIO Nº 03 (TRÊS), Exercício 2020, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco Sob o nº 21/001007-0 em 06/05/2020.

B – A sociedade não possui conselho Fiscal instalado.
C – A sociedade não possui Auditoria Independente.

Petrolina – PE, 31 de dezembro de 2020.

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
CNPJ: 27.469.250/001-21
JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOUZA.
Administrador.
CPF: 748.221.604-91
RG.: 13.518.341-34 SSP/BA.

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE sob o No. 011.367-O-T BA.
CPF: 418.162.504-49
RG.: 1009079972 SSP/BA.

JUCEPE Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

TERMO DE ENCERRAMENTO.

000275

EMPRESA: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME. Fl. 011
Av. DA INTEGRAÇÃO, 144 "B" – BAIRRO – SÃO JOSÉ.
CEP: 56.302-450 – PETROLINA PERNAMBUCO.
CNPJ: 27.469.250/0001-21 – NIRE: 26.6.0014293-2 EM 03 DE ABRIL DE 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

DECLARAÇÃO:

A- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas.

B- As informações foram extraídas das folhas nºs; 005, 006, 007 e 008 do livro Diário nº 03 (TRÊS), Exercício 2020, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o nº 21/001007-0 em 06/05/2021.

C- A Sociedade não possui Conselho Fiscal Instalado.

D- A Sociedade não possui Auditoria Independente.

Petrolina (PE), 31 de Dezembro de 2020

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.
CNPJ: 27.569.250/0001-21
JOSÉ EZIO FERREIRA DE SOUZA.
CPF: 748.221.604-91
RG.: 13.518.341-34 SSP/BA.
Administrador.

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador CRC CE 011.367-O-T BA
CPF: 418.162.504-49
RG.: 1009079972 SSP/BA.

JUCEPE
Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 178928646216580

JUCEPE
JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO

000276
219189951

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
PROTOCOLO	219189951 - 11/05/2021
ATO	223 - BALANCO PUBLICADO
EVENTO	223 - BALANCO PUBLICADO

MATRIZ

NIRE 26600142932
CNPJ 27.469.250/0001-21
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/05/2021
SOB N: 20219189951

ESTE PROCESSO É 30 DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DISPOSTO PELA IN DREI Nº 62, DE 10 DE MAIO DE 2019

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

1

JUCEPE
Certifico o Registro em 14/05/2021 14/05/2021
Arquivamento 20219189951 de 14/05/2021 Protocolo 219189951 de 11/05/2021 NIRE 26600142932
Nome da empresa JOTAEF CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI ME
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 1789286462165 80

CRCBA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA

000277

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO
REGISTRO..... :	CE-011367/O-9 T-BA
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.162.504-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BAHIA, 17/03/2022 as 10:13:41.
Válido até: 15/06/2022.
Código de Controle: 722018.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCBA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM Dr. MANOEL FRANCISCO DE SOUZA FILHO
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE PETROLINA

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, ***ELIANE DE LAVOR FREITAS***, Chefe do Cartório de Distribuição, desta Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIFICO, em virtude da faculdade que me é conferida por Lei e a requerimento de pessoa interessada, que revendo os registros computacionais do sistema JudWin 1º grau deste Poder Judiciário, e que não abrange os feitos distribuídos pelo Sistema PJe, constatei a ***INEXISTÊNCIA DE AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS***, nos últimos dez (10) anos, contra: ***IOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI***, *Inscrito (a) no* ***CNPJ/MF sob nº. 27.469.250/0001-21***. **"ESSA CERTIDÃO NÃO INCLUI OS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ANTES DO PRAZO ESTIPULADO NA PESQUISA, AINDA QUE EM TRAMITAÇÃO"**. O referido é verdade. DOU FÉ. Eu, Gilson Gledson Medeiros, (Procedi a busca e digitei). Dado e passado nesta cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Emitido na segunda-feira, 25 de abril de 2022 às 10:33h.

ELIANE DE LAVOR FREITAS
Chefe do Cartório de Distribuição de Petrolina
Matrícula 178224-0

Válido apenas para processos em tramitação na Comarca de Petrolina
Obs.: Sem cobrança de taxa em cumprimento ao ofício circular nº 12/2016 - GP datado de 04 de julho de 2016
"A afirmação do Escrivão merece fé até prova de sua falsidade (STF, RJ 57/29) ".

Praça Santos Dumont, s/n – Centro. Petrolina-PE / CEP: 56.304 – 200. Fone: (0xx87) 3866-9553/3866-9554.
E-mail: distribuicao.petrolina@tjpe.jus.br

Assinado eletronicamente por: GILSON GLEDSON MEDEIROS:1835190
SERVIDOR - Informação
em 25/04/2022 às 10:36N/S Cert.: 388587505334498166871763238357848435E Autenticação:
http://www.tjpe.jus.br/validardocumento

000279

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220552966/2022
Emissão: 14/05/2022
Validade: 30/06/2022
Chave: BdCZZ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita á(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ: 27.469.250/0001-21

Registro: 0000597597

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 400.000,00

Data do Capital: 13/05/2021

Faixa: 3

Objetivo Social: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; CONSTRUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CANAIS URBANOS; ATIVIDADES DE LIMPEZA DE RUAS E LOGRADOUROS; SERVIÇOS DE PINTURA. EDIFICAÇÕES DE QUALQUER TIPO; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS; CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; OBRAS DE IRRIGAÇÃO; PERFURAÇÕES E SONDAGENS; SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL; OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE; OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; OBRAS DE FUNDAÇÕES; ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS; PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; TRANSPORTE ESCOLAR; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA; SERVIÇOS DE ARQUITETURA; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS; SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA; SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO; ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA E ARQUITETURA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS; IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS; ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: AS ATIVIDADES DA EMPRESA FICAM RESTRITAS AS ATRIBUIÇÕES DO SEU QUADRO TÉCNICO.

Endereço Matriz: AVENIDA DA INTEGRAÇÃO,, 144, SALA B, SÃO JOSÉ, PETROLINA, PE, 56302450

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 06/10/2017

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000060420DDPE

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8304353150. Data de vencimento do boleto: 30/06/2022

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2018 (5/5)

Parcelamento Ano: 2022 Quantidade de Parcelas Pagas: 1/6

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA

Registro: 1605332739

CPF: 131.417.244-15

Data Início: 06/10/2017

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

000280

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220552966/2022
Emissão: 14/05/2022
Validade: 30/06/2022
Chave: BdCZz

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: BdCZz
Impresso em: 14/05/2022 às 06:50:37 por: adapt, ip: 186.194.112.68

000281

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220552965/2022
Emissão: 14/05/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 69ZcD

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-PE.

Interessado(a)

Profissional: MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA

Registro: 1605332739

CPF: 131.417.244-15

Endereço: RUA MANECA DUARTE, 96, CASA, COHAB VI, PETROLINA, PE, 56309670

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL

Data Inicial: 08/01/1999

Data Final: Indefinido

Número do Visto: 6120

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 69ZcD
Impresso em: 14/05/2022 às 06:39:41 por: adapt, Ip: 186.194.112.88

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20210592481

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

INICIAL

1. Responsável Técnico

MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA
Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**
RNP: **1605332739**
Registro: **6120PE**

Empresa contratada: **JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**
Registro: **0000597597-PE**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE**
CPF/CNPJ: **11.473.675/0001-74**
PRAçA SANTOS DUMONT
Nº: **S/N**
Complemento:
Bairro: **CENTRO**
Cidade: **PETROLINA**
UF: **PE**
CEP: **56304200**

Contrato: **005/2020**
Celebrado em: **20/11/2020**
Valor: **R$ 289.341,85**
Tipo do contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

PRAçA SANTOS DUMONT
Nº: **S/N**
Complemento:
Bairro: **CENTRO**
Cidade: **PETROLINA**
UF: **PE**
CEP: **56304200**
Data de Início: **24/11/2020**
Previsão de término: **20/02/2021**
Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **Outro**
Código: **Não Especificado**
Proprietário: **CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE**
CPF/CNPJ: **11.473.675/0001-74**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
17 - Execução		
49 - Execução de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1.1.9 - DE IMÓVEIS	2.582,00	m2
52 - Execução de reforma > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.4 - EM MATERIAIS MISTOS	2.582,95	m2
49 - Execução de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS	2.582,95	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PE, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Maria Helena de L. Almeida
Eng. Civil
CREA-060120-D-PB

MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA - CPF: 131.417.244-15

_____, _____ de _____ de _____

Local data

CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE - CNPJ: 11.473.675/0001-74

9. Informações

* Conforme Art. 4º da Resolução 1025/2009: O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do CREA e o recolhimento do valor correspondente

10. Valor

Valor da ART: **R$ 233,94** Registrada em: **17/02/2021** Valor pago: **R$ 233,94** Nosso Número: **8303133880**

CÂMARA DE VEREADORES DE PETROLINA
Casa Vereador Plínio Amorim

Declaramos por meio deste para os devidos fins legais de direito que o (a) profissional/empresa contratado (a) mais abaixo qualificado (a) executou os serviços abaixo discriminados de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades não restando nada que o (a) desabone.

Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências de acordo com o (s) projeto (s), memorial (is) descritivo (s) e normas técnicas de forma criteriosa e satisfatória.

CONTRATANTE **EMITENTE**

NOME/RAZÃO SOCIAL: CAMARA MUNICIPAL DE PETROLINA **CNPJ:** 11.473 675/0001-74

ENDEREÇO: PRAÇA SANTOS DUMONT S/N CENTRO

REPRESENTANTE LEGAL: AEROLANDE AMOS DA CRUZ **CPF:** 656.491 504-78

PROFISSIONAL DECLARANTE
DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MARCOS AURELIO LEODITO DE ABREU **CAU: OU CREA:** 10906-D/PE

CONTRATO

OBJETO: SERVIÇOS DE REFORMA DAS AREAS INTERNAS E EXTERNAS DA CAMARA DE VEREADORES.

LOCAL: PETROLINA - PE

PROCESSO: 004/2020 **CONTRATO** 005/2020 **CONVÊNIO:** 000000

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2020 **DATA DA ORDEM DE SERVIÇO:** 24/11/2020 **PERÍODO DE EXECUÇÃO:** 24/02/2021 (03 MESES)

VALOR DO CONTRATO: R$ 289.341,65 (Duzentos e Oitenta e Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

VALOR DO CONTRATO DE ERRATA R$ 244.896,75 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos)

VALOR DO CONTRATO DE ADEQUAÇÃO R$ 272.476,65 (Duzentos e Setenta e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

CONTRATADO (A)

NOME/RAZÃO SOCIAL: JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI **CAU: OU CREA/PE Nº** 000059759-7 **CNPJ:** 27.469 250/0001-21

RESPONSÁVEL TÉCNICO: MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA **CAU: OU CREA Nº** 180533273-9 **CPF Nº** 131.417.244-15

REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT CORRESPONDENTE: **ART Nº** PE20210592481 **DATA:** 17/02/2021

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT.
			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1			PAVIMENTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO		
1.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA AF_05/2018	m²	2.075,00
1.2	SINAPI	92397	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	m²	2.075,00

CÂMARA DE VEREADORES DE PETROLINA
Casa Vereador Plínio Amorim

			AMPLIAÇÃO DA SALA DE IMPRENSA		
2			**MOVIMENTO DE TERRA**		
2.1	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³	2,07
3			**INFRAESTRUTURA**		
3.1	SINAPI	73844/1	Alvenaria em pedra rachão ou pedra de mão, assentada com argamassa traco 1:6 (cimento e areia)	m³	1,60
4			**ALVENARIA DE FECHAMENTO DE 1/2 VEZ**		
4.1	SINAPI	87503	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m²	45,00
5			**CHAPISCO**		
5.1	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS E EXTERNAS, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m²	0,00
6			**EMBOÇO**		
6.1	SINAPI	90409	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	m²	0,00
7			**PAVIMENTAÇÃO**		
7.1	SINAPI	94974	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_07/2016	m³	0,00
7.2	SINAPI	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	m²	0,00
8			**ESQUADRIAS**		
8.1	SINAPI	90794	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, E BATENTE METÁLICO, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	un	0,00
8.2	SINAPI	90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, E BATENTE METÁLICO, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	un	0,00
8.3	SINAPI	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	0,00
9			**INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**		
9.1	SINAPI	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 INCLUINDO TUBOS E CONEXÕES, COMPLETO	un	0,00

CÂMARA DE VEREADORES DE PETROLINA
Casa Vereador Plínio Amorim

9.2	SINAPI	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 INCLUINDO TUBOS E CONEXÕES, COMPLETO	un	0,00
10			INSTALAÇÕES ELÉTRICA / TELEFÔNICA		
10.1	SINAPI	92013	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un.	0,00
10.2	SINAPI	92008	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un.	0,00
10.3	SINAPI	91973	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un	0,00
10.4	SINAPI	97583	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE DE 18 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_02/2020	un	0,00
11			PINTURA		
11.1	SINAPI	88414	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS AF_06/2014	m²	0,00
11.2	SINAPI	88414	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS AF_06/2014	m²	0,00
11.3	SINAPI	88486	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	0,00
11.4	SINAPI	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	0,00
3			CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO PLENARIO		
			MOVIMENTOS DE TERRA		
3.1	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³	1,50
4			INFRAESTRUTURA		
4.1	SINAPI	73844/1	Alvenaria em pedra rachão ou pedra de mão, assentada com argamassa traco 1:6 (cimento e areia)	m³	1,23
5			ALVENARIA DE FECHAMENTO DE 1/2 VEZ		
5.1	SINAPI	87503	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m²	29,25
6			CHAPISCO		
6.1	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS E EXTERNAS, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014"	m²	0,00
7			REBOCO		

CÂMARA DE VEREADORES DE PETROLINA
Casa Vereador Plínio Amorim

7.1	SINAPI	90409	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	m²	0,00
8			PAVIMENTAÇÃO		
8.1	SINAPI	94974	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_07/2016	m³	0,00
8.2	SINAPI	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_06/2014	m²	0,00
9			ESQUADRIAS		
9.1	SINAPI	90794	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, E BATENTE METÁLICO, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	un	0,00
9.2	SINAPI	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS, EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	0,00
10			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		
10.1	SINAPI	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 INCLUINDO TUBOS E CONEXÕES, COMPLETO	un	0,00
10.2	SINAPI	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 INCLUINDO TUBOS E CONEXÕES, COMPLETO	un	0,00
11			INSTALAÇÕES ELÉTRICA / TELEFÔNICA		
11.1	SINAPI	92013	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un	0,00
11.2	SINAPI	91973	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un.	0,00
11.3	SINAPI	97583	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE DE 18 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	un.	0,00
12			PINTURA		
12.1	SINAPI	88414	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS AF_06/2014	m²	0,00
12.2	SINAPI	88414	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS AF_06/2014	m²	0,00
12.3	SINAPI	88486	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	0,00
12.4	SINAPI	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	0,00

CÂMARA DE VEREADORES DE PETROLINA
Casa Vereador Plínio Amorim

4			PINTURA DO PREDIO DA CAMARA		
			PINTURA		
4.1	SINAPI	88414	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS AF_06/2014	m²	722,04
4.2	SINAPI	88414	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS AF_06/2014	m²	2.973,20
4.3	SINAPI	88486	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	1.304,34
4.4	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	2.388,51
4.5	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	1.162,40
4.6	SINAPI	73739/001	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA OU FERRO, DUAS DEMAOS	m²	0,00
5			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
5.1		cotação	RETOQUE EM PAREDES, INCLUINDO DEMOLIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE REBOCOS	m²	108,00
5.2		cotação	RECUPERAÇÃO DE PORTAS	un	0,00
5.3		cotação	SUBSTITUIÇÃO DE PORTAS	un	0,00
5.4		cotação	REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇOES ELETRICAS	un	1,00
5.5		cotacão	REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇOES SANITARIAS	un	0,00
5.6	SINAPI	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	2.000,00
5.7			FORNECIMENTO DE ALAMBRADO	m²	0,00

Era o que tínhamos a atestar.

Petrolina- PE, 22 de Abril de 2021

CAMARA MUNICIPAL DE PETROLINA – PE
ABROLANDE AMÂNCIO DA CRUZ
CPF:
Presidente

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA
Engenheira Civil CREA Nº 5072-D/PB
Responsavel Técnica

CAMARA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE
MARCOS AURELIO LEODITO DE ABREU
CREA: 10906-D/PE
Engº Civil / Fiscalização

CREA-BA
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

No. CAT: **1496/2008**

Certifico, a pedido de parte interessada adiante nominada e qualificada, para fins de acervo técnico, que fazendo rever os arquivos deste Conselho foi verificado encontrar-se anotado sob forma de responsabilidade técnica o que se segue:

Profissional : MARIA HELENA DE LIMA ALMEIDA
Número da Carteira : PB 5072/D
Visto CREA : 16517
CREA de Origem : PARAÍBA
Título : Engenheiro Civil

Número ART : PB0000005072000021 Série: A
Data de Anotação : 30/12/2004
No. ART Vinculada : PB0000005072000042A
Empresa Contratada :
Nome Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
Nome Proprietário : PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
Endereço da Obra : RUA 15 DE JULHO Nº 32
Valor da Obra/Serviço : R$ 0,00
Cidade : JUAZEIRO-BA
Participação : Individual
Tipo da ART : Normal
Tipo do Contrato : Empregado
Data da Baixa : 02/03/2005 10:19:00
Motivo da Baixa : por conclusão. Responsavel: Jean Carlos Coelho de Alencar
Periodo : 25/08/2004 à 30/12/2004

**********Observações **********

IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NOS DISTRITOS DE MANIÇOBA, SALITRE TOURÃO E MANDACARÚ-FISCALIZAÇÃO.

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA
Nível: ATUACAO
Quantidade: 203980
Unidade: METRO(S) QUADRADO(S)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: TERRAPLENAGEM
Nível: ATUACAO
Quantidade: 43127,2
Unidade: METRO(S) CUBICO(S)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: SINALIZAÇÃO
Nível: ATUACAO
Unidade: METRO(S) CUBICO(S)

CREA-BA
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

No. CAT: **1496/2008**

Número ART	: PB0000005072000022	Série: A
Data de Anotação	: 30/12/2004	
No. ART Vinculada	: PB0000005072000042A	
Empresa Contratada	:	
Nome Contratante	: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO	
Nome Proprietário	: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO	
Endereço da Obra	: R. 15 DE JULHO 32	
Valor da Obra/Serviço	: 0,00	
Cidade	: JUAZEIRO-BA	
Participação	: Co-Responsável	
Tipo da ART	: Normal	
Tipo do Contrato	: Empregado	
Data da Baixa	: 02/03/2005 10:19:00	
Motivo da Baixa	: por conclusão. Responsavel: Jean Carlos Coelho de Alencar	
Período	: 25/08/2004 à 30/12/2004	

**********Observações **********

FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE EXECUÇÃO DO CANAL COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DRENAGEM TERRAPLANAGEM E ILUMINAÇÃO

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA
Nível: ATUACAO
Quantidade: 24030,7
Unidade: METRO(S) QUADRADO(S)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: DRENAGEM
Nível: ATUACAO
Quantidade: 4727,3
Unidade: METRO(S) CUBICO(S)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: TERRAPLENAGEM
Nível: ATUACAO
Quantidade: 5002,63
Unidade: METRO(S) CUBICO(S)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: ILUMINACAO
Nível: ATUACAO
Quantidade: 41
Unidade: POSTE(S)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO
Descrição: ILUMINACAO
Nível: ATUACAO
Quantidade: 41
Unidade: POSTE(S)

CREA-BA
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

No. CAT: **1496/2008**

Número ART	:	PB0000005072000040 Série: A
Data de Anotação	:	16/05/2005
No. ART Vinculada	:	PB0000005072000042A
Empresa Contratada	:	
Nome Contratante	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
Nome Proprietário	:	SEINFRAHM
Endereço da Obra	:	RUA OSCAR RIBEIRO S/N
Valor da Obra/Serviço	:	R$ 0,00
Cidade	:	JUAZEIRO-BA
Participação	:	Equipe
Tipo da ART	:	Normal
Tipo do Contrato	:	Empregado
Data da Baixa	:	21/11/2005 02:55:00
Motivo da Baixa	:	CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS. Responsavel: Luis Carlos Pita de Almeida
Periodo	:	13/05/2005 à 20/12/2005

**********Observações **********

FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE 100 UNIDADES HABITACIONAIS TÉRREAS INTEGRANTES DO PRGRAMA DE SUBSIDIO HABITACIONAL (PSH) ÁREA POR UNIDADE HABITACIONAL (PSH)

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO — Quantidade: 3882
Descrição: EDF. DE ALVENARIA PARA FINS RESIDENCIAIS
Nível: CONDUCAO — Unidade: METRO(S) QUADRADO(S)

Número ART	:	PB0000005072000041 Série: A
Data de Anotação	:	16/05/2005
No. ART Vinculada	:	PB0000005072000042A
Empresa Contratada	:	
Nome Contratante	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA
Nome Proprietário	:	SEINFRUHM
Endereço da Obra	:	RUA OSCAR RIBEIRO, S/N CENTRO
Valor da Obra/Serviço	:	R$ 0,00
Cidade	:	JUAZEIRO-BA
Participação	:	Equipe
Tipo da ART	:	Normal
Tipo do Contrato	:	Empregado
Data da Baixa	:	21/11/2005 02:55:00
Motivo da Baixa	:	CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS. Responsavel: Luis Carlos Pita de Almeida
Periodo	:	14/05/2005 à 22/12/2005

**********Observações **********

FISCALIZAÇÃO DE OBRA E EXECUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS TÉRREAS, INTEGRANTES DO PROGRAMA DE SUBSIDIO HABITACIONAL .

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade : FISCALIZACAO — Quantidade: 1941
Descrição: EDF. DE ALVENARIA PARA FINS RESIDENCIAIS
Nível: CONDUCAO — Unidade: METRO(S) QUADRADO(S)

CREA-BA
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

No. CAT: **1496/2008**

Cuja(s) cópia(s) xerografada(s) do(s) atestado(s), cujo teor é de inteira responsabilidade do(s) emitente(s), vai(ao) em anexo conferida(s) e autenticada(s). Esta certidão é para fim exclusivo de acervo técnico e não acrescenta qualquer atribuição as originalmente consignadas no registro do profissional no CREA, sendo vedada qualquer extrapolação, nos termos da alínea "B" do artigo 6o. da lei 5.194 de 24 de dezembro de 1966. E nada mais havendo, nem me tendo sido pedido, eu, MARIA DA GRACA C. SILVA FREITAS, dato e assino a presente certidão.

CREA-BA SALVADOR/BA 23/09/2008

MARIA DA GRACA C. SILVA FREITAS
SUPERV. DE REGISTRO E CADASTRO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Municipio com as caracteristicas abaixo relacionadas.

Nº DO CONTRATO: 003/04

VALOR DO CONTRATO: 5.574.056 94

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Vila Jacaré

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Iluminação

Local: VILA JACARÉ
Obra: SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO DO CANAL DA VILA JACARÉ

A	**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS LATERAIS AO CANAL**				
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				
1.1	Fornecimento e implantação de placas de identificação de obras	m²	16,00	140,00	2.240,00
1.2	Desmatamento, destocamento e limpeza com escavação de camada vegetal até 0,15m de espessura	m²	148.716,71	0,24	35.692,01
2	**TERRAPLENAGEM**				
2.1	Escavação e carga em material de 1ª categoria	m³	30.832,15	3,60	110.995,85
2.2	Transporte em caminhão basculante com DMT = 15Km	t.km	832.466,96	0,38	316.338,17
2.3	Compactação de aterros a 100% do proctor normal	m³	14.611,76	1,51	22.063,76
2.4	Arrancamento e remoção de paralelepipedos	m²	2.395,00	3,48	8.334,60
3	**PAVIMENTAÇÃO**				
3.1	Regularização de sub-leito	m²	27.960,56	0,49	13.700,68
3.2	Sub-base				
3.2.1	Escavação e carga em material de 1ª categoria	m³	6.905,39	3,60	24.863,00
3.2.2	Transporte em caminhão basculante com DMT = 25Km	t.km	242.802,90	0,38	92.265,10
3.2.3	Sub-base solo estabilizado granul. s mistura	m³	5.395,82	7,48	40.413,19
3.3	Base				
3.3.1	Escavação e carga em material de 1ª categoria	m³	6.403,37	3,60	23.052,13
3.3.2	Transporte em caminhão basculante com DMT = 25Km	t.km	225.118,35	0,38	85.544,97
3.3.3	Base solo estabilizado granul. s mistura	m³	5.002,53	7,49	37.469,70
3.4	Execução de imprimação betuminosa inclusive fornecimento do material asfáltico	m²	24.030,70	2,73	65.603,91
3.5	Execução de pintura de ligação c/ fornecimento do material asfaltico	m²	4.575,33	0,74	3.385,74
3.6	C B U Q				
3.6.1	Execução de C.B.U.Q. c/ fornecimento de material asfáltico	ton	2.927,99	162,74	476.501,09
3.6.2	Transporte de caminhão basculante com DMT = 33km	t.km	98.623,67	0,38	38.716,99
3.7	Execução de pavimentação em paralelepipedos	m²	2.405,00	25,28	60.806,00
4	**DRENAGEM**				
4.1	Meio-fio de concreto sem linha d'agua		8.840,80	6,89	149.321,11

Certifico que o presente registrado neste CREA-BA sob o nº [illegible] inscrito sob a CAT Nº [illegible] de seus dados nele constantes de minha responsabilidade do emitente A certificação do CREA BA limita-se às informações declaradas nas ART's

Maria das Graças Caldas de Freitas
Supervisor de Registro e Cadastro

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16 517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as características abaixo relacionadas.

Nº DO CONTRATO: 003/04

VALOR DO CONTRATO: 5 574.056,94

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Vila Jacaré

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Iluminação

Local: VILA JACARÉ
Obra: SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO DO CANAL DA VILA JACARÉ

4.2	Meio-fio de pedra sem lha d'agua	m	566,00	11,54	6 531,64
4.3	Linha d'agua de concreto com espessura 0,10m	m	4.842,80	20,90	101 214,52
4.4	Escavação manual em material de 1ª cat	m³	2.282,55	12,62	28 805,91
4.5	Reaterro compactado	m³	2 299,01	6,32	14 529,74
4.6	Corpo BSTC D=0,60m	m	1.019,00	212,04	216.068,76
4.7	Boca BSTC D=0,60m - normal	un	12,00	461,04	5 532,48
4.8	Caixa de ligação e passagem CLP-03	un	85,00	1.227,75	104 358,75
5	OBRAS COMPLEMENTARES				
5.1	Passeio em concreto, espessura 0,07m	m²	17.588,80	27,30	480 174,24
5.2	Retirada e relocação de poste	un	3,00	774,00	2 322,00
6	SINALIZAÇÃO				
6.1	Fornecimento e implantação placa sinaliz. tot. refletiva	m²	440,00	243,34	107 089,60
6.2	Pintura faixa - tinta durabilidade 2 anos	m²	1.449,53	11,20	16 234,74
6.3	Fornecimento e colocação de tachão refletf. bidirecional	un	600,00	19,10	11.460,00
7	ILUMINAÇÃO				
7.1	Poste metálico 12m s/ flange p/ iluminação pública 1 pétala	pç	12,00	1.043,53	12 522,36
7.2	Poste metálico 12m s/ flange p/ iluminação pública 2 pétalas	pç	19,00	1 123,80	21 352,20
7.3	Poste metálico 12m s/ flange p/ iluminação pública 3 pétalas	pç	8,00	1.252,23	10.017,84
7.4	Poste metálico 12m s/ flange p/ iluminação pública 4 pétalas	pç	2,00	1.412,78	2.825,56
7.5	Luminária de alumínio fechada p/ iluminação pública lâmp. vapor de sódio 400W	pç	82,00	112,36	9 215,16
7.6	Lâmpada vapor de sódio 400W	pç	82,00	59,57	4 884,74
7.7	Reator p/ lampada vapor de sódio 400W - uso externo - alto f. potência	pç	82,00	173,39	14 217,98
7.8	Eletroduto PVC 1 1/2"	pç	700,00	15,92	11.144,00
7.9	Luva PVC rosc. 1 1/2"	pç	700,00	2,26	1 582,00
7.10	Cabo de cobre isolado 35mm	m	6.000,00	5,74	40 440,00
7.11	Cabo de cobre isolado 2,5mm²	m	2.000,00	0,40	800,00
7.12	Cabo de cobre nu - 10mm²	m	200,00	1,44	288,00
7.13	Caixa pré-moldada com tampa - 0,40 x 0,40 cm	pç	55,00	34,50	1.897,50
7.14	Haste de terra c/ conector - 2,40m	pç	48,00	35,32	1.695,36
7.15	Subestação aérea padrão COELBA c/ transformador trifasico de 30KVA	un.	2,00	13.347,00	26.694,00

Maria Helena de Lima Almeida
Engenheira Civil
CREA nº 5072 D/PB
Visto BA nº 16 517

Maria das Graças Calmon de Freitas
Supervisora de Registro e Cadastro

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16 517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as características abaixo relacionadas

Nº DO CONTRATO: 003/04

VALOR DO CONTRATO: 5.574.056,94

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Vila Jacaré

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Iluminação

Local: VILA JACARÉ
Obra: SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO DO CANAL DA VILA JACARÉ

Este Atestado foi registrado no CREA BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 1496/03 sendo os dados nele constantes de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA BA limita-se às informações ausentes nas ART's

Maria das Graças Galvão de Freitas
Superv. de Registro e Cadastro

7.16	Quadro de comando trifásico uso externo pl ilum. publica	un	2,00	4.816,28	9.632,56
7.17	Elaboração de projeto das subestações aereas	vb	1,00	53.500,00	53.500,00
8	REMANEJAMENTO				
8.1	Remanejamento de rede de esgoto, incluindo fornecimento, escavação e reaterro nos seguintes diâmetros				
8.1.1	PVC d=50mm	m	470,00	6,72	3.158,40
8.1.2	PVC d=75mm	m	110,00	13,69	1.505,90
8.1.3	PVC d=100mm	m	460,00	22,68	10.432,80
8.1.4	Ferro fundido d = 300mm	m	850,00	330,00	280.500,00
9	PROTEÇÃO AMBIENTAL				
9.1	Reconformação da cobertá vegetal	m²	148.716,71	0,48	71.384,02
B	CANALIZAÇÃO DO CANAL DO JACARE				
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Instalação do canteiro, mobilização e desmobilização dos equipamentos	vb	1,00	18.000,00	18.000,00
1.2	Placas da obra	m²	16,00	140,00	2.240,00
1.3	Sinalização aberta sem iluminação	m	300,00	1,73	519,00
1.4	Sinalização aberta com iluminação	m	150,00	4,67	700,50
1.5	Sinalização tipo tapume fechado com iluminação	m	100,00	9,90	990,00
2	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES				
2.1	Demolição de dispositivos de concreto armado	m³	49,05	294,64	14.452,09
2.2	Demolição de alvenaria de pedra rejuntada	m³	61,86	34,56	2.144,07
3	MOVIMENTO DE TERRA				
3.1	Escavação em lama com escavadeira hidraulica, inclusive carga e descarga	m³	7.314,60	5,04	36.865,58
3.2	Escavação e carga em material de 1ª categoria	m³	1.128,00	3,60	4.060,80
3.3	Transporte em caminhão basculante com DMT = 5 Km	t.km	75.983,40	0,38	28.373,69
3.4	Ensecadeira de parede simples	m²	1.666,00	41,89	69.788,74
3.5	Ensecadeira de parede dupla	m²	100,00	104,77	10.477,00

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as características abaixo relacionadas.

Nº DO CONTRATO: 003/04

VALOR DO CONTRATO: 5.574 056 94

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Vila Jacaré

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Iluminação

Local: VILA JACARÉ
Obra: SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO DO CANAL DA VILA JACARÉ

4	SERVIÇOS DE DRENAGEM					
4.1	Alvenaria de pedra argamassada, inclusive prenos laterais junta elástica com mastique de 1ª qualidade, incluindo todos os materiais	m³	4 727,30	189,75	897.005,18
4.2	Transporte de rocha DMT = 26 Km	t.km	256 110,58	0,60	154 868,35
4.3	Placas pre-moldadas em concreto armado fck = 18 Mpa				
4.3.1	dimensões 3,80 x 0,50 x 0,12m	pç	550,00	206,00	113.300,00
4.3.2	dimensões 3,80 x 0,50 x 0,30m	pç	290,00	516,00	149.350,00
4.3.3	dimensões 3,70 x 0,50 x 0,12m	pç	2 268,00	200,00	453.600,00
4.3.4	dimensões 3,70 x 0,50 x 0,30m	pç	352,00	500,00	176.000,00
4.4	Concreto magro	m³	378,30	200,00	75.660,00
4.5	Reforço de fundação em berço de areia (colchão de areia)	m³	1.891,50	21,35	40.383,53
4.6	Fornecimento e assentamento de guias de concreto	m	1.189,00	24,75	29.427,75
4.7	Esgotamento com bomba de 4"	h	1.200,00	5,21	6.252,00
	TOTAL				5.574.056,94

Juazeiro - BA 19 de setembro de 2008

Melissa Aletuia Moreira Lopes
Sec.de Infra-Estrut. Habitação e Meio Ambien
Melissa A Moreira Lopes
Secretaria de Infra Estrutura
Habitação e Meio Ambiente
Prefeitura Municipal
Juazeiro-BA

Este Atestado encontra-se registrado no CREA/BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº [illegible]/07, sendo os dados nele constantes de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA/BA limita-se as informações descritas nas ART's

Maria das Graças Galhão de Freitas
Supervisor de Registro e Cadastro

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as caracteristicas abaixo relacionadas.

Nº DO CONTRATO Nº DISP DE LICITAÇÃO 001/04

VALOR DO CONTRATO: 4.835.741,13

DATA DE INÍCIO 25/08/04

DATA DE TÊRMINO: 30/12/04

LOCAL: Distrito de Maniçoba, Salitre, Tourão e Mandacaru

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfaltica, Drenagem, Terraplenagem e Sinalização

Local: DISTRITOS DE MANIÇOBA, SALITRE, TOURÃO E MANDACARU
Obra: IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	Unid.	Quant.	Vlr.Unit.	Vlr. Total
TR 01	TRECHO: MANIÇOBA (BA -210 - CAMPOS / NÚCLEO 01) EXTENSÃO 9,0 KM				
1	TERRAPLENAGEM				
1.1	Desmatamento destocamento e limpeza de área c/ arvores diâmetro até 0,15m	m²	52.416,00	0,24	12.579,84
1.2	Escavação, carga e transporte em material de 1ª categoria DMT 3000 a 5000m c/ carreadeira	m³	24.450,40	8,05	196.825,72
1.3	Escavação carga e transporte local com caminhão basculante de 10m³ - rodovia não pavimentada DMT = 7km	m³	26.208,00	10,15	266.011,20
1.4	Escavação, carga e transporte de material de 2ª categoria com DMT 50 a 200m c/ carreadeira	m³	877,50	6,30	5.528,25
1.5	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria com DMT 50 a 200m	m³	292,50	18,90	5.528,25
1.6	Compactação de aterro a 100% do Proctor Normal	m³	18.808,00	1,50	28.212,00
2	PAVIMENTAÇÃO				
2.1	Regularização de sub-leito	m²	72.000,00	0,43	30.960,00
2.2	Execução de sub-base solo estabilizado granulometricamente sem	m³	13.680,00	7,49	102.463,20
2.3	Execução de base solo estabilizado granulometricamente sem mistura	m³	13.320,00	7,49	99.766,80
2.4	Execução de imprimação betuminoso com fornecimento do ligante	m²	63.000,00	2,71	170.730,00
2.5	Execução de tratamento superficial duplo com banho diluido c/ fornecimento dos materiais betuminosos e brita	m²	54.000,00	6,77	365.580,00
2.6	Pintura de ligação com fornecimento do ligante c/ distância até 500km	m²	57.59	0,73	42,04
2.7	C B U C				
2.7.1	Execução de C B U C c/ fornecimento do material betuminoso com	t	6,91	162,50	1.122,38
2.7.2	Transporte com caminhão basculante com DMT = 58km	t.km	400,78	0,38	152,30
3	DRENAGEM				
3.1	Valeta de proteção de corte ou aterro sem revestimento VPC 05/VPA	m	270,00	20,75	5.602,50
4	OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Escavação manual material de 1ª categoria	m³	182,00	12,60	2.293,20
4.2	Reaterro e compactação	m³	151,00	6,30	951,30
4.3	Corpo BSTC D=0,60m	m	100,00	212,50	21.250,00
4.4	Corpo BSTC D=0,30m	m	7,00	308,81	2.161,67
4.5	Boca BSTC D=0,60m - normal	un	18,00	459,55	8.271,90
4.6	Boca BSTC D=0,30m - normal	un	3,00	764,00	2.292,00
5.0	SINALIZAÇÃO				
5.1	Pintura de faixa - tinta durabilidade - 2 anos	m	27.000,00	1,02	27.540,00
5.2	Fornecimento e implantação de placas de sinalização totalmente	m²	45,00	243,25	10.946,25

Este Atestado encontra-se registrado no CREA-BA e parte integrante da inscrição efetuada sob a CAT Nº 1446/03 sendo os dados nele constantes de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA-BA limita-se as informações descritas nas ART's

Maria das Graças Galvão de Freitas
Supervisor de Registro e Cadastro

Juazeiro 27/12/2004

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as características abaixo relacionadas.

Nº DO CONTRATO: Nº DISP. DE LICITAÇÃO 001/04

VALOR DO CONTRATO: 4.835.741,13

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Distrito de Maniçoba, Salitre, Tourão e Mandacaru

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Sinalização

Local: **DISTRITOS DE MANIÇOBA, SALITRE, TOURÃO E MANDACARU**
Obra: **IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	Unid.	Quant.	Vlr.Unit.	Vlr. Total
TR 02	**TRECHO: MANIÇOBA (NÚCLEO 01 / NÚCLEO 2) EXTENSÃO 6,0**				
1	**TERRAPLENAGEM**				
1.1	Desmatamento, destocamento e limpeza de área c/ arvores diametro até 0,15m	m²	29.120,00	0,24	6 988,80
1.2	Escavação, carga e transporte em material de 1ª categoria DMT 3000 a 5000m c/ carreadeira	m³	27.305,20	8,05	219 806,86
1.3	Escavação, carga e transporte local com caminhão basculante de 10m³ - rodovia não pavimentada DMT = 7km	m³	14.560,00	10,15	147.784,00
1.4	Escavação, carga e transporte de material de 2ª categoria com DMT 50 a 200m c/ carreadeira	m³	487,50	6,30	3.071,25
1.5	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria com DMT 50 a 200m	m³	16,25	18,90	307,13
1.6	Compactação de aterro a 100% do Proctor Normal	m³	21.004,00	1,50	31 506,00
2	**PAVIMENTAÇÃO**				
2.1	Regularização de sub-leito	m²	40.000,00	0,43	17 200,00
2.2	Execução de sub-base solo estabilizado granulometricamente sem	m³	7.600,00	7,49	56 924,00
2.3	Execução de base solo estabilizado granulometricamente sem mistura	m³	7.400,00	7,49	55 426,00
2.4	Execução de imprimação betuminoso com fornecimento do ligante	m²	35.000,00	2,71	94 850,00
2.5	Execução de tratamento superficial duplo com banho duplo c/ fornecimento dos materiais betuminosos e brita	m²	30.000,00	6,77	203 100,00
2.6	Pintura de ligação com fornecimento do ligante c/ distância até 500km	m²	137,47	0,73	100,35
2.7	C.B.U.Q.				
2.7.1	Execução de C.B.U.Q. c/ fornecimento do material betuminoso com distancia até 500m	t	18,50	152,50	2 881,25
2.7.2	Transporte com caminhão basculante com DMT = 58km	t.km	957,00	0,38	363,66
3	**DRENAGEM**				
3.1	Valeta de proteção de corte ou aterro sem revestimento VPC 05/VPA	m	150,00	20,75	3.112,50
4	**OBRAS DE ARTE CORRENTES**				
4.1	Escavação manual material de 1ª categoria	m³	169,20	12,60	2 133,18
4.2	Reaterro e compactação	m³	138,20	6,30	870,66
4.3	Corpo BSTC D=0,60m	m	96,00	212,50	20 400,00
4.4	Corpo BSTC D=0,80m	m	4,00	308,81	1 235,24
4.5	Boca BSTC D=0,60m - normal	un	16,00	459,55	7 352,80
4.6	Boca BSTC D=0,80m - normal	un	2,00	764,00	1 528,00
5	**SINALIZAÇÃO**				
5.1	Pintura de faixa - tinta durabilidade - 2 anos	m	15.000,00	1,02	15 300,00
5.2	Fornecimento e implantação de placas de sinalização totalmente	m²	25,00	240,25	6 081,25

Este Atestado encontra-se registrado no CREA/BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 126/03, sendo os dados nele constantes de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA/BA limita-se às informações descritas nas ART's

Maria das Graças Calhau de Freitas
Supervisora de Registro e Cadastro

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as características abaixo relacionadas

Nº DO CONTRATO Nº DISP DE LICITAÇÃO 001/04

VALOR DO CONTRATO: 4.835.741,13

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Distrito de Maniçoba, Salitre, Tourão e Mandacaru

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Sinalização

Local: DISTRITOS DE MANIÇOBA, SALITRE, TOURÃO E MANDACARU
Obra: IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	Unid.	Quant.	Vlr.Unit.	Vlr. Total
TR 05	TRECHO: SALITRE (BA 210 - EB 300 / JUNCO) EXTENSÃO 12,14				
1	**TERRAPLENAGEM**				
1.1	Desmatamento, destocamento e limpeza de área c/ arvores diâmetro até 0,15m	m²	74.267,75	0,24	17.824,26
1.2	Escavação carga e transporte em material de 1ª categoria DMT 3000 a 5000m c/ carreadeira	m³	57.151,97	8,05	460.073,36
1.3	Escavação, carga e transporte local com caminhão basculante de 10m³ - rodovia não pavimentada DMT = 7km	m³	37.856,00	10,15	384.238,40
1.4	Escavação carga e transporte de material de 2ª categoria com DMT 50 a 200m c/ carreadeira	m³	1.277,25	6,30	8.046,68
1.5	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria com DMT 50 a 200m	m³	425,00	18,90	8.032,50
1.6	Compactação de aterro a 100% do Proctor Normal	m³	43.963,05	1,50	65.944,58
2	**PAVIMENTAÇÃO**				
2.1	Regularização de subleito	m²	97.120,00	0,43	41.761,60
2.2	Execução de sub-base solo estabilizado granulometricamente sem	m³	18.452,80	7,49	138.211,47
2.3	Execução de base solo estabilizado granulometricamente sem mistura	m³	17.967,20	7,49	134.574,33
2.4	Execução de imprimação betuminosa com fornecimento do ligante	m²	84.980,00	2,71	230.295,80
2.5	Execução de tratamento superficial duplo com banho diluído c/ fornecimento dos materiais betuminosos e frete	m²	72.840,00	6,77	493.126,80
3	**DRENAGEM**				
3.1	Valeta de proteção de corte ou aterro sem revestimento VPC 05/VPA	m	393,00	20,75	8.154,75
4	**OBRAS DE ARTE CORRENTES**				
4.1	Meio-fio de concreto - MFC 05	m	400,00	16,70	6.680,00
4.2	Escavação manual material de 1ª categoria	m³	163,20	12,60	2.056,32
4.3	Reaterro e compactação	m³	109,40	8,30	889,22
4.4	Corpo BSTC D=0,80m	m	32,00	308,81	9.881,92
4.5	Corpo BSTC D=1,00m	m	24,00	441,00	10.584,00
4.6	Corpo BDTC D=1,00m	m	12,00	905,73	10.868,76
4.7	Boca BSTC D=0,80m - normal	un	6,00	764,00	4.584,00
4.8	Boca BSTC D=1,00m - normal	un	4,00	1.177,00	4.708,00
4.9	Boca BDTC D=1,00m - normal	un	2,00	1.646,23	3.292,46
5	**SINALIZAÇÃO**				
5.1	Pintura de faixa - tinta durabilidade - 2 anos	m	39.000,00	1,02	39.780,00
5.2	Fornecimento e implantação de placas de sinalização totalmente	m²	65,00	243,25	15.811,25

Este Atestado foi visado e registrado no CREA/BA e é parte integrante da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART inserção efetuada pela CAT Nº [illegible], sendo os dados nele constantes de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA/BA limita-se às informações descritas nas ART's

Maria das Graças Calhau de Freitas
Supervisora de Registro e Cadastro

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB Visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro BA, a obra de execução Implantação e Pavimentação de Estradas Vicinais localizadas neste Município com as características abaixo relacionadas

Nº DO CONTRATO: Nº DISP. DE LICITAÇÃO 001/04

VALOR DO CONTRATO: 4.835.741,13

DATA DE INÍCIO: 25/08/04

DATA DE TÉRMINO: 30/12/04

LOCAL: Distrito de Maniçoba, Salitre, Tourão e Mandacaru

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplenagem e Sinalização

Local: DISTRITOS DE MANIÇOBA, SALITRE, TOURÃO E MANDACARU
Obra: IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	Unid.	Quant	Vlr.Unit.	Vlr. Total
TR 08	TRECHO: MANDACARU EXTENSÃO 3,0 KM				
1	**TERRAPLENAGEM**				
1.1	Desmatamento, destocamento e limpeza de área c/ arvores diâmetro até 0,15m	m²	17.472,00	0,24	4.193,28
1.2	Escavação, carga e transporte em material de 1ª categoria DMT 3000 a 5000m c/ carreadeira	m³	8.520,20	8,05	68.587,61
1.3	Escavação, carga e transporte local com caminhão basculante de 10m³ - rodovia não pavimentada DMT = 7km	m³	8.736,00	10,15	88.670,40
1.4	Escavação, carga e transporte de material de 2ª categoria com DMT 50 a 200m c/ carregadeira	m³	302,25	6,30	1.904,18
1.5	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria com DMT 50 a 200m	m³	100,75	18,90	1.904,18
1.6	Compactação de aterro a 100% do Proctor Normal	m³	6.554,00	1,50	9.831,00
2	**PAVIMENTAÇÃO**				
2.1	Regularização de sub-leito	m²	24.000,00	0,43	10.320,00
2.2	Execução de sub-base solo estabilizado granulometricamente sem	m³	4.560,00	7,49	34.154,40
2.3	Execução de base solo estabilizado granulometricamente sem mistura	m³	4.440,00	7,49	33.255,60
2.4	Execução de imprimação betuminoso com fornecimento do ligante	m²	21.000,00	2,71	56.910,00
2.5	Execução de tratamento superficial duplo com banho diluído c/ fornecimento dos materiais betuminosos a frete	m²	18.000,00	6,77	121.860,00
2.6	Pintura de ligação com fornecimento do ligante c/ distância até 500km	m²	168,00	0,74	124,32
2.7	C B U Q				
2.7.1	Execução de C B U Q c/ fornecimento do material betuminoso com distância até 500m	t	20,16	162,70	3.280,03
2.7.2	Transporte com caminhão basculante com DMT = 58km	t.km	1.169,28	0,38	444,33
3	**DRENAGEM**				
3.1	Valeta de proteção de corte ou aterro sem revestimento VPC 05/VPA	m	50,00	20,75	1.037,50
4	**OBRAS DE ARTE CORRENTES**				
4.1	Escavação manual material de 1ª categoria	m³	123,48	12,60	1.555,85
4.2	Reaterro e compactação	m³	109,28	6,30	688,46
4.3	Corpo BSTC D=0,60m	m	48,00	212,50	10.200,00
4.4	Corpo BSTC D=0,80m	m	15,00	308,81	4.632,15
4.5	Boca BSTC D=0,60m - normal	un	3,00	459,55	3.676,40
4.6	Boca BSTC D=0,80m - normal	un	2,00	764,00	1.528,00
5	**SINALIZAÇÃO**				
5.1	Pintura de faixa - tinta durabilidade - 2 anos	m	9.000,00	1,02	9.180,00
5.2	Fornecimento e implantação de placas de sinalização totalmente	m²	15,00	243,25	3.648,75
	TOTAL				**4.835.741,13**

Juazeiro - BA 19 de setembro de 2008

Melissa Alefura Moreira Lopes
Sec de Infra-Estrut. Habitação e Meio Am

Melissa Alefura Moreira Lopes
Secretaria de Infra Estrutura
Habitação e Meio Ambiente
Prefeitura Municipal
Juazeiro - BA

Certidão é atestado que o registrado no CREA-BA é parte integrante desta CAT Nº 16.517/04 responsável técnico. Os dados nele constantes de responsabilidade do emitente. A certificação do CREA-BA limita-se às informações descritas nas ART's

Maria das Graças Calhau de Freitas
Supervisora de Registro e Cadastro

000299

000300

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil, Maria Helena de Lima Almeida CREA nº 5072 D/PB visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA a obra de execução de 100 unidades Habitacionais terreas localizadas neste Municipio

VALOR DO CONTRATO R$ 602.469,45

DATA DE INICIO: 13/05/2005

DATA DE TERMINO: 20/12/2005

LOCAL: BAIRROS ARGEMIRO E MALHADA DA AREIA

OBRA OU SERVIÇO:
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS TERREAS (PSH) A=38,82m²

LOCAL:
ARGEMIRO E MALHADA DA AREIA JUAZEIRO -BA

ITEM	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0	**Movimento de terra**		
1.1	Escavação manual de valas	m³	11,24
1.2	Aterro compactado do caixão	m³	17,97
2.0	**Infra-estrutura**		
2.1	Alvenaria de embasamento em pedra rachão granitica	m³	15,00
3.0	**Superestrutura**		
3.1	Vergas retas sobre vãos de portas e janelas	m	18,80
4.0	**Alvenaria de elevação**		
4.1	Alvenaria de 1/2 vez em blocos cerâmicos furados inclus. Balcão	m²	129,00
4.2	Cobogó de cimento	m²	0,60
5.0	**Cobertura**		
5.1	Estrutura de madeira mista p/ telha cerâmica	m²	56,38
5.2	Telha colonial incl. cravejamento	m²	56,38
6.0	**Instalações elétrica/baixa tensão conforme projeto**	vb	1,00
6.1	Cleat monofásico	un	40,00
6.2	Fio de 2,5mm2 (12mm)	m	1,00
6.3	Fio de 1,5 mm (14mm)	m	3,00
6.4	Tomada de embutir de 100 watts	un	6,00
6.5	Interruptor com tomada	un	1,00
6.6	Interruptor de 01 tecla	un	1,00
6.7	Interruptor de 02 teclas	un	2,00
6.8	Interruptor de 03 teclas	un	1,00
6.9	Disjuntor de 10 Amperes	un	2,00
6.10	Disjuntor de 15 Amperes	un	1,00
6.11	Quadro de medição monofásico, padrão COELBA inclusive rack		
	02 roldames, 01 caixa monofasica, 01 parte de aterramento	un	1,00
6.12	Soquete com rabicho para lâmpada incandescente	un	6,00
6.13	Eletroduto D= 3/4" flexivel	m	50,00
6.14	Caixa de passagem de ferro 4x2	un	13,00

27/02/2006

...registrado no CREA/BA e é parte integrante ... sob o nº ... 1496/03
...para efeito da CAT Nº ...
...dos dados nele constantes de ... responsabilidade do emitente.
...certificação do CREA/BA firma-se ... informações descritas nas ART's

Maria das Graças Coelho de Freitas
Supervisor de Registro e Cadastro

000301

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil, Maria Helena de Lima Almeida
CREA nº 5072 D/PB visto BA nº 16 51?, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA
a obra de execução de 100 unidades Habitacionais terreas, localizadas neste Municipio

VALOR DO CONTRATO: R$ 602.469,45

DATA DE INICIO: 13/05/2005

DATA DE TERMINO: 20/12/2005

LOCAL: BAIRROS ARGEMIRO E MALHADA DA AREIA.

OBRA OU SERVIÇO:
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS TERREAS (PSH) A=38,82m²

LOCAL
ARGEMIRO E MALHADA DA AREIA JUAZEIRO -BA

ITEM	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0	**Movimento de terra**		
1.1	Escavação manual de valas	m³	11.24
1.2	Aterro compactado do caixão	m³	17.97
7.0	**Instalações Hidro-Sanitárias conforme projeto**	vb	1,00
7.1	Caixa de inspeção e gordura em alvenaria de 1/2 vez revestida		
	com tampa de concreto armado	un	4,00
7.2	Bolsa vedante de borracha p/ bacia sanitária	un	1,00
7.3	Joelho PVC 100mm	un	2,00
7.4	Joelho PVC 40 de 90°	un	2,00
7.5	Joelho PVC 75mm de 90°	un	4,00
7.6	Joelho PVC 40mm de 45°	un	1,00
7.7	TE 100mm com redução para 50mm	un	1,00
7.8	Tubo de PVC 100m serviço completo	m	8,00
7.9	Tubo de PVC 75mm serviço completo	m	26,00
7.10	Tubo de PVC 50mm serviço completo	m	8,00
7.11	Tubo de PVC 40mm serviço completo	m	3,00
7.12	Caixa sifonada 40x40x50mm	un	1,00
7.13	Caixa sifonada 40x40x75mm	un	1,00
7.14	Bacia sanitária de louça c/ desgarga e tampa completa	un	1,00
7.15	Lavatório de louça s/ coluna completo inclusive troneira		
	e conexões	un	1,00
7.16	Pia marmorite 01 cuba 1.50 inclusive torneira e conexões	un	1,00
7.17	Chuveiro plástico inclusive registro e conexões	un	1,00
7.18	Caixa dágua de fibra de vidro cap. 500l incl. tubos e conexões		
	ramais, registros e acessórios instalados, incl. Base em alvenaria		
	e linhas de madeira	un	1,00
7.19	Lavanderia em marmorite inclusive torneira e conexões	un	1,00
8.0	**Esquadrias**		
8.1	Portas externas em chapa metálica de ferro com chumbadores e		
	fechadura de maçaneta x0,80x2,10	un	2,00
8.2	Porta de madeira lisa de 0,70x2,10cm c/ guarnição, alizares		
	e ferragem	un	2,00

Confere c/ original

...se registra
...CAT Nº 236/08
...atestado(s) nele constante(s)
...responsabilidade do emitente
...CREA/BA. Limita-se
...informações descritas nas ART's

Maria [illegible] Engenheira Civil

000302

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que a Engenheira Civil, Maria Helena de Lima Almeida
CREA nº 5072 D/PB visto BA nº 16.517, fiscalizou a contento para a Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA
a obra de execução de 100 unidades Habitacionais terreas, localizadas neste Municipio

VALOR DO CONTRATO: R$ 602.469 45

DATA DE INICIO: 13/05/2005

DATA DE TERMINO: 20/12/2005

LOCAL: BAIRROS ARGEMIRO E MALHADA DA AREIA

OBRA OU SERVIÇO:
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS TERREAS (PSH) A=38,82m²
LOCAL:
ARGEMIRO E MALHADA DA AREIA JUAZEIRO -BA

ITEM	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0	**Movimento de terra**		
1.1	Escavação manual de valas	m³	11,24
1.2	Aterro compactado do caixão	m³	17,97
8.4	Porta em madeira lisa 0,60x2,10 c/ guarnições, alizares e ferra		
	gem completa	un	1,00
8.5	Janela tipo basculantes de ferro	un	1,00
8.6	Janela de ferro	un	3,00
9.0	**Revestimento**		
9.1	Chapisco p/ paredes	m²	258,00
9.2	Massa única em paredes (reboco)	m²	258,00
9.3	Barra lisa (WC banho,Pia, Cozinha e lavabo)	m²	9,65
10.0	**Pavimentação**		
10.1	Contra piso em concreto magro e= 0,07cm	m²	38,62
10.2	Piso cimentado liso c/ junta de vidro	m²	38,62
11.0	**Pintura**		
11.1	Pintura a base de água na cor branca	m²	258,50
11.2	Pintura esmalte sintético em esquadrias de ferro	m²	15,72

Juazeiro 23/12/2009

Melissa Aleluia Moreira Lopes
Secretária de Infra-Estrutura Habitação e Meio Ambiente
Melissa Aleluia Moreira Lopes
Secretária de Infra-Estrutura
Habitação e Meio Ambiente
Prefeitura Municipal
Juazeiro-BA

Este Atestado encontra-se registrado no CREA/BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 12526/08 sendo os dados nele constantes de inteira responsabilidade do emitente. A certificação do CREA/BA limita-se às informações descritas nas ART's

Maria das Graças Calhau de Freitas
Superv. de Registro e Cadastro

000300

Tomada de Preços n.º 005/2022

000303

D E C L A R A Ç Ã O DE MENOR

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

Petrolina – PE, 30 de maio de 2022

JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI
CNPJ Nº 27.469.250/0001-21
José Ézio Ferreira de Souza
CPF: 748.221.604-91
Sócio Administrador

Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA

Tomada de Preços – 05/2022

Processo Administrativo 072/2022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ – 43.108.172/0001-96

30/05/2022 – 10:00h.

Documentação de Habilitação

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JAVA CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ: 43.108.172/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:24:29 do dia 13/03/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/09/2022.
Código de controle da certidão: **DD18.2C14.A881.5AA2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DA FAZENDA

Pernambuco

000306

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000002123744-18 Data de Emissão: 01/04/2022

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 43.108.172/0001-96

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **29/06/2022** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

Emitido em 01/04/2022 17:40:23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

JJJ307

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 14195 / 2022

RAZÃO SOCIAL

JAVA CONSTRUTORA EIRELI

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **72901**

Endereço

Rua JOAO FLORENCIO DA SILVA R-34, 185, , Loteamento Recife, Petrolina CEP: 56320-820

Dados do Contribuinte ou Responsável

JAVA CONSTRUTORA EIRELI

Numero Documento Jurídico

43.108.172/0001-96

Endereço

Rua JOAO FLORENCIO DA SILVA R-34, 185, , Loteamento Recife, Petrolina CEP: 56320-820

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CTM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA A EXISTENCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que venham a ser apuradas posteriormente.

PETROLINA - PE, Sexta-feira, 1 de Abril de 2022

Esta Certidão é válida por 90 dias contados da data de emissão

VÁLIDA ATÉ: 30/06/2022

Chave de Validação: **3ced2e01**

000308

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.108.172/0001-96
Razão Social: JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Endereço: R JOAO FLORENCIO DA SILVA 185 / LOTEAMENTO RECIFE / PETROLINA / PE / 56320-820

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/05/2022 a 14/06/2022

Certificação Número: 2022051604064592872155

Informação obtida em 17/05/2022 08:03:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

000309

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ALVARÁ

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	Nº DO ALVARÁ	DATA DE VALIDADE
2022	72901	339	10/01/2023

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / REQUERENTE

JAVA CONSTRUTORA EIRELI

JAVA CONSTRUTORA

DOCUMENTO: 43.108.172/0001-96

REGIME: Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)

ÁREA ESTABELECIMENTO: 20.00 M²

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL

Rua JOAO FLORENCIO DA SILVA R-34, Nº 185, COMP:

Bairro: Loteamento Recife - Cidade: Petrolina - CEP: 56320-820

CNAE

3702900 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

4399105 Perfuração e construção de poços de agua

3811400 Coleta de resíduos não-perigosos

8211300 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

4299501 Construção de instalações esportivas e recreativas

7732201 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

7119701 Serviços de cartografia, topografia e geodésia

4211102 Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos

4292801 Montagem de estruturas metálicas

4924800 Transporte escolar

4330403 Obras de acabamento em gesso e estuque

4211101 Construção de rodovias e ferrovias

4312600 Perfurações e sondagens

4221903 Manutenção de redes de distribuição de energia eletrica

4120400 Construção de edifícios - ATIVIDADE PRINCIPAL

7119702 Atividades de estudos geológicos

7120100 Testes e análises técnicas

4330404 Serviços de pintura de edifícios em geral

7020400 Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica

4321500 Instalação e manutenção elétrica

8122200 Imunização e controle de pragas urbanas

4222702 Obras de irrigação

4213800 Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

7119703 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia

7111100 Serviços de arquitetura

4923002 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

7112000 Serviços de engenharia

4391600 Obras de fundações

4221902 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica

4221901 Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica

8130300 Atividades paisagísticas

4313400 Obras de terraplenagem

4222701 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4399101 Administração de obras

7119704 Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho

INFORMAÇÕES / OBSERVAÇÕES / RESTRIÇÕES

null

PETROLINA, Sexta-feira, 7 de Janeiro de 2022

Patrícia Almeida de Souza Carrijo

Diretora de Administração Tributária

CHAVE DE VALIDAÇÃO: 37eb006e

Para verificar a autenticidade desde Alvará, acesse o site www.petrolina.pe.gov.br

PROCURAR A PREFEITURA QUANDO:

1 - Não receber o carnê de Licença e Funcionamento 2 - Mudar de endereço 3 - Mudar de Atividade 4 - Mudar de Razão Social 5 - Encerrar a Atividade da Empresa

JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JAVA CONSTRUTORA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 43.108.172/0001-96
Certidão nº: 328859/2022
Expedição: 06/01/2022, às 11:40:54
Validade: 04/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JAVA CONSTRUTORA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.108.172/0001-96, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM Dr. MANOEL FRANCISCO DE SOUZA FILHO
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE PETROLINA

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, ***ELIANE DE LAVOR FREITAS***, Chefe do Cartório de Distribuição, desta Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

C E R T I F I C O, em virtude da faculdade que me é conferida por Lei e a requerimento de pessoa interessada, que revendo os registros computacionais do sistema JudWin 1º grau deste Poder Judiciário, e que não abrange os feitos distribuídos pelo Sistema PJe, constatei a ***INEXISTÊNCIA DE AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS***, nos últimos dez (10) anos, contra: ***JAVA CONSTRUTORA EIRELI***, *Inscrito (a) no* ***CNPJ/MF sob nº. 43.108.172/0001-96***. **"ESSA CERTIDÃO NÃO INCLUI OS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ANTES DO PRAZO ESTIPULADO NA PESQUISA, AINDA QUE EM TRAMITAÇÃO"**. O referido é verdade. DOU FÉ. Eu, Gilson Gledson Medeiros, (Procedi a busca e digitei). Dado e passado nesta cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Emitido na terça-feira, 3 de maio de 2022 às 09:37h.

ELIANE DE LAVOR FREITAS
Chefe do Cartório de Distribuição de Petrolina
Matrícula 178224-0

Válido apenas para processos em tramitação na Comarca de Petrolina
Obs.: Sem cobrança de taxa em cumprimento ao ofício circular nº 12/2016 - GP datado de 04 de julho de 2016
"A afirmação do Escrivão merece fé até prova de sua falsidade (STF, RJ 57/29)".

Praça Santos Dumont, s/n – Centro. Petrolina-PE / CEP: 56.304 – 200. Fone: (0xx87) 3866-9553/3866-9554.
E-mail: distribuicao.petrolina@tjpe.jus.br

Assinado eletronicamente por: GILSON GLEDSON MEDEIROS:1835190
SERVIDOR - Informação
em 03/05/2022 às 09:38:15 Cert.: 388587505334493166671763238385784846
Autenticação:
JB.FF.1B.E5.0C
http://www.tjpe.jus.br/validardocumento

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TtMlyZKWuuj5R6OrTLWGAGVol4RkNXvNzm_qWQZNuA5VeDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro diário 11 folhas numeradas de 01 a 11, que servirá de LIVRO DIÁRIO número 02(dois), da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ – 43.108.172/0001-96, estabelecida na Rua João Florêncio da Silva, 185 – Loteamento Recife, CEP 56320-820, Petrolina – PE e registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o número 26600357670.

Petrolina – PE, 12/08/2021 a 31/12/2021

JAVA CONSTRUTORA EIRELI

Victória Duarte Acioly Filgueira

CPF: 072.276.184-80

RG 8.574.657 SDS/PE

Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO

Contador – CRC – 011367-0-T-BA

CPF: 418.162.504-49

RG: 1009079972 SSP/BA

Junta Comercial do Estado de Pernambuco
Certifico o Registro em 16/05/2022
Arquivamento 229998674 Protocolo 229219772 de 09/05/2022
Nome da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI
NIRE 26600357670
Este documento pode ser verificado em
http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 300367803452
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/05/2022
por ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES - Secretario-geral

SISTEMA DE CONTABILIDADE — **"DIÁRIO GERAL"**

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI — Página: 002

PERIODO: 12/08/2021 a 31/12/2021

CONTA CONTABIL	DESCRIÇÃO	DATA	HISTORICO	DEBITO	CREDITO
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	12/08/2021	Integralização de capital social	300.000,00	
2.4.01.01.001	CAPITAL SOCIAL	12/08/2021	Integralização de capital social		300.000,00
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	12/08/2021	Taxa registro JUCEPE	347,00	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	12/08/2021	Pagamento Taxa Jucepe		347,00
			TOTAL DO DIA	300.347,00	300.347,00
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	16/08/2021	Taxa Certificado digital	160,00	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	16/08/2021	Pagamento Certificado digital		160,00
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	16/08/2021	Taxa Registro CREA	88,78	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	16/08/2021	Pagamento Taxa Registro CREA		88,78
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	16/08/2021	Taxa Registro Diario	186,00	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	16/08/2021	Pagamento Taxa Registro Diario		186,00
			TOTAL DO DIA	434,78	434,78
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	18/08/2021	Taxa Registro Balanço	60,00	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	18/08/2021	Pagamento Taxa Registro Balanço		60,00
			TOTAL DO DIA	60,00	60,00
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	19/08/2021	Taxa Registro Anuidade CREA	265,92	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	19/08/2021	Pagamento Taxa Registro Anuidade CREA		265,92
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	19/08/2021	Taxa Licença meio ambiente	231,12	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	19/08/2021	Pagamento Taxa Licença meio ambiente		231,12
			TOTAL DO DIA	497,04	497,04
1.3.01.01.001	ATIVO DIFERIDO	24/08/2021	Taxa Alvará 2021	51,29	
1.1.01.01.001	CAIXA GERAL	19/08/2021	Pagamento Taxa Alvará 2021		51,29
			TOTAL DO DIA	51,29	51,29
1.3.02.01.001	ATIVO IMOBILIZADO	12/12/2021	Compras móveis escritório e Notebook	15.310,00	
2.1.01.01.001	CONTAS A PAGAR	12/12/2021	Compras a prazo móveis escritório		15.310,00
			TOTAL DO DIA	15.310,00	15.310,00
			TOTAL DO PERIODO	316.700,11	316.700,11

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_gWQZNuA5VPDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1MlyZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_qWQZNuA5VPD0jJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

ATIVO

ATIVO		**315.310,00**
CIRCULANTE		**298.609,89**
Caixa Geral	298.609,89	
ATIVO IMOBILIZADO		**16.700,11**
Ativo Diferido	1.390,11	
Ativo Permanente	15.310,00	
TOTAL ATIVO		**315.310,00**

Petrolina – PE, Período – 12/08/2021 a 31/12/2021

DECLARAÇÃO:

A – Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B – A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C – A empresa não possui Auditoria Independente.

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador – CRC – 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_qWQZNuA5VPDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

PASSIVO

PASSIVO		315.310,00
PASSIVO CIRCULANTE		15.310,00
Contas a pagar	15.310,00	
PATRIMONIO LIQUIDO		300.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	300.000,00	
TOTAL PASSIVO		315.310,00

Petrolina - PE, Período - 12/08/2021 a 31/12/2021

DECLARAÇÃO:

A - Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B - A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C - A empresa não possui Auditoria Independente.

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador - CRC - 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MlyZKWuuj5R6QrTlWGAGVoi4RkNXvNzm_gWQZNuA5VPDOjJa2Nw ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

****BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021****

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL TOTALLIZANDO NO ATIVO E NO PASSIVO: R$ 315.310,00 (TREZENTOS E QUINZE MIL E TREZENTOS E DEZ REAIS).

Petrolina - PE, Período - 12/08/2021 a 31/12/2021

DECLARAÇÃO:

A - Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B - A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C - A empresa não possui Auditoria Independente.

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador - CRC - 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2KWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RLkNXvNzm_gWQZNuASVPDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

RECEITA DE OBRAS:	
Receitas faturadas.	**R$ 0,00**
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	
Imposto incidentes s/vendas.	**R$ 0,00**
RECEITA LIQUIDA.	**R$ 0,00**
(-) CUSTOS:	
Custos de obras	**R$ 0,00**
LUCRO BRUTO	**R$ 0,00**
(-) DESPESAS:	
Despesas operacionais.	**R$ 0,00**
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO.	**R$ 0,00**

Petrolina - PE, Período - 12/08/2021 a 31/12/2021

DECLARAÇÃO:

A - Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B - A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C - A empresa não possui Auditoria Independente.

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador - CRC - 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TIMlyZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_gWQZNuA5VPDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

DECLARAÇÃO.

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que os **INDICES** abaixo relacionados, foram extraídos do Balanço Patrimonial correspondente,encerrado em 31 de Dezembro de 2021.

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{298.609,89}{15.310,00} \quad \textbf{ILC = 19,50}$$

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{298.609,89+0,00}{15.310,00+00} = \frac{298.609,89}{15.310,00} \quad \textbf{ILG = 19,50}$$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL

$$GET = \frac{PC+ELP}{AT} = \frac{15.310,00+0,00}{315.310,00} = \frac{15.310,00}{315.310,00} \quad \textbf{GET = 0,05}$$

INDICE DE SOLVENCIA GERAL = ISG

$$ISG = \frac{AT}{PC+ELP} = \frac{315.310,00}{15.310,00+0,00} = \frac{315.310,00}{15.310,00} \quad \textbf{ISG = 20,59}$$

AC=Ativo Circulante. **RLP** = Realizável a Longo Prazo

PC=Passivo Circulante. **ELP** = Exigível a Longo Prazo

AT=Ativo Total.

Petrolina - PE, Período - 12/08/2021 a 31/12/2021

DECLARAÇÃO:

A - Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B - A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C - A empresa não possui Auditoria Independente.

JAVA CONSTRUTORA EIRELI

Victória Duarte Acioly Filgueira

CPF: 072.276.184-80

RG 8.574.657 SDS/PE

Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO

Contador - CRC - 011367-0-T-BA

CPF: 418.162.504-49

RG: 1009079972 SSP/BA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS.

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI

NOTA 1. CONEXTO OPERACIONAL

A Java Construtora Eireli, empresa individual de responsabilidade limitada, com sede e foro em Petrolina (PE), Rua João Florêncio da Silva, 185 - Loteamento Recife - Petrolina - PE, CEP 56320-820 é uma empresa com fins lucrativos, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro e tem por objetivo construção de obras e serviços de engenharia, com início das atividades em 12/08/2021.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo Lei nº 11.638/07.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são seguintes:

3.1 VALORES ATIVOS

3.1.1 CIRCULANTE R$ 298.609,89

Representado pelos valores relativos a caixa geral.

3.1.2 ATIVO PERMANENTE

Representado pelos valores Ativos Diferidos da despesas pré operacionais e Ativo Imobilizado Móveis de escritório e computadores R$ 16.700,11

DECLARAÇÃO:

A - Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B - A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C - A empresa não possui Auditoria Independente.

Petrolina - PE, Período - 12/08/2021 a 31/12/2021

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador - CRC - 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TIM1yZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_qWQZNuA5VPDOjJa2Nw ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41916250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavei=9T1MlyZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_qWQ2NuA5VPDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI DATA: 12/08/2021

ENDEREÇO: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185 - LOTEAMENTO RECIFE - CEP: 56320-820 - PETROLINA - PE - CNPJ - 43.108.172/0001-96, NIRE 26600357670

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS.

EMPRESA: JAVA CONSTRUTORA EIRELI

3.2 VALORES PASSIVOS

3.2.1 CONTAS A PAGAR **R$ 15.310,00**

Representado pelos valores de compras a prazo de Móveis de Escritório e Notebook

NOTA 4. PATRIMONIO LIQUIDO

O Patrimônio Líquido da empresa em **R$ 300.000,00**

NOTA 5. RESULTADO DO EXERCICIO

O resultado apresenta-se zerado, por no período a empresa não teve nenhum faturamento, tendo as despesas pré-operacionais contabilizadas no Ativo Diferido, para serem amortizadas quando do início das atividades operacionais.

NOTA 6. FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A empresa adotará a tributação pelo Regime de Lucro Presumido, com estimativa mensal.

DECLARAÇÃO:

A - Declara sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas ela.

B - A empresa não possui conselho fiscal instalado.

C - A empresa não possui Auditoria Independente.

Petrolina - PE, Período - 12/08/2021 a 31/12/2021

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador - CRC - 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1MlyZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_gWQZNuA5VPDOjJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618490-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

10

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

Certidão n.º: BA/2022/09006795
Nome: JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO CPF: 416.162.504-49
CRC/UF n.º CE-013567/O Categoria: CONTADOR
Validade: 02.06.2022
Finalidade: LIVRO DIÁRIO
Livro: DIARIO
Nº 07 / Exercício: 2021

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRCBA.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : **416.162.504-49** Controle : **5560.6601.7443.5070**

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TIMlyZKWuuj5R6QrTLWGAGVoi4RkNXvNzm_qWQZNuA5VPD0jJa2Nw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO|07227618480-VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro diário 11 folhas numeradas de 01 a 11, que serviu de LIVRO DIÁRIO número 02(dois), da empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ - 43.108.172/0001-96, estabelecida na Rua João Florêncio da Silva, 185 – Loteamento Recife, CEP 56320-820, Petrolina - PE e registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o número 26600357670.

Petrolina – PE, Período – 12/08/2021 a 31/12/2021

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victória Duarte Acioly Filgueira
CPF: 072.276.184-80
RG 8.574.657 SDS/PE
Sócia Administradora

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO
Contador – CRC – 011367-0-T-BA
CPF: 418.162.504-49
RG: 1009079972 SSP/BA

000324

APÓLICE DIGITAL

junto SEGUROS

Nossas apólices podem ser acessadas diretamente por um QR Code. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (www.susep.gov.br) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **27/05/2022 12:32:51**

Nº Apólice Seguro Garantia: **02-0775-0760689**

Proposta: **3421692**

Controle Interno (Código Controle): **480323591**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0002.0775.0760689.000000**

DADOS DO SEGURADO: MUNICIPIO DE SOBRADINHO

CNPJ: 16.444.804/0001-10 AVENIDA PAULO AFONSO 01 - CEP: 48.925-000 - SOBRADINHO - BA

DADOS DO TOMADOR: JAVA CONSTRUTORA EIRELI EPP

CNPJ: 43.108.172/0001-96 - R JOAO FLORENCIO DA SILVA 185 - PETROLINA - PE

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203946-8 **CAVAZE CONS E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Assinado digitalmente por Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 62FF6E26A0F8B264 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 5C9B8C02A51A09A4

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira -ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site www.susep.gov.br da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto a Susep poderão ser consultadas no site www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site www.susep.gov.br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17 e nº 15414.900196/2014-53.
Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.Central de Atendimento Junto: 0800 704 0301.Ouvidoria Junto: 0800 643 0301.

Nº Apólice Seguro Garantia: **02-0775-0760689**
Proposta: **3421692**
Controle Interno (Código Controle): **480323591**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0002.0775.0760689.000000**

junto SEGUROS

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G)	Ramo
Licitante	R$ 7.327,94	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	**Término**
Licitante	R$ 7.327,94	29/05/2022	27/08/2022

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$	200,00
Adicional de Fracionamento	R$	0,00
I.O.F	R$	0,00
Prêmio Total	**R$**	**200,00**

Condições de Pagamento

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	06/06/2022	13322528	200,00

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

APÓLICE DIGITAL

Nº Apólice Seguro Garantia: **02-0775-0760689**
Proposta: **3421692**
Controle Interno (Código Controle): **480323591**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0002.0775.0760689.000000**

junto SEGUROS

000326

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, se o Tomador adjudicatário se recusar a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação Tomada de preço nº 005/2022.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

APÓLICE DIGITAL

CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

APÓLICE DIGITAL

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares

APÓLICE

poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas

parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

APÓLICE DIGITAL

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

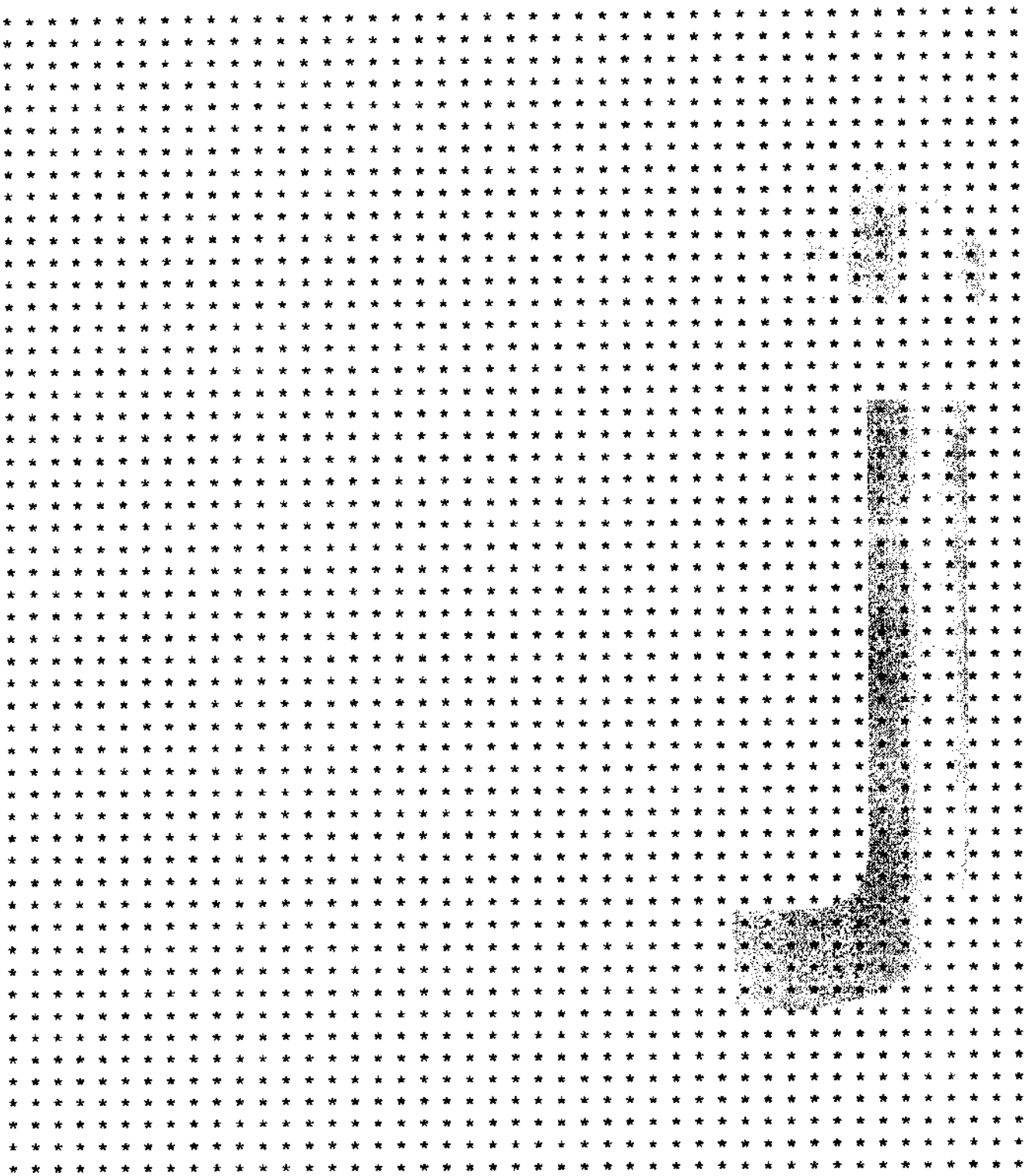
19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no

APÓLICE DIGITAL

exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.



CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.2 Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública em decorrência do sinistro.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

I – Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.;

II – Prejuízos: Perda pecuniária comprovada decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação.

3. Vigência:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

APÓLICE DIGITAL

a) Cópia do edital de licitação;

b) Cópia do termo de adjudicação;

c) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos e/ou decisão que aplicou as multas contratuais na forma do edital de licitação, acompanhada dos documentos comprobatórios;

d) comprovante de intimação do Tomador para assinatura do contrato, acompanhado do demonstrativo de sua recusa/inércia e das devidas justificativas, se houver.

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

5. Rescisão do Contrato de Seguro:

5.1. Quando a presente apólice for caucionada junto ao Segurado, não caberá devolução de prêmio proporcional.

6. Disposições Gerais:

6.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a obrigações trabalhistas e previdenciárias, de seguridade social, indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, bem como riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

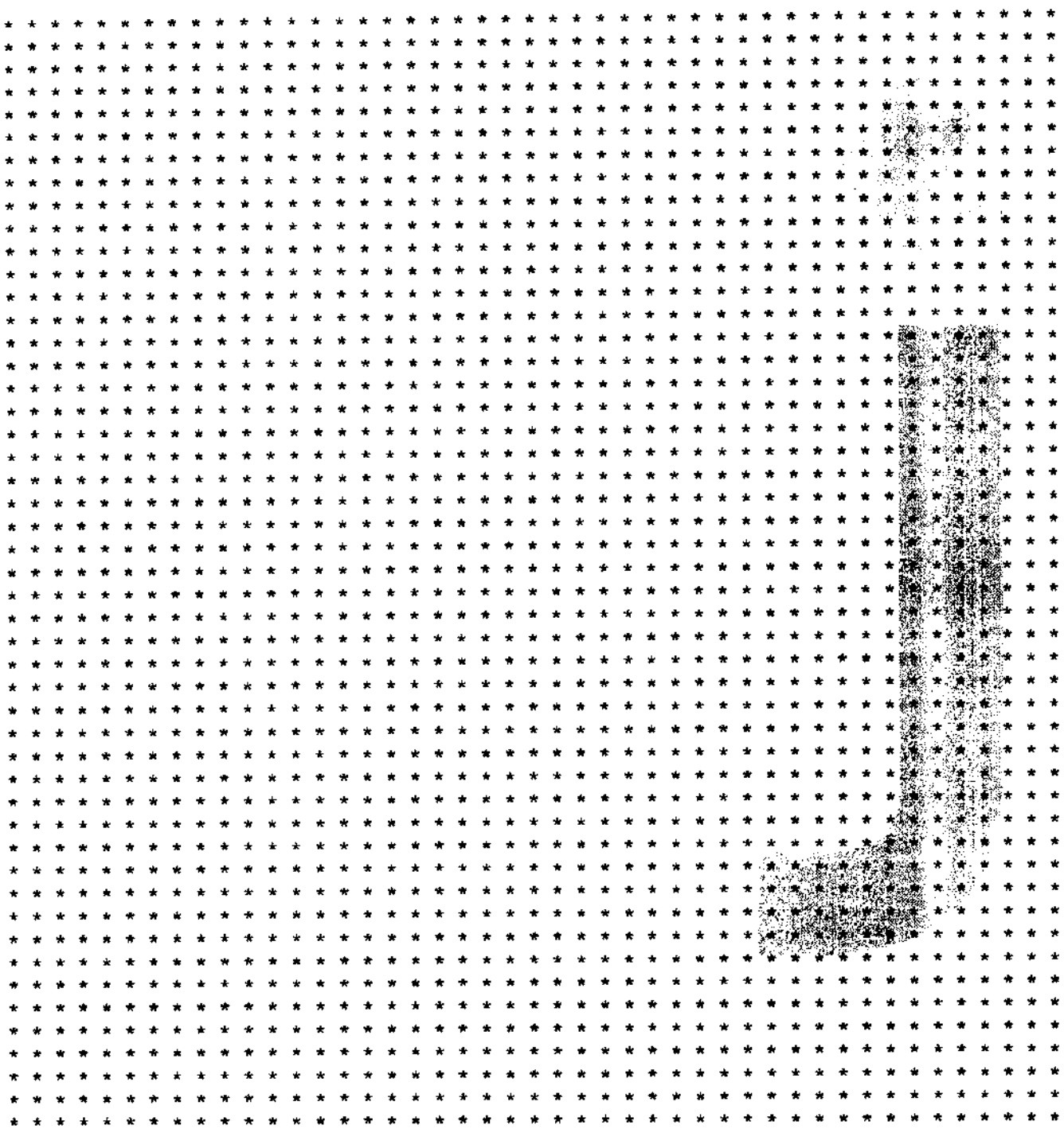
6.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

6.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

6.4. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

7. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.



CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.

"No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente apólice/endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente apólice/endosso."

"Cabe ao tomador a conferência das condições e termos desta apólice e/ou endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento."

Nº Apólice Seguro Garantia: **02-0775-0760689**
Proposta: **3421692**
Controle Interno (Código Controle): **480323591**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0002.0775.0760689.000000**

junto SEGUROS

00340

Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **02-0775-0760689**

_____

Local e Data

_____

MUNICIPIO DE SOBRADINHO

Nome:
RG:
Cargo:

APÓLICE DIGITAL

000341

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a JUNTO SEGUROS S.A., com sede na cidade Curitiba, CNPJ 84948157000133, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
EDUARDO DE OLIVEIRA NOBREGA	Diretor
ELISA FRANCIELLI MARCHI DA ROSA	Diretor
GUILHERME MALUCELLI GOBBO	Diretor
LEONARDO DEEKE BOGUSZEWSKI	Presidente
MARCELO QUEIROZ DE OLIVEIRA FILHO	Diretor
ROQUE JUNIOR DE HOLANDA MELO	Diretor
ROQUE JUNIOR DE HOLANDA MELO	Vice-Presidente

Código da Certidão: **CA05436_04052022_082256_675**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 04 de Maio de 2022.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

303342

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220553012/2022
Emissão: 16/05/2022
Validade: 30/06/2022
Chave: 2Cc3y

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: JAVA CONSTRUTORA EIRELI.

CNPJ: 43.108.172/0001-96

Registro: 0000691500

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 300.000,00

Data do Capital: 26/07/2021

Faixa: 3

Objetivo Social: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO GESTÃO DE REDE, COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO ? RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA, MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, OBRAS DE IRRIGAÇÃO, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS, PERFURAÇÕES E SONDAGENS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE, SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL, OBRAS DE FUNDAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS, PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO POÇOS DE ÁGUA, SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ? LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA, TRANSPORTE ESCOLAR, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIFICA, SERVIÇOS DE ARQUITETURA, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SERVIÇOS CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS, SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA, SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA TRABALHO, TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIME, IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: AS ATIVIDADES DA EMPRESA FICAM RESTRITAS ÀS ATRIBUIÇÕES DO SEU QUADRO TÉCNICO.

Endereço Matriz: RUA JOAO FLORENCIO DA SILVA, 185, LOTEAMENTO RECIFE, PETROLINA, PE, 56320820

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 25/08/2021

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000069215DDPE

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8304226249. Data de vencimento do boleto: 30/06/2022

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Parcelamento Ano: 2022 Quantidade de Parcelas Pagas: 3/6

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA

Registro: 1820444236

CPF: 627.869.034-91

Data Início: 06/10/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ART. 28 DO DECRETO FEDERAL N.º 23.569/1933 E O ART. 7º DA LEI N.º 5.194/1966, E COMPETÊNCIAS DE A COM O ART. 7º DA RESOLUÇÃO N.º 218/1973. ENGENHARIA CIVIL - EAD ART. 28 DO DECRETO FEDERAL N.º 23.569/1! ART. 7º DA LEI N.º 5.194/1966 E COMPETÊNCIAS DE ACORDO COM O ART. 7º DA RESOLUÇÃO N.º 218/1973;

000343

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220553012/2022
Emissão: 16/05/2022
Validade: 30/06/2022
Chave: 2Cc3y

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: MANOEL PINTO DE MAGALHAES
Registro: 1820179460
CPF: 446.638.974-87
Data Início: 25/08/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: Art. 28 do Decreto Federal n. 23.569 1933 e o Art. 7 da Lei n. 5.194 1966, e competencias de acordo com o Art. 7 da Resolucao n. 218 1973.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: LUIZ FERNANDO CALMON DE OLIVEIRA
Registro: 0513530363
CPF: 520.508.235-68
Data Início: 16/11/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: QUADRO TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 2Cc3y
Impresso em: 16/05/2022 às 09:36:39 por: adapt, ip: 177.79.84.10

000344

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220549079/2022
Emissão: 01/04/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: b12yb

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-PE.

Interessado(a)

Profissional: MANOEL PINTO DE MAGALHAES

Registro: 1820179460

CPF: 446.638.974-87

Endereço: RUA TOMÉ CAVALCANTE, 21, AREIA BRANCA, Petrolina, PE, 56330055

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 01/06/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Art. 28 do Decreto Federal n. 23.569 1933 e o Art. 7 da Lei n. 5.194 1966, e competencias de acordo com o Art. 7 da Resolucao n. 218 1973.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ

Data de Formação: 27/03/2021

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: b12yb
Impresso em: 01/04/2022 às 10:14:31 por: adapt, ip: 177.159.30.248

000345

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220549029/2022
Emissão: 01/04/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 5C1B7

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-PE

Interessado(a)

Profissional: ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA

Registro: 1820444236

CPF: 627.869.034-91

Endereço: RUA JOÃO FLORÊNCIO DA SILVA, 185, LOTEAMENTO RECIFE, PETROLINA, PE, 56320820

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 24/09/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ART. 28 DO DECRETO FEDERAL N.º 23.569/1933 E O ART. 7º DA LEI N.º 5.194/1966, E COMPETÊNCIAS DE ACORDO COM O ART. 7º DA RESOLUÇÃO N.º 218/1973. ENGENHARIA CIVIL - EAD ART. 28 DO DECRETO FEDERAL N.º 23.569/1933 E O ART. 7º DA LEI N.º 5.194/1966 E COMPETÊNCIAS DE ACORDO COM O ART. 7º DA RESOLUÇÃO N.º 218/1973;

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR

Data de Formação: 28/08/2021

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

000346

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220548919/2022
Emissão: 31/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 1ZZcZ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-PE

Interessado(a)

Profissional: LUIZ FERNANDO CALMON DE OLIVEIRA

Registro: 0513530363

CPF: 520.508.235-68

Endereço: AVENIDA CARDOSO DE SÁ, 1125, APTO 1301, CENTRO, PETROLINA, PE, 56302110

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL

Data Inicial: 27/10/2021

Data Final: Indefinido

Número do Visto: PE13530363

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.

Instituição de Ensino: Escola Politecnica da UFBA

Data de Formação: 16/03/1994

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 1ZZcZ
Impresso em: 31/03/2022 às 14:08:52 por: adapt, ip: 179.246.212.201

000347

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DA BAHIA
CREA/BA
Rua Professor Alexandre de Carvalho Filho, 402 - Engenho Velho de Brotas - Salvador - BA - CEP 40 243-620 - Fone: (071) 381-9055 - Fax: (071) 244-6155
Home-page: http://www.creaba.org.br e-mail: creaba@ibm.net.com.br

No. CAT: **535/1999**

Certifico, a pedido de parte interessada adiante nominada e qualificada, para fins de acervo técnico, que fazendo rever os arquivos deste Conselho foi verificado encontrar-se anotado sob forma de responsabilidade técnica o que se segue:

Profissional	LUIZ FERNANDO CALMON DE OLIVEIRA
Número da Carteira	BA 00026362-D
Visto CREA	
CREA de Origem	BAHIA
Título	ENGENHEIRO CIVIL
Número ART	328356 Série: A
Data de Anotação	03/11/1997
No. ART Vinculada	
Empresa Contratada	COC - CONSTRUTORA OLIVEIRA CALMON LTDA
Nome Contratante	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS-DTT
Nome Proprietário	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS-DTT
Endereço da Obra	ESTRADA VELHA DO SALITRE
Valor da Obra	R$ 5.144 625,04
Cidade	JUAZEIRO-BA
Participaçao	Equipe
Tipo	Normal
Data da Baixa	07/04/1999
Motivo da Baixa	CONCLUSÃO
Periodo	19/09/1997 à 31/08/1998

**********Observações **********

CONTRATO Nº 08/97

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade	EXECUCAO
Descrição	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO
Nivel	DIRECAO

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade	EXECUCAO
Descrição	PAVIMENTACAO ASFALTICA
Nivel	DIRECAO

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade	EXECUCAO
Descrição	PAVIMENTACAO DE PARALELEPIPEDOS
Nivel	DIRECAO

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade	EXECUCAO
Descrição	GALERIA PLUVIAL
Nivel	DIRECAO

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade	EXECUCAO
Descrição	TERRAPLENAGEM
Nivel	DIRECAO

**********DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO**********

Atividade	EXECUCAO
Descrição	EDF DE ALVENARIA PARA FINS ESPECIAIS
Nivel	DIRECAO

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DA BAHIA
CREA/BA
Rua Professor Antonio de Carvalho Filho, 402 - Ligeirinho Velho de Brotas - Salvador - BA - CEP 40.243-620 - Fone: (071) 381-9055 - Fax: (071) 244-6155
Home-page: http://www.creaba.org.br - e-mail: creaba@bahianet.com.br

No. CAT: **535/1999**

Cuja(s) cópia(s) xerografada(s) do(s) atestado(s), cujo teor é de inteira responsabilidade do(s) emitente(s), vai(ao) em anexo conferida(s) e autenticada(s). Esta certidão é para fim exclusivo de acervo técnico e não acrescenta qualquer atribuição as originalmente consignadas no registro do profissional no CREA, sendo vedada qualquer extrapolação, nos termos da alínea "B" do artigo 6o. da lei 5.194 de 24 de dezembro de 1966. E nada mais havendo, nem me tendo sido pedido, eu, MARIA DA GRACA C. SILVA FREITAS, dato e assino a presente certidão, conforme delegação de poderes constantes na Portaria No 022/96 da presidência do CREA/BA.

Salvador, 07/04/1999

MARIA DA GRACA C. SILVA FREITAS
Supervisor(a) de Registro e Cadastro

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS - DTT

000349

ATESTADO DE CONCLUSÃO

1. **ÓRGÃO CONTRATANTE:** **DTT- Departamento de Transportes e Terminais**, órgão em Regime Especial, vinculado à Secretaria de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia – SETC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede e foro nesta capital, à Av. Luis Viana Filho, S/N, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

2. **EMPRESA CONTRATADA:** **COC - Construtora Oliveira Calmon Ltda**, com sede à Rodovia do Salitre, 647, Bairro Piranga, Juazeiro-Ba.

3. **DESCRIÇÃO DA OBRA:** Construção do Porto Fluvial de Juazeiro, localizado na Estrada Velha do Salitre, Juazeiro-Ba.

4. **MODALIDADE DO CONTRATO:** Empreitada de Obra por Preço Global, conforme Contrato Nº 08/97 e Termo aditivo Nº 13/98

5. **VALOR TOTAL CONTRATO:** R$ 5.144.625,04 (cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quatro centavos)

6. **PERÍODO DE EXECUÇÃO:** De 19/09/1997 a 31/08/1998

7. **QUADRO TÉCNICO:** Eng. Civil: Flávio Rogério Calmon de Oliveira
CREA/BA Nº 26.935/D

Luiz Fernando Calmon de Oliveira
CREA/BA Nº 26.362/D

Marcos Aurélio da Silva Mendes
CREA/BA Nº 16.219/D

Juarez José Gomes
CREA/PE Nº 3.587/D
CREA/BA Nº 12.090/D

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535199

Maria das Graças Calhão de Freitas
Supervisora SUREC

Humberto Luiz da Costa Pereira
CREA/PE Nº 3.266/D

Eng. Elétrico: Alexandre de Lucena Bezerra
CREA/PE 24.822/D

Eletrotécnico: Marcone Alves de Deus
CREA/BA 22.333/TD

Técnicos em Edificação: Neuracy dos Santos
Eliana Peixoto

Mestre de Obras: José Nunes de Souza
José Vieira da Silva Filho
Guilherme Pereira da Silva

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535/99

Maria das Graças Calhao de Freitas
Supervisora SUREC

8. PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS

OBRAS CIVIS

8.1 Serviços Preliminares

8.1.1 Desmatamento, Destocamento e Limpeza de área mecanicamente ..... 56.550,00 m²

8.2 Terraplanagem

8.2.1 Escavação, carga, transporte e lançamento de material de empréstimo mecanicamente ..... 136.405,00 m³

8.2.2 Aterro Compactado (espalhamento, homogeinização e compactação mecânica) ..... 115.195,00 m³

8.2.3 Regularização de Sub-leito ..... 57.465,00 m²

8.3 Cais de Atracação

8.3.1 Forma Metálica e em Madeira para Infra-estrutura e Supra-estrutura ..... 22.476,68 m²

8.3.2 Fornecimento, corte, dobramento e assentamento de Aço CA-50 ..... 154.128,00 Kg

8.3.3 Fornecimento, corte e assentamento de Aço CA-50 diam.1" para chumbador de base de tubulões ..... 3.200,00 Kg

8.3.4 Fornecimento, corte, dobramento e assentamento de Aço CA-25 ..... 2.234,00 Kg

8.3.5 Preparação, transporte, lançamento e adensamento de concreto estrutural fck=24 Mpa ..... 1.699,27 m³
8.3.6 Escavação em material de 1ª e 2ª categoria a céu aberto com utilização de bombas submersas e dragas ..... 791,00 m³
8.3.7 Escavação de Material de 3ª categoria ..... 60,80 m³
8.3.8 Montagem de Pré-moldado ..... 917,40 ton

8.4 Berma Submersa

8.4.1 Execução de Berma Submersa de Pedras Brutas de 20 a 100 Kg e brita nº 2 arrumadas com auxilio de mergulhador e aplicação de manta de Bidim tipo OP-60 entre a berma e o talude ..... 5.570,00 m³

8.5 Drenagem

8.5.1 Galerias em tubos de concreto armado diam.1,00m ..... 51,00 m
8.5.2 Boca de Bueiro tubular diam.1,00m ..... 6,00 un

8.6 Pavimentação

8.6.1 Sub-base em solo estabilizado selecionado com camadas inferiores a 25 cm ..... 14.718,50 m³
8.6.2 Imprimação Impermeabilizante de base MC 30 ..... 20.640,00 m²
8.6.3 Pavimentação Asfáltica em CBUQ (binder) ..... 825,60 m³
8.6.4 Pavimentação Asfáltica em CBUQ (capa) ..... 825,60 m³
8.6.5 Meio-fio padrão DNER ..... 4.620,00 m

8.7 Serviços Complementares

8.7.1 Enrocamento tipo "Hip-hap" com utilização de brita nº 3 a pedras de 30 kg e mantas de bidim ..... 6.287,50 m³
8.7.2 Sinalização
8.7.2.1 Execução de Sinalização Horizontal em faixas, letras e desenhos no pavimento, conforme especificação DNER ..... 700,00 m²
8.7.2.1 Execução de Sinalização Vertical conforme projeto ..... 31,32 m²
8.7.3 Revestimento de Dreno com Manta de Poliester ..... 2.112,00 m²
8.7.4 Colchão de areia para assentamento de paralelepipedo ..... 3.271,00 m³
8.7.5 Calçamento em Paralelepipedo ..... 32.710,00 m²
8.7.6 Fornecimento e assentamento de trilho TR-45 e acessórios ..... 220,00 m

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535/99

Maria das Graças Calhao de Freitas
Supervisor / SUREC

8.8 Abastecimento de Água

8.8.1 Flutuante metálico com conjunto eletrobomba, quadro elétrico e acessórios ..... 1,00 cj
8.8.2 Adutora de Água Bruta D=60 mm ..... 220,00 m
8.8.3 Estação compacta de Tratamento de Água tipo lamelar modelo ECLA 2F-04 ..... 1,00 cj
8.8.4 Adutora de Água Tratada D=100mm CL-15 ..... 60,00 m
8.8.5 Reservatório Elevado em concreto armado V=30m³ com automatização ..... 1,00 un

8.9 Diversos

8.9.1 Guarda-corpo metálico, escadas de marinheiro, cabeços, defensas, etc.

REDE ELÉTRICA

8.10 Subestação

8.10.1 Instalação de cubículo classe 15 KV, uso interno, construído em chapa de aço SAE 1020, para estrutura e fechamento, com seguintes equipamentos de proteção, distribuição e medição

8.10.1.1 Transformador de potencial 13,8 / 0,12 KV ..... 3,00 un
8.10.1.2 Transformador de corrente 13,8 KV ..... 2,00 un
8.10.1.3 Disjuntor extraível a pequeno volume de óleo 800 A, 15 KV-500 MVA, proteção da rede ..... 1,00 un
8.10.1.4 Chave Seccionadora com fusíveis em operação em grupo, classe 15 KV, 800 A ..... 1,00 un
8.10.1.5 Relé Eletromagnético de sobre corrente com unidade instantânea e temporizada de neutro curva EI ..... 2,00 un
8.10.1.6 Conjunto de voltímetro, amperímetro e chaves comutadoras para verificação de nível de tensão e corrente ..... 1,00 cj

8.10.2 Instalação de Transformador de Distribuição Trifásico 15 KVA, 13,8/0,38/0,225 KV ..... 1,00 pç

8.10.3 Instalação de Transformador Trifásico com caixa flangeada no primário e secundário, na potência de 750

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535199

Maria das Graças Calhao de Freitas
Supervisora SUREC

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS - DTT

8.10.4 KVA, 13,8/0,44 KV a 60 Hz para instalação em subestação abrigada..... 1,00 pç

8.10.5 Instalação de Transformador Trifásico a seco 150 KVA, 440/380/220 V, 60 Hz, de distribuição ..... 1,00 pç

8.10.6 Montagem e Instalação de quadro de baixa tensão tipo centro de controle de motores QF12, 600V com 4 colunas ..... 1,00 pç

8.10.7 Montagem e Instalação de Centro de Distribuição de força QF 13-600 V, coluna única, contendo disjuntores de entrada e para alimentação de circuito, fusíveis DIAZED, chave comutadora e voltímetro, transformador de corrente e amperimetro ..... 1,00 cj

8.10.8 Iluminação

8.10.1.1 Instalação de Luminárias tipo Plafonier, com reator de partida rápida 220V-60Hz, para lâmpada fluorescente de 20W ..... 4,00 un

8.10.1.2 Instalação de Luminárias tipo Plafonier, com reator de partida rápida 220V-60Hz, para lâmpada fluorescente de 40W ..... 8,00 un

8.10.1.3 Luminária uso industrial tipo pendente à prova de explosão, para lâmpada incandescente 100W-220V ..... 1,00 un

8.10.9 Aterramento

Instalação do sistema de aterramento da subestação abrigada, com soda exotérmica para conexão em haste e condutores

8.10.1.1 Haste de aterramento cobreado ¾" x 2 400mm..... 12,00 un

8.10.1.3 Cabo de cobre NU # 50 mm^2..... 41,00 kg

8.10.1.4 Cabo de cobre NU # 35 mm^2..... 3,50 kg

8.10.1.5 Cabo de cobre NU # 25 mm^2..... 1,50 kg

8.10.1.6 Soda exotérmica para cabo de cobre tipo TA #25 mm^2 – #50 mm^2 ..... 1,00 pç

8.10.1.7 Soda exotérmica para cabo de cobre tipo TA #35 mm^2 – #50 mm^2 ..... 1,00 pç

8.10.1.8 Soda exotérmica para cabo de cobre tipo TA #50 mm^2 – #50 mm^2 ..... 1,00 pç

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535/99

Maria das Graças Calhao de Freitas
Supervisora SOREC

8.11 Alimentadores

8.11.1 Instalação do sistema de alimentação em eletrodutos de PVC roscável e cabos de cobre isolados tipo Sintenax com envelope de concreto ($98m^3$)

8.11.1.1	Eletroduto PVC roscável 1 ½"	859,00 m
8.11.1.2	Eletroduto PVC roscável 3"	1.930,50 m
8.11.1.3	Cabo Sintenax 0,6/1KV # 2,5 mm^2	70,00 m
8.11.1.4	Cabo Sintenax 0,6/1KV # 4,0 mm^2	893,00 m
8.11.1.5	Cabo Sintenax 0,6/1KV # 10,0 mm^2	2.104,00 m
8.11.1.6	Cabo Sintenax 0,6/1KV # 16,0 mm^2	2.318,00 m
8.11.1.7	Cabo Sintenax 0,6/1KV # 50,0 mm^2	646,50 m
8.11.1.4	Cabo Sintenax 0,6/1KV # 95,0 mm^2	7.273,00 m

8.12 Rede Aérea de Média e Baixa Tensão

8.12.1 Instalação de rede aérea de média tensão em 13,8 KV e baixa tensão 380/220V

8.12.1.1	Poste DT 9m 400 Kgf	17,00 pç
8.12.1.2	Poste DT 11m 400 Kgf	4,00 pç
8.12.1.3	Poste DT 11m 600 Kgf	2,00 pç
8.12.1.4	Poste DT 9m 200 Kgf	27,00 pç
8.12.1.5	Poste DT 11m 200 Kgf	6,00 pç
8.12.1.6	Poste DT 11m 300 Kgf	2,00 pç
8.12.1.7	Cabo de alumínio nu CAA # 35,0 mm^2	4.200,00 m
8.12.1.8	Cabo de alumínio nu CAA # 16,0 mm^2	720,00 m
8.12.1.9	Cabo de alumínio nu CAA # 16,0 mm^2 baixa tensão	3.480,00 m
8.12.1.10	Estrutura nº 1	9,00 cj
8.12.1.11	Estrutura nº 3	4,00 cj
8.12.1.12	Estrutura nº 4	1,00 cj
8.12.1.13	Pára-raios tipo válvula 15KV	6,00 pç
8.12.1.14	Chave corta circuito 15 KV/110A	9,00 pç

8.13 Luminárias Externas

8.13.1 Instalação de sistema de iluminação a vapor de sódio de 250 W em postes de concreto de 9m e 19m, com torre e escada de marinheiro em sistema de vapor de sódio 400 W

8.13.1.1	Projetor HLF 432 400W vapor de sódio	36,00 pç
8.13.1.2	Reator para Lâmpada vapor de sódio 400W	44,00 pç
8.13.1.3	Lâmpada Vapor de Sódio 400W TUB	44,00 pç
8.13.1.4	Luminária TP-215 TROPICO 250 W	58,00 pç
8.13.1.5	Reator de vapor de sódio 250 W	58,00 pç
8.13.1.6	Lâmpada de vapor de sódio 250 W	58,00 pç
8.13.1.7	Poste em concreto DJ 19M/1200 Kg	6,00 pç

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535/99

Maria das Graças Calbaz de Freitas

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS - DTT

8.13.1.8	Torre com escada de marinheiro e suportes para projetor	6,00 pç
8.13.1.9	Pára-raios tipo Franklin com mastro 13x2", base tipo porta bandeira e braçadeira com isoladores	6,00 pç
8.13.1.10	QDLT-11/12/13 para conter 20 circuitos blindados, com disjuntor unipolar de 20A, contactor trifásico 20A e disjuntor trifásico 15A	3,00 pç
8.13.1.11	QDLT-14/15/16 para conter 24 circuitos blindados, com disjuntor unipolar de 20 A, disjuntor tripolar 25 A e contactor 20 A	3,00 pç
8.13.1.12	Eletroduto ferro galvanizado 3/4"	108,00 m
8.13.1.13	Fio Pirastic #2,5 mm^2	1.112,00 m
8.13.1.14	Fio Pirastic #4,0 mm^2	1.326,00 m
8.13.1.15	Poste tubular de metal galvanizado 12m	3,00 un
8.13.1.16	Luminária 4 pétalas de 400 W	1,00 un
8.13.1.17	Luminária 2 pétalas de 400 W	2,00 un

8.14 Tomadas Externas

8.14.1 Instalação de tomadas de 600V – 500 A, para atender guindastes, empilhadeiras e outros equipamentos

8.13.1.1	Tomada TO-01 TO-02	2,00 pç
8.13.1.2	Tomada TO-03 TO-04 COLLECT SONS	2,00 pç
8.13.1.3	Tomada TO-05 TO-06 R-21 VR/440	3,00 pç

Após rigorosa vistoria na obra, verificou-se a situação geral dos serviços executados, comprovando-se a sua boa qualidade, o total cumprimento dos projetos e suas especificações, dentro dos prazos contratuais, encontrando-se em perfeitas condições técnicas de funcionamento.

Salvador, 30 de Dezembro de 1998

Dr. Benjamim Fontes
Diretor do DTT

Este Atestado encontra-se registrado no CREA / BA e é parte integrante e inseparável da CAT Nº 535/99

Maria das Graças Calhao de Freitas
Supervisora SUREC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de um lado, pela Empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 43.108.172/0001-96 , neste ato representada pela sua Sócia administradora o Sra. VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA, Brasileira, Solteira, Empresária, portadora do CPF nº 072.276.184-80, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO CALMON DE OLIVEIRA, Brasileiro, Solteiro, domiciliado Petrolina - PE , portador do, CPF: 520.508.235-68, Engº. Civil, CREA nº 0513530363/BA doravante denominado CONTRATADO, estabelecem as partes, de comum acordo, as seguintes disposições:

Cláusula Primeira: o objeto do presente Contrato é a prestação de serviços do (a) Contratado (a) à Contratante, visando prestar assessoramento dentro da sua área de atuação profissional, na qualidade de Responsável técnico.

Cláusula Segunda: o (a) Contratado(a) cumprirá a carga horária semanal de **04 diárias** e semanal (no máximo) de **20** horas.

Cláusula Terceira: o presente Contrato vigorará pelo período 01/03/2022 à 31/12/2022.

Cláusula Quarta: fica estipulado o valor de R$ 6.500,00 (Seis mil, quinhentos reais) a título de remuneração mensal ao(à) Contratado(a),devendo esta ser paga pela Contratante até o **5º dia** do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Cláusula Quinta: o Contratante propiciará todas as condições para o bom desempenho do(a) Contratado(a).

Cláusula Sexta: o presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, desde que haja a comunicação formal no prazo mínimo de 30(trinta) dias, anteriores ao distrato. Parágrafo Único. A empresa apenas poderá destratar o presente Contrato se estiver rigorosamente em dia com os honorários profissionais do Responsável Técnico.

Cláusula Sétima: O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/PE. não assume qualquer responsabilidade na relação **CONTRATANTE X CONTRATADO,** estipulada no presente instrumento.

Cláusula Oitava: o presente Contrato, para que seja reconhecido pela entidade fiscalizadora do exercício profissional, deverá ser submetido à apreciação do Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/PE.

Cláusula Nona: as controvérsias originadas do presente contrato serão resolvidas.

Cláusula Décima: as partes elegem o Foro da Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco para dirimir eventuais litígios acerca do contrato, podendo ser resolvidos, também, por meio de procedimento arbitral. E por estarem justos e contratados, **subscrevem** o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Petrolina - PE, 01 de março de 2022

Victória Duarte Acioly Filgueira

1 **JAVA CONSTRUTORA EIRELI**
VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA
CPF - 072.276.184-80
(Contratante)

2 **LUIZ FERNANDO CALMON DE OLIVEIRA**
CREA - 051530363/BA
CPF: 520.508.235-68
(Contratado)

Testemunhas:

1)_____

2)_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO INDETERMINADO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de um lado, pela Empresa JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 43.108.172/0001-96 , neste ato representada pela sua Sócia administradora o Sra. VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA, Brasileira, Solteira, Empresária, portadora do CPF nº 072.276.184-80, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o(a) Sr.(a) ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA, Brasileiro, Casado, domiciliado Petrolina - PE , portador do, CPF: 627.869.034-91, Engenheiro Civil, CREA nº 1820444236/PE doravante denominado CONTRATADO, estabelecem as partes, de comum acordo, as seguintes disposições:

Cláusula Primeira: o objeto do presente Contrato é a prestação de serviços do (a) Contratado (a) à Contratante, visando prestar assessoramento dentro da sua área de atuação profissional, na qualidade de Responsável técnico.

Cláusula Segunda: o (a) Contratado(a) cumprirá a carga horária semanal de **04 diárias** e semanal (no máximo) de **20** horas.

Cláusula Terceira: o presente Contrato vigorará pelo período indeterminado iniciando em 25/10/2021.

Cláusula Quarta: fica estipulado o valor de R$ 6.500,00 (Seis mil, quinhentos reais) a título de remuneração mensal ao(à) Contratado(a),devendo esta ser paga pela Contratante até o **5º dia** do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Cláusula Quinta: o Contratante propiciará todas as condições para o bom desempenho do(a) Contratado(a).

Cláusula Sexta: o presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, desde que haja a comunicação formal no prazo mínimo de 30(trinta) dias, anteriores ao distrato. Parágrafo Único. A empresa apenas poderá destratar o presente Contrato se estiver rigorosamente em dia com os honorários profissionais do Responsável Técnico.

Cláusula Sétima: O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/PE. não assume qualquer responsabilidade na relação **CONTRATANTE X CONTRATADO,** estipulada no presente instrumento.

Cláusula Oitava: o presente Contrato, para que seja reconhecido pela entidade fiscalizadora do exercício profissional, deverá ser submetido à apreciação do Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/PE.

Cláusula Nona: as controvérsias originadas do presente contrato serão resolvidas.

Cláusula Décima: as partes elegem o Foro da Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco para dirimir eventuais litígios acerca do contrato, podendo ser resolvidos, também, por meio de procedimento arbitral. E por estarem justos e contratados, **subscrevem** o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA:62786903491
Assinado de forma digital por ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA:62786903491
Dados: 2022.05.21 09:16:05 -03'00'

VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA:07227618480
Assinado de forma digital por VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA:07227618480
Dados: 2022.05.21 09:16:34 -03'00'

Petrolina - PE, 25 de Outubro de 2021

VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA:07227618480
Assinado de forma digital por VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA:07227618480
Dados: 2022.05.21 09:13:52 -03'00'

1 **JAVA CONSTRUTORA EIRELI**
VICTORIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA

ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA:62786903491
Assinado de forma digital por ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA:62786903491
Dados: 2022.05.21 09:14:28 -03'00'

2 **ADENIVALDO LIMA FILGUEIRA**
(Contratado)

Testemunhas:

1)_____

2)_____

JAVA Construtora

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 05/2022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ/MF N.º 43.108.172/0001-96, sediada Rua João Florêncio da Silva, 185 - Loteamento Recife - PETROLINA - PE, por intermédio da sua representante legal VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA RG 8.574.657 SDS/PE, CPF 072.276.184-80, declara, sob as penas da Lei, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16(dezessels) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99)

PETROLINA, PE , 30 DE MAIO DE 2.022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victoria Duarte Acioly Filgueira
RG 8.574.657 – SDS-PE – CPF 072.276.184-80
Sócia Administradora

JAVA Construtora

000360

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA – PE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 05/2022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ/MF N.º 43.108.172/0001-96, sediada Rua João Florêncio da Silva, 185 - Loteamento Recife - PETROLINA - PE, por intermédio da sua representante legal VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA RG 8.574.657 SDS/PE, CPF 072.276.184-80, declara, sob as penas da Lei, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, que toda documentaçao anexada ao sistema são autenticas.

PETROLINA - PE , 30 DE MAIO DE 2.022.

Victória Duarte Acioly Filgueira

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victoria Duarte Acioly Filgueira
RG 8.574.657 - SDS-PE - CPF 072.276.184-80
Sócia Administradora

JAVA Construtora

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA – PE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 05/2022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ/MF N.º 43.108.172/0001-96, sediada Rua João Florêncio da Silva, 185 – Loteamento Recife – PETROLINA – PE, por intermédio da sua representante legal VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA RG 8.574.657 SDS/PE, CPF 072.276.184-80, declara, sob as penas da Lei, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de SOBRADINHO - BA , como: laudos técnicos de analises do produto, catálogos, e outros, a qualquer temo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

PETROLINA - PE , 30 DE MAIO DE 2.022.

Victória Duarte Acioly Filgueira
JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victoria Duarte Acioly Filgueira
RG 8.574.657 – SDS-PE – CPF 072.276.184-80
Sócia Administradora

JAVA Construtora

000362

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA – PE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 05/2022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ/MF N.º 43.108.172/0001-96, sediada Rua João Florêncio da Silva, 185 – Loteamento Recife – PETROLINA – PE, por intermédio da sua representante legal VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA RG 8.574.657 SDS/PE, CPF 072.276.184-80, declara, sob as penas da Lei, notadamente a Instrução Nomativa MPOG 01/2010, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretária de Logistica e Tecnológia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no decreto 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da Republica, no que couber.

I – Use produtos de limpeza e conservação de superficies e objeto inaminados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
II – Adote medidas para evitar o desperdicio de água tratada, conforme instruido no decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
III – Observe a resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que geram ruído no seu funcionamento;
IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execuçao de serviços;
V – Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para a redução de consumo de energia eletrica, de consumo de água e de redução de produção de residuos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
VII – Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observação de outras praticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

A empresa reconhece seu compromisso sócio ambiental, mantendo-se disponivel à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

PETROLINA - PE , 30 DE MAIO DE 2.022.

Victória Duarte Acioly Filgueira
JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victoria Duarte Acioly Filgueira
RG 8.574.657 – SDS-PE – CPF 072.276.184-80
Sócia Administradora

JAVA Construtora

000363

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA - PE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)

Ref.: TOMADA DE PREÇOS 05/2022

JAVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ/MF N.º 43.108.172/0001-96, sediada Rua João Florêncio da Silva, 185 - Loteamento Recife - PETROLINA - PE, por intermédio da sua representante legal VICTÓRIA DUARTE ACIOLY FILGUEIRA RG 8.574.657 SDS/PE, CPF 072.276.184-80, declara, sob as penas da Lei, que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do edital TOMADA DE PREÇOS 05/2022, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dado e elemenos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as grantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, en nome da empresa que represento.

PETROLINA , 30 DE MAIO DE 2.022.

Victória Duarte Acioly Filgueira

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Victoria Duarte Acioly Filgueira
RG 8.574.657 - SDS-PE - CPF 072.276.184-80
Sócia Administradora

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

Envelope "A" - Habilitação
Prefeitura Municipal de Sobradinho
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9 8809-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

07.600.296/0001-20
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
Q A P, 31 - VILA AZUL
CEP: 47.300-000 - CASA NOVA-BA

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

ÍNDICE DA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONTEÚDOS	PÁGINAS
A HABILITAÇÃO JURÍDICA	DA 1 À 16
A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	DA 12 À 23
A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA	DA 24 À 76
A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	DA 77 À 86
DEMAIS DECLARAÇÕES	DA 87 À 109

Casa Nova/BA, 30 de maio de 2022

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

Hemerson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil
CREA/BA

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/DBA

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

006366

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Prefeitura Municipal de Sobradinho
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9 8809-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.600.296/0001-20 MATRIZ		13/09/2005

NOME EMPRESARIAL
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PRESTADORA DE SERVIOS JUNQUEIRA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.99-1-03 - Obras de alvenaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
23.30-3-04 - Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
25.99-3-01 - Serviços de confecção de armações metálicas para a construção
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.91-6-00 - Obras de fundações
71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q A P	31	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
47.300-000	VILA AZUL	CASA NOVA	BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONSTRUTORAMARTINSROMULO@HOTMAIL.COM	(74) 8809-6065

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

020383

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE MARTINS E ROMULO LTDA.

1. **RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA**, brasileiro, nascido em Casa Nova – Ba., casado, comunhão parcial de bens, comerciante, CPF sob nº 117.526.025-87, documento de identidade Nº 01199730 30 SSP-BA., domicílio e residência na Quadra G Lote 65, Nº 65, Bairro Borges, Casa Nova –Ba., CEP – 47300-000, e

2. **JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA,** brasileiro, nascida em Casa Nova – Ba. Em 24/01/1981, solteiro, comerciante, CPF sob Nº 821.624.415-00, documento de identidade Nº 11242533 00, SSP – BA., domicílio e residência na Quadra G, Lote 65, Nº 65, Bairro Borges, Casa Nova – Ba., CEP – 47300-000, constituem uma sociedade empresaria limitada, mediante as seguintes cláusulas:

1 A sociedade girará sob o nome empresarial, **MARTINS E ROMULO LTDA.,** e nome de fantasia, **PRESTADORA DE SERVIÇOS JUNQUEIRA,** e terá sede e domicílio na Quadra G, Lote 65, Nº 65-A, Borges, Casa Nova – Ba., CEP – 47300-00.

2 O capital social será R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais),dividido em 40.000 quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA——————— nº de quotas 20.000 ——— R$20.000,00
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA ——————— nº de quotas 20.000 ———R$20.000,00

3 O objetivo social é Serviços de Aluguel de maquinas e equipamentos para construção e engenharia civil(5249-3/11), Serviços de obras de alvenaria e reboco(55030-0/04), Serviços de obras viárias(rodovias, vias férreas e aeroportos)(5191-8/02), Serviços de obra de urbanização e paisagismo (5191-8/02), Serviços de construção de redes de água e esgoto(5153-5/03).

4 A sociedade iniciará suas atividades na data registrada pelo cartório de registro, e seu prazo de duração é indeterminado.

5 As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6 A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

7 A administração da sociedade caberá a **RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA OU JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA,** com os poderes e atribuições de assinar e tomar decisões, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

8 Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

9 Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

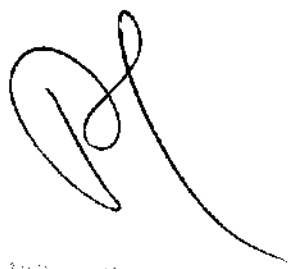
10 A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

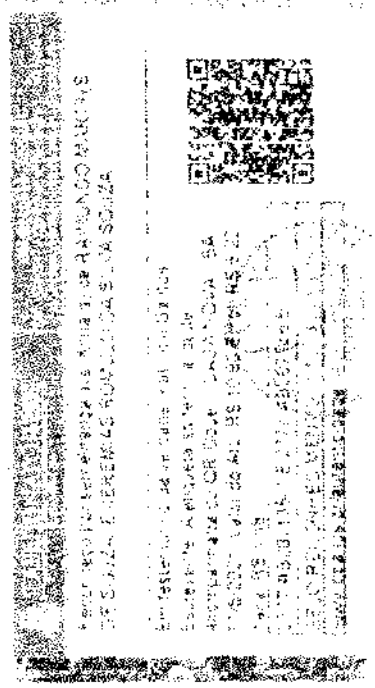
Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.
Em testemunho da verdade: Milena De Souza Rodrigues, Escrevente Autorizado. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA 24/5/2023 Valor do Ato: R$ 9,00 Emol: R$ 2,90 Taxa: R$ 5,10
2777 AB31320 Milena de Souza
SELO AUTENTICADO

6



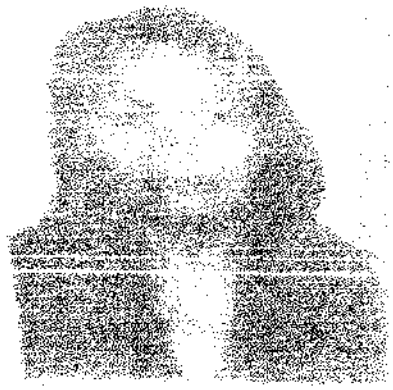
9











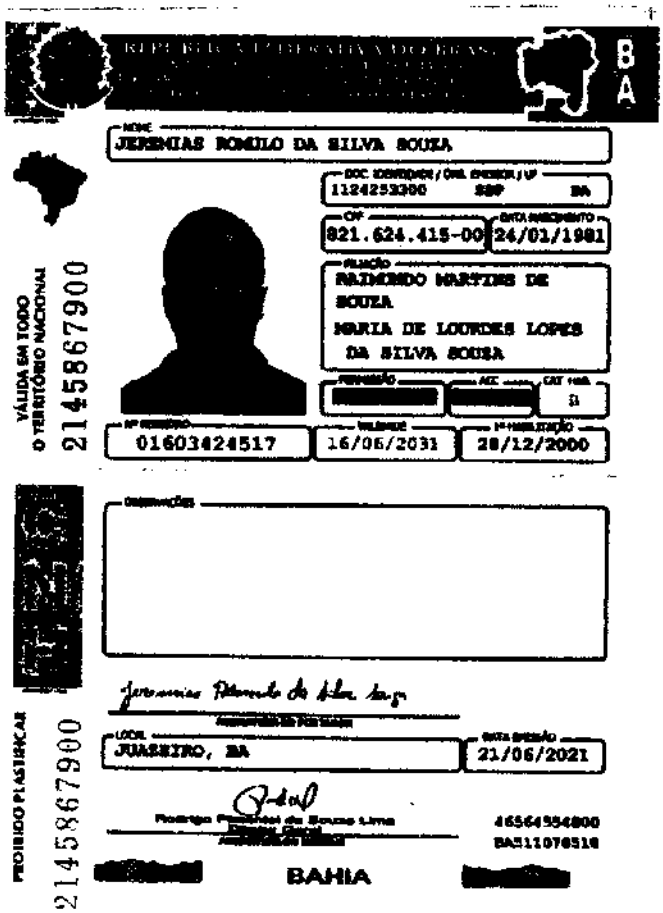


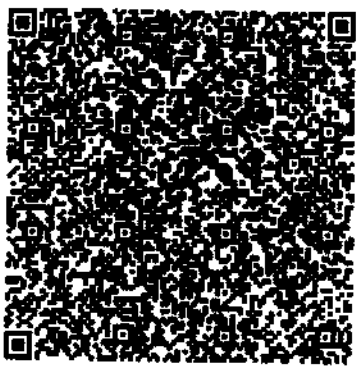


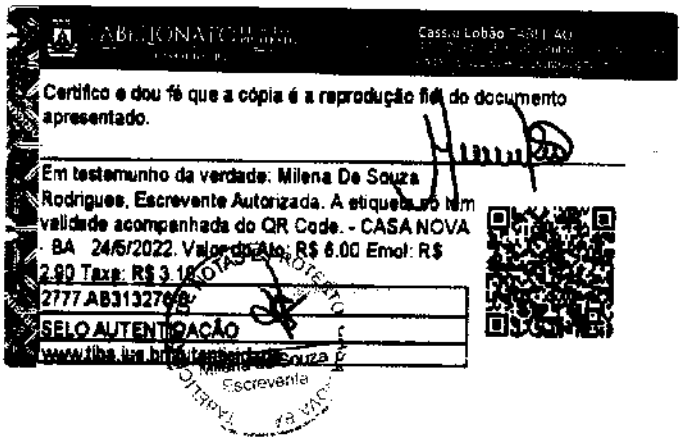




000381


B A
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
1124253300 SSP BA
021.624.415-00
24/01/1981
RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA
MARIA DE LOURDES LOPES DA SILVA SOUZA
01603424517
16/06/2031
28/12/2000
JUAZEIRO, BA
21/06/2021
BAHIA
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
PROIBIDO PLASTIFICAR
2145867900
2145867900




Cassia Lobão
Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.
Em testemunho da verdade. Milena De Souza Rodrigues. Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA 24/6/2022. Valor do Ato: R$ 6.00 Emol: R$ 2.90 Taxa: R$ 3.10
2777 AB313276
SELO AUTENTICAÇÃO
Milena De Souza
Escrevente

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

000382

HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

Prefeitura Municipal de Sobradinho
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9 8809-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA

ESTADO DA BAHIA

ALVARÁ DE LICENÇA

PARA
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

EXERCÍCIO
2022

NUMERO
028007

CONCEDIDO A
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA - PRESTADORA DE SERVIÇOS JUNQUEIRA
RUA Q A P, 31
BAIRRO: VILA AZUL CASA NOVA (BA) CEP: 47300000

ATIVIDADE PRINCIPAL
4399103 - OBRAS DE ALVENARIA E REBOCO

INSCRIÇÃO
03732

CNPJ/CPF
07.600.296/0001-20

RESTRIÇÕES

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
08:00 as 18:00hs

EMITIDO EM
05 de Janeiro de 2022

VÁLIDO ATÉ
31 de Dezembro de 2022

AVISO
O Presente alvará deverá ser fixado em lugar visível e renovado anualmente

Pedro Rego de Castro
Diretor da Receita Municipal
Decreto [illegible]/2021

Pedro Rego de Castro
Diretor Departamento de Tributos

TABELIONATO [illegible] Cassio Lobao [illegible]
Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.
Em testemunho da verdade: Milena De Souza Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA 24/5/2022. Valor do Ato: R$16,00 Emol: R$ 2,90 Taxa: R$ 2,00
2777.AB313[illegible]
SELO AUTENTICAÇÃO
www.tjba.jus.br/autenticidade
Milena De Souza [illegible]
Escrevente
TABELIONATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA

CASA NOVA - BAHIA

DIRETORIA DE ADM TRIBUTÁRIA

Certidão Nº: 00000016

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Contribuinte:	CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
Endereço:	RUA Q A P, 31 VILA AZUL
Complemento:	
Cidade/UF:	CASA NOVA - BA
CPF/CNPJ:	07600296000120
Inscrição Estadual/RG:	
Inscrição Municipal:	03732

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

É certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários e inscrições em dívida ativa do Município, administrados pela Fazenda Municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da Fazenda Municipal.

EMITIDA EM: 23/05/2022 18:21:40 horário de Brasília

VÁLIDA ATÉ: 21/08/2022

CHAVE DE VALIDAÇÃO: ur4geg1D

Verifique a autenticidade dessa certidão acessando o portal: http://www.keepinformatica.com.br/portal/web/casanova.autentica-cnd

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 28/05/2022 11:21

385

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20222446561**

RAZÃO SOCIAL	
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	07.600.296/0001-20

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 28/05/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:57:27 do dia 07/04/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/10/2022.
Código de controle da certidão: **1ACC.17B5.7A42.34FC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[redacted]

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.600.296/0001-20
Razão Social: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
Endereço: QDA P 31 / VILA AZUL / CASA NOVA / BA / 47300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/05/2022 a 13/06/2022

Certificação Número: 2022051500563046245592

Informação obtida em 23/05/2022 18:02:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Certidão nº: 10001569/2022
Expedição: 29/03/2022, às 14:25:29
Validade: 25/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.600.296/0001-20, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Prefeitura Municipal de Sobradinho
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9 8809-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

000390

CRCBA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA
REGISTRO..... : BA-044885/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.481.754-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BAHIA, 03/05/2022 as 15:44:34.
Válido até: 01/08/2022.
Código de Controle: 713425.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCBA.

29

02/05/2022 **005671060**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL

CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005671060 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça (http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 02/05/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA - EPP, portador do CNPJ: 07.600.296/0001-20, estabelecida na QAP 31, VILA AZUL, CEP: 47300-000, Casa Nova - BA. **********

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 2 de maio de 2022.

PEDIDO Nº: ***005671060***

26

junto SEGUROS

Nossas apólices podem ser acessadas diretamente por um QR Code. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (www.susep.gov.br) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **27/05/2022 21:14:04**

Nº Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0369261**

Proposta: **3422548**

Controle Interno (Código Controle): **943814554**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0011.0775.0369261.000000**

DADOS DO SEGURADO: MUNICIPIO DE SOBRADINHO

CNPJ: 16.444.804/0001-10 AVENIDA PAULO AFONSO 01 - CEP: 48.925-000 - SOBRADINHO - BA

DADOS DO TOMADOR: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP

CNPJ: 07.600.296/0001-20 - QD A P 31 - CASA NOVA - BA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.208346-0 **SER MAIS SEGURO CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Roque Jr. de H. Melo

ICP Eduardo de O. Nóbrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001 [illegible] Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil [illegible] Eduardo [illegible] Nóbrega [illegible] Série do Certificado [illegible] Roque de Holanda Melo [illegible]

27

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica [illegible]

[illegible] susep.gov.br [illegible] SUSEP - Superintendência de Seguros Privados [illegible]

Nº Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0369261**
Proposta: **3422548**
Controle Interno (Código Controle): **943814554**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0011.0775.0369261.000000**

junto SEGUROS

000390

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia contratada

Licitante	R$ 7.327,94	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

		Início	Término
Licitante	R$ 7.327,94	29/05/2022	02/08/2022

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$	150,00
Adicional de Fracionamento	R$	0,00
I.O.F	R$	0,00
Prêmio Total	**R$**	**150,00**

Parcela	Vencimento	Nº Camê	Valor(R$)
1	04/06/2022	13331617	150,00

Emitem Jurosto a [illegible] 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de [illegible] FINSocial e prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica (s) valor(es) acima descrito(s), relativo(s) [illegible] contratação da(s) cobertura(s) [illegible] quando contratado(s) de forma conjunta ou em outra composição.

Nº Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0369261**
Proposta: **3422548**
Controle Interno (Código Controle): **943814554**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0011.0775.0369261.000000**

junto SEGUROS

FRONTISPICIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, se o Tomador adjudicatário se recusar a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2022.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

29

CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

30

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares

31

poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas

32

parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

1

33

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora quaiquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de quaiquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz quaiquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integraimente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no

exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.2 Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública em decorrência do sinistro.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

I – Riscos Declarados: itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

II – Prejuízos: Perda pecuniária comprovada decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação.

3. Vigência.

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do edital de licitação;

b) Cópia do termo de adjudicação;

c) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos e/ou decisão que aplicou as multas contratuais na forma do edital de licitação, acompanhada dos documentos comprobatórios;

d) comprovante de intimação do Tomador para assinatura do contrato, acompanhado do demonstrativo de sua recusa/inércia e das devidas justificativas, se houver.

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

5. Rescisão do Contrato de Seguro:

5.1. Quando a presente apólice for caucionada junto ao Segurado, não caberá devolução de prêmio proporcional.

6. Disposições Gerais:

6.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a obrigações trabalhistas e previdenciárias, de seguridade social, indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, bem como riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

6.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

6.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

6.4. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

7. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Nº Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0369261**
Proposta: **3422548**
Controle Interno (Código Controle): **943814554**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0011.0775.0369261.000000**

0407

CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.

"No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente apólice/endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente apólice/endosso."

"Cabe ao tomador a conferência das condições e termos desta apólice e/ou endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento."

Nº Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0369261**
Proposta: **3422548**
Controle Interno (Código Controle): **943814554**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0011.0775.0369261.000000**

junto SEGUROS

SEI 403

Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **11-0775-0369261**

_____

Local e Data

_____

MUNICIPIO DE SOBRADINHO

Nome:
RG:
Cargo:

43

http://assinador.pscs.com.br/autenticacao?chavel=9tlUlyZKWutALlbaslFqtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgQ09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

COOPSERLOG A MARTINS ROMULO LTDA (82162441500)

Empresa de Assessoria e Serviços Gerais

FOLHA 001 DE 033 FOLHAS RUBRICADAS PELA JUCEB

Página: 01 Data: 1

T E R M O D E A B E R T U R A

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 33 (TRINTA E TRÊS) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 33 (TRINTA E TRÊS). E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO GERAL NUM. 33(TRESS) DA EMPRESA COOPERATIVA MARTINS ROMULO LTDA, FIRMA ESTABELECIDA À Q A P, 31 VILA AZUL, NESTA CIDADE DE CASA NOVA/BA CEP: 47380000. REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NÚM. [illegible] POR DESPACHO DE 0 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 07.[illegible], E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. 3732, E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. ISENTO.

CONFORME DETERMINA O ART. 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107 DE 23/05/2008 DO D.N.R.C, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

O PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO CONTADOR(A) RESPONSÁVEL, O SR. WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 044885, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 094.481.754-85.

CASA NOVA, 01 DE JANEIRO DE 2021.

DIRETOR ADMINISTRATIVO - JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA

C.P.F - 82162441500

WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

C.R.C 044885

C.P.F 094.481.754-85

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro em 11/01/2021 às 14:41:19 sob o Protocolo 21/001.
Arquivamento 20210001913 de 11/01/2021
Nome da empresa COOPERATIVA MARTINS ROMULO LTDA
NIRE 29203131252
Este documento pode ser verificado no site http://regin.juceb.ba.gov.br/ AUTENTICAÇÃO 855x
Empresa de Pequeno Porte, Natureza Jurídica 2143 - Cooperativa de Trabalho
Por Thania Fagundes Mota Gomes Junior - Secretária Geral

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chaveal=9TlMJyZKWutALlbesltjqtNbtFxn7ewPQhUPGUbC_rgO09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9tlMJyZKNutALlbaslEpqtNbtFxn7ew9QhOPGObC_rgQO9uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMljzKNutzLIbasITjqtUbtFxn7ew9QhUPGUbC_rg009uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYESSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMly2KWutALlbasJFygtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgQ09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-MERYSSON FILIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

48

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavei=9TlMly6RNutALlbasIPpqtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rg009uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMlyZKWutALlbas1TpqtNbtEsn7ew9QhUPGUbC_rgC09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-NERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMJy2KWutALlbaslTDqtNbtFxn7aw9QhUPGUbC_rgO09um7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pecs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyZRWutALibes1TpqtNbtExn7ew9QhoPG0bC_rg009uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA:09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/autenticacao?chave1=9TlMJ%2KWutALlbasLTpqtNbtFxn7ew9QhUPGObC rgO09uu7r4oDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUSA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMly2KNutALibasIWpqtlbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgO09un7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMly2KNutALlbasITpgtNbcFxn7ew9QhUPG0bC_rgO09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMly2ENutALLbasLTpqtNbtFxn7ew9QhUPGObC_rgQQ9iu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYCSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavei=9TlMljZKNutALlbesIPpqtUbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgO09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

57

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMly2RWutALlbas1PpgtNbtFxn7ew9QhUPGDbC_rgQ09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175435-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9rIdJyZKNutALIbasIFqtNbtFsn7ew9QhUPGUbC_rg0091u7r4uDs
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS RÔMULO DA SILVA SOUZA:09448175485-WERFSCON FILIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MljyZKWutALIbaslTpgtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rg00%1w7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyZKwutALlbaslTpqtNbtFsn7ew9QhUPGUbC_rgQ09uw7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMljYZKWutALibaslTjqtUbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgO05uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-MERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1yZKWutkLLbasIHpqtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rg09%u7r4wDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMUEO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

63

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMljZKWutALlbaslTpgtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgO09um7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DE SILVA

64

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWutALlbes1TpqtMbtFxn7ee9QhUPGUbC_rgCC9uw7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSCON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

(-) Receita de serviços	
(-) Receita sobre Serviços	
(=) Total - Receita Bruta sobre Serviços	
(=) Total - Receita	
(-) Custos	
(-) Custos dos produtos vendidos	
(-) Mão de obra direta	
(=) Total - Custos diretos de produção	
(-) Despesas com Empregados	
(-) Despesas com Pessoal	
(-) Remuneração a Serviços de Terceiros	
(-) Despesas com Serviços de Terceiros	

69

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9rlMlyZXNutALlbaslEpqtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgC09ou7r4sDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175185-WERYSSON FILLYPE BORGES PEREIRA DA SILVA

Despesas com Utilização de Equipamentos e Veículos

Despesas com Locação de Equipamentos

Total - Despesas

Total - Despesas

66

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MJjZKWutALlbasITpgtUbtFxn7ew9QhUPGUbC_rgO09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYCSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMJyZKWutAAlbasITbgtMbtFxn7ew9QhUPGUbC rg009uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA:09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMJy2RMutALLbasLTpqtNbtFxn7ew9QhUPG0bC_EgQO9uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERICSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

CONSTRUTORA VIABILIZA LTDA

69

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

Certidão n.º: BA/2022/00005806
Nome: WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA CPF: 094.481.754-85
CRC/UF n.º BA-044885/O Categoria: CONTADOR
Validade: 02.08.2022
Finalidade: LIVRO DIÁRIO
Livro: DIÁRIO
Nº 13 / Exercício: 2021

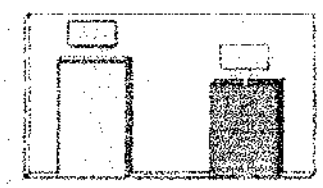
Confirme a existência deste documento na página WWW.CRCBA.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

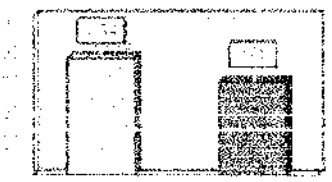
CPF : **094.481.754-85** Controle : **7236.8491.9119.9746**

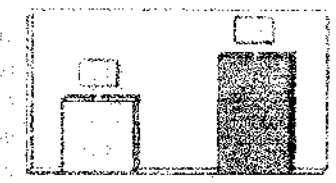
http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZRWutALibasl1pgtMbtFxn7ew92_1UPG0bC_rg009gu17r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9tldlyZKNutAlibaslTzgtNbtFxn7ew9QhUPG0bC_rg009uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMJsZKWutALlbasITjqtNbtFxn7ew9QhUPGUbC_rg009uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA







72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1.CONTEXTO OPERACIONAL

[redacted]

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICA CONTÁBIL SIGNIFICATIVAS

A administração declara que as Demonstrações Contábeis da sociedade CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA do período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, com observância aos Princípios de Contabilidade e foram elaboradas em conformidade com a ITG 1000, aprovada pela resolução CFC 1418/2012. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo o regime de competência e estão representadas em Real, a moeda nacional brasileira.

2.1. ESTOQUES/MATERIAL DE USO/CONSUMO

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMlyZKWutAlbas1TpqtNbtEsn7ew92hUPGUbC_rg005uu7r4uDs ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PIREIRA DA SILVA

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TIM1yZKNutAlLbas1JpqtNbtFxn7ew92hUPGUbC_rg005wu7r4uDMw ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175480-WERYSSON FILLIPE BORGES FERREIRA DA SILVA

São demonstrados pelo menor valor entre custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de média ponderada móvel. O estoque é de aplicação nas obras públicas realizadas pela sociedade empresarial, tendo como saldo apurado em 31/12/2021 o valor de R$ 81.160,00.

2.2. IMOBILIZADO

Os terrenos, imoveis, veiculos e móveis são demonstrados ao valor justo (custo atribuido) conforme opção prevista no Pronunciamento Técnico CPC 27, aprovado pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade pela Resolução 1.177/09. A avaliação pelo custo atribuido, bem como suas estimativas de vida útil dos imoveis foram determinadas com base em laudo técnico emitido por empresa especializada para a data base de 1º de janeiro de 2011. O demais itens de ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, mais todos os gastos incorridos para colocar o bem em condições de uso. As depreciações das edificações são calculadas com base na estimativa de vida útil dos bens determinados em virtude do custo atribuído. Os demais itens são depreciados linearmente com base nas mesmas taxas estabelecidas conforme legislação brasileira. Com um investimento em 31/12/2021 de R$ 110.181,00

2.3 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A entidade tem em seu saldo elevado no Passivo a Curto Prazo no valor de R$ 61.113,11, incorrido por aquisição de bens e Estoques para Uso e Consumo.

2.4.IMPAIRMENT – PERDAS POR DESVALORIZAÇÃO

Representam o valor recuperável do ativo que excede no caso de material aplicado, com prazo de aplicação menos o custo para completá-lo e despesas, e no caso dos outros ativos, seu valor

justo menos a despesa. A entidade efetuou testes de impairment em seus ativos e não identificou perdas neste sentido.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração contábil que apresenta todos os itens de receita e despesa/custos reconhecidos no período, excluindo os itens de outros resultados abrangentes, tendo um resultado positivo de R$ 116.704,46.

3.2. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração que apresenta a relação de ativos, passivos e patrimônio líquido de uma entidade em data específica, entendendo que Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados do qual se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade, Passivos, como obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos e patrimônio líquido como o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

3.3.DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Demonstração contábil que apresenta as alterações em lucros ou prejuízos acumulados para um período, como apresentou lucro de R$ 116.704,46.

WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA
CRC: BA-044855/O-1
CONTADOR

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=9f1z1yZKMutALlbas1fpgtNbtFxn7ew92hUPGGbC_rg0C9uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA:09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 33 (TRINTA E TRÊS) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 33 (TRINTA E TRÊS), E SERVIU DE LIVRO DIÁRIO GERAL NUM. 13(TREZE) DA EMPRESA CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA, FIRMA ESTABELECIDA À Q A P, 31 VILA AZUL, NESTA CIDADE DE CASA NOVA/BA CEP: 47300000, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 29206191972 POR DESPACHO DE 0 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 07609296000120, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. 3733, E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. ISENTO, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/2021 A 31/12/2021 E SE DESTINOU A FINS CONSTANTES DO TERMO DE ENCERRAMENTO.

CONFORME DETERMINA O ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107 DE 23/03/2006 DO D.N.R.C., DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

O PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO CONTADOR(A) RESPONSÁVEL, O SR. WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 044895, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 094.481.754-85.

CASA NOVA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

DIRETOR ADMINISTRATIVO - JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA

C.P.F - 82162441500

WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

C.R.C 044895

C.P.F 094.481.754-85

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWutAlIbeslWpqtNbtExn7ew9QhUPGUbC_rgC09uu7r4uDw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 82162441500-JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA|09448175485-WERYSSON FILLIPE BORGES PEREIRA DA SILVA

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prefeitura Municipal de Sobradinho
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9 8809-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL

300443

Contrato de prestação de serviços de Engenharia Civil que fazem entre si, CONSTRUTORA MARTINS ROMULO Ltda, estabelecida à Quadra G, n.º 65 A, Borges nesta Cidade de Casa Nova – Bahia, inscrita no CNPJ sob n.º 07.600.296/0001-20, aqui denominada CONTRATANTE e HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES, CPF 621.678.045-04, Engenheiro Civil registrado no CREA/BA sob o n.º 33.373/DBA, estabelecido à Rua do Concreto n.º 51, Condomínio Maria Maria, Bairro Alto Cheiroso, Petrolina/PE, doravante denominado CONTRATADO, nos termos das clausulas seguintes:

PRIMEIRA – A CONTRATANTE delegada ao contrato à execução dos serviços de Engenharia Civil da empresa, nos termos definidos no presente contrato, tendo o seu prazo indeterminado, mas podendo ser reincidido por ambas as partes a qualquer tempo mediante aviso prévio de 30 dias.

SEGUNDO – A execução dos serviços ora contratado implicará no seguinte item:

A – Objeto: Prestar serviço de Engenharia Civil, responsabilizando-se por todas as obras executadas pela CONTRATANTE, sendo o responsável técnico pelas mesmas.

TERCEIRA – O CONTRATADO fará jus à quantia mensal de 06 salários mínimos, pagável até o dia 10 do mês subsequente pela CONTRATANTE.

QUARTA – A carga horária será de 04 horas diárias, distribuídas pelo período da manhã, das 08h00min às 12h00min.

QUINTA – Fica eleito o Fórum desta cidade do domicílio dos CONTRATANTES, como o único competente para julgar pendências não resolvidas na forma prevista na cláusula anterior.

E, por estarem assim contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, na presença de 02 testemunhas, para que surtam os efeitos legais.

Casa Nova- BA, 14 de Janeiro de 2013.

CONTRATADO: Hemerson Cardoso Guimarães

CONTRATANTE: Raimundo Martins de Souza – Sócio Administrador

CONTRATANTE: Jeremias Rômulo da Silva Souza - Sócio

TABELIONATO ... FUNÇÃO ... COMARCA ... Certifico que a presente é fiel da original apresentado. Dou fé. Casa Nova-BA ... Maria Lúcia da Silva ... Tabeliã

Testemunha (01):

CPF: 026 969 574-55

Testemunha (02):

CPF: 066 238 .635-33

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

73

TABELIONATO

Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.

Em testemunho da verdade: Milena De Souza Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta sem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA 24/5/2022. Valor do Ato: R$ 6,00 Emol: R$ 2,90 Taxa: R$ 3,10

2777 AB31327

SELO AUTENTICAÇÃO

www.tjba.jus.br/autenticidade

Milena de Souza Rodrigues
Escrevente

República Federativa do Brasil

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Carteira de Identidade Profissional

CONFEA

Registro Nacional
050421164-1

Nome
HEMERSON CARDOSO GUIMARAES

Filiação
VERISCIO NUNES GUIMARAES
LUCILENE CARDOSO GUIMARAES

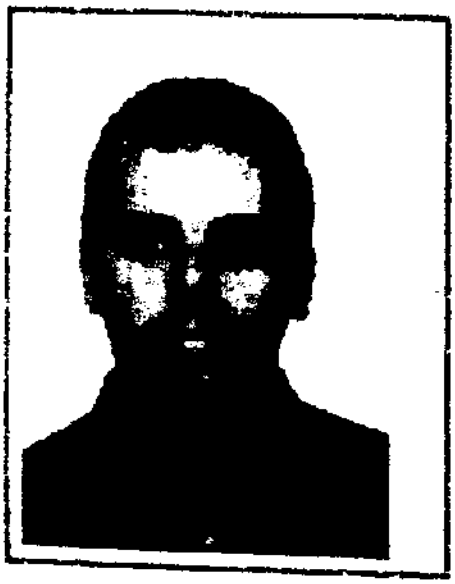
C.P.F.	Documento de Identidade	Tipo Sang.
621.678.045-04	0578096153 SSP/BA	O+

Nascimento	Naturalidade	UF	Nacionalidade
26/02/1973	PETROLINA	PE	BRASILEIRA

Crea de Registro	Emissão	Data de Registro
CREA-BA	20/06/2012	05/10/1999

Ass. Presidente

Registro no Crea
33373







Titulo Profissional
Engenheiro Civil

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Ass. do Profissional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Digitalizado com Cam

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE CASA NOVA - BA

Cássio Lobão

Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.

Em testemunho da verdade: Fabricia Santos, Escrevente. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA 21/1/2022. Valor [illegible] 0,00 Emol: R$ 2,90 Taxa: R$ 3,10

2777.AB304[illegible]

SELO AUTENTICAÇÃO

www.tjba.jus.br/[illegible]

Escrevente

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-BA

Nº 127817/2022
Emissão: 02/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: BdZB2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - CREA-BA.

Interessado(a)

Profissional: HEMERSON CARDOSO GUIMARAES
Registro: 0504211841
CPF: 621.678.045-04

Tipo de Registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 05/10/1999

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Data de Formação: 30/07/1998

PÓS - GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Atribuição: ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359/91 DO CONFEA
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
Data de Formação: 14/12/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (2/2)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA - EPP
Registro: 0000164450
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Data Início: 17/01/2013
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: BdZB2
Impresso em: 02/03/2022 às 08:51:57 por: adapt, ip: 177.100.179.147

80

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-BA

Nº 132227/2022
Emissão: 30/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: dYDAC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICO, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos e membros do quadro técnico não se encontram em débito com as anuidades do CREA/BA.

Interessado(a)

Empresa: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA - EPP

CNPJ: 07.600.296/0001-20

Registro: 0000164450

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 900.000,00

Data do Capital: 05/05/2021

Faixa: 4

Objetivo Social: SERVIÇOS DE OBRAS DE ALVENARIA; SERVIÇOS DE ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO, EXCETO OBRAS E IRRIGAÇÃO; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; SERVIÇOS DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA; FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE CASAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO; SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA A CONSTRUÇÃO; SERVIÇOS DE ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇOS DEMONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; SERVIÇOS DE OBRAS DE TERRAPLENAGEM.

Restrições Relativas ao Objetivo Social:

Endereço Matriz: QUADRA A P, 31, VILA AZUL, CASA NOVA, BA, 47300000

Tipo de Registro: DEFINITIVO (EMPRESA)

Data Inicial: 22/08/2007

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 16445

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: HEMERSON CARDOSO GUIMARAES

Registro: 0504211641

CPF: 621.678.045-04

Data Início: 17/01/2013

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359/91 DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: dYDAC
Impresso em: 30/03/2022 às 08:42:24 por: adapt, ip: 201.20.94.178

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220551960/2022
Emissão: 03/05/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 3B0c8

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: CONSTRUTORA MARTINS RÔMULO LTDA

CNPJ: 07.600.296/0001-20

Registro: 0000691933

Categoria: Outros

Capital Social: R$ 900.000,00

Data do Capital: 05/05/2021

Faixa: 4

Objetivo Social: SERVIÇOS DE OBRAS DE ALVENARIA; SERVIÇOS DE ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO, EXCETO OBRAS E IRRIGAÇÃO; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; SERVIÇOS DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; FABRICAÇÃO DE ESTUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA; FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE CASAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO; SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA A CONSTRUÇÃO; SERVIÇOS DE ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; SERVIÇOS DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: AS ATIVIDADES DA EMPRESA FICAM RESTRITAS ÀS ATRIBUIÇÕES DO SEU QUADRO TÉCNICO.

Endereço: QUADRA AP 31, SN, CASA, VILA AZUL, CASA NOVA, BA, 47000000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 27/04/2022

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000070678DOPE

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: HEMERSON CARDOSO GUIMARAES

Registro: 0504211641

CPF: 621.678.045-04

Data Início: 27/04/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim do Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359/91 DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 3B0c8
Impresso em 03/05/2022 às 08:13:14 por: adapt, ip: 177.100.179.147

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

108613/2021

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - Crea-BA, o Acervo Técnico do profissional **HEMERSON CARDOSO GUIMARAES** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **HEMERSON CARDOSO GUIMARAES**
Registro: **33373BA** RNP: **0504211541**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Número da ART: **BA20190204063** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 26/11/2019 Baixada em: 20/08/2021
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA ME**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Casa Nova/Ba** CPF/CNPJ: **13.691.811/0001-28**
Endereço do contratante: PRAçA Gilson Viana de Castro Nº: s/n
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Casa Nova UF: BA CEP: 47300000
Contrato: 321/2019 Celebrado em: 18/11/2019
Valor do contrato: R$ 391.419,39 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE
Endereço da obra/serviço: DISTRITO SANTANA DO SOBRADO Nº: SN
Complemento: DIVERSAS RUAS Bairro: DIVERSOS
Cidade: CASA NOVA UF: BA CEP: 47300000
Data de início: 19/11/2019 Conclusão efetiva: 19/06/2020
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: Prefeitura Municipal de Casa Nova/Ba CPF/CNPJ: 13.691.811/0001-28

Atividade Técnica: **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > OBRAS EM TERRA E TERRAPLENACEM > #127 - TERRAPLENAGEM 111 - Execução de Obra Técnica 3794.70 METRO QUADRADO; **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #144 - PAVIMENTAÇÃO DE PARALELEPIPEDOS 111 - Execução de Obra Técnica 4072.14 METRO QUADRADO;

Observações

ART DE EXEC. DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO DIST. DE SANTANA DO SOBRADO, MUN DE CASA NOVA-BA.

Informações Complementares

- Considerar os serviços, apenas, no âmbito da engenharia civil e de segurança do trabalho.
- ESTA CERTIDÃO É PARA FIM EXCLUSIVO DE ACERVO TÉCNICO E NÃO ACRESCENTA QUALQUER ATRIBUIÇÃO ÀS ORIGINARIAMENTE CONSIGNADAS NO REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA, SENDO VEDADA QUALQUER EXTRAPOLAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA `b` DO ARTIGO 6º DA LEI 5.194 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 108613/2021
11/10/2021, 08:48
b6zZ3

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega de propostas.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: b6zZ3

PREFEITURA DE
CASA
GOVERNO DA MUDANÇA

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE SERVIÇOS

Atestamos para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação da Administração Pública modalidade Tomada de Preços n.º 010/2019 – Processo Licitatório 249/2019, em cumprimento ao disposto no artigo 30, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, realizado pelo Responsável Técnico o Engenheiro Civil HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES, CREA 33.373 D/BA, RN 050421164-1, das atividades expostas abaixo.

DADOS DA OBRA/SERVIÇO

CONTRATO N.º 321/2019.
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, EM PARALELEPÍPEDOS, NO DISTRITO DE SANTANA DO SOBRADO, MUNICÍPIO DE CASA NOVA/BA.
VALOR DO CONTRATO: R$ 391.419,39.
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO: ENG. CIVIL HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
ART DE EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇO: BA 20190204063.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:
INÍCIO – 19/11/2019.
TÉRMINO – 31/03/2021

CONTRATANTE
Razão Social: Prefeitura Municipal de Casa Nova – Ba.
CNPJ: 13.691.811/0001-28.
Endereço completo: Praça Gilson Viana de Castro, s/n, Centro, Casa Nova - Ba.

CONTRATADA
Razão Social: Construtora Martins Rômulo Ltda ME.
CNPJ: 07.600.296/0001-20.
Endereço completo: Quadra AP, 31, Vila Azul, CEP 47300-000, Casa Nova – BA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA FISCALIZAÇÃO
Nome: César Torres Santos Filho.
Título: Engenheiro Civil.
CREA RNP 0517950880.
ART DE FISCALIZAÇÃO: BA 20210465233.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 108613/2021, emitida em 11/10/2021

Certidão nº 108613/2021
12/10/2021, 14:37
Chave de impressão: b6zZ3
O documento neste ato registrado foi emitido em 08/10/2021 e contém 3 folhas

PREFEITURA DE
CASA
GOVERNO DA MUDANÇA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Pavimentação de ruas em paralelepipedos no distrito de Santana do Sobrado, municipio de casa Nova - Bahia.

Casa Nova – BA, 05 de abril de 2021.

João Vilinei de Oliveira Braga
Secretario de Obras
Decreto Nº 044/2021

João Vilinei de Oliveira Braga
Secretario de Obras do Municipio
Decreto n.º 044/2021

César Torres Santos Filho
Engenheiro Civil
CREA RN 0517950880

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 108613/2021, emitida em 11/10/2021

Reconhecido por semelhança a(s) firma(s) de CESAR TORRES SANTOS FILHO E JOAO VILINEI OLIVEIRA BRAGA

Em testemunho da verdade. Milena De Souza Rodrigues. Escrevente Autorizada. A sequeta só tem validade acompanhada do QR Code - CASA NOVA - BA 11/10/2021. Valor do Ato: R$ 10,60 Emol: R$ 5,22 Taxa: R$ 5,58

2777AB2986281-7 E 2777AB2986282-5

SELO RECONHECIMENTO

www.tjba.jus.br/autenticidade

Certidão nº 108613/2021
12/10/2021, 14:37
Chave de Impressão: b6zZ3
O documento neste ato registrado foi emitido em 08/10/2021 e contém 3 folhas

300452

PREFEITURA DE
CASA
GOVERNO DA MUDANÇA

Atestamos ainda que os serviços foram realizados dentro dos padrões e normas técnicas exigidas no contrato, conforme descrição dos serviços abaixo.

SERVIÇOS PRELIMINARES		
Fornecimento e implantação de placa de identificação em chapa de aço galvanizado	M2	
MOVIMENTO DE TERRA		
Regularização mecânica de terreno natural , corte ou aterro de até 20cm de espessura	M2	3.794,70
PAVIMENTAÇÃO		
Pavimento em paralelepipedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por m²)	M2	4.072,14
MEIO FIO E LINHA D'ÁGUA		
Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto , confeccionada em concreto pré-fabricado , dimensões 100x15x13x30cm (comprimento x base inferior x base superior x largura) , para vias urbanas (uso viário). AF_06/2016	ML	1.474,12
Pintura a base de água - 03 demãos	M2	554,29
SINALIZAÇÃO VERTICAL		
confecção de suporte e travessa para placa sinalização	UND	5,00
Fornecimento e assentamento de placa de sinalização vertical e semi-refletiva	UND	5,00
Placa esmatada para identificação de NR de rua , dimensões 45x25cm	UND	6,00
Piso tatil direcional e ou alerta , de concreto colondo , para deficiente visuais .	M2	11,16
CALÇADA		
Execução de passeio (calçada) em concreto 12mpa traço 1:3:5 (cimento/areia/brita) , preparo mecânico , espessura 7cm , com junta de dilatação em madeira , incluso lançamento e adensamento	M3	168,14

Casa Nova – BA. 05 de abril de 2021

João Vilinei de Oliveira Braga
Secretário de Obras
Decreto Nº 044/2021

João Vilinei de Oliveira Braga
Secretário de Obras do Município
Decreto nº 044/2021

César Torres Santos Filho
Engenheiro Civil
CREA RN 0517950880

[redacted]
SANTOS FILHO E JOAO VILINEI OLIVEIRA BRAGA

Em testemunho da verdade. Milena De Souza Rodrigues. Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA 1:10-2021. Valor do Ato: R$ 10,80 Emolr: R$ 5,22 Taxa: R$ 5,58

2777 AB298279-5 E 2777 AB298280-9

SELO RECONHECIMENTO

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 108613/2021, emitida em 11/10/2021

Certidão nº 108613/2021
12/10/2021, 14:37
Chave de Impressão: b6zZ3
O documento neste ato registrado foi emitido em 08/10/2021 e contém 3 folhas

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

DECLARAÇÕES/DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Prefeitura Municipal de Sobradinho
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9 8809-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.600.296/0001-20**	DUNS®:	**89*****24**
Razão Social:	**CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA**		
Nome Fantasia:	**PRESTADORA DE SERVIOS JUNQUEIRA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**31/01/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**01/06/2022**
FGTS		Validade:	**19/02/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**30/07/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/03/2022**
Receita Municipal	Validade:	**23/02/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2022**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.600.296/0001-20**	DUNS®:	**89*****24**
Razão Social:	**CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA**		
Nome Fantasia:	**PRESTADORA DE SERVIOS JUNQUEIRA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.600.296/0001-20**	DUNS®:	**89*****24**
Razão Social:	**CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA**		
Nome Fantasia:	**PRESTADORA DE SERVIOS JUNQUEIRA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

000457

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **07.600.296/0001-20**
Razão Social: **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA

Endereço:

QUADRA A P, 31 - VILA AZUL - Casa Nova / Bahia

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: **07.600.296/0001-20** DUNS®: **89*****24**
Razão Social: **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA**
Nome Fantasia: **PRESTADORA DE SERVIOS JUNQUEIRA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
CREA BAHIA	16445	31/03/2022

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

459

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos que termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Declaramos ainda, sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2o do art. 32 da Lei no 8.666/93 e posteriores alterações, que até a data de entrega dos envelopes, nenhum fato ocorreu que inabilite a empresa a participar da presente licitação.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

Quadra AP, 31, Bairro: Vila Azul,
Casa Nova/BA CEP: 47300-000

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

000460

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº 11242533 e CPF nº 821.624.415-00, como representante devidamente constituído da empresa CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.600.296/0001-20, com sede no endereço Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, doravante denominado (Proponente), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- A proposta apresentada para participar da TP 005/2022 foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação TP 005/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022 quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TP 005/2022 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

94

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

034462

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATOS IMPEDITIVOS

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, CNPJ/MF N.º 07.600.296/0001-20, com sede à Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório TP 005/2022, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (LEI NO 9.854/99)

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal de 1998 (Lei no 9.854/99).

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio-Administrador
CPF: 821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS RÔMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

96

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

000463

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.600.296/0001-20, com sede no endereço Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, declara, sob as penas da lei, não possuir em seu quadro de pessoal qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregador do poder executivo da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

97

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

Fl. 462

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.600.296/0001-20, com sede no endereço Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Publica, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

Quadra AP, 31, Bairro: Vila Azul,
Casa Nova/BA CEP: 47300-000

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

000465

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DA VISITA TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA, responsável legal da CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, CNPJ 07.600.296/0001-20, Endereço: Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, Fone:(74)98809-6065, E-mail: licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br ou licitação.construtora.mr@gmail.com, declara que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital da TOMADA DE PREÇO No 005/2022, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF 821.624.415-00

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
ADMINISTRADOR
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/DBA

99

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

A CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.600.296/0001-20, sediada na Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, por intermédio de sua representante legal, a Sr. JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA, portadora da CNH 01603424517 e do CPF n.º 821.624.415-00, DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa CONSTRUTORA MARTINS RÔMULO LTDA EPP contém em seu quadro técnico profissionais capacitados para a execução dos serviços propostos em edital para esta TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2022 da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, composta por:

1 – Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho – Hemerson Cardoso Guimarães – CREA/BA 33.373 D/BA;
2 – Mestre de Obras – Raimundo Martins Souza – CPF. 117.526.025-87;
3 – Administrador - Jeremias Rômulo da Silva - CPF

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Administrador
CPF: 821.624.415-00

JEREMIAS RÔMULO DA SILVA SOUZA
ADMINISTRADOR
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/DBA

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

330467

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES, na qualidade Responsável Técnico da empresa CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP declara sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2.º, art. 32 da Lei no. 8.666/93, que será o responsável técnico pela obra supracitada no objeto.

Atenciosamente,

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Hemerson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil

HEMERSON CARDOSO GUIMARAES
CREA BA 33373/D

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

000468

AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES, na qualidade Responsável Técnico da empresa CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP autorizo minha inclusão como o responsável técnico da obra supracitada no objeto.

Atenciosamente,

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Hemerson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil
CREA 33.373 D/BA

HEMERSON CARDOSO GUIMARAES
CREA BA 33373/D

302

000469

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

Autorizo a CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, me incluir na equipe técnica da execução da obra supracitada no objeto.

FUNÇÃO: MESTRE DE OBRA

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA
CPF: 117.526.025-87

903

Quadra AP, 31, Bairro: Vila Azul,
Casa Nova/BA CEP: 47300-000

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

Autorizo a CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, me incluir na equipe técnica da execução da obra supracitada no objeto.

FUNÇÃO: ADMINISTRADOR DA OBRA

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
CPF: 821.624.415-00

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

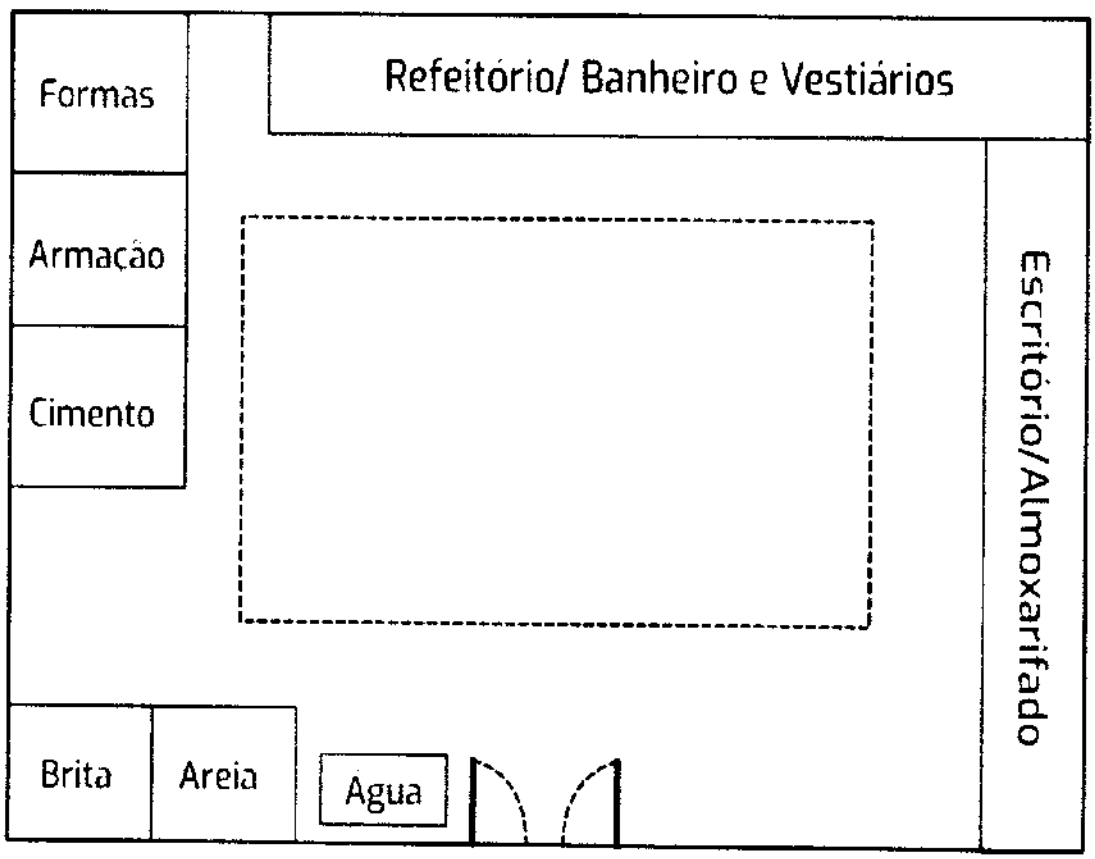
472

INSTALAÇÃO DE CANTEIRO (ORGANIZAÇÃO E LAYOUT)

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

Exemplo de Layout de Canteiro de Obras



Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
ADMINISTRADOR
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/D

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

30472

DECLARAÇÃO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DA ATA E CONTRATO

TOMADA DE PREÇO No 005/2022

Dados da empresa
Nome: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Endereço: Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova/BA
Telefone: :(74)98809-6065
E-mail: licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br ou licitação.construtora.mr@gmail.com

Dados do representante para assinatura do contrato
Nome: JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
Qualificação: Representante Legal
CPF: 821.624.415-00
RG: 11242533
Vinculo: Administrador (Empresário)
Endereço: Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova/BA
Telefone: :(74)98809-6065
E-mail: licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br ou licitação.construtora.mr@gmail.com

Casa Nova/BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

306

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

0473

INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DO PESSOAL TÉCNICO
Processo Licitatório 072/2022
Tomada de Preços 005/2022

a) INSTALAÇÕES:	
Descrição	**Área (m²)**
Canteiro de Obras	A definir

b) APARELHAMENTO	
Descrição	**(quantidade)**
Betoneira	03
Carro de mão	06
Enxada	06
Pá	06
Picareta	06
Maquita	02
Veiculo tipo camionete	01
Colher de pedreiro	08
Entre outros	

c) PESSOAL TÉCNICO	
Descrição	**Nome**
Engenheiro Civil – Responsável técnico	Hemerson Cardoso Guimarães
Mestre de Obra	Raimundo Martins de Souza
Administrador	Jeremias Rômulo da Silva Souza

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
ADMINISTRADOR
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/D

JUCEB

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA

Nome Empresarial: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29203191972	07.600.296/0001-20	21/08/2008	13/09/2005

Endereço:
Q A P, 31, VILA AZUL, CASA NOVA, BA - CEP: 47300000

OBJETO SOCIAL

SERVIÇOS DE OBRAS DE ALVENARIA; SERVIÇOS DE ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE LIMPEZA; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO, EXCETO OBRAS E IRRIGAÇÃO; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; SERVIÇOS DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA; FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE CASAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA A CONSTRUÇÃO; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; SERVIÇOS DE ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; SERVIÇOS DE OBRAS DE TERRAPLENAGEM; SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; SERVIÇOS DE OBRAS DE FUNDAÇÕES.

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 900.000,00 NOVECENTOS MIL REAIS Capital integralizado: R$ 900.000,00 NOVECENTOS MIL REAIS	Empresa de pequeno porte	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES

Nome/CPF	Participação R$	Cond./Administrador	Término do mandato
JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA 021.624.415-00	900.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número		
05/05/2021	98067953	REGISTRO ATIVO	Sem Status

Ato: 002 - ALTERAÇÃO
Evento: 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX
Endereço: XXXXXX

Observação

216387903

CONTROLE: 53.809.583.201.00 CPF SOLICITANTE: 094.481.754-85 NIRE: 29203191972 Emitida: 21/07/2021 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx

JUCEB

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 29203191972	CNPJ 07.600.296/0001-20	Arquivamento do ato Constitutivo 21/08/2008	Início da atividade 13/09/2005
Endereço: Q A P, 31, VILA AZUL, CASA NOVA, BA - CEP: 47300000			

SALVADOR - BA, 21 de Julho de 2021

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

218387903

CONTROLE: 53.809.583.201.00 CPF SOLICITANTE: 094.481.754-85 NIRE: 29203191972 Emitida: 21/07/2021 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx

109

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO – BA
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

000477

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) Nº 001/2022

VALIDADE: 31/12/2022

Razão Social: **AGA COSNTRUÇÕES EMEPREENDIMENTOS EIRELI**
CPF/CNPJ: **07.806.397/0001-52**

A Empresa acima está inscrita no Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA para os serviços abaixo discriminados, e de acordo com as normas gerais para licitação (Lei nº 8.666/93), está habilitada, no que tange aos documentos apresentados, e nos prazos neles previstos.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contratação de empresa especializada para: **41.20-4-00 – Construção de edifícios** - CNAE PRINCIPAL, havendo secundários.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Marcos André Nunes e Silva	**CPF:** 106.271.194-76
RG nº: 145487928-SSP/BA	**Cargo/Função:** Procurador Outorgado
Assinatura:	

É de responsabilidade da empresa a atualização do presente cadastro, sempre que necessário, devendo informar qualquer fato que altere os dados nesse existentes, sob pena de responsabilidade na forma da Lei.

Obs.: Foi apresentado requerimento para o cadastramento em 22/02/2022, contendo 26 páginas, referente aos documentos de cadastramento.

Sobradinho/BA, em 22 de maio de 2021.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

Recebido 22/02/2022

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 07.806.397/0001-52

LUCIVALDO AGUIDO DE SOUSA, [illegible] Sociedade Empresária, [illegible] nascido em [illegible] Sociedade de Responsabilidade Limitada – EIRELI, [illegible] Empresário, [illegible] CRISPIANO BRASNORTE, [illegible] Bairro: COHAB, [illegible] CEP: 56.328-000, BRASNORTE/MT, [illegible] 0.297, Órgão [illegible] RUA JOSE [illegible] PETROLINA/PE, [illegible]

Única Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI com Nome Empresarial **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES EIRELI**, com sede e domicílio na [illegible] Bairro: HENRIQUE [illegible] PETROLINA/PE, [illegible] Junta Comercial do Estado de [illegible] sob o NIRE [illegible] em 26/08/2020, e inscrita no CNPJ sob o nº 07.806.397/0001-52, [illegible] 968 da Lei nº 10.406/2002, [illegible] 128/08 [illegible] RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL, [illegible] [illegible] [illegible]

CLÁUSULA PRIMEIRA: [illegible] RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL, [illegible] AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES EIRELI, [illegible] obrigações e direitos [illegible] atividade [illegible] sucedido [illegible] sem solução de continuidade [illegible] seus créditos [illegible] contratados [illegible]

CLÁUSULA SEGUNDA: O [illegible] RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI para a de R$ [illegible] Capital Social da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL mencionada na cláusula [illegible] Valor [illegible] 600.000 [illegible] no valor de R$ [illegible] integralizado [illegible]

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA TERCEIRA: [illegible] Unipessoal da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, [illegible] **MARCOS ANDRE NUNES E SILVA**, [illegible] neste ato [illegible] SOLTEIRO, [illegible] EMPRESÁRIO, [illegible] EMPRESÁRIO, [illegible] 053.358.774-03, [illegible] CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, [illegible] CRISPIANO BRASNORTE, [illegible] Bairro: COHAB, [illegible] CEP: 56.328-728, BRASNORTE/MT, [illegible] RUA JOSE [illegible] PETROLINA/PE, [illegible]

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA QUARTA: Retira-se da empresa **LUCIVALDO AGUIDO DE SOUSA**, [illegible] transfere a Quota Social, [illegible] Reais), [illegible] Sócio **MARCOS ANDRE NUNES E SILVA**, [illegible] dando [illegible]

11/02/2022

Certifico o Registro em 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 1242292171177 24

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHHRRX61ww4hUeaT_A&chave2=biv7HKosZXwAGXoKl4Pdlw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 20469977515-JOSE CELSO LIMA ARAUJO

http://assinadoxweb.pscs.com.br/assinadoxweb/autenticacao?chave1=KWA1oEHRAx61Ww4hDeaT2A&chave2=blvYHKotZXwAGXcK14PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 20469977515-JOSE CELSO LIMA ARAUJO

1ª ALTERACAO CONTRATUAL DE TRANSFORMACAO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 07.806.397/0001-52

Parágrafo Primeiro. A Titular declara que se retira pela venda [illegible] declara haver recebido [illegible] (Quinhentos Mil Reais) do Sócio **MARCOS ANDRE NUNES E SILVA**, [illegible] e a Empresa, plena e irrevogável [illegible] nada mais a reclamar em juízo ou fora [illegible].

NOVA RAZÃO SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: A Sociedade Empresaria Limitada [illegible] social girará sob o nome Empresarial de: **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**

NOVO ENDEREÇO

CLÁUSULA SEXTA: A Sociedade [illegible] sede [illegible] COMERCIAL AMORIM Nº 225, LOJA Bairro CENTRO PETROLINA/PE, CEP [illegible] BRASIL.

NOVOS OBJETOS SOCIAIS

CLÁUSULA SETIMA: A Sociedade Empresarial terá [illegible] Objetos Sociais: CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS - CONSTRUÇÃO DE REDES DE [illegible] SISTEMAS DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS - OBRAS DE IRRIGAÇÃO - OBRAS DE DRENAGEM - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS - RECREATIVAS - INSTALAÇÃO ELÉTRICA - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR - SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEOMENSURA - LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR - LOCAÇÃO ANDAIMES - LIMPEZA EM DOMICÍLIOS, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITORIO - ADMINISTRATIVO - PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS - OBRAS DE TERRAPLENAGEM - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS - CAMINHÕES PIPA - COLETA DE RESIDUOS NÃO PERIGOSOS - SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE MATERIAL ORGANICO - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM CONDUTOR - OBRAS DE INFRAESTRUTURA - CONSTRUÇÕES DE BARRAGENS E REPRESAS - LIMPEZA DE RIOS E CANAIS - DRENAGEM DE AGUA E DE GORDURAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.

CNAE

41.20-4-00 - Construção de edifícios
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não perigosos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.99-5-03 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista.
49.24-8-00 - Transporte escolar

11/02/2022

Certifico o Registro em 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 124229217117724

006480

1ª ALTERACAO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 07.806.397/0001-12

71.19-7-01	Serviços de [illegible] especializados
77.11-0-00	[illegible]
77.31-4-00	[illegible]
77.32-2-01	[illegible]
78.10-8-00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra
81.21-4-00	Limpeza em prédios e domicílios
81.29-0-00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.11-3-00	Serviços combinados de escritório e apoio
93.19-1-01	Produção e promoção de eventos esportivos

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA: O capital social é de R$ [illegible] (Quatrocentos Mil Reais), dividido em [illegible] de R$ [illegible] (Cem Reais), pelo Sócio, sendo cada uma totalmente realizada em moeda corrente assim distribuído:

NOMES DO SÓCIO COM CAPITAL SUBSCRITO	Quant.	[illegible]	[illegible]	VALOR
MARCOS ANDRE NUNES E SILVA		[illegible]	00,00	400.000,00
TOTAL GERAL SUBSCRITO INTEGRALIZADO		[illegible]	00,00	400.000,00

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA NONA: A gerência da sociedade [illegible] **MARCOS ANDRE NUNES E SILVA**, com os poderes ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, compreendendo [illegible] nome empresarial, sendo [illegible] ou assumir obrigações em nome da sociedade em atos ou operações [illegible] [illegible] DAMENTE ao Sócio: [illegible] ções de representação [illegible] praticar todos os atos [illegible] uso do interesse social [illegible] terceiros, bem como

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DECIMA: O Sócio [illegible] **MARCOS ANDRE NUNES E SILVA**, declara, sob as penas da lei, de que [illegible] condenado ou encontra-se sob [illegible] proibitivos [illegible] administração da Sociedade.

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL

MARCOS ANDRE NUNES E SILVA, Nacionalidade [illegible] [illegible] ERA, Nascido em 20/05/1993, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF [illegible] HABILITAÇÃO [illegible] Órgão Expedidor [illegible] Identidade [illegible] [illegible] CARTEIRA DE [illegible] SSAN-PE, residente e [illegible] Bairro: COLONIA [illegible]

11/02/2022

Certifico o Registro em 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 124229217117724

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWAJcHhRAx6Iww4hUeatZA&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 20469975515-JOSE CELSO LIMA ARAUJO

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 07.806.397/0001-52

RAZÃO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(A) empresária Sociedade Empresária Limitada Unipessoal Limitada: AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

CLÁUSULA SEGUNDA: O(A) empresário(a) [illegible] SOCIAL A CORONEL ANTONINO, [illegible] CENTRO, [illegible] CEP: 56.302-320, BRASIL.

CLÁUSULA TERCEIRA: Declara(m) [illegible] Sociedade Empresarial constante [illegible] Solução de NÃO ENQUADRADA nos termos da Lei Complementar [illegible].

CLÁUSULA QUARTA: A Sociedade [illegible] Objeto Social: CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, PRAÇAS E CALÇADAS, CONSTRUÇÃO DE REDES DE [illegible] ENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO, OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS, RECREATIVAS, INSTALAÇÃO ELETRICA, SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, ALUGUEL DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA, TRANSPORTE ESCOLAR, SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEOLOGIA, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM CONDUTOR, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, LIMPEZA EM APARTAMENTOS, LIMPEZA EM RESIDENCIAS E DOMICILIOS, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS, EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLENAGEM, DESMONTE E DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÕES, COLETA DE RESIDUOS NÃO PERIGOSOS, SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM CONDUTOR, SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RUAS, DRENAGEM DE AGUA E DE GOTEIRAS, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.

CNAE

41.20-4-00	Construção de edifícios
36.00-6-02	Distribuição de água por caminhões
38.11-4-00	Coleta de resíduos não perigosos
42.13-8-00	Obras de arte especiais
42.22-7-01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas
42.22-7-02	Obras de irrigação
42.99-5-03	Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00	Obras de terraplenagem
43.21-5-00	Instalação e manutenção elétrica
49.23-0-02	Serviço de transporte de passageiros [illegible] sob contratação [illegible] motorista
49.24-8-00	Transporte escolar
71.19-7-01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia
77.11-0-00	Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem condutor

11/02/2022

Certifico o Registro em 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 1242292171177724

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3cHHRAx0jww4hUeaTzA&chave2=blVYHKorZKWAGXcKi4rdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 20469977515-JOSE CELSO LIMA ARAUJO

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=XWAJoHHRAx6Iww4hUeaT2A&chave2=biVYHKoEZXwA3XCKi4PdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 20469977515-JOSE CELSO LIMA ARAUJO

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL

AGA CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES MAQUINAS VEICULOS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 07.806.397/0001-42

77.32-2-01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
78.10-8-00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra
81.21-4-00	Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00	Outras atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.11-3-00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
93.19-1-01	Produção e promoção de eventos esportivos

CLÁUSULA QUINTA: A Sociedade Empresarial iniciou suas atividades em: 25/01/2006, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: A Sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: O Sociedade tem o Capital Social de R$ 300.000,00(Trezentos Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e legal do País, de responsabilidade do Sócio: MARCOS ANDRÉ NUNES E SILVA.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade do Sócio pela integralização do capital integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA: A administração da Sociedade será exercida pelo seu Sócio, MARCOS ANDRÉ NUNES E SILVA, com os poderes de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, para praticar todos os atos compreendidos no objeto social, inclusive o uso da razão social (nome empresarial).

Parágrafo Único: O Sócio não poderá fazer uso do nome empresarial a título de PROMESSA, FIANÇA ou AVAL, ou qualquer garantia em favor de terceiros, sem a prévia e expressa anuência da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Sócio declara, sob as penas da lei, de que não está impedido por lei especial, ou condenado ou encontra-se sob os efeitos de qualquer condenação que o proíba de exercer a administração da Sociedade.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Sociedade, em 31 de dezembro de cada ano, fará elaborar o balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao Sócio, nos lucros ou perdas.

DO FALECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O falecimento ou incapacidade do Sócio não dissolverá a Sociedade, que continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o interessado capaz, não existindo interesse destes, o mesmo deverá ser apurado em balanço especial, na situação patrimonial da Sociedade, na data do falecimento, devidamente levantado.

11/02/2022

Certifico o Registro em 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 124229217117724

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA [illegible]
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI EM
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA (UNIPESSOAL)
AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E
TRANSPORTES LTDA.
CNPJ nº 30.806.397/0001-[illegible]

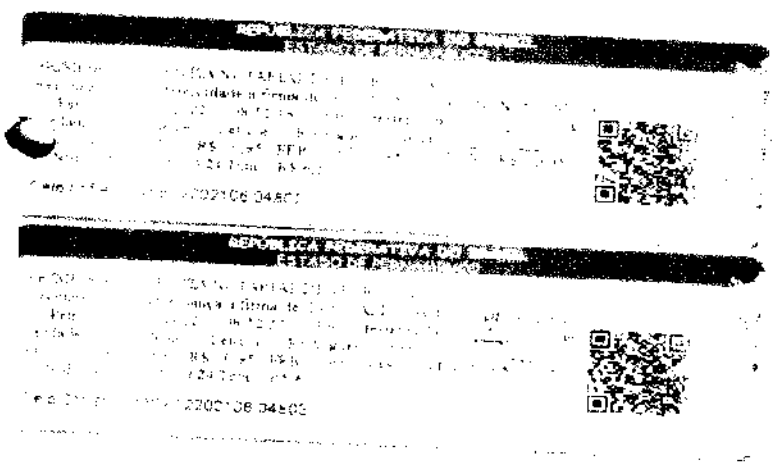
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Declaram [illegible] para [illegible] ato [illegible] Portonave/PE e [illegible] este instrumento.

E, por estarem [illegible] de acordo com o que [illegible] de Estado para [illegible] os efeitos legais.

PETROLEV [illegible]

Assinado digitalmente por: 204*****75315 - JOSE CELSO LIMA ARAUJO
Nome: MARCOS ANDRE NUNES E SILVA
CPF: 106.[illegible]

Assinado digitalmente por: 204*****75315 - JOSE CELSO LIMA ARAUJO
Nome: [illegible] DE SOUSA
CPF: 85[illegible]



http://assinador.pscs.com.br/autenticacao?chave1=XWA3cHiRAXqlww4hUeaT2A&chave2=biVYHKotZXwAQXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 20498977515-JOSE CELSO LIMA ARAUJO

JUCEPE
Certifico o Registro em 11/02/2022 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 124229217117724

217744303

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
PROTOCOLO	217744303 - 02/02/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 26202802657
CNPJ 07.806.397/0001-52
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/02/2022
SOB N: 26202802657

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 20469977515 - JOSE CELSO LIMA ARAUJO - Assinado em 11/02/2022 as 16:12:56

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

11/02/2022

Certifico o Registro em 11/02/2022
Arquivamento 26202802657 de 11/02/2022 Protocolo 217744303 de 02/02/2022 NIRE 26202802657
Nome da empresa AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 124229217117724

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.806.397/0001-52 MATRIZ		25/01/2006

NOME EMPRESARIAL
AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AGA CONSTRUCOES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CORONEL AMORIM	225	LOJA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.302-320	CENTRO	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONSTRUTORAAGA@HOTMAIL.COM	(87) 8868-9542

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	16/10/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

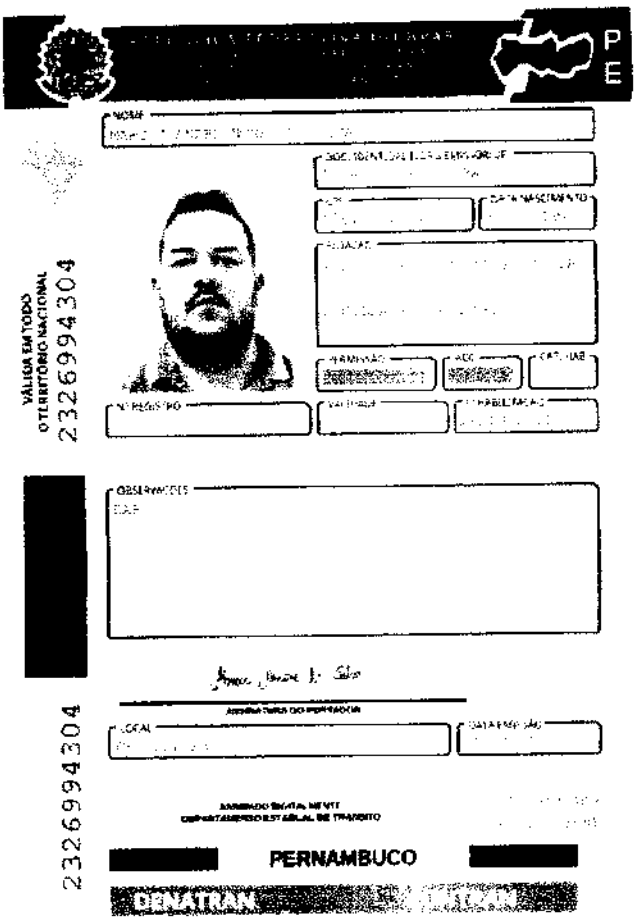
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/03/2022** às **15:20:52** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

00487

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220551970/2022
Emissão: 03/05/2022
Validade: 31/05/2022
Chave: a0BAb

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: AGA CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES MAQUINAS VEICULOS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME

CNPJ: 07.806.397/0001-52

Registro: 0000048026

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 400.000,00

Data do Capital: 20/11/2019

Faixa: 3

Objetivo Social: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; OBRAS DE IRRIGAÇÃO; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; TRANSPORTE ESCOLAR; SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES PIPA; COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM CONDUTOR; SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RUAS, CAIXAS DE ÁGUA E DE GORDURAS DE MÁQUINAS INDUSTRIAL

Restrições Relativas ao Objetivo Social: AS ATIVIDADES DA EMPRESA FICAM RESTRITAS AS ATRIBUIÇÕES DO SEU QUADRO TÉCNICO.

Endereço Matriz: RUA CORONEL AMORIM, , 225, LOJA, CENTRO, PETROLINA, PE, 56302320

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 02/02/2006

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 000000011221PE

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8304148439. Data de vencimento do boleto: 31/05/2022

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Parcelamento Ano: 2022 Quantidade de Parcelas Pagas: 2/6

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS

Registro: 1813771278

CPF: 079.859.864-64

Data Início: 26/11/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA COM RESTRIÇÃO DAS ATIVIDADES 1,02,03,04,06 e 8 DO ARTIGO 1º DA MESMA RESOLUÇÃO REFERETE A PORTOS, PONTES AEROPORTOS E BARRAGENS

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: a0BAb
Impresso em: 03/05/2022 às 09:04:39 por: adapt, ip: 177.127.98.50

000480

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220551971/2022
Emissão: 03/05/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: c594A

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-PE.

Interessado(a)

Profissional: LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS

Registro: 1813771278

CPF: 079.859.864-64

Endereço: RUA XIQUE-XIQUE, 115, AREIA BRANCA, Petrolina, PE, 56328440

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 29/10/2014

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA COM RESTRIÇÃO DAS ATIVIDADES 1,02,03,04,06 e 8 DO ARTIGO 1º DA MESMA RESOLUÇÃO REFERETE A PORTOS, PONTES AEROPORTOS E BARRAGENS

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO CAMPUS JUAZEIRO

Data de Formação: 03/10/2014

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (2/2)

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: c594A
Impresso em: 03/05/2022 às 09:06:26 por: adapt, ip: 177.127.98.50

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-PE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2220513796/2020
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - Crea-PE, o Acervo Técnico do profissional **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS**
Registro: **PE056773 PE** RNP: **1913771278**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **PE20190421684** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 03/09/2019 Baixada em: 08/07/2020
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. - ME.**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE** CPF/CNPJ: **10.358.190/0001-77**
Endereço do contratante: AVENIDA GUARARAPES Nº: 2114
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56302905
Contrato: 324/2019 Celebrado em: 17/07/2019
Valor do contrato: R$ 185.986,88 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: TRAVESSA PADRE FRAGA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56304281
Data de início: 23/07/2019 Conclusão efetiva: 23/11/2019
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE CPF/CNPJ: 10.358.190/0001-77

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #29643 - REFORMA 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; **7 - EXECUÇÃO** CONSTRUÇÃO CIVIL > #29897 - PAVIMENTAÇÃO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; **7 - EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #30367 - PÚBLICO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado;

Observações

Prestação de serviços de engenharia civil relativos à REFORMA DA PRAÇA PADRE FRAGA, no município de Petrolina - PE, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDURBH

Número da ART: **PE20200494574** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 26/03/2020 Baixada em: 08/07/2020
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. - ME.**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE** CPF/CNPJ: **10.358.190/0001-77**
Endereço do contratante: AVENIDA GUARARAPES Nº: 2114
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56302905
Contrato: 324/2019 Celebrado em: 17/07/2019
Valor do contrato: R$ 194.982,25 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: TRAVESSA PADRE FRAGA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56304281
Data de início: 23/07/2019 Conclusão efetiva: 22/03/2020
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE CPF/CNPJ: 10.358.190/0001-77

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #29643 - REFORMA 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; **7 - EXECUÇÃO** CONSTRUÇÃO CIVIL > #29897 - PAVIMENTAÇÃO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; **7 - EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #30367 - PÚBLICO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado;

Observações

1º termo aditivo do Contrato nº 324/2019: prorrogação do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, bem como acréscimo de valor. OBJETO: Prestação de serviços de engenharia civil relativos à REFORMA DA PRAÇA PADRE FRAGA, no município de Petrolina - PE, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDURBH.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-PE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2220513796/2020
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

Informações Complementares

- O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da engenharia civil, não sendo contempladas neste registro os itens plantio de árvores por se tratar de atividades fora da atribuição do profissional

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2220513796/2020
31/08/2020, 15:46
3Z3DW

A CAT é válida em todo o *território* nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 3Z3DW

PETROLINA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, a execução do contrato de nº **324/2019** pela empresa **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº **20.296.627/0001-49,** com sede na Rua do Triunfo, nº 533 A, Bairro Maria Auxiliadora na Cidade de Petrolina-PE, sendo a Contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA – PE, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 10.358.190/0001-77, com sede na Avenida Guararapes, nº 2114, Centro Petrolina-PE

- Responsável Técnico da Contratada **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS,** Engenheiro Civil, RNP 181377127-8, CREA-PE Nº 56773, CPF nº 079.859.864-64.
- Representante da Contratante: GIOVANNI DE LIMA COSTA, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação CPF nº 013.619.125-05 residente em Petrolina-PE.
- Responsável Técnico da Contratante pela fiscalização, JOYCE CAMARGO F. CAVALCANTI, Engenheira Civil, CREA-PE 36157, Portaria 02760/2019
- Dados do Contrato nº **324/2019** assinado em 17 de julho de 2019, que tem como objeto a "prestação de serviços de engenharia civil relativos à Reforma da Praça Padre Fraga, no município de Petrolina - PE"

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 23/07/19 à 22/03/20

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 194.982,25 (cento e noventa e quatro mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

ART's da Obra: PE20190421684, PE20200494574

Endereço da Obra: Travessa Padre Fraga, s/n, Centro, Petrolina-PE CEP: 56304-281

Informamos que os serviços foram realizados de modo satisfatório e suas quantidades estão demonstradas na tabela abaixo.

OBRA: Reforma da Praça Padre Fraga
LOCAL: Travessa da Padre Fraga, Centro, Petrolina-PE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	8,00
1.2	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,00
1.3	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF_12/2017	M2	0,59
1.4	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO DE PISO ENCIMENTADO INCLUSIVE LASTRO DE CONCRETO	M2	127,32
1.5	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO DE PISO COM LADRILHO HIDRÁULICO OU CERÂMICO INCLUSIVE LASTRO DE CONCRETO	M2	23,85
1.6	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES	M3	3,56

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220513796/2020, emitida em 31/08/2020

Certidão nº 2220513796/2020
03/09/2020, 00:36
Chave de Impressão: 323DW
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/08/2020 e contém 3 folhas

PETROLINA

1.7	DEMOLICAO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	M3	1.23
1.8	DEMOLICAO DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDOS SOBRE AREIA	M2	222.11
1.9	DEMOLICAO DE PAVIMENTACAO COM PRE MOLDADOS DE CONCRETO, INCLUINDO EMPILHAMENTO	M2	403.17
1.10	DEMOLICAO DE MEIO FIO	M2	228,36
1.11	TRANSPORTE COM CAMINHAO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATE 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_12/2015	M3XKM	1843.35
1.12	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M2	12.00
1.13	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016	M2	12.00
1.14	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	M2	12.00
1.15	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, E= 6MM, COM PINTURA A CAL E REAPROVEITAMENTO DE 2X	M2	83.42
1.16	ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA AEREA MONOFASICA 50A COM POSTE DE CONCRETO INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO	UN	0.00
1.17	LIGAÇÃO PROVISORIA DE AGUA E ESGOTO	UM	0.00
2	**TRABALHOS EM TERRA**		
2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	16.26
2.2	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	2.66
2.3	ESCAVAÇÃO VERTICAL A CÉU ABERTO, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111 HP), FROTA DE 3 CAMINHÕES BASCULANTES DE 14 M³, DMT DE 0,2 KM E VELOCIDADE MÉDIA 4 KM/H. AF_12/2013	M3	66.86
2.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2016	M3XKM	2431.99
2.5	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	907.80
3	**PAVIMENTO**		
3.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	51.30
3.2	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	6.66
3.3	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	M2	545.80
3.4	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	M2	394.00
3.5	PASSEIO EM LAJOTA DE CONCRETO ANTIDERRAPANTE 30X30CM TATIL ALERTA E DIRECIONAL NATURAL, APLICADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO TRAÇO 1:3:5 DE 5CM DE ESPESSURA INCLUSIVE A EXECUCAO DO LASTRO	M2	24.18
3.6	PISO EM CONCRETO 20MPA PREPARO MECANICO ESPESSURA 7 CM COM ARMACAO EM TELA SOLDADA	M2	10.06
4	**SINALIZAÇÃO**		
4.1	PINTURA EPOXI DUAS DEMAOS	M2	10.08
4.2	CAIACAO EM MEIO FIO	M2	13.95
4.3	Confecção de placa em aço nº 16 galvanizada com película reforrefletiva tipo I + II	M2	4.99
5	**INSTALAÇÕES**		
5.1	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6.00
5.2	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	M	151.38
5.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	75.69
5.4	CAIXA DE GORDURA DUPLA (CAPACIDADE: 126 L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,4X0,7 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF_05/2018	UN	0.00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220513796/2020, emitida em 31/08/2020

Certidão nº 2220513796/2020
03/09/2020, 00:36
Chave de Impressão: 323DW
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/08/2020 e contém 3 folhas

PETROLINA

5.5	Caixa de drenagem em alvenaria de tijolo maciço, dimensões internas 40 x 50cm, com tampa de concreto, inclusive escavação manual	M	70.70
6	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
6.1	Banco com encosto, comprimento=1,50m, largura=30cm, pé de ferro fundido e com 10 réguas de madeira, inclusive pintura	UN	3.00
6.2	TUBO CONCRETO SIMPLES DN 500 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO INCLUSIVE ESCAVACAO MANUAL (M) (1)	M	4.00
6.3	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M AF_05/2018	UN	12.00
6.4	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UN	4.00
6.5	CONCRETO CICLOPICO FCK=10MPA 30% PEDRA DE MAO INCLUSIVE LANCAMENTO	M3	0.12
7	**ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS**		
7.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120.00
7.2	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120.00
8	**LIMPEZAS**		
8.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	907.60
9	**SERVIÇOS EXTRAS**		
9.1	Concreto simples fabricado na obra, fck=25 mpa, lançado e adensado	M3	5.94
9.2	Poste decorativo reto, h=3,00m, em ferro galvanizado, com 2 globos leitosos brancos. Clarão ou similar, inclusive lampada led 6W	UND	1.00
9.3	Portal com estrutura metálica pintada e base revestimento em ACM grafite e prata, letras de alto relevo em PVC 20mm pintada, completo com colocação, medidas 4,65x4,50 m	UND	1.00
9.4	Portal com estrutura metálica pintada e base revestimento em ACM grafite e prata, letras de alto relevo em PVC 20mm pintada, completo com colocação, medidas 5,25x4,50 m	UND	1.00
9.5	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA) AF_11/2017	M	6.00
9.6	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA	M2	3.60
9.7	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	0.69

Petrolina-PE, 22 de junho de 2020

1º SNP

Giovanni de Lima Costa

(CPF: 013.619.125-05)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE

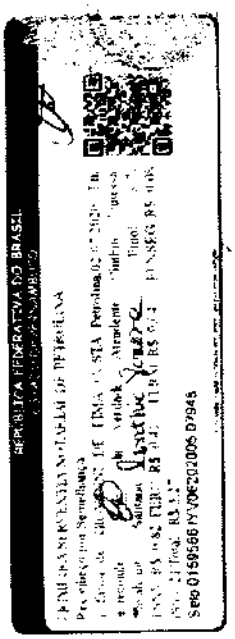
Joyce Camargo F. Cavalcanti

Joyce Camargo F. Cavalcanti

Portaria 02760/2019

Engenheira Civil – CREA-PE 36157

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE



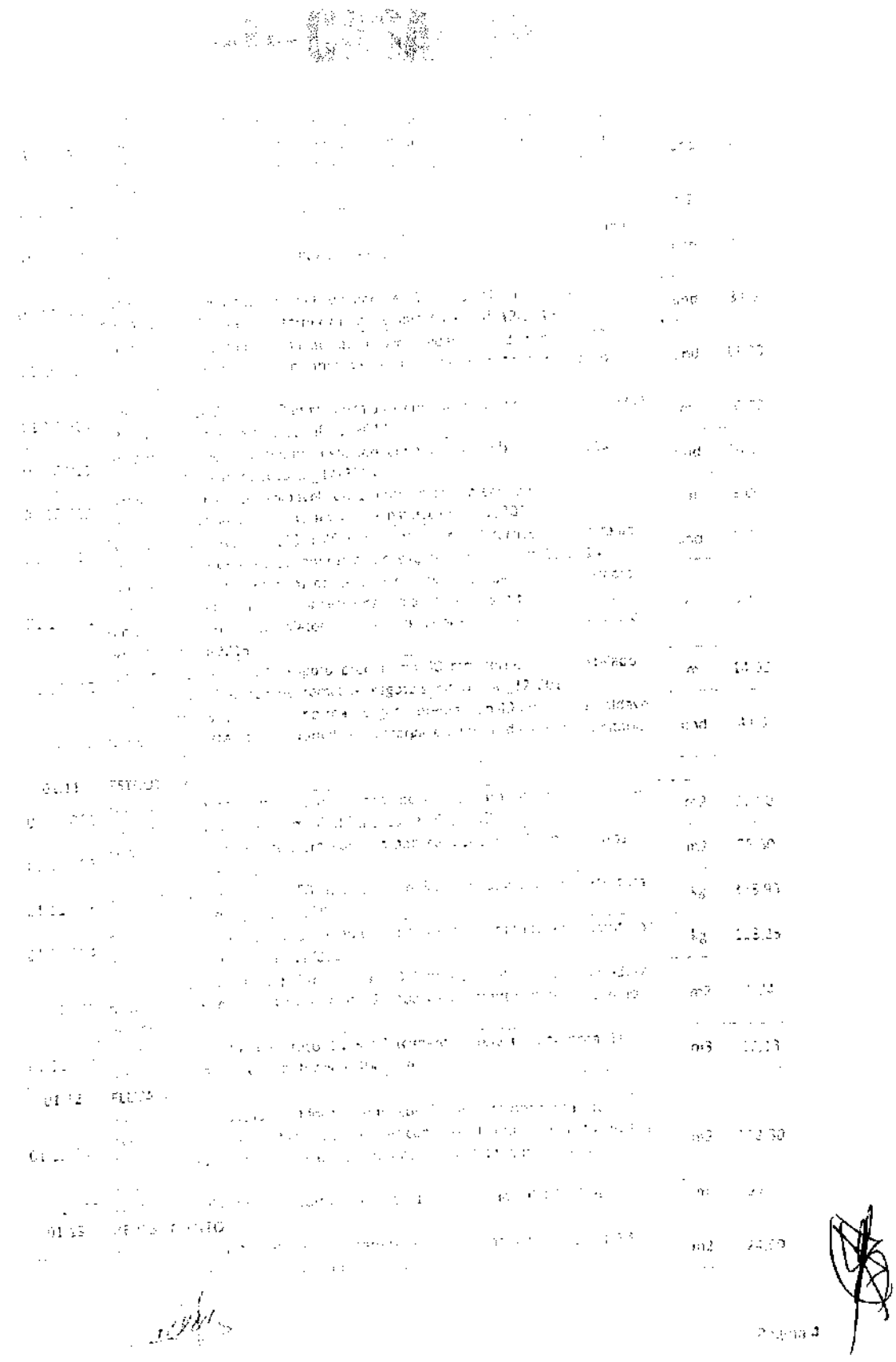
Página 3

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 22205137796/2020, emitida em 31/08/2020

Certidão nº 22205137796/2020
03/09/2020, 00:36
Chave de Impressão 323DW

O documento neste ato registrado foi emitido em 31/08/2020 e contém 3 folhas

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD
	m²	
	m²	
	m	
	m²	



CASA

TABELIONATO

Cláudia Leitão | TABELIÃO

CLAVE BANCÁRIA

Page 1 / 2

AGA CONSTRUÇÕES

DECLARAÇÃO VISITA

A empresa **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 07.806.397/0001-52, sediada Rua: Coronel Amorim - Nº 225 – Sala 27 - Bairro: Centro - Cep: 56.302-320 - Petrolina-PE, DECLARA Que a licitante afirmando que conhece os locais e as regiões das obras, que examinou o Projeto Básico que acompanha este Edital e que conhece todos os aspectos peculiares à execução das obras e serviços de que trata a presente Licitação.

Petrolina-PE, 30 de Maio de 2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM Dr. MANOEL FRANCISCO DE SOUZA FILHO
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE PETROLINA

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, ***ELIANE DE LAVOR FREITAS***, Chefe do Cartório de Distribuição, desta Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

C E R T I F I C O, em virtude da faculdade que me é conferida por Lei e a requerimento de pessoa interessada, que revendo os registros computacionais do sistema JudWin 1° grau deste Poder Judiciário, e que não abrange os feitos distribuídos pelo Sistema PJe, constatei a ***INEXISTÊNCIA DE AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS***, nos últimos dez (10) anos, contra: ***AGA CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES MAQUINAS VEÍCULOS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA***, *Inscrito (a) no* ***CNPJ/MF sob n°. 07.806.397/0001-52***. **"ESSA CERTIDÃO NÃO INCLUI OS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ANTES DO PRAZO ESTIPULADO NA PESQUISA, AINDA QUE EM TRAMITAÇÃO"**. O referido é verdade. DOU FÉ. Eu, Gilson Gledson Medeiros, (Procedi a busca e digitei). Dado e passado nesta cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Emitido na quarta-feira, 27 de abril de 2022 às 09:39:59.

ELIANE DE LAVOR FREITAS
Chefe do Cartório de Distribuição de Petrolina
Matrícula 178224-0

Válido apenas para processos em tramitação na Comarca de Petrolina
Obs.: Sem cobrança de taxa em cumprimento ao ofício circular nº 12/2016 - GP datado de 04 de julho de 2016
"A afirmação do Escrivão merece fé até prova de sua falsidade (STF, RJ 57/29) ".

Praça Santos Dumont, s/n – Centro, Petrolina-PE / CEP: 56.304 – 200. Fone: (0xx87) 3866-9553/3866-9554.
E-mail: distribuicao.petrolina@ tjpe.jus.br

Assinado eletronicamente por: GILSON GLEDSON MEDEIROS:1835190
SERVIDOR - Informação
em 27/04/2022 às 09:43N/S Cert.: 388587505334498166871763238867848486
http://www.tjpe.jus.br/validardocumento
Autenticação:
3B.J5.11.TE.I3

Termo de Autenticação

Declaro a exatidão dos Termos de Abertura e Encerramento do livro digital de características abaixo, por mim examinado e conferido.

Nome Empresarial: **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**
Natureza Jurídica: **206-2 (Sociedade Empresária Limitada)**
NIRE: **26.2.0280265-7**
CNPJ: **07.806.397/0001-52**

Protocolo: **22/924625-7**
Tipo do Livro: **Diario**
Número de Ordem: **4**
Id. do arquivo: **diario aga 2021.pdf**
Id. da escrituração: **21406 - PE**
Início escrituração: **02/01/2021**
Término escrituração: **31/12/2021**

Data da Autenticação: **13/05/2022**
N. de Autenticação: **229246257**
Hash do requerimento: **217873358f2f9a908d90bb6ff773e3e6**
Hash do livro: **54f2d709cb6b15ad3dab72c301e3b541**

Recife, 13 de May de 2022

Ilayne Larissa Leandro Marques
Secretária Geral

Assinantes do Livro Digital:

Nome	**IURI BORGES SANTOS**	
CPF	**273.034.624-49**	
Assinado em	**13/05/2022 10:15:58**	**Analista**

Nome	**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**	
Assinado em	**13/05/2022 10:15:59**	**Junta Comercial**

Nome	**DECIO KAZUO TANIGUCHI**

Validity unknown
Digitally signed by JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Date: 2022.05.13 11:16:51 -03'00'
Reason: DOCUMENTO DE REGISTRO E COMÉRCIO
Location: RECIFE-PE

CPF	689.159.775-72	
Assinado em	12/05/2022 14:55:09	Contador

Nome	MARCOS ANDRE NUNES E SILVA	
CPF	106.271.194-76	
Assinado em	12/05/2022 14:55:35	Socio, Administrador

T E R M O D E A B E R T U R A

LIVRO DIARIO Nº 00004

Contém este Livro 00019 Paginas numeradas seguidamente de número 000001 a 00019, do periodo de: 02/01/2021 à 31/12/2021, e servirá de Livro Diario número 00004 da Empresa: AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA, estabelecida na: RUA CORONEL AMORIM, Nº 225, LOJA, Bairro: CENTRO, PETROLINA/PE, CEP: 56302-320, BRASIL, registrada na JUCEPE sob número inicial: 26201547505 em: 25/01/2006, e 26202802657 em 11/02/2022 e inscrita no CNPJ(MF) número: 07.906.397/0001-52 .

Declaramos sob pena de responsabilidade que foram escrituradas as Paginas de número 000001 a 00019 de acordo com a instrução normativa Nº 3 de 19/08/1986 baixada pelo diretor regional do registro do comércio, que autoriza a escrituração mercantil pelo sistema de processamento por computador.

Petrolina(PE), 02 de Janeiro de 2021 .

Representante Legal da Empresa
MARCOS ANDRE NUNES E SILVA
CPF: 106.271.194-76
AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

DECIO KAZUO TANIGUCHI
CRC-BA-032795/O-0
CONTADOR

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** JANEIRO/2021 **Folha:** 00002

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** FEVEREIRO/2021 **Folha:** 00003

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** MARÇO/2021 **Folha:** 00004

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** ABRIL/2021 **Folha:** 00005

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** MAIO/2021 **Folha:** 00006

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** JUNHO/2021 **Folha:** 00007

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** JULHO/2021 **Folha:** 00008

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

Cx. 510

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** AGOSTO/2021 **Folha:** 00009

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
06/08	10025 CAIXA GERAL	60050	VENDA DE SERVICO NF 12 CONDOMINIO SOL NASCENTE III	33.057,35	
	10381 ISS A COMPENSAR	60050	VALOR REF DESCONTO ISS A COMPENSAR NF 12 COND SOL NASCENTE III	1.115,55	
	10384 IRPJ A COMPENSAR	60050	VALOR REF IRPJ A COMPENSAR NF 12 COND SOL NASCENTE III	557,77	
	10391 INSS A COMPENSAR	60050	VALOR REF INSS A COMPENSAR NF 12 COND SOL NASCENTE III	2.454,20	
	60050 RECEITAS DE SERVICOS PRESTADOS	DIVERSOS	VENDA DE SERVICO NF 12 CONDOMINIO SOL NASCENTE III		37.184,87
06/08	60210 ISS	23430	VALOR REF ISS NF 12 COND SOL NASCENTE III		1.115,55
06/08	23430 ISS A RECOLHER	60210	VALOR REF ISS COMPENSADO NF 12 COND SOL NASCENTE III	1.115,55	
06/08	10381 ISS A COMPENSAR	[illegible]	[illegible]		1.115,55
			TOTAL DO MOVIMENTO DE AGOSTO ---------->	39.415,97	39.415,97

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** SETEMBRO/2021 **Folha:** 00010

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
07/09	10025 CAIXA GERAL	10025	VENDA DE SERVICO NF 14 CONDOMINIO SOL NASCENTE III	38.084,05	
	10381 ISS A COMPENSAR	10025	VALOR REF ISS A COMPENSAR NF 14 COND SOL NASCENTE III	1.285,18	
	10384 IRPJ A COMPENSAR	10025	VALOR REF IRPJ A COMPENSAR NF 14 COND SOL NASCENTE III	642,59	
	10391 INSS A COMPENSAR	10025	VALOR REF INSS A COMPENSAR NF 14 COND SOL NASCENTE III	2.827,39	
	10025 CAIXA GERAL	DIVERSOS	VENDA DE SERVICO NF 14 CONDOMINIO SOL NASCENTE III		42.839,21
07/09	60210 ISS	23430	VALOR REF ISS NF 14 COND SOL NASCENTE III	5,18	
07/09	23430 ISS A RECOLHER	60210	[illegible] SOL		1.285,18
07/09	23430 ISS A RECOLHER	10381	VALOR REF ISS COMPENSADO [illegible] 14		
07/09	10381 ISS A COMPENSAR		COND SOL NASCENTE III	1.280,18	
			[illegible]		1.285,18
		TOTAL DO MOVIMENTO DE SETEMBRO ---------->		45.409,57	45.409,57

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** OUTUBRO/2021 **Folha:** 00011

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
01/10	10025 CAIXA GERAL	60050	VENDA DE SERVICO NF 16 CONDOMINIO SOL NASCENTE III	6.759,45	
	10381 ISS A COMPENSAR	60050	VALOR REF ISS A COMPENSAR NF 16 COND SOL NASCENTE III	388,92	
	10384 IRPJ A COMPENSAR	60050	VALOR REF IRPJ A COMPENSAR NF 16 COND SOL NASCENTE III	116,67	
	10391 INSS A COMPENSAR	60050	VALOR REF INSS A COMPENSAR NF 16 COND SOL NASCENTE III	513,37	
	60050 RECEITAS DE SERVICOS PRESTADOS	DIVERSOS	VENDA DE SERVICO NF 16 CONDOMINIO SOL NASCENTE III		7.778,41
01/10	60210 ISS	23430	VALOR REF ISS NF 16 COND SOL NASCENTE III	8,92	
01/10	23430 ISS A RECOLHER	60210	[illegible] SOL		388,92
01/10	23430 ISS A RECOLHER	10381	VALOR REF ISS COMPENSADO [illegible] 16 COND SOL NASCENTE III	8,92	
01/10	10381 ISS A COMPENSAR	[illegible]	[illegible]		388,92
08/10	10025 CAIXA GERAL	60050	VEN[illegible] NF 17 [illegible]	39.313,06	
	10381 ISS A COMPENSAR	[illegible]	[illegible]	2.084,50	
	10384 IRPJ A COMPENSAR	60050	VALOR REF [illegible] NF 17 COND SOL NASCENTE [illegible]	625,34	
	10391 INSS A COMPENSAR	6005	VALOR REF INSS A [illegible] 17 COND SOL NASCENTE [illegible]	2.751,53	
	60050 RECEITAS DE SERVICOS PRESTADOS	[illegible]	VENDA [illegible] CONDOMINIO [illegible] NASCENTE [illegible]		43.774,43
08/10	60210 ISS	[illegible]	VALOR [illegible] NASCENTE [illegible]	2.084,50	
08/10	23430 ISS A RECOLHER	[illegible]	VALOR REF [illegible] NASCENTE [illegible]		2.084,50
08/10	23430 ISS A RECOLHER	[illegible]	VALOR REF ISS COMPENSADO [illegible] COND SOL NASCENTE	2.084,50	
08/10	10381 ISS A COMPENSAR	[illegible]	VALOR REF ISS COMPENSADO [illegible] COND SOL NASCENTE		2.084,50
	TOTAL DO MOVIMENTO DE OUTUBRO --------->			56.499,68	56.499,68

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** NOVEMBRO/2021 **Folha:** 00012

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
18/11	10025 CAIXA GERAL	60050	VENDA DE SERVICO NF 18 CONDOMINIO SOL NASCENTE III	25.877,86	
	10381 ISS A COMPENSAR	60050	VALOR REF ISS A COMPENSAR NF 18 COND SOL NASCENTE III	873,27	
	10384 IRPJ A COMPENSAR	60050	VALOR REF IRPJ A COMPENSAR NF 18 COND SOL NASCENTE III	436,63	
	10391 INSS A COMPENSAR	60050	VALOR REF INSS A COMPENSAR NF 18 COND SOL NASCENTE III	1.921,19	
	60050 RECEITAS DE SERVICOS PRESTADOS	DIVERSOS	VENDA DE SERVICO NF 18 CONDOMINIO SOL NASCENTE III		29.108,95
18/11	60210 ISS	23430	VALOR REF ISS NF 18 COND SOL NASCENTE III	3,27	
18/11	23430 ISS A RECOLHER	60210	VALOR REF ISS COMPENSADO NF 18 COND SOL		873,27
18/11	23430 ISS A RECOLHER	10381	VALOR REF ISS COMPENSADO NF 18 COND SOL NASCENTE III	3,27	
18/11	10381 ISS A COMPENSAR		VALOR REF ISS COMPENSADO NF 18 COND SOL NASCENTE III		873,27
			TOTAL DO MOVIMENTO DE NOVEMBRO ---------->	30.855,49	30.855,49

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** DEZEMBRO/2021 **Folha:** 00013

Empresa: 0053-AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

DATA	CONTA	C/ PARTIDA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
10/12	10025 CAIXA GERAL	60050	VENDA DE SERVICO NF 19 CONDOMINIO SOL NASCENTE III	25.289,05	
	10381 ISS A COMPENSAR	60050	VALOR REF ISS A COMPENSAR NF 19 COND SOL NASCENTE	853,40	
	10384 IRPJ A COMPENSAR	60050	VALOR REF IRPJ A COMPENSAR NF 19 COND SOL NASCENTE III	426,69	
	10391 INSS A COMPENSAR	60050	VALOR REF INSS A COMPENSAR NF 19 COND SOL NASCENTE III	1.877,47	
	60050 RECEITAS DE SERVICOS PRESTADOS	DIVERSOS	VENDA DE SERVICO NF 19 CONDOMINIO SOL NASCENTE III		28.446,61
10/12	60210 ISS	23430	VALOR REF ISS NF 19 COND SOL NASCENTE III	3,40	
10/12	23430 ISS A RECOLHER	60210	VAL[illegible] SOL		853,40
10/12	23430 ISS A RECOLHER	10381	VALOR REF ISS COMPENSADO NF 19 COND SOL NASCENTE	3,40	
10/12	10381 ISS A COMPENSAR		VALOR[illegible]		853,40
31/12	69993 FECHAMENTO DE BALANCO	25021	VAL[illegible] ENTO DE	139.692,45	
31/12	25021 LUCRO DO PERIODO ANT BASE 2021		[illegible]		139.692,45
			TOTAL DO MOVIMENTO DE DEZEMBRO ---------->	169.845,86	169.845,86

Balanço Patrimonial (Valores em Reais) Página: 00014

Empresa: AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA(0053)

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

End.: Rua CORONEL AMORIM 225-LOJA-CENTRO - CEP: 56302-320

Município: Petrolina **UF:** PE

Emitido em: 29/04/2022

Período: 02 Janeiro a 31 Dezembro de 2021 **Data do encerramento:** 31/12/2021 **NIRE:** 26202802657 **Dt.Registro:** 25/01/2006

ATIVO	**1.099.024,92**
ATIVO CIRCULANTE	**439.536,16**
DISPONIBILIDADES	354.777,38
CAIXA	354. ,38
CAIXA GERAL	354 ,38
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	84 ,78
TRIBUTOS A COMPENSA	84. ,7
ISS A COMPENSAR	,0
IRPJ A COMPENSAR	17. ,98
INSS A COMPENSAR	67.115,80
IMOBILIZADO	659.488,76
TERRA ...PE	659.48 ,76
TER...	,
TER... IOS	343.000,
BENS ... OIRIOS E	119.48 ,76
COMP...	,00
MOVEI ...	,00
VEICU...	196. ,76
MAQUIN...	,00
MAQUI...	,00

Balanço Patrimonial (Valores em Reais) **Página:** 00015

Empresa: AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERVS E TRANSPS LTDA(0053)

CNPJ/CPF: 07.806.397/0001-52

End.: Rua CORONEL AMORIM 225-LOJA-CENTRO - **CEP:** 56302-320

Município: Petrolina **UF:** PE

Período: 02 Janeiro a 31 Dezembro de 2021 **Data do encerramento:** 31/12/2021 **NIRE:** 26202802657 **Emitido em:** 29/04/2022 **Dt.Registro:** 25/01/2006

PASSIVO	**1.099.024,92**
PASSIVO CIRCULANTE	**0,00**
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	0,00
ISS A RECOLHER	,00
PATRIMONIO LIQUIDO SOCIAL	**1.099 024,92**
PATRIMONIO SOCIAL	400 ,0
PATRIMONIO SOCIAL F	400 ,0
MARCOS ANDRE NUNE	400. 0,00
LUCROS E ACUMULADOS	4,92
LUCROS	,9
LUCR PERIODO ANO BA	57. ,5
LUC PERIODO ANO	235.30. ,9
LU	,
LUC PERIODO	139.69 ,5

Reconhecemos a exatidão do presente [illegible] na mesma importânc a de R$ 1.099.024,92,

(HUM MILHAO NOVENTA E NOVE MIL VINTE E [illegible]).

Ressalvando que a responsabilidade do pr[illegible] meramente técnic de que reconhecidamente operou com element[illegible] que se responsal iza pela sua exatidão e veracidade, bem cor[illegible] e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

[illegible] - PE, [illegible]

DECIO KAZUO TANIGUCHI
CONTADOR CRC: BA032795
CPF: 689.159.775-72 RG: 06359621

AGA CONSTRUCS LOCACS MAQS VEICS SERV[illegible] TRAN[illegible]
MARCOS ANDRE NUNES E SILVA
SOCIO-ADMINISTRADOR CPF: 106.271.19[illegible]

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

CNPJ/MF nº 07.806.397/0001-52

Demonstração do Resultado do Exercício

	2021
Receita Bruta das Vendas de Servicos	146.293,27
Tributos e Contribuicoes S/Vendas	(6.600,82)
RECEITA LÍQUIDA	**139.692,45**
LUCRO BRUTO	**139.692,45**
DESPESAS OPERACIONAIS	
LUCRO OPERACIONAL	**139.692,45**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**139.692,45**

Petrolina(PE), 31 de Dezembro de 2021

Decio Kazuo Taniguchi
CRC-BA-0032795/O-0
Contador

Marcos Andre Nunes e Silva
Sócio Titular Administrador

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

CNPJ/MF nº 07.806.397/0001-52

MEMORIAL DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Apresento os Índices de Liquidez do Balanço de 2021, comprovando boa situação financeira, a seguir:

INDICADORES DE LIQUIDEZ			
MEMÓRIA DE CÁLCULO		2021	Resultados dos índices
LIQUIDEZ CORRENTE	Ativo Circulante	439.536,16	-
	Passivo Circulante	-	
LIQUIDEZ GERAL	Ativo Circ + RLP	439.536,16	-
	Passivo Circ + ELP	-	
SOLVÊNCIA GERAL	Ativo Total	1.099.024,92	-
	Passivo Circ + ELP	-	

AC - Ativo Circulante **PC - Passivo Circulante**
RLP - Realizável a Longo Pra: **ELP - Exigível a Longo Prazo**
PL - Patrimônio Líquido **AT - Ativo Total**

Petrolina(PE), 31 de Dezembro de 2021

Decio Kazuo Taniguchi
Contador
CRC-BA-032795/O-0

Marcos Andre Nunes e Silva
Socio Titular Administrador

NOTAS EXPLICATIVAS

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 07.806.397/0001-52, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco(JUCEPE) sob o NIRE nº 26202802657, registrada em: 25/01/2006, com sede e **domicilio** na: **RUA CORONEL AMORIM, Nº 225**, LOJA, Bairro: CENTRO, **PETROLINA/PE, CEP: 56302-320 .**

A Empresa tem como a Principal Atividade - CNAE: **41.20-4-00 –** Construções de edifícios.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo **com a Lei nº 11.638/2007 nas** práticas contábeis adotadas no Brasil, e , **as normas emitidas pelo Conselho** Federal de Contabilidade(CFC), as quais, **abrangem as Legislações Societárias**, os pronunciamentos e as orientações **emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos** Contábeis(CPC).

Petrolina(PE), 31 de Dezembro de 2021 .

Representante Legal da Empresa
MARCOS ANDRE NUNES E SILVA
CPF: 106.271.194-76
AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS **VEICULOS** SERVICOS E **TRANSPORTES LTDA**

Decio Kazuo **Taniguchi**
CRC-BA-0032795/O-**0**
CONTADOR

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

LIVRO DIARIO Nº 00004

Contém este Livro 00019 Paginas numeradas sequidamente de número 000001 a 00019, do período de: 02/01/2021 a 31/12/2021, e servirá de Livro Diario numero 00004 da Empresa: AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA, estabelecida na: AVE CORONEL AMOREIM, Nº 225, LOJA, Bairro: CENTRO, PETROLINA/PE, CEP: 56302-320, registrada na JUCEB sob número: 29[illegible]07 e, em: 25/01/2006 e inscrita no CNPJ(MF) número: 07.806.397/0001-52

Declaramos sob pena de responsabilidade que foram escrituradas folhas de número 000001 a 00004 de acordo com a instrução normativa Nº 3 de 19.5.1986 baixada pelo diretor regional do registro do comércio, que autoriza a escrituração mercantil pelo sistema de processamento por computador.

Juazeiro(BA), 31 de Agosto de 2018 .

Representante Legal da Empresa
MARCOS ANDRE NUNES E SILVA
CPF: 106.271.194-76
AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

DECIO KAZUO TANIGUCHI
CRC-BA-032795/O-0
CONTADOR

APOLICE

AGA CONSTRUÇÕES

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

A empresa **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 07.806.397/0001-52, sediada Rua: Coronel Amorim - Nº 225 – Sala 27 - Bairro: Centro - Cep: 56.302-320 - Petrolina-PE, Declaramos, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins de cumprimento do exigido pelo Edital da Tomada de Preço nº. 006/ 2022, DECLARA que tem pleno conhecimento do referido Edital e seus Anexos, bem como, que recebeu todos os documentos e informações necessárias, os quais possibilitaram a correta elaboração da respectiva proposta comercial, declarando por fim, que aceita e se submete à todas as condições estabelecidas no referido Edital e anexos.

Petrolina-PE,16 de Maio de 2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ALVARÁ

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	Nº DO ALVARÁ	DATA DE VALIDADE
2022	18433	12513	10/01/2023

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / REQUERENTE

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME

AGA CONSTRUCOES

DOCUMENTO: 07.806.397/0001-52

REGIME: Tributacao Normal

ÁREA ESTABELECIMENTO: 16.00 M²

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL

Rua Coronel Amorim, Nº 225, COMP: :LOT HENRIQUE LEITE

Bairro: CENTRO - Cidade: Petrolina - CEP: 56302-320

CNAE

3600602 Distribuição de água por caminhões

3811400 Coleta de resíduos não-perigosos

4120400 Construção de edifícios - ATIVIDADE PRINCIPAL

4213800 Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

4222701 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4222702 Obras de irrigação

4299501 Construção de instalações esportivas e recreativas

4313400 Obras de terraplenagem

4321500 Instalação e manutenção elétrica

4923002 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4924800 Transporte escolar

7119701 Serviços de cartografia, topografia e geodésia

7711000 Locação de automóveis sem condutor

7731400 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador

7732201 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

7810800 Seleção e agenciamento de mão-de-obra

8121400 Limpeza em prédios e em domicílios

8129000 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

8211300 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

9319101 Produção e promoção de eventos esportivos

INFORMAÇÕES / OBSERVAÇÕES / RESTRIÇÕES

null

PETROLINA, Quinta-feira, 17 de Março de 2022

Patrícia Almeida de Souza Carrijo

Diretora de Administração Tributária

CHAVE DE VALIDAÇÃO: 61016f71

Para verificar a autenticidade desde Alvará, acesse o site www.petrolina.pe.gov.br

PROCURAR A PREFEITURA QUANDO:

1 - Não receber o carnê de Licença e Funcionamento 2 - Mudar de endereço 3 - Mudar de Atividade 4 - Mudar de Razão Social 5 - Encerrar a Atividade da Empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 16327 / 2022

RAZÃO SOCIAL

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **18433**

Endereço

Rua Coronel Amorim, 225, :LOT HENRIQUE LEITE , CENTRO, Petrolina CEP: 56302-320

Dados do Contribuinte ou Responsável

AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME

Numero Documento Juridico

07.806.397/0001-52

Endereço

Rua Coronel Amorim, 225, , CENTRO, Petrolina CEP: 56302-320

C E R T I D Ã O

CERTIFICO para os devidos fins, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CTM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA A EXISTENCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que venham a ser apuradas posteriormente.

PETROLINA - PE, Segunda-feira, 25 de Abril de 2022

Esta Certidão é válida por 90 dias contados da data de emissão

VÁLIDA ATÉ: 24/07/2022

Chave de Validação: **abe86258**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 07.806.397/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:43:24 do dia 25/04/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/10/2022.
Código de controle da certidão: **2617.206F.D2A3.F357**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DA FAZENDA

Pernambuco

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000002579296-21

Data de Emissão: 25/04/2022

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 07.806.397/0001-52

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **23/07/2022** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

Emitido em 25/04/2022 09:14:57

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.806.397/0001-52
Razão Social: AGA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI
Endereço: R TALISMA 80 A / HENRIQUE LEITE / PETROLINA / PE / 56332-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/05/2022 a 14/06/2022

Certificação Número: 2022051600283637431850

Informação obtida em 29/05/2022 18:10:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AGA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Certidão nº: 12697998/2022
Expedição: 25/04/2022, às 09:13:08
Validade: 22/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AGA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.806.397/0001-52, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO SIMPLIFICADA VIA INTERNET

Código de Autenticação 13A1.A08F.8836.1615
Certidão gerada em 23/02/2022 as 09:18:02
PROTOCOLO SIARCO 22/968041-0

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial
AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
26.2.0280265-7	07.806.397/0001-52	25/01/2006	25/01/2006

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA CORONEL AMORIM, 225, LOJA:, CENTRO, PETROLINA, PE, 56.302-320

Objeto Social
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES
CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO. OBRAS DE IRRIGAÇÃO. CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES
ESPORTIVAS E RECREATIVAS. INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.
SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA. TRANSPORTE
ESCOLAR SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA TOPOGRAFIA E GEODÉSIA. LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS
SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. LIMPEZA
EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS. SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.
PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. DISTRIBUICAO DE AGUA POR
CAMINHOES PIPA. COLETA DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS. SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
AGRICOLAS SEM CONDUTOR. SERVICOS DE LIMPEZA DE RUAS CAIXAS DE AGUA E DE GORDURAS DE MAQUINAS INDUSTRIAL.

Capital	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de duração
Capital: R$ 400.000,00 QUATROCENTOS MIL REAIS Capital Integralizado: R$ 400.000,00 QUATROCENTOS MIL REAIS	Não	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital, Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no Capital	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
MARCOS ANDRE NUNES E SILVA 106.271.194-76	400.000,00	ADMINISTRADOR	SIM	

Último Arquivamento
Data: 11/02/2022 Número: 26202802657
Ato: ALTERACÃO
Evento(s):
TRANSFORMACAO

Situação: REGISTRO ATIVO
Status TRANSFORMADA

Observações:

Recife, 04 de maio de 2022
Ilayne Larissa Leandro Marques
Secretária Geral

JUCEPE JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
Documento disponibilizado a aga construcoes e empreendimentos eireli
Em 04/05/2022 10:59:28
Código de Autenticação: 13A1.A08F.8836.1615
Junta Comercial de Pernambuco
Acesse http://www.jucepe.pe.gov.br para verificar a autenticidade
Signature Not Verified
Digitally signed by JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO:10054693000197
Date: 2022.05.04 10:59:28 -03:00
Reason: DOCUMENTO DE REGISTRO E COMERCIO
Location: RECIFE-PE

AGA CONSTRUÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE IMPEDIMENTO PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 07.806.397/0001-52, sediada Rua: Coronel Amorim - Nº 225 – Sala 27 - Bairro: Centro - Cep: 56.302-320 - Petrolina-PE, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data, não existe fato que invalide a CRC ora apresentada para fins de habilitação na presente licitação (Art. 32, § 2º, Lei Federal nº. 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública (Art. 87, Inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93).

Petrolina-PE, 30 de Abril de 2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA CONSTRUÇÕES

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

A empresa **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 07.806.397/0001-52, sediada Rua: Coronel Amorim - Nº 225 – Sala 27 - Bairro: Centro - Cep: 56.302-320 - Petrolina-PE, Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

(X) nem menor de 16 anos.

(X) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Petrolina-PE, 30 de Maio de 2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA CONSTRUÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

A empresa **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 07.806.397/0001-52, sediada Rua: Coronel Amorim - Nº 225 – Sala 27 - Bairro: Centro - Cep: 56.302-320 - Petrolina-PE, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Marcos Andre Nunes e Silva , portador(a) da Carteira de Identidade nº 1454877928 SSP-BA. e do CPF nº 106.271.194.76 , DECLARA que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente vinculado ao Município de Sobradinho ou a órgão público federal ou estadual do qual os recursos que ampararão a futura contratação sejam oriundos.

Petrolina-PE, 30 de Maio de 2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA CONSTRUÇÕES

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

A empresa **AGA CONSTRUCOES LOCACOES MAQUINAS VEICULOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº 07.806.397/0001-52, sediada Rua: Coronel Amorim - Nº 225 – Sala 27 - Bairro: Centro - Cep: 56.302-320 - Petrolina-PE, Declaramos, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins de cumprimento do exigido pelo Edital da Tomada de Preço nº. 001/ 2022, DECLARA que tem pleno conhecimento do referido Edital e seus Anexos, bem como, que recebeu todos os documentos e informações necessárias, os quais possibilitaram a correta elaboração da respectiva proposta comercial, declarando por fim, que aceita e se submete à todas as condições estabelecidas no referido Edital e anexos.

Petrolina-PE, 30 de Maio de 2022

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

AGA Construções
CNPJ: 07.806.397/0001-52
Rua: Coronel Amorim - Nº 225- Sala 27 - Bairro: Centro - CEP 56.302-320 - Petrolina-PE
Email: construtoraaga@hotmail.com
Fone: (87) 98868-9542

ENVELOPE "A"
HABILITAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
DATA: 30/05/2022 HORÁRIO: 10 : 00 Hs.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVÍL, RELATIVOS A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA.

HORARIO: 10 : 00 Horas.

Rua Apocalipse, nº 110, Sala 02, Bairro José e Maria, Petrolina – PE. Contatos: (87) 98818-5381 (87) 99633-8811 (87) 98809-4233
e-mail: bfconstru@outlook.com

HABILITAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
DATA: 30/05/2022 HORÁRIO: 10 : 00 Hs.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVÍL, RELATIVOS A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA.

HORARIO: 10 : 00 Horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) Nº 009/2022

VALIDADE: 31/12/2022

Razão Social: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CPF/CNPJ: 20.296.627/0001-49

A Empresa acima está inscrita no Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA para os serviços abaixo discriminados, e de acordo com as normas gerais para licitação (Lei nº 8.666/93), está habilitada, no que tange aos documentos apresentados, e nos prazos neles previstos.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratação de empresa especializada para: **41.20-4-00 – Construções de Edifícios** - CNAE PRINCIPAL, havendo secundários.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Gerson da Silva Costa	
RG nº: 303287560 SSP/BA	**CPF:** 248.831.404-82
Assinatura:	**Cargo/Função:** Administrador

É de responsabilidade da empresa a atualização do presente cadastro, sempre que necessário, devendo informar qualquer fato que altere os dados nesse existentes, sob pena de responsabilidade na forma da Lei.

Obs.: Foi apresentado requerimento para o cadastramento em 25/05/2022, contendo 38 páginas, referente aos documentos de cadastramento.

Sobradinho/BA, em 25 de maio de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº 04 DE TRANSFORMAÇÃO EM EIRELI
BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOSEIRELI
CNPJ nº 20.296.627/0001-49

GEBSON ROLIM COSTA nacionalidade brasileira, nascido em 21/06/1988, solteiro, empresário, CPF/MF nº 076.774.084-00, carteira nacional de habilitação nº 04177984195, órgão expedidor DETRAN - PE, residente e domiciliado na RUA EDVAN MENDES DE SA, 215, LOTEAMENTO RECIFE, PETROLINA, PE, CEP 56.320-795, BRASIL.

FABIO DE OLIVEIRA COSTA, nacionalidade brasileira, nascido em 01/03/1985, solteiro, empresário, CPF/MF nº 056.775.844-36, carteira de identidade nº 1289746052, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA - BA, residente e domiciliado RUA JOSE AGOSTINHO CAVALCANTI, 156, COHAB MASSANGANO, PETROLINA, PE, CEP 56.310-280 BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **EMPRESA BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA ME**, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26202189190, com sede Rua do Triunfo, 533, Letra: A, Maria Auxiliadora Petrolina, PE, CEP 56.330-270, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 20.296.627/0001-49, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas clausulas seguintes:

1. O sócio FABIO DE OLIVEIRA COSTA retira-se da sociedade, cedendo e transferindo de forma onerosa a totalidade de suas quotas, representativas do total da sua participação no capital social da sociedade, em favor do sócio remanescente GEBSON ROLIM COSTA que passa neste ato a deter 100% das quotas da sociedade, de acordo com o que faculta a Lei 10.406/2002;

2. O quadro de divisão do capital social passa a ser composto da seguinte forma:

Quadro Societário	Percentual	Cotas	Capital (R$)
GEBSON ROLIM COSTA	100%	100	700.000,00
Total	100%	100	700.000,00

3. Pela cessão de cotas acima mencionadas, as partes dão ampla, recíproca, geral e irretratavel quitação quanto ao pagamento das cotas, para nada mais reclamarem entre si em qualquer tempo ou lugar.

4.A administração da sociedade caberá a **GEBSON ROLIM COSTA** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade,

03/05/2021

Certifico o Registro em 03/05/2021
Arquivamento 26600344799 de 03/05/2021 Protocolo 219283672 de 22/04/2021 NIRE 26600344799
Nome da empresa BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 121107469595846

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=-3qMyb-T571jO8F6HCVoQ&chave2=biviHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

03/01/2022

CERTIDÃO SIMPLIFICADA VIA INTERNET

Página: 001 / 002

Codigo de Autenticação 06C8.2088.1BC4.161E
Certidão gerada em 03/01/2022 as 10:21:07
PROTOCOLO SIARCO 21/772777-8

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial
BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
26.6.0034479-9	20.296.627/0001-49	22/05/2014	22/05/2014

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA APOCALIPSE, 110, SALA:1 ANTIGA RUA 43, JOSÉ E MARIA, PETROLINA, PE, 56.331-295

Objeto Social

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO COM OPERADOR; ALUGUEL DE
ANDAIMES; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; CONSTRUÇÃO
E REDES DE ÁGUA; COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; INSTALAÇÃO
E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÃO DE OUTROS SISTEMAS
DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS
PRÉDIOS E DEMOLIÇÃO; ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS;
DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA;
COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS; OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA ENERGIA ELÉTRICA;
DE RODOVIAS E FERROVIAS; DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS; PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E
REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS;
DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; OBRAS PORTUÁRIAS;
ALVENARIA; OBRAS DE IRRIGAÇÃO; OBRAS DE SANEAMENTO; MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS;
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS; OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ANTERIORMENTE ESPECIFICADAS;
DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;
A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS;
COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.

Capital: R$ 700.000,00 SETECENTOS MIL REAIS Capital Integralizado: R$ 700.000,00 SETECENTOS MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) MICROEMPRESA	Prazo de duração Indeterminado

Titular Nome / CPF	Início do Mandato	Término do Mandato
GEBSON ROLIM COSTA 078.774.084-00		

Administrador Nomeado / Nome / CPF / Término do Mandato	Término Mandato
GEBSON ROLIM COSTA 078.774.084-00	

Último Arquivamento

Data: 03/05/2021 Número: 26600344799

Ato: ALTERAÇÃO

Evento(s):

Situação:
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXX

Recife, 03 de janeiro de 2022

Rayne Larissa Leandro Marques
Secretaria Geral

Documento disponibilizado a ERIVALDO RODRIGUES QUIRINO
Em 03/01/2022 11:09:23
Código de Autenticação: 06C8.2088.1BC4.161E
Signature Not Verified

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

03/01/2022

Continuação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA VIA INTERNET
Código de Autenticação 06C8.2088.1BC4.161E
Certidão gerada em 03/01/2022 as 10:21:07
PROTOCOLO SIARCO 21/772777-8

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial
BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
Natureza Jurídica: **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA**

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ
26.6.0034479-9	20.296.627/0001-49

TRANSFORMACAO

Observações:

Recife, 03 de janeiro de 2022

Ilayne Larissa Leandro Marques
Secretária Geral

Documento disponibilizado a ERIVALDO RODRIGUES QUIRINO
Em 03/01/2022 11:08:23
Código de Autenticação: 06C8.2088.1BC4.1e1E

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.296.627/0001-49 MATRIZ		22/05/2014

NOME EMPRESARIAL
BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R APOCALIPSE	110	SALA 1 ANTIGA RUA 43

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.331-295	JOSE E MARIA	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BFCONSTRU@OUTLOOK.COM	(87) 3861-2231

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	22/05/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/05/2022** às **21:21:33** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.296.627/0001-49 MATRIZ		22/05/2014

NOME EMPRESARIAL
BRAÇO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R APOCALIPSE	110	SALA 1 ANTIGA RUA 43

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
56.331-295	JOSE E MARIA	PETROLINA	PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BFCONSTRU@OUTLOOK.COM	(87) 3861-2231

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

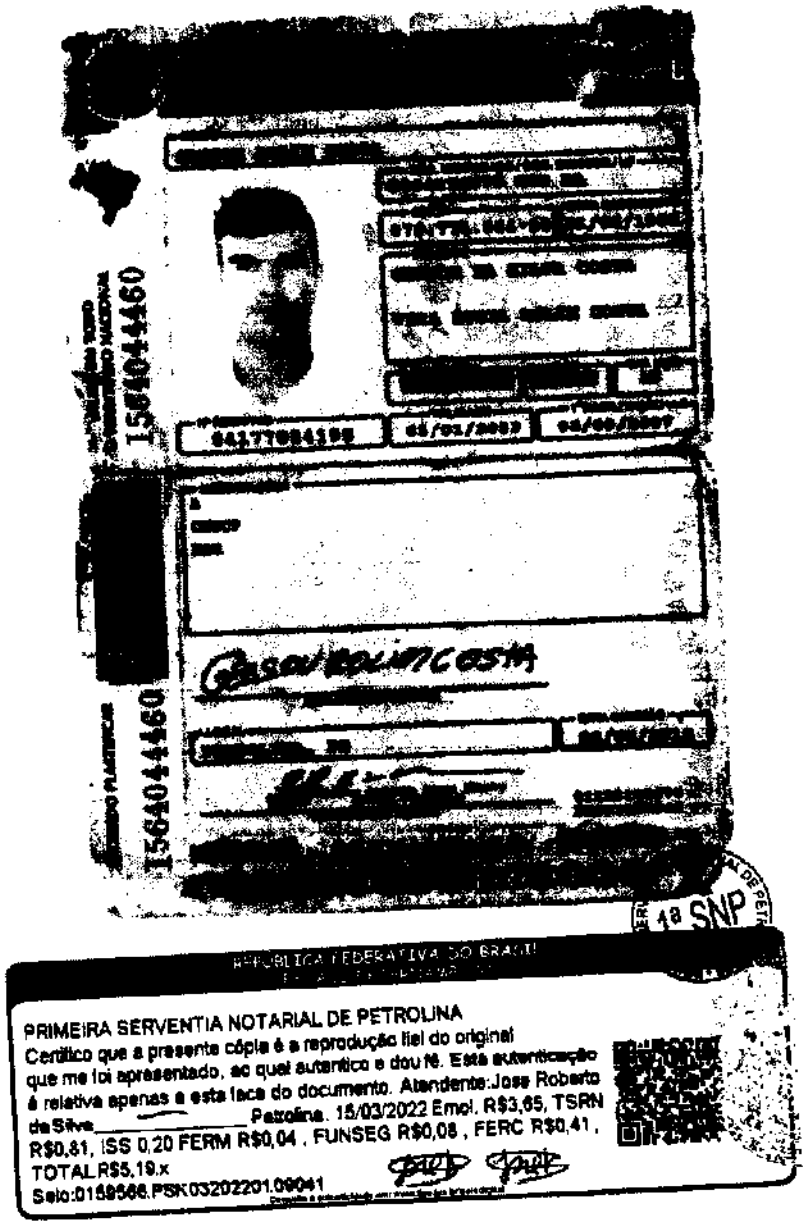
SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	22/05/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/05/2022** às **21:21:33** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**



PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Esta autenticação é relativa apenas a esta face do documento. Atendente:Jose Roberto da Silva_____ Petrolina, 15/03/2022 Emol. R$3,65, TSRN R$0,81, ISS 0,20 FERM R$0,04 , FUNSEG R$0,08 , FERC R$0,41 , TOTAL R$5,19.x
Selo:0159566.PSK03202201.00041

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
CNPJ: 20.296.627/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:02:00 do dia 15/05/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/11/2022.
Código de controle da certidão: **7FC1.4365.DC92.49B8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DA FAZENDA

Pernambuco

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000003046563-12 Data de Emissão: 15/05/2022

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 20.296.627/0001-49

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **12/08/2022** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

Emitido em: 15/05/2022 13:05:11

[redacted]

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.296.627/0001-49
Razão Social: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME
Endereço: R DO TRIUNFO 533 A / MARIA AUXILIADORA / PETROLINA / PE / 56330-270

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:13/05/2022 a 11/06/2022

Certificação Número: 2022051302280982176458

Informação obtida em 23/05/2022 13:37:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA DE
PETROLINA

VALIDAÇÃO QR Code

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ALVARÁ

ALVARA DE FUNCIONAMENTO

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NÚMERO DO ALVARÁ	DATA DE VALIDADE
2022	9624405	1368	10/01/2023

NOME EMPRESARIAL	BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
TITULO FANTASIA	BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS
DOCUMENTO	20.296.627/0001-49
REGIME	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)
ÁREA ESTABELECIMENTO	20,00M²

ENDEREÇO	Rua: APOCALIPSE R-43 , N°: 110, Comp.: SALA:1 ANTIGA RUA 43 Bairro: JOSÉ E MARIA - Petrolina - CEP: 56331-295
E-MAIL	er.quirino@hotmail.com
TELEFONE	(87) 3861-9715

ATIVIDADE PRINCIPAL	4120400-Construção de edifícios
ATIVIDADE SECUNDÁRIA	3702900-Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 3811400-Coleta de resíduos não-perigosos 4211101-Construção de rodovias e ferrovias 4212000-Construção de obras-de-arte especiais 4213800-Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 4221903-Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 4222701-Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 4222702-Obras de irrigação 4291000-Obras portuárias, marítimas e fluviais 4292801-Montagem de estruturas metálicas 4299501-Construção de instalações esportivas e recreativas ~~4311801-Demolição de edifícios e outras estruturas~~ 4311802-Preparação de canteiro e limpeza de terreno 4321500-Instalação e manutenção elétrica 4322301-Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 4322302-Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 4322303-Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 4329104-Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 4330404-Serviços de pintura de edifícios em geral 4330499-Outras obras de acabamento da construção 4399103-Obras de alvenaria 7732201-Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 8121400-Limpeza em prédios e em domicílios 8129000-Atividades de limpeza não especificadas anteriormente ~~8130300-Atividades paisagísticas~~ 8211300-Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES/RESTRIÇÕES

O ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL EM CASO DE ATIVIDADE ESTABELECIDA, APRESENTADO PELO CONTRIBUINTE QUANDO NÃO ESTABELECIDO E RENOVADO ANUALMENTE

PARA VALIDAR O ALVARÁ

CHAVE DE VALIDAÇÃO: 0245faae

verificar a autenticidade desde Alvará, acesse o site www.petrolina.pe.gov.br

Na aba tributos, selecione a opção Alvará.

INFORMAR A PREFEITURA QUANDO:

1. Não receber o certificado de Licença e Funcionamento 2. Mudar de Endereço 3. Mudar de Atividade
4. Mudar Razão Social 5. Encerrar a Atividade da Empresa

Petrolina - Terça-feira, 24 de Maio de 2022

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 20.296.627/0001-49
Certidão nº: 16514434/2022
Expedição: 24/05/2022, às 19:44:54
Validade: 20/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **20.296.627/0001-49, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações **estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em** acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do **Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que**, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 18530 / 2022

RAZÃO SOCIAL

BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **9624405**

Endereço

Rua APOCALIPSE R-43, 110, SALA:1 ANTIGA RUA 43, JOSÉ E MARIA, Petrolina CEP: 56331-295

Dados do Contribuinte ou Responsável

BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

Numero Documento Jurídico

20.296.627/0001-49

Endereço

Rua APOCALIPSE R-43, 110, SALA:1 ANTIGA RUA 43, JOSÉ E MARIA, Petrolina CEP: 56331-295

C E R T I D Ã O

CERTIFICO para os devidos fins, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CTM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA A EXISTENCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que venham a ser apuradas posteriormente.

PETROLINA - PE, Domingo, 15 de Maio de 2022

Esta Certidão é válida por 90 dias contados da data de emissão

VÁLIDA ATÉ: 13/08/2022

Chave de Validação: **b6dde493**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM Dr. MANOEL FRANCISCO DE SOUZA FILHO
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE PETROLINA

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, ***ELIANE DE LAVOR FREITAS***, Chefe do Cartório de Distribuição, desta Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

C E R T I F I C O, em virtude da faculdade que me é conferida por Lei e a requerimento de pessoa interessada, que revendo os registros computacionais do sistema JudWin 1º grau deste Poder Judiciário, e que não abrange os feitos distribuídos pelo Sistema PJe, constatei a ***INEXISTÊNCIA DE AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS***, nos últimos dez (10) anos, contra: ***BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI***, *Inscrito (a) no CNPJ/MF sob nº. 20.296.627/0001-49*. **"ESSA CERTIDÃO NÃO INCLUI OS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ANTES DO PRAZO ESTIPULADO NA PESQUISA, AINDA QUE EM TRAMITAÇÃO"**. O referido é verdade. DOU FÉ. Eu, Gilson Gledson Medeiros, (Procedi a busca e digitei). Dado e passado nesta cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Emitido na terça-feira, 3 de maio de 2022 às 09:19h.

ELIANE DE LAVOR FREITAS
Chefe do Cartório de Distribuição de Petrolina
Matrícula 178224-0

Válido apenas para processos em tramitação na Comarca de Petrolina
Obs.: Sem cobrança de taxa em cumprimento ao ofício circular nº 12/2016 - GP datado de 04 de julho de 2016
"A afirmação do Escrivão merece fé até prova de sua falsidade (STF, RJ 57/29)".

Praça Santos Dumont, s/n – Centro, Petrolina-PE / CEP: 56.304 – 200. Fone: (0xx87) 3866-9553/3866-9554.
E-mail: distribuicao.petrolina@tjpe.jus.br

Assinado eletronicamente por: GILSON GLEDSON MEDEIROS:1836190
SERVIDOR - Informação
em 03/05/2022 às 09:21 (UTC -3) Cert: 33595750[illegible]
http://www.tjpe.jus.br/validardocumento
Autenticação:
V6.O4.F8.X7.WD

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Sul, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX)/ 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO NEGATIVA LICITAÇÃO

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 04/05/2022 20h29min **Data de Validade: 03/06/2022**

Nº da Certidão: 01095100/2022 **Nº da Autenticidade: 2M.KD.W8.FY.8P**

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original	
Razão Social: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	
CNPJ: 20.296.627/0001-49	**Inscrição Estadual:**
Endereço Residencial: RUA APOCALIPSE (R-43), 110	**Compl: ANTIGA RUA 43**
Bairro: JOSE E MARIA	**Cidade: Petrolina/PE**

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe 1º Grau, implantado nas Unidades Judiciárias, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE; RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO; RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL protocolada e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006 e foi expedida gratuitamente através da Internet.

Observações:
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do link https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml, na opção - Validar Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe) - utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Esta certidÃ£o nÃ£o abrange os processos distribuÃdos antes da implantaÃ§Ã£o do Sistema Processo Judicial EletrÃ´nico â€" PJe, no Ã¢mbito do Tribunal de JustiÃ§a de Pernambuco. O referido Ã© verdade e dou fÃ©.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Distribuição Processual - NUDIP 2º grau
Praça da República, s/n, bairro Santo Antônio
Fones nºs (081) 3182-0519 ou 3182-0594
CEP 50.010-040 RECIFE - PE

CERTIDÃO NEGATIVA LICITAÇÃO

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 04/05/2022 20h31min **Data de Validade: 03/06/2022**

Nº da Certidão: 01095101/2022 **Nº da Autenticidade: 31.3O.OJ.8M.JW**

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original

Razão Social:
BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.296.627/0001-49 **Inscrição Estadual:**
Endereço Residencial: RUA APOCALIPSE (R-43), 110 **Compl: ANTIGA RUA 43**
Bairro: JOSE E MARIA **Cidade: Petrolina/PE**

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe 2º Grau, implantado nas Unidades Judiciárias, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE; RESTITUIÇÃO DE COISA OU DINHEIRO NA FALÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO; RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL protocolada e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006 e foi expedida gratuitamente através da Internet.

Observações:
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do link https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml, na opção - Validar Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe) - utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Esta certidÃ£o nÃ£o abrange os processos distribuÃdos antes da implantaÃ§Ã£o do Sistema Processo Judicial EletrÃ´nico â€“ PJe, no Ã¢mbito do Tribunal de JustiÃ§a de Pernambuco. O referido Ã© verdade e dou fÃ©.

TERMO DE ABERTURA

DIARIO GERAL

N° de Ordem 8

Contém este livro 18 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 18 e servirá de DIARIO GERAL n° 8, referente ao período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

Endereço: RUA APOCALIPSE, 110 - SALA:1 ANTIGA RUA 43

Bairro: JOSÉ E MARIA

C.E.P.: 56331295

Cidade.: PETROLINA / PE

Registrada na JUCEPE sob n° 26600344799 e arquivado em 22/05/2014.
Inscrição Estadual n° ISENTO e C.N.P.J. n° 20296627000149

PETROLINA/PE, 20 de Maio de 2022

JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO
CONTADOR
C.P.F.:41816250449
R.G.:1009079972 SSPBA
C.R.C.:011367-0-T-BA

GEBSON ROLIM COSTA
TITULAR PESSOA FISICA
C.P.F.:07677408400
R.G.:04177984195 DETRAN

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyFKWut_LAbjLemmAGldnBSIUPWRIvAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

JUCEPE
Junta Comercial do Estado de Pernambuco
Certifico o Registro em 24/05/2022
Arquivamento 229996710 Protocolo 229150438 de 19/05/2022
Nome da empresa BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
NIRE 26600344799
Este documento pode ser verificado em
http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 280830799029
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2022
por LAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES - Secretario-geral

CONTA CONTABIL.	-D DESCRICAO	LOTE DATA H I S T O R I C O	DEBITO	CREDITO
3.3.01.04.003	4 COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	01 05/01/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	340,28	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. DESPS.N/DATA		340,28
3.3.01.04.004	3 MATERIAL DE EXPEDIENTE	01 05/01/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	120,00	
3.3.01.04.005	2 ENERGIA ELETRICA	01 05/01/2021 PAGT. CTA.ENERGIA N/DATA	325,09	
3.3.01.04.007	9 AGUA	01 05/01/2021 PAGT. CTA.AGUA N/DATA	62,34	
3.3.01.04.008	9 TELEFONE	01 05/01/2021 PAGT. CTA.TELEFONE N/DATA	106,20	
3.3.01.04.011	4 ALUGUEL	01 05/01/2021 PAGT. ALUGUEL N/DATA	500,00	
3.3.01.04.012	3 HOSPEDAGENS, LANCHES E REFEICO	01 05/01/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	34,00	
3.3.01.04.015	0 SERVICOS PROFISSIONAIS	01 05/01/2021 PAGT. SERVPREST.N/DATA	1.200,00	
3.3.01.04.020	4 EXAME MEDICO TRABALHISTA.	01 05/01/2021 PAGT. EXAMES N/DATA	175,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. VARIAS DESPS.N/DATA		2.522,62
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 05/01/2021 PAGT. COMPRAS MATS.N/DATA	465,28	
3.2.01.01.009	7 JUCEPE	01 05/01/2021 PAGT. TAXAS JUCEPE N/DATA	124,00	
3.2.01.01.010	4 SEGURO GARANTIA (JNALUCELLI)	01 05/01/2021 PAGT. JUNTO SEG.N/DATA	280,00	
1.1.01.01.001	9 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. DIVS.DESPS.N/DATA		1.069,28
2.4.02.05.002	9 LUCRO(PREJUIZO) EXERCICIO	01 05/01/2021 VLR. REF. TRANSF.ENTRE CTA.N ATA	51.039,55	
2.4.02.05.001	0 LUCRO(PREJUIZO) ACUMULADO	01 05/01/2021 VLR. REF. TRANSF.ENTRE CTA.N ATA		51.039,55
1.1.01.01.001	0 CAIXA	01 05/01/2021 VLR. REF. REC.NF N/DATA	58.120,05	
1.1.02.01.001	6 CONTAS A RECEBER CLIENTES	01 05/01/2021 VLR. REF. REC.NF N/DATA		58.120,05
2.1.01.01.001	7 FORNECEDORES DIVERSOS	01 05/01/2021 PAGT. TITULO N/DATA	23.732,10	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. TITULO N/DATA		23.732,10
2.1.02.01.003	3 COFINS A RECOLHER	01 05/01/2021 PAGT. COFINS N/DATA	2.138,03	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. COFINS N/DATA		2.138,03
2.1.02.01.005	1 CSLL A RECOLHER	01 05/01/2021 PAGT. CSLL N/DATA	1.748,10	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. CSLL N/DATA		1.748,10
2.1.02.02.001	3 INSS A RECOLHER	01 05/01/2021 PAGT. INSS N/DATA	3.105,03	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. INSS N/DATA		3.105,03
2.1.02.03.001	1 SALARIO A PAGAR	01 05/01/2021 PAGT. FOLHA N/DATA	4.118,52	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. FOLHA N/DATA		4.118,52
2.1.02.02.003	1 FGTS A RECOLHER	01 05/01/2021 PAGT. FGTS N/DATA	702,76	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 05/01/2021 PAGT. FGTS N/DATA		702,76
		[illegible] ==>	[illegible]	[illegible]
3.3.01.01.002	1 FERIAS	01 26/01/2021 PAGT. FERIAS N/DATA	2.106,32	
3.3.01.01.006	5 INDENIZACOES	01 26/01/2021 PAGT. INDENIZACAO N/DATA	6.300,80	
3.3.01.01.014	7 FARDAMENTOS E EPI'S	01 26/01/2021 PAGT. FARDAS N/DATA	720,20	
1.1.01.01.001	9 CAIXA	01 26/01/2021 PAGT. DIVERSOS N/DATA		9.127,32
3.3.01.04.003	4 COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	01 26/02/2021 PAGT. COMBUSTIVEL N/DATA	280,00	
3.3.01.04.004	3 MATERIAL DE EXPEDIENTE	01 26/02/2021 PAGT. MATS.N/DATA	190,00	
3.3.01.04.005	2 ENERGIA ELETRICA	01 26/02/2021 PAGT. CTA.ENERGIA N/DATA	198,35	
3.3.01.04.007	9 AGUA	01 26/02/2021 PAGT. CTA.AGUA N/DATA	64,18	
3.3.01.04.008	9 TELEFONE	01 26/02/2021 PAGT. CTA.TELEFONE N/DATA	126,28	
3.3.01.04.010	5 FRETES E CARRETOS	01 26/02/2021 PAGT. FRETE N/DATA	258,20	
3.3.01.04.011	4 ALUGUEL	01 26/02/2021 PAGT. ALUGUEL N/DATA	500,00	
3.3.01.04.012	3 HOSPEDAGENS, LANCHES E REFEICO	01 26/02/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	60,00	
3.3.01.04.014	1 CONSERV.MANUT.VEICULOS	01 26/02/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	300,00	
3.3.01.04.015	0 SERVICOS PROFISSIONAIS	01 26/02/2021 PAGT. SERV.PREST.N/DATA	1.200,00	
3.3.01.04.016	9 CORREIOS, CARTORIOS E OUTROS	01 26/02/2021 PAGT. DESP.POSTAIS N/DATA	25,30	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1yZKWut_LAbjLemmAGldnBSIUPWRIwAKnmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:14181625044 9-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONTA CONTABIL	-D DESCRICAO	LOTE DATA H I S T O R I C O	DEBITO	CREDI
3.2.01.04.017	8 LIMPEZA E HIGIENE	01 26/02/2021 PAGT. MATS.N/DATA	64,32	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 26/02/2021 PAGT. DIVS.N/DATA		3.256,43
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 26/02/2021 PAGT. MATS.DIVS.N/DATA	16.360,48	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 26/02/2021 PAGT. MATS.DIVS.N/DATA		16.360,48
		TOTAL DO DIA ===>	20.744,43	20.744,43
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 28/02/2021 VLR. PIS S/NF- 280	452,13	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 28/02/2021 VLR. COFINS S/NF- 280	2.086,76	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 28/02/2021 VLR. CSLL S/NF- 280	751,23	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 28/02/2021 VLR. IRPJ S/NF- 280	1.043,38	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 28/02/2021 VLR. INSS S/NF- 280	4.590,88	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 28/02/2021 VLR. ISS S/NF- 280	2.086,77	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 28/02/2021 REC. FAT. NF- 280		69.550,03
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 28/02/2021 REC. FAT. NF- 280	58.547,68	
		TOTAL DO DIA ===>	69.558,85	69.558,85
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 31/03/2021 VLR. PIS S/NF- 281	673,51	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 31/03/2021 VLR. COFINS S/NF- 281	3.108,53	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 31/03/2021 VLR. CSLL S/NF- 281	1.119,07	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 31/03/2021 VLR. IRPJ S/NF- 281	1.554,26	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 31/03/2021 VLR. INSS S/NF- 281	6.838,76	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 31/03/2021 VLR. ISS S/NF- 281	3.108,53	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 31/03/2021 REC. FAT. NF- 281		103.617,65
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 31/03/2021 REC. FAT. NF- 281	97.214,99	
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 31/03/2021 PAGT. 3030	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 31/03/2021 PAGT. 3030		6.500,00
3.3.01.04.001	6 DESPESAS DIVERSAS	01 31/03/2021 PAGT. MATS.DIVS.N/DATA	80,00	
3.3.01.04.002	5 CONSERV.MANUT.MOVEIS E UTENS.	01 31/03/2021 PAGT. MATS.DIVS.N/DATA	120,00	
3.3.01.04.003	4 COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	01 31/03/2021 PAGT. COMBUSTIVEL N/DATA	350,00	
3.3.01.04.004	3 MATERIAL DE EXPEDIENTE	01 31/03/2021 PAGT. MATS.N/DATA	64,00	
3.3.01.04.005	2 ENERGIA ELETRICA	01 31/03/2021 PAGT. CTA.ENERGIA N/DATA	123,50	
3.3.01.04.006	1 CONTRIBUICAO	01 31/03/2021 PAGT. CONT.N/DATA	160,00	
3.3.01.04.007	0 AGUA	01 31/03/2021 PAGT. CTA.AGUA N/DATA	58,08	
3.3.01.04.008	9 TELEFONE	01 31/03/2021 PAGT. CTA.TELEFONE N/DATA	155,00	
3.3.01.04.010	5 FRETES E CARRETOS	01 31/03/2021 PAGT. CARRETO N/DATA	160,00	
3.3.01.04.011	1 ALUGUEL	01 31/03/2021 PAGT. ALUGUEL N/DATA	500,00	
3.3.01.04.012	3 HOSPEDAGENS, LANCHES E REFEICO	01 31/03/2021 PAGT. DEPS.N/DATA	110,00	
3.3.01.04.014	1 CONSERV.MANUT.VEICULOS	01 31/03/2021 PAGT. DEPS.N/DATA	280,00	
3.3.01.04.015	0 SERVICOS PROFISSIONAIS	01 31/03/2021 PAGT. SERV.PREST.N/DATA	1.200,00	
3.3.01.04.016	9 CORREIOS, CARTORIOS E OUTROS	01 31/03/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	34,60	
3.3.01.04.017	8 LIMPEZA E HIGIENE	01 31/03/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	17,20	
3.3.01.04.020	4 EXAME MEDICO TRABALHISTA.	01 31/03/2021 PAGT. EXAMES N/DATA	70,00	
1.1.01.01.001	3 CAIXA	01 31/03/2021 PAGT. DIVS.DESPS.N/DATA		3.487,38
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 31/03/2021 PAGT. DIVS.DESPS.N/DATA	8.630,60	
3.2.01.01.008	8 CREA-PE/BA	01 31/03/2021 PAGT. DIVS.DESPS.N/DATA	86,00	
3.2.01.01.010	4 SEGURO GARANTIA (JMALUCELLI)	01 31/03/2021 PAGT. BOLETO N/DATA	140,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 31/03/2021 PAGT. DIVS.DESPS.N/MES		8.856,60
		TOTAL DO DIA ===>	122.461,43	122.461,43
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 08/04/2021 PAGT. 3039	6.500,00	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1MlyZKWut_LAbjLemmAGldnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONTA CONTABIL	-D DESCRICAO	LOTE DATA HISTORICO	DEBITO	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 08/04/2021 PAGT. 3038		6.500,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 08/04/2021 PAGT. 3039	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 08/04/2021 PAGT. 3039		6.500,00
		TOTAL DO DIA ===>	13.000,00	13.000,00
3.1.02.01.004	4 PIS-FATURAMENTO	01 14/04/2021 VLR. PIS S/NF- 282	213,91	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 14/04/2021 VLR. COFINS S/NF- 282	987,43	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 14/04/2021 VLR. CSLL S/NF- 282	355,47	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 14/04/2021 VLR. IRPJ S/NF- 282	493,71	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 14/04/2021 VLR. INSS S/NF- 282	2.172,34	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 14/04/2021 VLR. ISS S/NF- 282	987,43	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 14/04/2021 REC. FAT. NF- 282	27.703,97	
		TOTAL DO DIA ===>	32.914,29	32.914,29
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 27/04/2021 PAGT. 3080	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 27/04/2021 PAGT. 3080		6.500,00
		TOTAL DO DIA ===>	6.500,00	6.500,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 28/04/2021 PAGT. 3084	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 28/04/2021 PAGT. 3084		6.500,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 28/04/2021 PAGT. 3085	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 28/04/2021 PAGT. 3085		6.500,00
		TOTAL DO DIA ===>	13.000,00	13.000,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 29/04/2021 PAGT. 3087	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 29/04/2021 PAGT. 3087		6.500,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 29/04/2021 PAGT. 3088	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 29/04/2021 PAGT. 3088		6.500,00
		TOTAL DO DIA ===>	13.000,00	13.000,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 30/04/2021 PAGT. 3094	13.000,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 30/04/2021 PAGT. 3094		13.000,00
		TOTAL DO DIA ===>	13.000,00	13.000,00
3.1.02.01.004	4 PIS-FATURAMENTO	01 04/05/2021 VLR. PIS S/NF- 283	354,69	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 04/05/2021 VLR. COFINS S/NF- 283	1.637,02	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 04/05/2021 VLR. CSLL S/NF- 283	589,33	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 04/05/2021 VLR. IRPJ S/NF- 283	818,51	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 04/05/2021 VLR. INSS S/NF- 283	3.601,45	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 04/05/2021 VLR. ISS S/NF- 283	1.637,02	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 04/05/2021 REC. FAT. NF- 283		54.567,42
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 04/05/2021 REC. FAT. NF- 283	45.929,40	
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 04/05/2021 PAGT. 3099	6.500,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 04/05/2021 PAGT. 3099		6.500,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 04/05/2021 PAGT. 3100	6.500,00	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2KWut_lAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RN2lnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONTA CONTABIL	-D DESCRICAO	LOTE DATA HISTORICO	DEBITO	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 04/05/2021 PAGT. 3100		6.500,00
		TOTAL DO DIA ⟹	67.567,42	67.567,42
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 06/05/2021 PAGT. 3105		
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 06/05/2021 PAGT. 3105	13.000,00	
				13.000,00
		TOTAL DO DIA ⟹	13.000,00	13.000,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 07/05/2021 PAGT. 3105		
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 07/05/2021 PAGT. 3105	6.500,00	
				6.500,00
		TOTAL DO DIA ⟹	6.500,00	6.500,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 13/05/2021 PAGT. 3116		
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 13/05/2021 PAGT. 3116	6.125,00	
				6.125,00
		TOTAL DO DIA ⟹	6.125,00	6.125,00
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 19/05/2021 VLR. PIS S/NF- 284	129,00	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 19/05/2021 VLR. COFINS S/NF- 284	595,39	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 19/05/2021 VLR. CSLL S/NF- 284	214,34	
3.1.02.01.004	3 IRPJ-FATURAMNETO	01 19/05/2021 VLR. IRPJ S/NF- 284	297,69	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 19/05/2021 VLR. ISS S/NF- 284	1.309,85	
3.1.02.01.003	7 ISS-FATURAMENTO	01 19/05/2021 VLR. ISS S/NF- 284	595,39	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 19/05/2021 REC. FAT. NF- 284		19.846,27
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 19/05/2021 REC. FAT. NF- 284	16.794,61	
		TOTAL DO DIA ⟹	159.896,27	159.896,27
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 20/05/2021 PAGT. 3129		
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 20/05/2021 PAGT. 3129	6.250,00	
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 20/05/2021 PAGT. 3130		6.250,00
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 20/05/2021 PAGT. 3130	6.250,00	
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 20/05/2021 PAGT. 3133		6.250,00
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 20/05/2021 PAGT. 3133	6.250,00	
				6.250,00
		TOTAL DO DIA ⟹	168.750,00	168.750,00
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 21/05/2021 PAGT. 3136		
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 21/05/2021 PAGT. 3136	12.500,00	
				12.500,00
		TOTAL DO DIA ⟹	172.500,00	172.500,00
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 27/05/2021 VLR. PIS S/NF- 285	719,65	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 27/05/2021 VLR. COFINS S/NF- 285	3.321,46	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 27/05/2021 VLR. CSLL S/NF- 285	1.195,73	
3.1.02.01.004	3 IRPJ-FATURAMNETO	01 27/05/2021 VLR. IRPJ S/NF- 285	1.660,73	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 27/05/2021 VLR. INSS S/NF- 285	7.307,22	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 27/05/2021 VLR. ISS S/NF- 285	3.321,46	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 27/05/2021 REC. FAT. NF- 285		110.715,44

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2KWut_LAbjLemmAGldnBSIUPWRIwAKnmVum9EHX6RNz1nojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: D76774084000-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONTA CONTABIL	-D DESCRICAO	LOTE DATA HISTORICO	DEBITO	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 27/05/2021 REC. FAT. NF- 285	93.189,19	
		TOTAL DO DIA ==>	110.715,04	110.715,04
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 09/06/2021 VLR. PIS S/NF- 286	44,85	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 09/06/2021 VLR. COFINS S/NF- 286	207,00	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 09/06/2021 VLR. CSLL S/NF- 286	74,52	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 09/06/2021 VLR. IRPJ S/NF- 286	103,50	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 09/06/2021 VLR. INSS S/NF- 286	455,40	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 09/06/2021 VLR. ISS S/NF- 286	207,00	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 09/06/2021 REC. FAT. NF- 286		6.900,00
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 09/06/2021 REC. FAT. NF- 286	5.807,73	
		TOTAL DO DIA ==>	6.900,00	6.900,00
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 17/06/2021 VLR. PIS S/NF- 287	52,65	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 17/06/2021 VLR. COFINS S/NF- 287	243,00	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 17/06/2021 VLR. CSLL S/NF- 287	87,48	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 17/06/2021 VLR. IRPJ S/NF- 287	121,50	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 17/06/2021 VLR. ISS S/NF- 287	534,60	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 17/06/2021 VLR. ISS S/NF- 287	243,00	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 17/06/2021 REC. FAT. NF- 287		8.100,00
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 17/06/2021 REC. FAT. NF- 287	6.817,77	
		TOTAL DO DIA ==>	8.100,00	8.100,00
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 22/06/2021 VLR. PIS S/NF- 288	77,54	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 22/06/2021 VLR. COFINS S/NF- 288	358,87	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 22/06/2021 VLR. CSLL S/NF- 288	128,83	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 22/06/2021 VLR. IRPJ S/NF- 288	178,94	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 22/06/2021 VLR. INSS S/NF- 288	787,32	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 22/06/2021 VLR. ISS S/NF- 288	357,87	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 22/06/2021 REC. FAT. NF- 288		11.929,03
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 22/06/2021 REC. FAT. NF- 288	10.039,64	
		TOTAL DO DIA ==>	11.929,03	11.929,03
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 25/06/2021 VLR. PIS S/NF- 289	66,95	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 25/06/2021 VLR. COFINS S/NF- 289	309,00	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 25/06/2021 VLR. CSLL S/NF- 289	111,24	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 25/06/2021 VLR. IRPJ S/NF- 289	154,50	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 25/06/2021 VLR. INSS S/NF- 289	679,80	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 25/06/2021 VLR. ISS S/NF- 289	309,00	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 25/06/2021 REC. FAT. NF- 289		10.300,00
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 25/06/2021 REC. FAT. NF- 289	8.669,51	
		TOTAL DO DIA ==>	10.300,00	10.300,00
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 23/07/2021 VLR. PIS S/NF- 291	46,15	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 23/07/2021 VLR. COFINS S/NF- 291	213,00	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 23/07/2021 VLR. CSLL S/NF- 291	76,68	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1MLy2KWut LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNz1nojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON BOLIM COSTA:14181625044 9-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONTA CONTABIL	-D DESCRICAO	LOTE DATA HISTORICO	DEBITO	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 23/07/2021 VLR. IRPJ S/NF- 291	105,50	
3.3.01.01.003	6 ENCARGOS S/INSS	01 23/07/2021 VLR. INSS S/NF- 291	468,60	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 23/07/2021 VLR. ISS S/NF- 291	213,00	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 23/07/2021 REC. FAT. NF- 291		7.100,00
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 23/07/2021 REC. FAT. NF- 291	5.977,07	
		TOTAL DO DIA ==>	7.100,00	7.100,00
3.3.01.04.003	4 COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	01 31/07/2021 PAGT. COMBUSTIVEL N/DATA	480,60	
3.3.01.04.005	2 ENERGIA ELETRICA	01 31/07/2021 PAGT. CTA.ENERGIA N/DATA	256,60	
3.3.01.04.007	0 AGUA	01 31/07/2021 PAGT. CTA.AGUA N/DATA	68,78	
3.3.01.04.008	9 TELEFONE	01 31/07/2021 PAGT. CTA.TELEFONE N/DATA	160,29	
3.3.01.04.015	0 SERVICOS PROFISSIONAIS	01 31/07/2021 PAGT. SERVS.PREST.N/MES	2.400,00	
3.3.01.04.020	4 EXAME MEDICO TRABALHISTA.	01 31/07/2021 PAGT. EXAME N/DATA	75,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 31/07/2021 PAGT. DESPS.N/MES		3.937,27
3.2.01.01.001	4 MAO DE OBRA	01 31/07/2021 PAGT. MATS.DIVS.N/DATA	15.700,12	
3.2.01.01.010	4 SEGURO GARANTIA (JHALUCELLI)	01 31/07/2021 PAGT. BOLETO N/DATA	140,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 31/07/2021 PAGT. DIVS.DESPS.N/MES		15.840,12
		TOTAL DO DIA ==>	[illegible]	[illegible]
3.1.02.01.001	4 PIS-FATURAMENTO	01 26/08/2021 VLR. PIS S/NF- 293	412,33	
3.1.02.01.002	3 COFINS-FATURAMENTO	01 26/08/2021 VLR. COFINS S/NF- 293	1.903,03	
3.1.02.01.005	0 CSLL-FATURAMENTO	01 26/08/2021 VLR. CSLL S/NF- 293	685,10	
3.1.02.01.004	1 IRPJ-FATURAMNETO	01 26/08/2021 VLR. IRPJ S/NF- 293	951,52	
3.3.01.01.003	0 ENCARGOS S/INSS	01 26/08/2021 VLR. INSS S/NF- 293	4.186,70	
3.1.02.01.003	2 ISS-FATURAMENTO	01 26/08/2021 VLR. ISS S/NF- 293	1.903,05	
3.1.01.01.001	6 RECEITAS FATURADAS	01 26/08/2021 REC. FAT. NF- 293		63.434,82
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 26/08/2021 REC. FAT. NF- 293	53.393,12	
		TOTAL DO DIA ==>	[illegible]	[illegible]
3.3.01.04.003	4 COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	01 30/09/2021 PAGT. COMBUSTIVEL N/DATA	180,00	
3.3.01.04.005	2 ENERGIA ELETRICA	01 30/09/2021 PAGT. CTA.ENERGIA N/DATA	198,68	
3.3.01.04.006	1 CONTRIBUICAO	01 30/09/2021 PAGT. CONT.N/DATA	54,22	
3.3.01.04.011	4 ALUGUEL	01 30/09/2021 PAGT. ALUGUEL N/DATA	500,00	
3.3.01.04.015	0 SERVICOS PROFISSIONAIS	01 30/09/2021 PAGT. SERV.PREST.N/DATA	1.200,00	
3.3.01.04.017	B LIMPEZA E HIGIENE	01 30/09/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	68,30	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 30/09/2021 PAGT. DESPS.N/DATA		2.201,20
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01 30/09/2021 PAGT. DESPS.N/DATA	32.603,70	
3.2.01.01.010	4 SEGURO GARANTIA (JHALUCELLI)	01 30/09/2021 PAGT. BOLETO N/DATA	140,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01 30/09/2021 PAGT. DIVS. N/DATA		32.743,70
3.3.01.04.001	6 DESPESAS DIVERSAS	01 30/12/2021 PAGT. DESP.N/DATA	630,26	
3.3.01.04.002	5 CONSERV.MANUT.MOVETS E UTENS.	01 30/12/2021 PAGT. DESP.N/DATA	60,00	
3.3.01.04.003	4 COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES	01 30/12/2021 PAGT. COMBUSTIVEL N/MES	1.300,00	
3.3.01.04.004	3 MATERIAL DE EXPEDIENTE	01 30/12/2021 PAGT. COMPRA MATS.N/MES	190,00	
3.3.01.04.005	2 ENERGIA ELETRICA	01 30/12/2021 PAGT. CTA.ENERGIA N/DATA	380,55	
3.3.01.04.006	1 CONTRIBUICAO	01 30/12/2021 PAGT. CONT.N/MES	156,61	
3.3.01.04.007	0 AGUA	01 30/12/2021 PAGT. CTA.AGUA N/MES	68,26	
3.3.01.04.008	9 TELEFONE	01 30/12/2021 PAGT. CTA.TELEFONE N/DATA	136,40	
3.3.01.04.019	5 FRETES E CARRETOS	01 30/12/2021 PAGT. FRETE N/DATA	800,00	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1yZKWut_LAbjLemmAGldhBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNz1nojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONTA CONTABIL	-D DESCRICAO	LOTE	DATA	H I S T O R I C O	DEBITO	
3.3.01.04.011	4 ALUGUEL	01	30/12/2021	PAGT. ALUGUEL N/DATA	500,00	
3.3.01.04.012	3 HOSPEDAGENS, LANCHES E REFEICO	01	30/12/2021	PAGT. DESPS.N/DATA	130,00	
3.3.01.04.014	1 CONSERV.MANUT.VEICULOS	01	30/12/2021	PAGT. DESPS.N/DATA	70,00	
3.3.01.04.015	9 SERVICOS PROFISSIONAIS	01	30/12/2021	PAGT. SERV.PREST.N/DATA	3.600,00	
3.3.01.04.016	9 CORREIOS, CARTORIOS E OUTROS	01	30/12/2021	PAGT. SERV.PREST.N/DATA	56,80	
3.3.01.04.017	8 LIMPEZA E HIGIENE	01	30/12/2021	PAGT. SERV.PREST.N/DATA	68,00	
3.3.01.04.020	4 EXAME MEDICO TRABALHISTA.	01	30/12/2021	PAGT. EXAMES N/DATA	109,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01	30/12/2021	PAGT. DESPS.DIVS.N/DATA		9.244,80
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01	30/12/2021	PAGT. MATS.P/OBRA a/data	56.708,90	
3.2.01.01.008	8 CREA-PE/BA	01	30/12/2021	PAGT. ART N/DATA	363,89	
3.2.01.01.010	4 SEGURO GARANTIA (JMALUCELLI)	01	30/12/2021	PAGT. BOLETO N/DATA	280,00	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01	30/12/2021	PAGT. DIVS.DESPS.N/MES		57.352,79
3.3.01.01.001	2 ORDENADOS E SALARIOS	01	30/12/2021	PAGT. FOLHA MES 12/2021	12.639,82	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01	30/12/2021	PAGT. FOLHA MES 12/2021		12.639,82
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01	30/12/2021	PAGT. COMPRA MATS.N/MES	10.715,20	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01	30/12/2021	PAGT. COMPRA MATS.N/MES		10.715,20
3.2.01.02.001	2 MATERIAL APLICADO	01	30/12/2021	VLR. REF. TRNSF.DE ESTOQUE N ES	30.176,28	
1.1.02.02.001	5 MATERIA PRIMA	01	30/12/2021	VLR. REF. TRNSF.DE ESTOQUE N ES		30.176,28
1.1.03.09.001	9 CUSTOS DE OBRAS A APROPRIAR	01	30/12/2021	VLR. REF. TRANSF.N/DATA	146.308,08	
1.1.01.01.001	8 CAIXA	01	30/12/2021	VLR. REF. TRANSF.N/DATA		146.308,08
				TOTAL DO DIA ==>	[illegible]	[illegible]
				TOTAL DO PERIODO ==>	[illegible]	[illegible]

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677488400-GERSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

EMPRESA: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.
RUA – APOCALIPSE, 110 (ANTIGA RUA-43), JOSÉ E MARIA – CEP: 56.331-295 – PETROLINA - PE.
CNPJ: 20.296.627/0001-49 – NIRE: 26.2.0218919-0 em Secção de 02/06/2014.

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE		**1.830.758,35**
Disponível		**50.927,31**
Caixa Geral	50.927,31	
DIREITOS REALIZAVEL A CURTO PRAZO		**383.627,25**
CLIENTE:		**10.630,00**
Contas a Receber de Clientes	10.630,00	
ESTOQUE		**372.997,25**
Matéria Prima	372.997,25	
OUTROS CRÉDITOS		**1.396.203,79**
DEVEDORES EM C/CORRENTES		**141.271,91**
Adiantamentos a Fornecedores	141.271,91	
CUSTOS DE OBRAS		**1.254.931,88**
Custos de Obras a Apropriar	1.254.931,88	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**127.494,39**
ATIVO IMOBILIZADO		**127.494,39**
BENS E DIREITOS DE USO		**127.494,39**
Terrenos e Edificações	70.000,00	
Veículos	61.919,20	
Móveis e Utensílios	1.500,00	
Computadores e Periféricos	5.406,49	
(-) Depreciação	(11.331,30)	
TOTAL DO ATIVO		**1.958.252,74**

DECLARAÇÃO:

A-SOB PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS, NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.

B-A SOCIEDADE NÃO POSSUI CONSELHO FISCAL INSTALADO.

C-A SOCIEDADE NÃO POSSUI AUDITORIA INDEPENDENTE.

PETROLINA (PE), PERÍODO DE 01/01/2021 a 31/12/2021.

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1yZKWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

EMPRESA: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.
RUA – APOCALIPSE, 110 (ANTIGA RUA-43), JOSÉ E MARIA – CEP: 56.331-295 – PETROLINA - PE.
CNPJ: 20.296.627/0001-49 – NIRE: 26.2.0218919-0 em Secção de 02/06/2014.

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE		**102.174,04**
FORNECEDORES		**74.432,91**
CONTAS A PAGAR		**27.852,13**
OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER		**17.136,10**
IRPJ a recolher	9,00	
PIS a Recolher	2.877,47	
COFINS a Recolher	10.782,58	
ISS	1.210,59	
CSLL a Recolher	2.256,46	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER		**5.570,89**
INSS a Recolher	5.290,10	
FGTS a Recolher	192,59	
IRPF a Recolher	88,20	
OUTRAS CONTAS A PAGAR		**5.034,14**
Salário a Pagar	2.407,39	
Honorários s Pagar	2.626,75	
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**1.856.078,70**
CAPITAL SOCIAL		**700.000,00**
Capital Integralizado	700.000,00	
LUCRO (PREJUIZO) ACUMULADO		**1.156.078,70**
Lucro (Prejuízo) Acumulado	1.090.027,87	
Lucro de Exercício	66.050,83	
TOTAL DO PASSIVO		**1.958.252,74**

DECLARAÇÃO:

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas elas.

B – A sociedade não possui CONSELHO FISCAL instalado.

C - A sociedade não possui AUDITORIA INDEPENDENTE.

PETROLINA (PE), PERÍODO DE 01/01/2021 a 31/12/2021.

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TiMlyZKWut_LAbjLemmAGldnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnoj9
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

EMPRESA: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.
RUA – APOCALIPSE, 110 (ANTIGA RUA-43), JOSÉ E MARIA – CEP: 56.331-295 – PETROLINA - PE.
CNPJ: 20.296.627/0001-49 – NIRE: 26.2.0218919-0 em Secção de 02/06/2014.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2KWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO EM 31.12.2021.

RECEITAS		
Receitas de Obras	R$	498.983,78
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS		
Impostos Incidentes s/vendas	R$	46.056,18
RECEITA LIQUIDA	R$	**452.927,60**
(-) CUSTOS		
Custos de Obras	R$	307.989,45
LUCRO BRUTO	R$	**144.938,15**
(-) DESPESAS		
Despesas Operacionais	R$	78.887,32
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	R$	**66.050,83**

DECLARAÇÃO:

A-SOB PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS, NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.

B-A SOCIEDADE NÃO POSSUI CONSELHO FISCAL INSTALADO.

C-A SOCIEDADE NÃO POSSUI AUDITORIA INDEPENDENTE.

PETROLINA (PE), PERÍODO DE 01/01/2021 a 31/12/2021.

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

EMPRESA: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.
RUA – APOCALIPSE, 110 (ANTIGA RUA-43), JOSÉ E MARIA – CEP: 56.331-295 – PETROLINA - PE.
CNPJ: 20.296.627/0001-49 – NIRE: 26.2.0218919-0 em Secção de 02/06/2014.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MlyZKWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmnVum9EHX6RNz1noJ9
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
DECLARAÇÃO.

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que os **INDICES** abaixo relacionados, foram extraídos do Balanço Patrimonial correspondente,encerrado em 31 de Dezembro de 2021.

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{1.830.758,35}{102.174,04} = \textbf{ILC = 17,92}$$

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{1.830.758,35 + 0,00}{102.174,04 + 0,00} = \frac{1.830.758,35}{102.174,04} = \textbf{ILG = 17,92}$$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL

$$GET = \frac{PC+ELP}{AT} = \frac{102.174,35 + 0,00}{1.958.252,74} = \frac{102.174,35}{1.958.252,74} = \textbf{GET = 0,05}$$

INDICE DE SOLVENCIA GERAL = ISG

$$ISG = \frac{AT}{PC+ELP} = \frac{1.958.252,74}{102.174,35 + 0,00} = \frac{1.958.252,74}{102.174,35} = \textbf{ISG = 19,16}$$

AC=Ativo Circulante. **RLP** = Realizável a Longo Prazo

PC=Passivo Circulante. **ELP** = Exigivel a Longo Prazo

AT=Ativo Total.

DECLARAÇÃO:

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas elas.

B – A sociedade não possui CONSELHO FISCAL instalado.

C - A sociedade não possui AUDITORIA INDEPENDENTE.

Petrolina (PE), Período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Rua – Apocalipse, nº 110 (Antiga Rua-43), José e Maria - CEP: 56.331-295
Petrolina - Pernambuco
CNPJ: 20.296.627/0001-49 - NIRE: 26.2.0218919-0 em 02/06/2014

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EMPRESA: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E - EIRELI

CNPJ: 20.296.627/0001-49

NOTA 1. CONTETO OPERACIONAL

A **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI**, sociedade empresarial limitada, com sede e Foro em Petrolina (PE) na Rua – Apocalipse, nº 110 (Antiga Rua-43), Bairro – José e Maria – CEP: 56.331-295 - Petrolina-PE, é uma empresa com fins lucrativos, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro e tem por objetivo social o Comércio da Construção Civil, com início das atividades em 02/06/2017.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 11.638/07.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 VALORES ATIVOS

3.1.1 DISPONÍVEL_____ R$ 50.927,31

Representado por valores e numerários relativo a Caixa.

DECLARAÇÃO:

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas elas.

B – A sociedade não possui CONSELHO FISCAL instalado.

C - A sociedade não possui AUDITORIA INDEPENDENTE.

Petrolina-PE, Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
Rua – Apocalipse, nº 110 (Antiga Rua-43), José e Maria - CEP: 56.331-295
Petrolina - Pernambuco
CNPJ: 20.296.627/0001-49 - NIRE: 26.2.0218919-0 em 02/06/2014

3.1.2 APLICAÇÕES _____ **R$ 0,00**

Está representado por valores aplicados em Títulos de Renda Fixa, registrados por Valores originais de aplicação.

3.1.3 CRÉDITOS A RECEBER _____ **R$ 10.630,00**

Registra os valores a receber de clientes, empréstimos, adiantamentos concedidos para posterior acerto de contas, como: adiantamentos a empregados e a fornecedores.

3.1.4 ESTOQUES _____ **R$ 372.997,25**

Registra os valores de estoque de Materiais para Aplicar em Obras.

3.1.5 OUTRAS CRÉDITOS _____ **R$ 1.396.203,79**

Registra os valores de impostos, contribuições a recuperar e Outros.

3.1.6 IMOBILIZADO _____ **R$ 127.494,39**

O imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição pelo método linear até 31 de dezembro de 2021

2021			
BEM	**CUSTO**	**DEPRECIAÇÃO/ ACUMULADA**	**VALOR RESIDUAL**
BENS E USO			
Terrenos e Edificações	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**
Veiculo	**61.919,20**	**0,00**	**0,00**
Maquinas e Equipamtº.	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Computadores	**5.406,49**	**0,00**	**0,00**
Impressoras	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Móveis e Utensílios	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**
(-)Depreciações	**-11.331,30**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**127.494,39**		

DECLARAÇÃO:

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas elas.

B – A sociedade não possui CONSELHO FISCAL instalado.

C - A sociedade não possui AUDITORIA INDEPENDENTE.

Petrolina-PE, Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyZKWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA:41816250449-JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2XWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNz1noJg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

3.2 VALORES PASSIVOS

3.2.1 FORNECEDORES _____ **R$** **74.432,91**

Representado por débitos com fornecedores de Matéria Prima para Aplicar em Obras.

3.2.2 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS _____ **R$** **22.706,99**

Representado por impostos retidos sobre Faturamento (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS)

3.2.3 CRÉDITOS DE TERCEIROS _____ **R$** **0,00**

Refere-se a empréstimos contraídos pela empresa em instituições financeiras e terceiros.

3.2.4 OUTRAS OBRIGAÇÕES _____ **R$** **5.034,14**

Refere-se a Salários e Honorários a pagar.

3.2.5 OUTROS PASSIVOS _____ **R$** **0,00**

Refere-se a empréstimos contraídos a longo prazo..

NOTA 4. RESULTADO DO EXERCÍCIO – LUCRO

O resultado do exercício foi apurado em obediência ao regime de competência. O valor do lucro apurado no exercício de 2021 foi de **R$ 66.050,83** (Sessenta e Seis Mil, Cinqüenta Reais e Oitenta e Três centavos).

NOTA 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da empresa em 31.12.2021 é de **R$** **1.856.078,70**

NOTA 6. DESPESAS

São contabilizadas observando-se o mês em que ocorreram, respeitando-se o Princípio Legal da Competência.

DECLARAÇÃO:

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos

Responsabilizamos por todas elas.

B – A sociedade não possui CONSELHO FISCAL instalado.

C - A sociedade não possui AUDITORIA INDEPENDENTE.

Petrolina-PE, Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MlyZKWut_LAbjLemmAG1dnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

NOTA 7. RECEITAS

As receitas do período estão contabilizadas levando-se em consideração o Regime de Competência.

NOTA 8. FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI**, é tributado pelo Regime de Lucro Presumido, (opção exclusiva para Microempresas e empresas de pequeno porte), com estimativa mensal.

As presentes Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis do exercício de 2021.

DECLARAÇÃO:

A – Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos Responsabilizamos por todas elas.

B – A sociedade não possui CONSELHO FISCAL instalado.

C - A sociedade não possui AUDITORIA INDEPENDENTE.

Petrolina-PE, Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

GEBSON ROLIM COSTA.
Administrador.
RG.: 13.041.746-70 SSP/BA
CPF: 076.774.084-00

JOÃO CARLOS SILVA DE CASTRO.
Reg. no CRC – CE: sob o No. 011367-O-9 T-BA
RG: 1009079972 SSP/BA
CPF: 418.162.504-49

017

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

Certidão n.º: BA/2022/000006878
Nome: JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO CPF: 418.162.504-49
CRC/UF n.º CE-011367/O Categoria: CONTADOR
Validade: 16.05.2022
Finalidade: LIVRO DIÁRIO
Livro: DIÁRIO
Nº 08 / Exercício: 2021

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRCBA.ORG.BR, mediante número de controle a seguir
CPF : 418.162.504-49 Controle : 5477.6732.7360.7967

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1MlyZKWut_LAbjLemmAGldnBSIUPWRIwAKmmVum9EHX6RNzlnojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

TERMO DE ENCERRAMENTO

DIARIO GERAL

N° de Ordem 8

Contém este livro 18 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 18 e servirá de DIARIO GERAL n° 8, referente ao período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2021 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

Endereço: RUA APOCALIPSE, 110 - SALA:1 ANTIGA RUA 43

Bairro: JOSÉ E MARIA

C.E.P.: 56331295

Cidade.: PETROLINA / PE

Registrada na JUCEPE sob n° 26600344799 e arquivado em 22/05/2014.
Inscrição Estadual n° ISENTO e C.N.P.J. n° 20296627000149

PETROLINA/PE, 20 de Maio de 2022

JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO
CONTADOR
C.P.F.:41816250449
R.G.:1009079972 SSPBA
C.R.C.:011367-0-T-BA

GEBSON ROLIM COSTA
TITULAR PESSOA FISICA
C.P.F.:07677408400
R.G.:04177984195 DETRAN

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MlyZKWut_LAbjLehmAG1dnBSIUPWNIwAKmmVum9EHX6RNz1nojg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07677408400-GEBSON ROLIM COSTA|41816250449-JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

Certidão n.º: BA/2022/00003606
Nome: JOAO CARLOS SILVA DE CASTRO CPF: 418.162.504-49
CRC/UF n.º CE-011367/O Categoria: CONTADOR
Validade: 27.06.2022
Finalidade: EDITAIS DE LICITAÇÃO

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRCBA.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : **418.162.504-49** Controle : **4828.5769.6711.7338**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220551832/2022
Emissão: 02/05/2022
Validade: 31/05/2022
Chave: 80cBZ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ: 30.206.627/0001-40

Registro: 0000056054

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 700.000,00

Data do Capital: 27/03/2017

Faixa: 4

Objetivo Social: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; OBRAS DE IRRIGAÇÃO; OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS; MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS; PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS; OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; OBRAS DE ALVENARIA; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; ATIVIDADES DE LIMPEZA (RETIRADA DE ENTULHOS); ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: AS ATIVIDADES DA EMPRESA FICAM RESTRITAS AS ATRIBUIÇÕES DO SEU QUADRO TÉCNICO.

Endereço Matriz: RUA APOCALIPSE,, 110, SALA 1 ANTIGA RUA 43, JOSE E MARIA, PETROLINA, PE, 56331295

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 30/05/2014

Data Final: Indefinido

Registro Regional: PE017661

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8304214053. Data de vencimento do boleto: 31/05/2022

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (5/5)

Parcelamento Ano: 2022 Quantidade de Parcelas Pagas: 2/6

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: MOISES BARBOZA MENDES

Registro: 2116090962

CPF: 095.273.304-83

Data Início: 16/03/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 80cBZ.
Impresso em: 02/05/2022 às 10:36:51 por: adapt, ip: 45.168.153.56

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220551816/2022
Emissão: 02/05/2022
Validade: 31/05/2022
Chave: z9d1C

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-PE.

Interessado(a)

Profissional: MOISES BARBOZA MENDES

Registro: 2116090962

CPF: 095.275.304-65

Endereço: RUA DA PALMA, 35, AREIA BRANCA, PETROLINA, PE, 56328450

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL

Data Inicial: 15/02/2017

Data Final: Indefinido

Número do Visto: 16090962

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA.

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE POTIGUAR

Data de Formação: 09/02/2017

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8304128050. Data de vencimento do boleto: 31/05/2022

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2020 (4/4)

Parcelamento Ano: 2022 Quantidade de Parcelas Pagas: 2/6

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: z9d1C
Impresso em: 02/05/2022 às 10:01:04 por: ssapi, ip: 186.194.112.79

1ª SNP

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, empresa estabelecida na cidade de Petrolina, estado de Pernambuco, sito à Rua - Apocalipse, nº 110, Bairro José e Maria , CEP: 56.331-2955, inscrito no CNPJ: 20.296.627/0001-49, por seu representante legal, abaixo assinado, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado **MOISÉS BARBOZA MENDES**, registro no CREA: 2116090982, residente à Rua da Palma, nº 35, bairro Areia Branca, CEP: 56.328-450, na cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, CPF: 095.273.304-33, na função de Engenheiro Civil, doravante denominado CONTRATADO, ajustam a celebração deste contrato, que reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – Objeto

A contratada, obriga-se a administrar a prestação de serviços de Engenheiro Civil, nas dependências de Contratante, nos horários de 08:00 às 14:00 horas, Segunda-Feira a Quarta-Feira, e 08:00 as 12:00 horas e das 14:00h as 16:00h na Terça-Feira; Podendo ultrapassar a carga horário, durante dias ou finais de semana, quando assim se fizer necessário e for em comum acordo entre as partes.

CLAUSULA SEGUNDA – Faturamento e Pagamento

A contratante pagará a título de remuneração mensal no valor acertado de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), pago até o quinto dia útil de cada mês.

CLAUSULA TERCEIRA – Fiscalização

A contratante exercerá a fiscalização, no que tange ao cumprimento das cláusulas deste contrato, devendo para tanto, diligenciar no sentido de lhe ser fornecido elementos indispensáveis para tal finalidade.

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do qual autentico e dou fé. Este autenticação é relativa apenas a [illegible] documento. Atendente:Tayane Gomes Pereira Santos Petrolina, 04/05/2022 Emol. R$3,65, TSRN R$0,51, ISS 0,20 FERM R$0,04 , FUNSEG R$0,04 , FERC R$0,41, TOTAL R$ 86,19
Selo:01159566.UQG04202204159604

CLAUSULA QUARTA – Prazo e Rescisão

1º SNP

O presente contrato vigorará por PRAZO INDETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo pelas partes, mediante escrita com 30 (Trinta) dias de antecedência, a ser constituído, em motivo de rescisão imediata, por qualquer das partes, independentes de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a inobservância de qualquer clausula do presente mandato

CLAUSULA QUINTA – Foro

Fica eleito o foro da cidade de Petrolina/PE, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E assim, por estarem certos e ajustados, firmam o presente contrato em 03 (Três) vias de igual e forma na presença de duas testemunhas abaixo:

Petrolina/PE, 07 de Fevereiro de 2022

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERV. EIRELI
GESSON ROLIM COSTA – PROPRIETÁRIO
CPF: 076.772.084-00

MOISÉS BARBOZA MENDES
ENGENHEIRO CIVIL
CPF: 095.273.304-53

Testemunha:

Testemunha:

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Reconheço por Semelhança as firmas de GESSON DA SILVA COSTA, MOISES BARBOZA MENDES
Petrolina,07/02/2022 16:51:33 07/02/2022 16:51:33 Em testemunho ( ) da verdade Atendente Juliana Alves
Nascimento Emol 6,56, TSNR R$ 1,90
FERC R$ 0,96, FERM R$ 0,10 FUNSEG R$ 0,20 ISS 0,48
Total R$ 12,20
Selos 0159658 XSIM02222221: 0406400159658 LXJJ220220210406S

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Cadastro que a presente cópia é reprodução fiel do original
que me foi apresentado, o qual autentico e doutê. Esta autenticação
é relativa apenas a [illegible] do documento. Atendente Tayane
Gomes Pereira Santos Petrolina 04/05/2022 Emol.
R$4,05, TSNR R$7,81, ISS R$0,21 FERM R$0,04, FUNSEG R$0,08.
FERC R$0,41, TOTAL R$ 13,7
Selos: 0159666 NZP04202204 04065
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, nº 938, Centro, Petrolina-PE
Fone (87) 3024-1035, CNPJ: 29.234.806/0001-26
E-mail: 1snotas.petrolina@gmail.com
Pablo Vitório Castro de Melo - Tabelião de Notas e Protestos

1º SNP

PROCURAÇÃO PÚBLICA

LIVRO P-70
FOLHA: 36-37
PROTOCOLO Nº 18.726
1º TRASLADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, do qual atestado e dou fé. Esta autenticação é relativa apenas à existência do documento. Atendente:Tayane Gomes Pereira Santos. Petrolina, 04/05/2022 Emol. R$3,65, TSRN R$0,17, ISS 0,10 FERM R$0,04 , FUNSEG R$0,08 , FERC R$0,41, TOTAL R$5,19.
Selo:0159686.AWJ04202204109643

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

SAIBAM quantos este público instrumento virem, que aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois (07/01/2022), nesta Cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, República Federativa do Brasil, nesta serventia extrajudicial compareceu como outorgante **BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.296.627/0001-49, registrada na JUCEPE sob a NIRE 26600344799, com sede na Rua Apocalipse, nº 110, sala 02, antiga rua 43, bairro José e Maria, Petrolina/PE, neste ato representada pelo seu titular **GEBSON ROLIM COSTA,** brasileiro, alfabetizado, declarando ser solteiro e conviver em união estável, empresário, nascido em 21 de junho de 1988, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04177984195 DETRAN/PE, inscrito no CPF nº 076.774.084-00, residente e domiciliado na Rua Edvan Mendes de Sá, nº 215, Loteamento Recife, Petrolina/PE; a presente pessoa compareceu capaz e em pleno gozo de suas faculdades mentais, e foi reconhecida como sendo a própria por identificação procedida mediante a verificação dos documentos apresentados e acima consignados, do que dou fé. Pelo representante da empresa outorgante me foi dito por este público instrumento que nomeia e constitui seu bastante procurador **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS,** brasileiro, alfabetizado, casado, engenheiro civil, portador do RG de nº 1482494345 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 079.859.864-64, residente e domiciliado na Rua Xique Xique, nº 115, Areia Branca, Petrolina/PE; **e/ou GERSON DA SILVA COSTA,** brasileiro, alfabetizado, separado judicialmente, encarregado de obras, portador do RG nº 303287560 SSP/BA, inscrito no CPF nº 248.831.404-82, residente e domiciliado na Rua do Taquari, nº 135, Areia Branca, Petrolina/PE; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para, **em conjunto ou separadamente,** tratar dos assuntos e interesses da empresa outorgante, podendo representá-la junto à Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil S/A, banco do Nordeste do Brasil S/A, Banco Sicoob, Banco Sicred, Banco Santander, Banco Itaú, Banco Bradesco, demais Agências ou Instituições Bancárias, de Petrolina – PE e de qualquer Estado da

Federação e junto às Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Mistas e Autárquicas, Incra, INSS, Receita Federal, Secretaria da Fazenda, Junta Comercial de Pernambuco, Juntas Comerciais do Brasil, Foro, Juízo, Instâncias ou Tribunais, Detrans, Ciretrans, Prefeituras, Cartórios em Geral, Codevasf, Distrito de Irrigação, Companhia da água, esgoto, energia, Empresas Privadas, podendo o dito procurador assinar propostas e contratos de abertura de contas bancárias, movimentá-las e encerrá-las, efetuar pagamento, depósitos, assinar contratos e distrato, concordar ou discordar com cláusulas e condições, fazer retiradas, solicitar talões de cheques, requerer, receber e usar cartões de conta e de crédito, usar, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, receber importâncias, sacar dinheiro, emitir, assinar, endossar e sacar cheques, verificar saldos, extratos, assinar propostas de empréstimos/financiamentos, usando dos recursos legais propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, segundo umas e outras até final decisão, receber importâncias, recorrer, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, passar e assinar recibos, dar e aceitar quitação, constituir advogado, assinar instrumento de mandato, fazer Certificado Digital, apresentar, assinar, juntar e retirar documentos, adquirir, comprar, administrar, alugar, doar, ceder, vender e transferir bens móveis, fazer cadastramento, negociar débitos, assinar contratos e distrato em geral, reconhecer firma em nome da empresa outorgante, fazer contratos de locação, de mútuo, de construção e de financiamento; receber alugueis e indenizações, mover ação de despejo, se necessário, assinar convenções de condomínio, e comparecer a assembleia de condôminos com os mais amplos e gerais poderes, concordar ou discordar com cláusulas e condições, requerer e receber certidões, assinar formulários, requerimentos, receber importâncias, requerer e receber certidões, bem como praticar todos os atos de gestão que se fizerem necessários em nome da empresa outorgante, podendo para tanto admitir e demitir funcionários, assinando as respectivas carteiras de trabalho e fixando-lhes cargos, efetuar pagamento de salários, pagar taxas, impostos, assinar livros, fazer e requerer declarações, dar e assinar recibos e quitações, requerer registros em geral, fazer acordos e homologações; podendo assinar toda e qualquer documentação necessária, inclusive, participar de licitações e ainda representá-la para a consecução deste fim, junto a Repartições Públicas Administrativas, Seguradoras em geral, Bancos e Instituições Financeiras, Serviços Notariais, CONTRAN, EPTTC, DNIT, DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL, COMPANHIAS DE SEGUROS, INSPETORIAS DE TRÂNSITO, DELEGACIAS DE ROUBOS E FURTO DE VEÍCULOS e onde com esta se apresentar for necessário, podendo requerer, alegar e assinar o que for preciso, juntar e apresentar e solicitar reconhecimento de firmas, retirar documentos, inclusive carta de quitação, requerer 2° via de documentos, inclusive, pagar taxas, multas e demais emolumentos necessários, impostos e débitos em geral, constituir advogado com poderes contidos na cláusula "ad-judicia" "et-extra", dar e aceitar quitações, juntar e retirar documentos, responder pela outorgante, liquidar dívidas, negociar débitos, requerer e receber certidões, assinar formulários, requerimentos, receber importâncias, transigir, confessar dívidas e receber quitação,

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Esta autenticação refere-se apenas à reprodução do documento. Atendente:Tayane Gomes Pereira Santos Petrolina, 04/05/2022 Emol. R$3,65, TSRN R$0,61, ISS R$0,10, RERM R$0,04, FUNSEG R$0,08, TFJ R$0,41, TOTAL R$5,19.
Selo:0159586.FPG04202204.00641

0901141

desistir, e firmar compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, com o prazo de validade indeterminado, permitido substabelecer. Do que dou fé. E como assim o disse, depois de lida e achada em conformidade assina **GEBSON ROLIM COSTA.** Emolumentos no valor de R$71,24, TSNR no valor de R$15,83, FERM no valor de R$ 0,79 FUNSEG no valor de R$ 1,58, FERC no valor de R$7,92 e ISS R$3,96. Eu, _____, Belª. Victoria de Oliveira Prado, escrevente notarial autorizada desta Primeira Serventia Notarial e de Protestos de Petrolina - PE, que a digitei e assino. Em testemunho da verdade (aa) **GEBSON ROLIM COSTA.** Está digitada conforme com o original em livro de folhas soltas, dou fé. DATA SUPRA. SICASE nº 0015082344

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Selo: 0139966.2RE122021105.00210
Data: 07/01/2022
Consulte autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital

1º SNP

VICTORIA DE OLIVEIRA PRADO
Escrevente Autorizada
Primeira Serventia Notarial de Petrolina

1ª SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, n. 936
Vila Eduardo - CEP 56.328-000
Petrolina-PE
Tel.: (87) 3024-1035
CNPJ: 29.234.806/0001-26

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, dou fé que é autêntico e dou fé. Esta autenticação é relativa apenas a [illegible] do documento. Atendente:Tayane Gomes Pereira Santos [illegible] Petrolina, 04/05/2022 Emol. R$3,65, TSRN R$0,81, ISS 0,20 FERM R$0,04 , FUNSEG R$0,08 , FERC R$0,41, TOTAL R$5,19
Selo:0159566.IYJ04205204.09942

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-PE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2220538162/2021
Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - Crea-PE, o Acervo Técnico do profissional **MOISES BARBOZA MENDES** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MOISES BARBOZA MENDES**
Registro: **16090962PE** RNP: **2116090962**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **PE20210579246** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 16/09/2021
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **LIBERATO NETO DE MACEDO EIRELI-ME.**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO - PE** CPF/CNPJ: **10.358.174/0001-84**
Endereço do contratante: RUA CORONEL CLEMENTINO COELHO Nº: 203
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: AFRÂNIO UF: PE CEP: 56360000
Contrato: 132/2019 Celebrado em: 09/12/2019
Valor do contrato: R$ 471.457,10 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA RUA 02, 03 E RUA LEODORIO RODRIGUES DAMASCENO - ARIZONA; RUA 01, 02 E 03 - BARRAS DA MELANCIAS Nº: S/N
Complemento: Bairro: ARIZONA E BARRA DAS MELANCIAS
Cidade: AFRÂNIO UF: PE CEP: 56360000
Data de início: 20/12/2019 Situação: atividade em andamento
Finalidade: Outro
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO - PE CPF/CNPJ: 10.358.174/0001-84

Atividade Técnica: **16 - Execução** INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > #29030 - PAVIMENTAÇÃO 55 - Execução de serviço técnico 5347.00 metro quadrado; **16 - Execução** INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > #29492 - MEIO FIO 55 - Execução de serviço técnico 1598.00 metro; **16 - Execução** INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > #29493 - SARGETA 55 - Execução de serviço técnico 1598.00 metro;

Observações

Prestação de serviços de engenharia relativos à pavimentação em piso intertravado e paralelepípedo granítico. Total = 5347,00. Quantidade em piso intertravado= 4323,00m2 quantidade em piso granítico= 1024,00m2

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que ao encontro vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2220538162/2021
01/10/2021, 09:03
4Zzdd

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Este acervo é parcial e fica restrito aos serviços técnicos desenvolvidos pelo profissional especificamente nos períodos de 20/12/2019 a 15/12/2020.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-PE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2220538162/2021
Atividade em andamento

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 4Zzdd

PREFEITURA DE
AFRÂNIO

Rua Cel. Clementino Coelho, nº 203 – Centro – Afrânio – PE.
CNPJ: 10.358.174/0001-84
FONE: (0**87) 3868-1054

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220538162/2021, emitida em 01/10/2021

ATESTADO

A PREFEITURA MUNCIPAL DE AFRÂNIO – PE, CNPJ 10.358.174/0001-84, com sede na Rua Cel. Clementino Coelho, nº 203 – Centro de Afrânio – PE, CEP:56.360-000, atesta para os devidos fins, que a Empresa **LIBERATO NETO DE MACEDO EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº **14.237.407/0001-41**, Registrada no CREA/PE sob o nº 000057996-3, sediada na Rua Bertolino Coelho de Macedo, 282, A, Centro, Dormentes – PE, CEP: 56.355-000, tendo como responsável técnico o Engº. Civil Moisés Barboza Mendes, CPF nº 095.273.304-83 Crea – RN, nº 211609096-2, vem sendo executados os serviços de engenharia relativo à pavimentação em piso intertravado e paralelepipedo granítico de ruas nas localidades: Arizona, Barra das Melancias, no município de Afrânio – PE, conforme contrato nº 0132/2019, ART Nº PE20200473887 planilha de quantitativos em anexo.

Período de execução: inicio 20/12/2019

Termino 15/12/2020

Afrânio –PE, 24 de Maio de 2021

Paulo Cavalcanti Ramos

Eng. Civil CREA nº 181984610-5

CPF nº 086.873.204-42

Secretario Municipal de Obras e infraestrutura

Portaria Nº026/2021

Certidão nº 2220538162/2021
30/03/2022, 17:29
Chave de Impressão: 4Zzdd
O documento neste ato registrado foi emitido em 01/10/2021 e contém 3 folhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

AFRÂNIO

Localização		
Arizona Barra das Melancias, Afranio - PE		
Objetivo		
OBRA: pavimentação em piso intertravado e paralelepipedo granítico.		
Empresa Contratada/CNPJ		Contrato
LIBERATO NETO DE MACEDO EIRELI – ME- 14.237.407/0001-41		132/2019

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE
1	RUA 02 - ARIZONA				
1.1	72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	SINAPI	M2	1.435,00
1.2	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	SINAPI	M	410,00
1.3	92399	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF 12/2015	SINAPI	M2	1.312,00
1.4	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF 06/2016	SINAPI	M	410,00
1.5	83693	CAIACAO EM MEIO FIO	SINAPI	M2	102,50
2	RUA 03 - ARIZONA				
2.1	72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	SINAPI	M2	1.435,00
2.2	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	SINAPI	M	410,00
2.3	92399	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF 12/2015	SINAPI	M2	1.312,00
2.4	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF 06/2016	SINAPI	M	410,00
2.5	83693	CAIACAO EM MEIO FIO	SINAPI	M2	102,50
3	RUA LEODORIO RODRIGUES DAMASCENO - ARIZONA				
3.1	72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	SINAPI	M2	1.024,00
3.2	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	SINAPI	M	256,00
3.3	72799	PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO SOBRE COLCHAO DE AREIA REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3 (PEDRAS PEQUENAS 30 A 35 PECAS POR M2)	SINAPI	M2	1.024,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220538162/2021, emitida em 01/10/2021

Certidão nº 2220538162/2021
30/03/2022, 17:29
Chave de Impressão: 4Zzdd
O documento neste ato registrado foi emitido em 01/10/2021 e contém 3 folhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					
Localização					
Anzona, Barra das Melancias, Afranio - PE					
Objetivo					
OBRA: pavimentação em piso intertravado e paralelepipedo granitico.					
Empresa Contratada/CNPJ					**Contrato**
LIBERATO NETO DE MACEDO EIRELI – ME- 14.237.407/0001-41					132/2019
3.4	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	SINAPI	M	256,00
3.5	83693	CAIACAO EM MEIO FIO	SINAPI	M2	0,00
4	**RUA 01 - BARRA DAS MELANCIAS**				
4.1	72981	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	SINAPI	M2	0,00
4.2	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF_06/2016	SINAPI	M	0,00
4.3	72799	PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO SOBRE COLCHAO DE AREIA REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3 (PEDRAS PEQUENAS 30 A 35 PEÇAS POR M2)	SINAPI	M2	0,00
4.4	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	SINAPI	M	0,00
4.5	83693	CAIACAO EM MEIO FIO	SINAPI	M2	0,00
5	**RUA 02 - BARRA DAS MELANCIAS**				
5.1	72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	SINAPI	M2	1.001,00
5.2	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF_06/2016	SINAPI	M	286,00
5.3	92399	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	SINAPI	M2	943,80
5.4	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	SINAPI	M	286,00
5.5	83693	CAIACAO EM MEIO FIO	SINAPI	M2	0,00
6	**RUA 03 - BARRA DAS MELANCIAS**				
6.1	72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	SINAPI	M2	826,00
6.2	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF_06/2016	SINAPI	M	236,00
6.3	92399	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	SINAPI	M2	765,20
6.4	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	SINAPI	M	236,00
6.5	83693	CAIACAO EM MEIO FIO	SINAPI	M2	0,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 22205381 62/2021, emitida em 01/10/2021

Certidão nº 22205381 62/2021
30/03/2022, 17:29
Chave de Impressão: 4Zzdd
O documento neste ato registrado foi emitido em 01/10/2021 e contém 3 folhas

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, a execução do contrato da Ordem de Compra nº **38-OC-EC-129** pela empresa **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME,** inscrita no CNPJ nº **20.296.627/0001-49,** com sede na Rua do Triunfo, nº 533 A, Bairro Maria Auxiliadora na Cidade de Petrolina-PE, sendo a Contratante a empresa ODOYA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.514.590/0002-69, com sede na Rua Lavínia Magalhães, nº 535, Boca do Rio, Salvador - BA.

- Responsável Técnico da Contratada: **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS,** Engenheiro Civil, RNP 1813771278, CREA-PE Nº **056773** com visto ativo no CREA-BA, CPF nº 079.859.864-64, RG nº 14824943-45, SSP-BA;
- **Representante da Contratante:** PATRICIA DE MELLO TOSTES, **Coordenadora de Subestações,** CPF nº 034.252.739-81, residente em Petrolina - PE ;
- Dados do Contrato: Ordem de Compra nº **38-OC-EC-129**, assinado em 10 de julho de 2018, que tem como objeto a "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO DE VIAS DA SUBESTAÇÃO MORRO DO CHAPEU - BA".

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 11/07/18 à 11/04/19.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 606.020,00 (seiscentos e seis mil e vinte reais).

ART's da Obra: BA20200309629.

Endereço da Obra: Trecho Sem Definição, s/n, Zona Rural, Cafarnaum - BA.

Informamos que os serviços foram realizados de modo satisfatório e suas quantidades estão demonstradas na tabela abaixo:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA SUBESTAÇÃO MORRO DO CHAPÉU (MUNICÍPIO CAFARNAUM)			
Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	**MOBILIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DESMOBILIZAÇÃO**	Vb	1,00
2	**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
	DEMOLIÇÃO, CARGA E BOTA FORA DE MEIO FIO, INCLUSIVE TRANSPORTE.	m^3	220,00
3	**PREPARAÇÃO DA BASE**		
	REGULARIZAÇÃO MECÂNICA DO SUBLEITO.	m^3	3.700,00
4	**PAVIMENTO**		

Patrícia de Mello Tostes

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-PE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2220513796/2020

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - Crea-PE, o Acervo Técnico do profissional **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS**
Registro: **PE056773 PE** RNP: **1813771278**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **PE20190421584** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 03/09/2019 Baixada em: 08/07/2020
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. - ME.**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE** CPF/CNPJ: **10.358.190/0001-77**
Endereço do contratante: AVENIDA GUARARAPES Nº: 2114
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56302905
Contrato: 324/2019 Celebrado em: 17/07/2019
Valor do contrato: R$ 185.986,88 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: TRAVESSA PADRE FRAGA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56304281
Data de início: 23/07/2019 Conclusão efetiva: 23/11/2019
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE CPF/CNPJ: 10.358.190/0001-77

Atividade Técnica: 7 - **EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #29643 - REFORMA 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** CONSTRUÇÃO CIVIL > #29897 - PAVIMENTAÇÃO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #30367 - PÚBLICO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado;

Observações

Prestação de serviços de engenharia civil relativos à REFORMA DA PRAÇA PADRE FRAGA, no município de Petrolina - PE, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDURBH.

Número da ART: **PE20200494574** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 26/03/2020 Baixada em: 08/07/2020
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA. - ME.**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE** CPF/CNPJ: **10.358.190/0001-77**
Endereço do contratante: AVENIDA GUARARAPES Nº: 2114
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56302905
Contrato: 324/2019 Celebrado em: 17/07/2019
Valor do contrato: R$ 194.982,25 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: TRAVESSA PADRE FRAGA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PETROLINA UF: PE CEP: 56304281
Data de início: 23/07/2019 Conclusão efetiva: 22/03/2020
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE CPF/CNPJ: 10.358.190/0001-77

Atividade Técnica: 7 - **EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #29643 - REFORMA 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** CONSTRUÇÃO CIVIL > #29897 - PAVIMENTAÇÃO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** EDIFICAÇÕES > #30367 - PÚBLICO 42 - Execução de Obra Técnica 907.80 metro quadrado;

Observações

1º termo aditivo do Contrato nº 324/2019: prorrogação do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, bem como acréscimo de valor, OBJETO: Prestação de serviços de engenharia civil relativos à REFORMA DA PRAÇA PADRE FRAGA, no município de Petrolina - PE, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDURBH.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-PE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2220513796/2020

Atividade concluída

Informações Complementares

- O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da engenharia civil, não sendo contempladas neste registro os itens plantio de árvores, por se tratar de atividades fora da atribuição do profissional.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2220513796/2020
31/08/2020, 15:46
3Z3DW

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-pe.sitac.com.br/publico, com a chave: 3Z3DW

PETROLINA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, a execução do contrato de nº **324/2019** pela empresa **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº **20.296.627/0001-49**, com sede na Rua do Triunfo, nº 533 A, Bairro Maria Auxiliadora na Cidade de Petrolina-PE, sendo a Contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA – PE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 10.358.190/0001-77, com sede na Avenida Guararapes, nº 2114, Centro, Petrolina-PE.

- Responsável Técnico da Contratada: **LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS**, Engenheiro Civil, RNP 181377127-8, CREA-PE Nº 56773, CPF nº 079 859 864-54.
- Representante da Contratante: GIOVANNI DE LIMA COSTA, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, CPF nº 013 619 125-05, residente em Petrolina-PE.
- Responsável Técnico da Contratante pela fiscalização: JOYCE CAMARGO F. CAVALCANTI, Engenheira Civil, CREA-PE 36157, Portaria 02760/2019
- Dados do Contrato: nº **324/2019** assinado em 17 de julho de 2019, que tem como objeto a "prestação de serviços de engenharia civil relativos à Reforma da Praça Padre Fraga, no município de Petrolina - PE".

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 23/07/19 à 22/03/20

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 194.982,25 (cento e noventa e quatro mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

ART's da Obra: PE20190421684, PE20200494574.

Endereço da Obra: Travessa Padre Fraga, s/n, Centro, Petrolina-PE, CEP: 56304-281

Informamos que os serviços foram realizados de modo satisfatório e suas quantidades estão demonstradas na tabela abaixo

OBRA: Reforma da Praça Padre Fraga
LOCAL: Travessa da Padre Fraga, Centro, Petrolina-PE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	8,00
1.2	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,00
1.3	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF_12/2017	M2	0,58
1.4	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO DE PISO ENCIMENTADO INCLUSIVE LASTRO DE CONCRETO	M2	127,32
1.5	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO DE PISO COM LADRILHO HIDRAULICO OU CERAMICO INCLUSIVE LASTRO DE CONCRETO	M2	23,85
1.6	DEMOLICAO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES	M3	3,56

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220513796/2020, emitida em 31/08/2020

Certidão nº 2220513796/2020
03/09/2020, 00:36
Chave de Impressão: 323DW
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/08/2020 e contém 3 folhas

PETROLINA

1.7	DEMOLICAO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	M3	1.23
1.8	DEMOLICAO DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDOS SOBRE AREIA	M2	222.11
1.9	DEMOLICAO DE PAVIMENTACAO COM PRE-MOLDADOS DE CONCRETO, INCLUINDO EMPILHAMENTO	M2	403.17
1.10	DEMOLICAO DE MEIO-FIO	M2	228.36
1.11	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M3XKM	1843.35
1.12	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M2	12.00
1.13	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016	M2	12.00
1.14	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	M2	12.00
1.15	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, E= 6MM, COM PINTURA A CAL E REAPROVEITAMENTO DE 2X	M2	83.42
1.16	ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA AEREA MONOFASICA 50A COM POSTE DE CONCRETO, INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO	UN	0.00
1.17	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE AGUA E ESGOTO	UM	0.00
2	**TRABALHOS EM TERRA**		
2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	18.26
2.2	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	2.66
2.3	ESCAVAÇÃO VERTICAL A CÉU ABERTO, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111 HP), FROTA DE 3 CAMINHÕES BASCULANTES DE 14 M³, DMT DE 0,2 KM E VELOCIDADE MÉDIA 4 KM/H. AF_12/2013	M3	66.86
2.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M3XKM	2431.99
2.5	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	907.80
3	**PAVIMENTO**		
3.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	51.30
3.2	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	6.66
3.3	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M2	545.80
3.4	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M2	394.00
3.5	PASSEIO EM LAJOTA DE CONCRETO ANTIDERRAPANTE 30X30CM, TATIL ALERTA E DIRECIONAL NATURAL, APLICADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO TRAÇO 1:3:5 DE 5CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE A EXECUCAO DO LASTRO	M2	24.18
3.6	PISO EM CONCRETO 20MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7 CM, COM ARMACAO EM TELA SOLDADA	M2	10.08
4	**SINALIZAÇÃO**		
4.1	PINTURA EPOXI, DUAS DEMAOS	M2	10.08
4.2	CAIACAO EM MEIO FIO	M2	13.95
4.3	Confecção de placa em aço nº 16 galvanizado, com película retrorrefletiva tipo I + III	M2	4.99
5	**INSTALAÇÕES**		
5.1	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6.00
5.2	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	M	151.38
5.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	75.59
5.4	CAIXA DE GORDURA DUPLA (CAPACIDADE: 126 L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO. DIMENSÕES INTERNAS = 0,4X0,7 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF_05/2018	UN	0.00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220513796/2020, emitida em 31/08/2020

Certidão nº 2220513796/2020
03/09/2020, 00:36
Chave de Impressão: 3Z3DW
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/08/2020 e contém 3 folhas

PETROLINA

5.5	Canaleta de drenagem em alvenaria de tijolo maciço, dimensões internas 40 x 50cm, com tampa de concreto, inclusive escavação manual	M	70.70
6	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
6.1	Banco com encosto, comp=1.50m, largura=30cm, pé de ferro fundido e com 10 réguas de madeira, inclusive pintura	UN	3.00
6.2	TUBO CONCRETO SIMPLES DN 500 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO INCLUSIVE ESCAVACAO MANUAL 2M3/M	M	4.00
6.3	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2.00 M AF_05/2018	UN	12.00
6.4	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2.00 M E MENOR OU IGUAL A 4.00 M AF_05/2018	UN	4.00
6.5	CONCRETO CICLOPICO FCK=10MPA 30% PEDRA DE MAO INCLUSIVE LANCAMENTO	M3	0,12
7	**ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS**		
7.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120.00
7.2	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120.00
8	**LIMPEZAS**		
8.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	907,80
9	**SERVIÇOS EXTRAS**		
9.1	Concreto simples fabricado na obra, fck=25 mpa, lançado e adensado	M3	5.94
9.2	Poste decorativo reto, h=3,00m, em ferro galvanizado com 2 globos leitosos brancos, Clarão ou similar, inclusive lampada led 6w	UND	1.00
9.3	Portal com estrutura metálica pintada e base, revestimento em ACM grafite e prata, letras de alto relevo em PVC 20mm pintada, completo com colocação, medidas 4.65x4.50 m	UND	1,00
9.4	Portal com estrutura metálica pintada e base, revestimento em ACM grafite e prata, letras de alto relevo em PVC 20mm pintada, completo com colocação, medidas 5.25x4.50 m	UND	1.00
9.5	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA) AF_11/2017	M	6,00
9.6	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA	M2	3.60
9.7	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	0.69

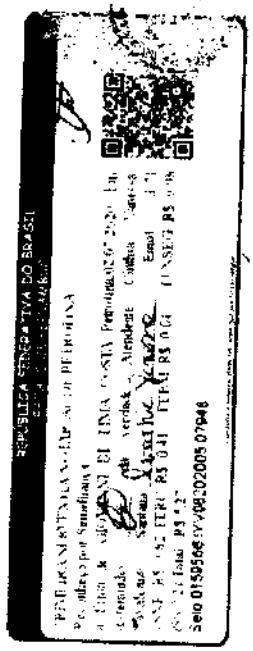
Petrolina-PE, 22 de junho de 2020.

1ª SNP

Giovanni de Lima Costa
(CPF. 013 619 125-05)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE

Joyce Camargo F Cavalcanti

Joyce Camargo F Cavalcanti
Portaria 02760/2019
Engenheira Civil – CREA-PE 36157
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA - PE



Página 3

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, vinculado à Certidão nº 2220513796/2020, emitida em 31/08/2020

Certidão nº 2220513796/2020
03/09/2020, 00:36
Chave de Impressão: 3Z3DW
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/08/2020 e contém 3 folhas

DECLARAÇÃO DE DECLINIO DA VISITA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO – BA.
TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022.
DATA: 30/05/2022 ÀS 10 : 00 Hs.

A **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ/MF N.º 20.296.627/0001-49, com sede na cidade de Petrolina – PE, Declara que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço. e que em atendimento ao do edital, faço parte da equipe que ira executar os serviços objeto da licitação em epígrafe

Petrolina – PE, 30 de MAIO de 2022

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA – CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.

MOISÉS BARBOZA MENDES
ENGENHEIRO CIVÍL
REG. CREA-PE nº 211609096-2

Moisés Barboza Mendes
Engenheiro Civil
CREA-RN 2116090962

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO – BA.
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022.
DATA: 30/05/2022 ÀS 10 : 00 Hs.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

A **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ/MF N.º 20.296.627/0001-49, com sede na cidade de Petrolina – PE, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

Petrolina – PE, 30 de MAIO de 2022

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA - CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.

Rua Do Apocalipse nº 110 sala 01 antiga rua 43 José e Maria- Petrolina - PE CEP: 56.331-295 Telefax: (87) 3864-2231 / 98809-4233 - e-mail: bfconstru@outlook.com

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO – BA.
TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022.
DATA: 30/05/2022 ÀS 10 : 00 Hs.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME**, CNPJ/MF N.º 20.296.627/0001-49, com sede na cidade de Petrolina – PE, declara, sob as penas da Lei, que está enquadrada como microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.

Petrolina – PE, 30 de MAIO de 2022

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA – CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.

À

60

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO – BA.
TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022.
DATA: 30/05/2022 ÀS 10 : 00 Hs.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

Petrolina – PE, 30 de MAIO de 2022

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA – CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
DATA: 30/05/2022 ÁS 10 : 00 Hs.

DECLARAÇÃO DA CNAE

A empresa, **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. 20.296.627/0001-49, estabelecida na Rua Apocalipse nº 110 (Antiga Rua-43), José e Maria, por seu procurador legal, **Gerson da Silva Costa)**, inscrito no CPF nº 248.831.404-82, e RG nº 3.032.875-60 SSP/BA, DECLARA, junto ao Município de Sobradinho - BA, sob as penas da Lei, que a CNAE que representa a atividade de maior receita é: 41.20-4-00 Construção de Edifício.

Petrolina/PE, 30 de MAIO de 2022.

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CPJ: 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA.
CPF: 248.831.404.82
PROCURADOR.

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
DATA/HORA: 30/05/2022 ás 10 : 00 Hs.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

A Empresa, BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELE, inscrita no CNPJ nº 20.296.627/0001-49, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)Gerson da Silva Costa, portador(a) da Carteira de Identidade nº 032.875-60 SSP/BA e do CPF nº 248.831.404.82, DECLARA que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente vinculado a Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, ou a órgão público federal ou estadual do qual os recursos que ampararão a futura contratação sejam oriundos.

Petrolina/PE, 30 de MAIO de 2022.

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA – CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.

TOMA DE PREÇOS Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
DATA: 30/05/2022 ÀS 10 : 00 Hs.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

GERSON DA SILVA COSTA, como representante devidamente constituído da **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇIS EIRELI**, CNPJ: 20.296.627/0001-49 doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital da TP nº 005/2022, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da licitação TP nº 005/2022 foi elaborada de maneira independente, **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação TP nº 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação TP nº 005/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação TP nº 005/2022 por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação TP nº 005/2022 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação TP nº 005/2022 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação TP nº 005/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação TP nº 005/2022 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA, antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Petrolina/PE, 30 de MAIO de 2022.

BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.296.627/0001-49
GERSON DA SILVA COSTA
CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.

D E C L A R A Ç Ã O

TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022 – CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2022
DIA: 30/05/2022 ÁS 10 : 00 Hs.

A empresa BRAÇO FORTES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº. 20.296.627/0001-49, situada na Rua Apocalipse (antiga rua 43), n° 110, Bairro Jose e Maria, Petrolina/PE, declara sob as penas da Lei que:

1) Que aceita as condições estipuladas neste Edital;
2) Que executará os serviços de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA;
3) Que obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA;
durante a execução dos serviços;
4) Que dispõe de máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado necessários à execução do objeto;
5) Que entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos, e demais profissionais não figuram Empregados ou servidores da Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA;
e que estão aptos a participar desta licitação.
6) Que, na medida do possível, usará mão de obra local (comunidade) para a prestação dos serviços objeto deste Edital;
7) Que obedecerá ao disposto pela NR nº 18 do MTE.
8) Que adotará todas as medidas exigidas com vistas à execução dos serviços contratados, resguardando os critérios de sustentabilidade ambiental preconizados na legislação pertinente.

Petrolina/PE, 30 de MAIO de 2022.

GERSON DA SILVA COSTA
CPF: 248.831.404-82
PROCURADOR.
BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.296.627/0001-49

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

ENVELOPE Nº 01 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

REF: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, Nº 11, MONTE SANTO/BA

CNPJ: 31.325.469/0001-24

DATA: 30/05/2022 AS 10:00H

MA empreendimentos

000607

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
Ref.: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

TERMO DE ABERTURA

A Empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ nº 31.325.469/0001-24, vem através deste declarar a Abertura dos Documentos de Habilitação da licitação **Tomada de Preços sob nº 005/2022** do referido município, contendo nos documentos a seguir **106 Folhas**, rubricadas, enumeradas e assinada por quem de direito, sem mais.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

MA empreendimentos

000608

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

HABILITAÇÃO JURIDICA

0001

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comércio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75 99915 1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

ATO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA M A EMPREENDIMENTOS EIRELI 000609
CNPJ nº 31.325.469/0001-24

AMAURI DA SILVA CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 20/05/1983, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 320.684.148-80, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 06489427400, órgão expedidor DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA DO COLEGIO, SN, POVOADO PEDRA VERMELHA, MONTE SANTO, BA, CEP 48800000, BRASIL.

Titular da empresa de nome M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600391480, com sede Praca da Igreja, SN , Pedra Vermelha Monte Santo, BA, CEP 48800000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, delibera e ajusta a presente alteração e consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, CEP 48.800-000.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em MONTE SANTO / BA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o ato constitutivo, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

AMAURI DA SILVA CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 20/05/1983, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 320.684.148-80, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 06489427400, órgão expedidor DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA DO COLEGIO, SN, POVOADO PEDRA VERMELHA, MONTE SANTO, BA, CEP 48800000, BRASIL.

Titular da empresa de nome M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600391480, com sede na: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, CEP 48.800-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, neste ato, resolve consolidar o contrato social conforme cláusulas abaixo:

DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa gira sob o nome empresarial: **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI.**

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

000

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa tem sede na: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, CEP 48.800-000.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais): ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; PRODUÇÃO MUSICAL; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; TRANSPORTE ESCOLAR; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR - GERADORES, GUINCHOS E GUINDASTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS.

CNAE FISCAL

7739-0/03 - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
3313-9/01 - manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
9001-9/02 - produção musical
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
7739-0/99 - aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
7732-2/01 - aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor
4924-8/00 - transporte escolar
4923-0/02 - serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4399-1/02 - montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4313-4/00 - obras de terraplenagem
4222-7/01 - construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4120-4/00 - construção de edifícios
3811-4/00 - coleta de resíduos não-perigosos
3600-6/02 - distribuição de água por caminhões
9001-9/06 - atividades de sonorização e de iluminação

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

(quinhentas mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUINTA. A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

CLÁUSULA SEXTA. A empresa iniciou suas atividades em 24/08/2018 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SETIMA– A empresa poderá abrir filiais em qualquer parte do território nacional, desde que seja do interesse da mesma e atenda as exigências legais.

DO ENQUADRAMENTO

CLAUSULA OITAVA - Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de PEQUENO PORTE - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/10/2006.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a **AMAURI DA SILVA CARVALHO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DECIMA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA. A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

participa de outra empresa da mesma modalidade. 000612

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece MONTE SANTO – BA.

MONTE SANTO, 10 de junho de 2021.

Amauri da Silva Carvalho

AMAURI DA SILVA CARVALHO

JUCEB

Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiane Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

0005

000613

218698666

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
PROTOCOLO	218698666 - 18/06/2021
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600391480
CNPJ 31.325.469/0001-24
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/06/2021
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98083741 DE 23/06/2021 DATA AUTENTICAÇÃO 23/06/2021

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98083741

Tiana Regila M. G. de Araujo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

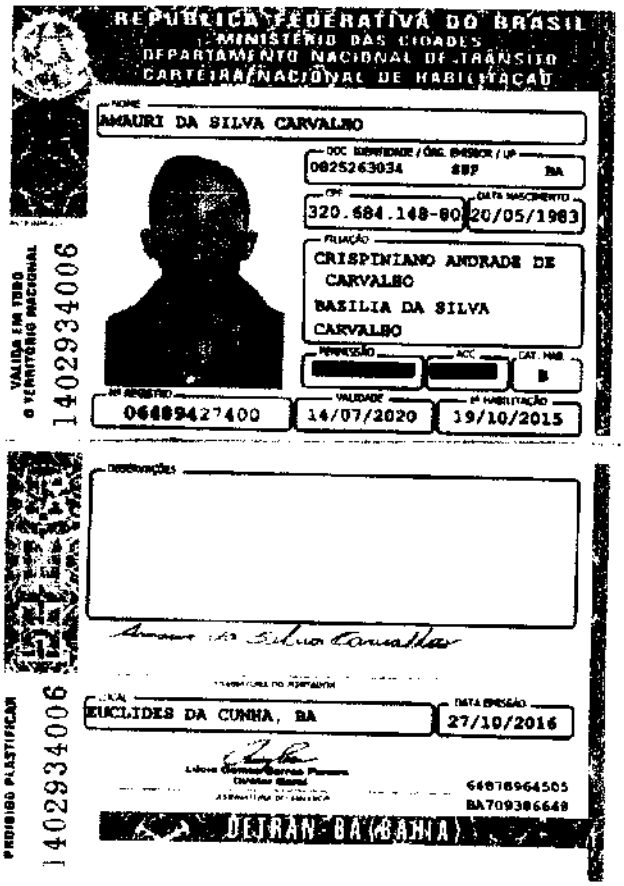
Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro sob o nº 98083741 em 23/06/2021
Protocolo 218698666 de 18/06/2021
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 167750945009357
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

23/06/2021

0008



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
AMAURI DA SILVA CARVALHO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0925263034 SSP BA

CPF
320.684.148-80

DATA NASCIMENTO
20/05/1983

FILIAÇÃO
CRISPINIANO ANDRADE DE CARVALHO
BASILIA DA SILVA CARVALHO

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06489427400

VALIDADE
14/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
19/10/2015

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1402934006

OBSERVAÇÕES

LOCAL
EUCLIDES DA CUNHA, BA

DATA EMISSÃO
27/10/2016

Libna Gomes Barros Pereira
Diretor Geral

64878964505
BA709386649

DETRAN-BA (BAHIA)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1402934006

000614

0007

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-9
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 6º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 9.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conteúdo neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 956305081908312107 27-1; Data: 05/06/2019 08:37:
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIW35046-JMTO;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

000615

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa M A EMPREENDIMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa M A EMPREENDIMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/07/2020 20:50:40 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **M A EMPREENDIMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 95630508190831210727-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00006b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba0f5113e0a8fb9b1f806086655219b20ae07a96423c2c58985f2a9779c1022e2ae41b7172257ea6b9df2d23eeb1dfcd8bb44c2e24438b59f0d2109fec67f6b20

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

0008

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) Nº 003/2022

VALIDADE: 31/12/2022

Razão Social: **MA EMPREENDIMENTOS EIRELI**
CPF/CNPJ: **31.325.469/0001-24**

A Empresa acima está inscrita no Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Sobradinho/BA para os serviços abaixo discriminados, e de acordo com as normas gerais para licitação (Lei nº 8.666/93), está habilitada, no que tange aos documentos apresentados, e nos prazos neles previstos.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contratação de empresa especializada para: **77.39-0-03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes** - CNAE PRINCIPAL, havendo secundários.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Amauri da Silva Carvalho	**CPF:** 320.684.184-80
RG nº: 0825263034-SSP/BA	**Cargo/Função:** Proprietário
Assinatura: Amauri da Silva Carvalho	

É de responsabilidade da empresa a atualização do presente cadastro, sempre que necessário, devendo informar qualquer fato que altere os dados nesse existentes, sob pena de responsabilidade na forma da Lei.

Obs.: Foi apresentado requerimento para o cadastramento em 23/02/2022, contendo 85 páginas, referente aos documentos de cadastramento.

Sobradinho/BA, em 23 de fevereiro de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 11:54:02 que o documento de hash (SHA-256) 5a5f382c91f73c3349c35a296fefd54ee52300369afc5339b8bada9d87a2cf31 foi validado em 07/04/2022 11:43:38 através da transação blockchain 0x72015f5a40e9094710c584e5a14a866f64e54d98d68b92ad3d750f70965da3d3 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58693)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

000617

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **5a5f392c91f73c3349c35a296fefd54ee52300369afc5339b6bada9d87a2cf31** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **58893** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CRC SOBRADINHO"**, cujo assunto é descrito como **"CRC SOBRADINHO"**, faz prova de que em **07/04/2022 11:28:58**, o responsável **Amauri da Silva Carvalho (320.***.***-80)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Amauri da Silva Carvalho a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **07/04/2022 11:44:35** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x72015f5a40e9094710c584e5a14a666f64e54d98d68b92ad3d750f70965de3d3**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

JUCEB

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESPECÍFICA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA	
Nome Empresarial: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI	
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA	
NIRE 29600391480	CNPJ 31.325.469/0001-24

OBSERVAÇÕES

INFORMAMOS QUE A EMPRESA M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, POSSUI ENDEREÇO NA AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11 CENTRO - CEP 48800000, MONTE SANTO-BAHIA.

Ato	Número	Data	Descrição
000	29204543236	24/08/2018	CONTRATO
000	97786123	24/08/2018	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
002	29600391480	16/05/2019	TRANSFORMACAO
002	97881359	24/07/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	97881359	24/07/2019	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	97949441	12/02/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	97949441	12/02/2020	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	98057132	30/03/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	98057132	30/03/2021	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
307	98067628	04/05/2021	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	98083741	23/06/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	98083741	23/06/2021	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

SALVADOR - BA, 18 de Maio de 2022

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

225955512

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM http://regin.juceb.ba.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 8235051622287 CPF SOLICITANTE: 320.684.148-80 NIRE: 29600391480 EMITIDA: 18/05/2022 PROTOCOLO: 225955512

MA empreendimentos

000619

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

0012

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comércio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75.99915.1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

000620

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
31.325.469/0001-24 **MATRIZ**		**24/08/2018**

NOME EMPRESARIAL
M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
M A EMPREENDIMENTOS	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS	**11**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
48.800-000	**CENTRO**	**MONTE SANTO**	**BA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MAEMPREENDIMENTOSMS@OUTLOOK.COM	**(75) 9915-1765**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/08/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/05/2022** às **10:13:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

0013

000621

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:40:38 do dia 02/03/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/08/2022.
Código de controle da certidão: **7AFB.C4B9.165F.74E7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0014

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 02/05/2022 10:04

Certidão Negativa de Débitos Tributários

000622

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20221937658**

RAZÃO SOCIAL	
M A EMPREENDIMENTOS EIRELI	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	31.325.469/0001-24

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 02/05/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

0015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
PRAÇA PROFESSOR SALGADO
MONTE SANTO
BA

000623

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº. 451/2022

Passada de acordo com o pedido, do (a) Sr.(ª).

Nome	CPF/C.N.P.J	C.G.A da Empresa
M A EMPREENDIMENTOS EIRELI	**31.325.469/0001-24**	**540965**

Endereço:			
AV. DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS 11 1º. ANDAR			
Bairro:	**CEP:**	**Município:**	**UF:**
CENTRO	48800000	MONTE SANTO	BA

CERTIFICO que, verificando em nossos registros, não constam débitos para a empresa supra citado, que impeçam a expedição desta certidão até a presente data em nome do contribuinte acima identificado, ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

Observação: Esta certidão tem validade de 90 dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.montesanto.ba.gov.br/.
Conforme código de controle informado abaixo.

Certidão emitida via internet em:
02/03/2022

Código de Controle da Certidão:

28956.451.20220302.S133.15543

Certidão Válida até:31/05/2022

0016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPTO DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

BOLETIM DO CADASTRO ECONÔMICO

Emissão.: 17/05/2022 15:02:04

Empresa e Dados Gerais

Cadastro: 15543 **Inscrição Municipal:** 540965
Razão Social: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
Contador:
Nome Fant.: M A EMPREENDIMENTOS **Nat. Jurid.:** Jurídica
C.N.P.J.: 31.325.469/0001-24 **INSC. EST..:** **C.P.F.:** **R.G.:** **CAD.CONTR:** 15543

Endereço

Insc. Imob.: **Endereço:** AV. DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS **Nº:** 11
Compl.: 1º ANDAR **Bairro:** CENTRO **CEP:** 48.800-000
Tel.: (75)9990-045 **Fax:** **E-mail:** maempreendimentosms@outlool **Município:** MONTE SANTO - BA

Características Gerais

Prop. Estabelecido no Município.: NÃO OUTROS **Optante Simples:** SIM
Imune ou Isento de ISS: NÃO **Data Abertura:** 28/08/18 **Imóvel Próprio:** NÃO
Imune de TLL: NÃO **Nº Processo Abertura:** 540965 **Junta Comercial.:**
Porte Empresa: EMPRESA DE PEQUENO PORTE **Reg. na Junta:** **Emite NF.:** NÃO
Natureza Jurídica: ENTIDADE EMPRESARIAS **Situação:** Normal **Constr. Civil Estab. no Município.:** NÃO
Tipo Prof. Autonomo: **Data Situação:** **Nº Empregados:**
Distrito: **Nº Processo Baixa:**

Atividades Exercidas

TFF/TLF: 90.01-9-02 - PRODUÇÃO MUSICAL
TLL: -
Visa: -
Outros: -
ISS Fixo: -
ISSQN: 3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres
CNAE: 90.01-9-02 - Produção musical

Atividades Secundárias - CNAE

Código	Descrição	Dt.Início	Dt.Encer.
77.39-0-03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes		
36.00-6-02	distribuição de agua por caminhão		
38.11-4-00	Coleta de resíduos não perigosos		
42.13-8-00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas		
43.13-4-00	Obras de terraplenagem		
47.44-0-99	Comércio varejista de materiais de construção em geral		
49.23-0-02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista		
49.24-8-00	Transporte escolar		
77.11-0-00	Locação de automóveis sem condutor		
77.32-2-01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes		
82.30-0-01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
41.20-4-00	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS		

Atividades secundárias TFF

77.32-2-01	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
38.11-4-00	COLETA DE RESIDUOS NÃO PERIGOSOS
47.44-0-99	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONTRUCÃO EM GERAL
42.22-7-01	CONSTRUÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS D
41.20-4-00	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS
36.00-6-02	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES
77.11-0-00	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR

0017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPTO DE ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

BOLETIM DO CADASTRO ECONÔMICO

Emissão.: 17/05/2022 15:02:04

43.99-1-02	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS
43.99-1-02	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS.
42.13-8-00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
90.01-9-02	PRODUÇÃO MUSICAL
49.23-0-02	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
82.30-0-01	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
49.24-8-00	TRANSPORTE ESCOLAR

INFORMAÇÕES DO CADASTRO

Responsável: EZIVALDO MOURA DA SILVA **Data:**
Processo Nº: 540965 **Data do Processo:** 28/08/18

OBSERVAÇÃO

0018

000626

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.325.469/0001-24
Razão Social: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
Endereço: PRA DO COMERCIO SN 1 ANDAR / POV PEDRA VERMELHA / MONTE SANTO / BA / 48800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/05/2022 a 11/06/2022

Certificação Número: 2022051303575964818913

Informação obtida em 26/05/2022 11:10:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

- 0019

000627

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 31.325.469/0001-24
Certidão nº: 13613108/2022
Expedição: 02/05/2022, às 10:11:29
Validade: 29/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.325.469/0001-24, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0020

empreendimentos

000628

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

0021

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comércio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75.99915.1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

000629

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-BA

Nº 132848/2022
Emissão: 31/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 1c1DY

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICO, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa juridica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos e membros do quadro técnico não se encontram em débito com as anuidades do CREA/BA.

Interessado(a)

Empresa: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: 31.325.469/0001-24

Registro: 0010119299

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 500.000,00

Data do Capital: 30/03/2021

Faixa: 3

Objetivo Social: COBERTURAS E ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS. OBJETIVO SOCIAL SOMENTE NO ÂMBITO DA ENGENHARIA CIVIL.

Restrições Relativas ao Objetivo Social:

Endereço Matriz: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA, 48800000

Tipo de Registro: DEFINITIVO (EMPRESA)

Data Inicial: 31/10/2018

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0001012234DDBA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS

Registro: 0515189529

CPF: 965.893.105-72

Data Inicio: 31/10/2018

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Titulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Artigo 7.º da Lei n.º 5.194/66, com restrições das atividades contidas nas alineas "a","b","c","d","e","f" e "h" referentes a portos,aeroportos e barragens.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: 1c1DY
Impresso em: 31/03/2022 às 12:19:08 por: adapt, ip: 168.0.32.121

0022

000630

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-BA

Nº 132380/2022
Emissão: 30/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: Ax97z

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - CREA-BA.

Interessado(a)

Profissional: FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS
Registro: 0515189529
CPF: 965.893.105-72

Tipo de Registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 13/03/2017

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: Artigo 7.º da Lei n.º 5.194/66, com restrições das atividades contidas nas alíneas "a","b","c","d","e","f" e "h" referentes a portos,aeroportos e barragens.
Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITARIO ESTACIO DA BAHIA
Data de Formação: 04/03/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
Registro: 0010119299
CNPJ: 31.325.469/0001-24
Data Início: 31/10/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: RMJ EMPREENDIMENTOS LTDA
Registro: 0010190023
CNPJ: 36.580.768/0001-29
Data Início: 29/05/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: CMS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES EIRELI - EPP
Registro: 0010029907
CNPJ: 18.927.816/0001-20
Data Início: 06/11/2017
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: Ax97z
Impresso em: 30/03/2022 às 13:30:26 por: movel, ip: 187.111.142.156

0023

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

112549/2021

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - Crea-BA, o Acervo Técnico do profissional **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS**
Registro: **3000047784BA** RNP: **0515189529**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **BA20200340117** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 04/08/2020 Baixada em: 12/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO** CPF/CNPJ: **13.806.567/0001-00**
Endereço do contratante: AVENIDA TANCREDO NEVES Nº: 636
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: CANSANÇÃO UF: BA CEP: 48840000
Contrato: 110/2020 Celebrado em: 04/08/2020
Valor do contrato: R$ 952.479,21 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Público
Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE
Endereço da obra/serviço: AVENIDA sede Nº: S/N
Complemento: Bairro: centro
Cidade: CANSANÇÃO UF: BA CEP: 48840000
Data de início: 04/08/2020 Conclusão efetiva: 04/03/2021
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO CPF/CNPJ: 13.806.567/0001-00

Atividade Técnica: **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #144 - PAVIMENTAÇÃO DE PARALELEPIPEDOS 111 - Execução de Obra Técnica 13132,94 METRO QUADRADO;

Observações

Execução de pavimentação em paralelepípedo do centro da sede do município de Cansanção do estado da Bahia.

Informações Complementares

- CONSIDERAR COMO OS SERVIÇOS EXECUTADOS APENAS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA CIVIL.
- ESTA CERTIDÃO É PARA FIM EXCLUSIVO DE ACERVO TÉCNICO E NÃO ACRESCENTA QUALQUER ATRIBUIÇÃO ÀS ORIGINARIAMENTE CONSIGNADAS NO REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA, SENDO VEDADA QUALQUER EXTRAPOLAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA 'b' DO ARTIGO 6° DA LEI 5.194 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 112549/2021
05/11/2021, 08:18
WwC0Z

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega de propostas.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: WwC0Z

0024

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cansanção
Secretaria Municipal de Administração
Av. Temístocles Neves, 636, centro – Cansanção – Bahia – CEP: 48 840 000
CNPJ Nº 13.806.567/0001-00

CANSANÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Cansanção/BA, inscrita no CNPJ nº 13.806.567/0001-00, vem por meio deste atestar para os devidos fins que a empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, sediada na Praça da Igreja, s n, Distrito sede Vermelha na cidade de Monte Santo-BA, CEP: 48800-000, inscrita no CNPJ nº 31.320.462/0001-24, tendo como responsável Técnico o Engenheiro Civil **Fabio do Nascimento Santos CREA Nº 051518952-9**, executou integralmente a Obra de contratação de empresa especializada para execução de pavimentação em paralelepípedo, com drenagem superficial, de ruas no centro da sede do Município de Cansanção do Estado da Bahia, resultante chamamento do Contrato de Repasse nº 884769/2019 - Operação 1067089-10, assim as atividades de acordo com requisitos exigidos e dentro dos prazos estabelecidos em contrato o que nos permite considerar satisfatório o atendimento da empresa.

ENDEREÇO DA OBRA: RUAS DA SEDE, S N, CENTRO NA CIDADE DE CANSANÇÃO BA, CEP: 48840-000
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2021
CONTRATO Nº 117/2021
VALOR: 952.479,21 (novecentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos)
ART Nº **BA20200340117** - Engenheiro Civil Fabio do Nascimento Santos
Período da Obra: 04/10/2021 a 04/03/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	BASE	CODIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE TOTAL
1.			**PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DA SEDE**		
1.1.			**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1.1.	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	18,00
1.2.			**PAVIMENTAÇÃO**		
1.2.1	SINAPI	78472	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	13.132,94
1.2.2	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO AF_11/2019	M2	13.132,94
1.2.3	SINAPI	72799	PAVIMENTO EM PARALELEPIPEDO SOBRE COLCHAO DE AREIA REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3 (PEDRAS PEQUENAS 30 A 35 PECAS POR M2)	M2	13.132,94

Renato Borges
Engº Civil
CREA-BA 051520003-6

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 112549/2021, emitida em 05/11/2021

Certidão nº 112549/2021
05/11/2021, 10:47
Chave de Impressão: WwC0Z
O documento nesta ato registrado foi emitido em 04/11/2021 e contém 2 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia
RUA PROFESSOR ALOÍSIO DE CARVALHO FILHO, 402, ENGENHO VELHO DE BROTAS - SALVADOR-BA.
Tel.: + 55 (71) 3453-8990 Fax: + 55 (71) 3453-8989 E-mail: creaba@creaba.org.br

CREA-BA

Impresso em: 05/11/2021, às 10:47.

000633

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cansanção
Secretaria Municipal de Administração
Av. Tancredo Neves, 636, centro – Cansanção – Bahia – CEP. 48.840-000
CNPJ Nº 13.806.567/0001-00

CANSANÇÃO

1.2.4.	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	3.591,00
1.2.5.	SINAPI	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	237,51
1.2.6.	ORSE	12214	Rampa padrão para acesso de deficientes a passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, desempolada, com pintura indicativa em novacor, 02 demãos	UN.	38,00
1.2.7.	ORSE	4864	Piso tátil direcional e de alerta, em concreto colorido, pldeficientes visuais, dimensões 30x30cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	M2	1.038,86
1.3.			SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
1.3.1.	ORSE	10712	Confecção de placa de sinalização totalmente refletiva	UN.	24,00
1.3.2.	SINAPI	73916/002	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	15,00
1.4.			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
1.4.1.	ORSE	6191	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	M2	13.132,94

O REFERIDO E VERDADE E DOU FE

CANSANÇÃO/BA, 05 DE ABRIL DE 2021

SUITBERG BELAU
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Renato Borges
Engº Civil
CREA-BA

RENATO VIERA BORGES
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 05[illegible]
ENG. FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO/BA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 112549/2021, emitida em 05/11/2021

Certidão nº 112549/2021
05/11/2021, 10:47
Chave de Impressão: WwC0Z
O documento neste ato registrado foi emitido em 04/11/2021 e contém 2 folhas

- 0026

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

54350/2020

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - Crea-BA, o Acervo Técnico do profissional **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS**
Registro: **3000047784BA** RNP: **0515189529**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **BA20200269792** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 12/03/2020 Baixada em: 07/05/2020
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA** CPF/CNPJ: **13.691.811/0001-28**
Endereço do contratante: PRAçA GILSON VIANA DE CASTRO S/N Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: CASA NOVA UF: BA CEP: 47300970
Contrato: 336/2019 Celebrado em: 04/12/2019
Valor do contrato: **R$** 261.913,67 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Público
Ação institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE
Endereço da obra/serviço: POVOADO BARRAGEM DA GIBOIA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: CASA NOVA UF: BA CEP: 47300970
Data de início: 20/01/2020 Conclusão efetiva: 20/03/2020
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA CPF/CNPJ: 13.691.811/0001-28

Atividade Técnica: **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > OBRAS EM TERRA E TERRAPLENAGEM > #127 - TERRAPLENAGEM 111 - Execução de Obra Técnica 102.38 METRO CÚBICO; **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #142 - PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO 111 - Execução de Obra Técnica 180.00 METRO QUADRADO; **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #144 - PAVIMENTAÇÃO DE PARALELEPIPEDOS 111 - Execução de Obra Técnica 140.00 METRO QUADRADO; **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > EDIFICAÇÕES DE ALVENARIA > #88 - EDF. DE ALVENARIA PARA FINS DIVERSOS 111 - Execução de Obra Técnica 214.50 METRO CÚBICO;

Observações

CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NA BARRAGEM DA GIBOIA, Município de Casa Nova – BA

Informações Complementares

- CONSIDERAR COMO OS SERVIÇOS EXECUTADOS APENAS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA CIVIL.
- ESTA CERTIDÃO É PARA FIM EXCLUSIVO DE ACERVO TÉCNICO E NÃO ACRESCENTA QUALQUER ATRIBUIÇÃO ÀS ORIGINARIAMENTE CONSIGNADAS NO REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA, SENDO VEDADA QUALQUER EXTRAPOLAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA 'b' DO ARTIGO 6° DA LEI 5.194 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 54350/2020
19/05/2020, 18:39
W35xY

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega de propostas.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: W35xY

0027

000635

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Casa Nova/BA, inscrita no CNPJ nº 13.691.811/0001-28, vem por meio de este atestar para os devidos fins que a empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, sediada na Praça do Comercio, 1ª andar, s/n, Distrito Pedra Vermelha na cidade de Monte Santo/BA, CEP: 48800-000, inscrita no CNPJ nº 31.325.469/0001-24, tendo como responsavel Técnico o Engenheiro Civil **Fabio do Nascimento Santos CREA Nº 051518952-9**, executou a Obra de Construção de uma passagem molhada na barragem da giboia no Município de Casa Nova/BA abaixo relacionados de acordo com requisitos exigidos e dentro dos prazos estabelecidos em contrato o que nos permite considerar satisfatório o atendimento da empresa.

PROCESSO LICITATORIO Nº 290/2019
CARTA CONVITE Nº 003/2019
CONTRATO Nº 336/2019
VALOR: 261.913,67 (Duzentos e sessenta e um mil novecentos e treze reais e sessenta e sete centavos) ART Nº **BA20200269792** - Engenheiro Civil Fábio do Nascimento Santos
Período da Obra: 20/01/2020 a 20/03/2020

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0	BASE	CODIGO	PASSAGEM MOLHADA		
1.1	SINAPI	74209/001	Placa da obra	M²	3,00
1.2	ORSE	93	Alvenaria pedra granitica argamassada traço (1:5) - 1 saco cimento 50kg / 5 padiolas areia dim. 0,35x0,45x0,23m - Confecção mecânica e transporte	M³	214,50
1.3	ORSE	2243	Pavimentação em placas de concreto simples, fck 35 mpa, e=21 cm, em áreas sujeitas à cargas pesadas	M²	180,00
1.4	SINAPI	72799	Pavimento em paralelepipedo sobre colchao de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 pecas por m2)	M²	140,00
1.5	ORSE	3318	Reboco especial de parede 2cm com argamassa traço I3 - 1:3 cimento / areia / vedacit	M²	73,92
1.6	SINAPI	94876	Assentamento de tubo de pead corrugado de dupla parede para rede coletora de esgoto, dn 750 mm, junta elástica integrada, instalado em local com nivel baixo de interferências (não inclui fornecimento). af_06/2016	M	96,00
1.7	ORSE	70	Execução de aterro compactado,sem controle do grau de compactação e sem forn. de material	M³	102,38
1.8	SINAPI	73698	Enrocamento manual, com arrumacao do material	M³	60,00
1.9	ORSE	4960	Meio-fio granitico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	M	1100,00
1.10	ORSE	11738	Descida de água para cortes em degraus tipo ded 02	M	150,00
1.11	ORSE	2760	Dissipador de energia tipo des 02	UNID.	20,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 54350/2020, emitida em 19/05/2020

Certidão nº 54350/2020
19/05/2020, 21:30
Chave de Impressão: W35xY
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/05/2020 e contém 2 folhas

0028

000636

1.12	SINAPI	73817/1	Embasamento de material granular - po de pedra	M³	36,00

Casa Nova/BA, 02 de abril de 2020

João Vilinei Oliveira Braga
Secretário Municipal de Obras
Decreto nº 003/2017

JOAO VILINEI DE OLIVEIRA BRAGA
SECRETARIO DE OBRA

CESAR TORRES SANTOS FILHO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 300007726-9 BA
ENG. FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 54350/2020, emitida em 19/05/2020

Certidão nº 54350/2020
19/05/2020, 21:30
Chave de Impressão: W35xY
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/05/2020 e contém 2 folhas

0029

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
82771/2021
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - Crea-BA, o Acervo Técnico do profissional **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS**
Registro: **3000047784BA** RNP: **0515189529**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **BA20200360655** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 04/09/2020 Baixada em: 27/02/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO** CPF/CNPJ: **13.806.567/0001-00**
Endereço do contratante: AVENIDA TANCREDO NEVES Nº: 636
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: CANSANÇÃO UF: BA CEP: 48840000
Contrato: 1132020 Celebrado em: 28/08/2020
Valor do contrato: R$ 589.507,92 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE
Endereço da obra/serviço: POVOADO Alto Lindo e Riacho das Pedras Nº: SN
Complemento: Bairro: laje da Tapera e povoados
Cidade: CANSANÇÃO UF: BA CEP: 48840000
Data de início: 28/08/2020 Conclusão efetiva: 28/11/2020
Finalidade: Esportivo
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO CPF/CNPJ: 13.806.567/0001-00

Atividade Técnica: 12 - **Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > EDIFICAÇÕES ESPECÍFICAS > #96 - GINASIO DE ESPORTES 111 - Execução de Obra Técnica 3.00 UNIDADE:

Observações

Construção de quadras poliesportiva sem cobertura em povoados do município de Cansanção,Bahia.

Informações Complementares

- CONSIDERAR COMO OS SERVIÇOS EXECUTADOS APENAS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA CIVIL.
- CONSIDERAR COMO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA, APENAS EM BAIXA TENSÃO NA EDIFICAÇÃO.
- ESTA CERTIDÃO É PARA FIM EXCLUSIVO DE ACERVO TÉCNICO E NÃO ACRESCENTA QUALQUER ATRIBUIÇÃO ÀS ORIGINARIAMENTE CONSIGNADAS NO REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA, SENDO VEDADA QUALQUER EXTRAPOLAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA `b` DO ARTIGO 6° DA LEI 5.194 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 82771/2021
19/05/2021, 13:51
27ZZb

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega de propostas.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: 27ZZb

0030

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cansanção
Secretaria Municipal de Administração
Av. Tancredo Neves, 636, centro – Cansanção – Bahia – CEP. 48.840-000
CNPJ Nº 13.806.567/0001-00

CANSANÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Cansanção/BA, inscrita no CNPJ nº 13.806.567/0001-00, vem por meio de este atestar para os devidos fins que a empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, sediada na Praça da Igreja, s/n, Distrito Pedra Vermelha na cidade de Monte Santo/BA, CEP: 48.900-000, inscrita no CNPJ nº 31.325.469/0001-24, tendo como responsável Técnico o Engenheiro Civil **Fabio do Nascimento Santos CREA Nº 051518952-9**, executou a Obra de contratação de empresa especializada para execução da construção de três quadras poliesportivas sem coberturas – tipo C, com sapatas, sendo uma localizada na sede do Município, no Bairro Laje da Tapera e as demais localizadas no Povoado, sendo uma localizada no Povoado Alto Lindo e outra localizada no Povoado Riacho das Pedras, no Município de Cansanção – Bahia – Bahia, abaixo relacionados de acordo com requisitos exigidos e dentro dos prazos estabelecidos em contrato, o que nos permite considerar satisfatório o atendimento da empresa.

ENDEREÇO DA OBRA: POVOADO ALTO LINDO, POVOADO RIACHO DAS PEDRAS E BAIRRO LAJE DA TAPERA NA CIDADE DE CANSANÇÃO/BA, CEP: 48840-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126.2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020

CONTRATO Nº 113/2020

VALOR: R$ 699.057,92 (seiscentos e noventa e nove mil cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos)

ART Nº **BA 20200360655** – Engenheiro Civil Fábio do Nascimento Santos

Período da Obra: 28 de agosto a 28 de abril de 2020

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Código	FONTE	Descrição	Und	Quant.
1.0			**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	18,00
1.2	99059	SINAPI	Locação convencional de obra, através de gabarito de tábuas corridas	M	90,00
1.3	41598	SINAPI	Instalação provisóna de energia elétrica aerea trifasica 40A	UN	3,00
1.4	93584	SINAPI	Execução de depósito em canteiro de obra em chapa de madeira compensada	m²	3,00
2.0			**MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÕES**		
2.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³	58,32
2.2	94099	SINAPI	Preparo de fundo de vala	m²	126,00
2.3	96995	SINAPI	Reaterro manual apiloado com soquete de vala com material da obra	m³	58,32

Renato Borges
Engº Civil
CREA-BA 051660085-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 82771/2021, emitida em 19/05/2021

Certidão nº 82771/2021
19/05/2021, 13:56
Chave de impressão: 2722b
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/05/2021 e contém 4 folhas

0031

000639

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cansanção
Secretaria Municipal de Administração
Av. Tancredo Neves, 636, centro - Cansanção - Bahia - CEP: 48.840-000
CNPJ Nº 13.806.567/0001-00

CANSANÇÃO

2.4	96523	SINAPI	Escavação manual para bloco de coroamento ou sapata	m³	4,5
3.0			**FUNDAÇÕES**		
3.1			**CONCRETO ARMADO - SAPATAS**		
3.1.1	95241	SINAPI	Lastro de concreto magro, aplicado em pisos e radiers, espessura 5 cm.	m²	11,52
3.1.2	95952	SINAPI	Execução de concreto armado 25 Mpa	m³	4,80
3.2			**CONCRETO ARMADO - VIGAS BALDRAMES**		
3.2.1	95241	SINAPI	Lastro de concreto magro, aplicado em pisos e radiers, espessura 5 cm.	m²	194,40
3.2.2	95952	SINAPI	Execução de concreto armado 25 Mpa	m³	23,40
4.0			**SUPERESTRUTURA**		
4.1			**CONCRETO ARMADO - LAJE DE PISO PARA QUADRA**		
4.1.1	96396	SINAPI	Execução e Compactação de base e/ou sub base com brita graduada simples, exclusive cargo e transporte.	m³	45,00
4.1.2	72183	SINAPI	PISO EM CONCRETO 20MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7 CM, COM ARMACAO EM TELA SOLDADA	m²	1.440,00
4.1.3	95276+ 88309	SINAPI	POLIDORA DE PISO (POLITRIZ), PESO DE 100KG, DIAMETRO 450 MM, MOTOR ELETRICO, POTÊNCIA 4 HP - CHP DIURNO.	CHP	36,00
4.1.4	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA.	m³	19,32
5.0			**SISTEMAS DE VEDAÇÃO VERTICAL**		
5.1			**ALVENARIA DE VEDAÇÃO**		
5.1.1	87477	SINAPI	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos de 8 furos 9x19x19cm ; assentamento com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m²	138,00
6.0			**ESQUADRIAS**		
6.1	85188	SINAPI	PORTAO EM TUBO DE ACO GALVANIZADO DIN 2440/NBR 5580, PAINEL UNICO, DIMENSOES 1,0X1,6M, INCLUSIVE CADEADO	UN	6,00
7.0			**IMPERMEABILIZAÇÃO**		
7.1	68053	SINAPI	FORNECIMENTO/INSTALACAO LONA PLASTICA PRETA, PARA IMPERMEABILIZACAO, ESPESSURA 150 MICRAS.	m²	1.440,00
8.0			**REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO**		
8.1	87529	SINAPI	Massa única para recebimento de pintura em traço 1:2:8, preparo mecânico	m²	138,00
9.0			**PINTURAS E ACABAMENTOS**		
9.1	88489	SINAPI	Aplicação manual de Pintura com tinta látex acrílica em paredes 2 demãos.	m²	138,00
9.2	72815	SINAPI	Pintura Epoxi 2 demãos	m²	1.440,00
9.3	41595	SINAPI	Pintura acrílica de faixas de demarcação em quadra poliesportiva	M	330,00
9.4	73924/0 01	SINAPI	Pintura esmalte para estrutura metálica e alambrado, 2 demãos	m²	648,00

Renato Borges
Engº Civil
CREA-BA 051660065-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 82771/2021, emitida em 19/05/2021

Certidão nº 82771/2021
19/05/2021, 13:56
Chave de Impressão: 27ZZb
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/05/2021 e contém 4 folhas

0032

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cansanção
Secretaria Municipal de Administração
Av. Tancredo Neves, 636, centro – Cansanção – Bahia – CEP. 48.840-000
CNPJ Nº 13.806.567/0001-00

CANSANÇÃO

10.0			**INSTALAÇÃO ELÉTRICA - 220V**		
10.1	68066	SINAPI	Caixa de proteção para medidor	UN	3,00
10.1.1	83397	SINAPI	POSTE DE CONCRETO DUPLO T H=9M CARGA NOMINAL 500KG INCLUSIVE ESCAVACAO, EXCLUSIVE TRANSPORTE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
10.1.2	68066	SINAPI	Caixa de proteção para medidor	UN	3,00
10.1.3	93665	SINAPI	Disjuntor Bipolar de 40A	UN	15,00
10.1.4	92661	SINAPI	NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 40 (1 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6,00
10.1.5	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
10.1.6	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_05/2018	UN	3,00
10.1.7	93008	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 50 MM (1 1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	6,00
10.1.8	95732	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM (1/2), APARENTE, INSTALADA EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	UN	54,00
10.1.9	91902	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	54,00
10.1.10	91934	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	90,00
10.2			**Instalação elétrica interna**		
10.2.1	83446	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM 30X30X40 COM TAMPA E DRENO BRITA	UN	12,00
10.2.2	21127	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	150,00
10.2.3	91836	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	360,00
10.2.4	74246/001	SINAPI	REFLETOR RETANGULAR FECHADO COM LAMPADA VAPOR METALICO 400 W	UN	24,00
10.2.5	72281	SINAPI	REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE MERCURIO USO EXTERNO 220V/400W	UN	24,00
11.0			**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
11.1	25400	SINAPI	Par de tabelas de basquete em compensado naval com aro de metal e rede	UN	3,00
11.2	25398	SINAPI	Conjunto metálico de traves para futsal oficial 3,0x2,0, inclusive pintura e redes	UN	3,00
11.3	25399	SINAPI	Conjunto metálico para rede de voleibol, inclusive redes e antenas	UN	3,00
12.0			**ALAMBRADO**		

Renato Borges
Engº Civil
CREA-BA 051660085-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 82771/2021, emitida em 19/05/2021

Certidão nº 82771/2021
19/05/2021, 13:56
Chave de Impressão: 272Zb
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/05/2021 e contém 4 folhas

0033

000641

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cansanção
Secretaria Municipal de Administração
Av. Tancredo Neves, 65, Centro – Cansanção – Bahia – CEP: 48.840-000
CNPJ Nº 13.806.567/0001-00

CANSANÇÃO

12.1	92335	SINAPI	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1.356,00
12.2	7158	SINAPI	TELA DE ARAME GALV QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 2,77 MM (12 BWG), MALHA 5 X 5 CM, H = 2 M INSTALADO	m²	1.005,00
12.3	23	Próprio	Rede de Proteção Esportiva Para Cobertura de Futebol de Campo/Society e Quadra de Futsal Fio 2 Malha 12cm Verde INSTALADO	m²	1.755,00
12.4	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (PARA INSTALAÇÃO DA TELA DE ARAME E REDE DE PROTEÇÃO)	H	144,00
13.0			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**		
13.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	144,00
13.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	960,00

O REFERIDO E VERDADE E DOU FÉ

CANSANÇÃO/BA, 17 DE DEZEMBRO DE 2021

PAULO HENRIQUE PASSOS ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

Renato Borges
Engº Civil
CREA-BA 051660085-0

RENATO VIEIRA BORGES
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 051660085-0
ENG. FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANÇÃO/BA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 82771/2021, emitida em 19/05/2021

Certidão nº 82771/2021
19/05/2021, 13:56
Chave de Impressão: 27Z2b
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/05/2021 e contém 4 folhas

0034

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-BA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
77405/2021
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - Crea-BA, o Acervo Técnico do profissional **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS**
Registro: **3000047784BA** RNP: **0515189529**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **BA20210453758** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 02/02/2021 Baixada em: 10/02/2021
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha** CPF/CNPJ: **13.698.774/0001-80**
Endereço do contratante: SEM DEFINIçãO Centro Administrativo municipal Nº: sn
Complemento: Bairro: Jeremias
Cidade: EUCLIDES DA CUNHA UF: BA CEP: 48500000
Contrato: 296/2020 Celebrado em: 04/09/2020
Valor do contrato: **R$** 97.937,40 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE
Endereço da obra/serviço: PRAçA praça da bandeira Nº: sn
Complemento: Bairro: centro
Cidade: EUCLIDES DA CUNHA UF: BA CEP: 48500000
Data de início: 04/09/2020 Conclusão efetiva: 31/12/2020
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha CPF/CNPJ: 13.698.774/0001-80

Atividade Técnica: **12 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > #262 - PRAÇA 111 - Execução de Obra Técnica 1.00 UNIDADE;

Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA.

Informações Complementares

- COM EXCEÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES À REMOÇÃO DE ÁRVORES, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PLANTIO, PODA POR EXTRAPOLAR AS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL REQUERENTE.
- CONSIDERAR COMO OS SERVIÇOS EXECUTADOS APENAS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA CIVIL.
- CONSIDERAR COMO OS SERVIÇOS REFERENTES ÀS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS APENAS EM BAIXA TENSÃO NO ÂMBITO DA EDIFICAÇÃO.
- ESTA CERTIDÃO É PARA FIM EXCLUSIVO DE ACERVO TÉCNICO E NÃO ACRESCENTA QUALQUER ATRIBUIÇÃO ÀS ORIGINARIAMENTE CONSIGNADAS NO REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA, SENDO VEDADA QUALQUER EXTRAPOLAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA 'b' DO ARTIGO 6° DA LEI 5.194 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 77405/2021
18/02/2021, 14:14
b7y3y

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega de propostas.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ba.sitac.com.br/publico/, com a chave: b7y3y

0035

000643

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura de Euclides da Cunha

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Euclides /BA, inscrita no CNPJ nº 13.698.774/0001-80, vem por meio de este atestar para os devidos fins que a empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, sediada na Praça da igreja, s/n, Distrito Pedra Vermelha na cidade de Monte Santo/BA, CEP: 48800-000, inscrita no CNPJ nº 31.325.469/0001-24, tendo como responsavel Técnico o Engenheiro Civil **Fabio do Nascimento Santos CREA Nº 051518952-9**, executou a Obra de Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de engenharia na requalificação da Praça da Bandeira, localizada na sede do Município de Euclides da Cunha – BA abaixo relacionados de acordo com requisitos exigidos e dentro dos prazos estabelecidos em contrato o que nos permite considerar satisfatório o atendimento da empresa.

ENDEREÇO DA OBRA: PRAÇA DA BANDEIRA, S/N, CENTRO NA CIDADE DE EUCLIDES DA CUNHA/BA, CEP: 48500-000
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/2020
CONTRATO Nº 296/2020
VALOR: 97.937,40 (Noventa e sete mil novecentos e trinta e sete reais e quarenta centavos)
ART Nº **BA20200377598** – Engenheiro Civil Fábio do Nascimento Santos
Período da Obra: 04/09/2020 a 04/11/2020

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Código	Serviços	Ud	Quantidade
01		**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
01.01	ORSE-0000051	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada	m2	2,00
01.02	ORSE-0002497	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	m3	4,06
01.03	ORSE-0005103	Regularização Manual	m2	65,09
01.04	SINAPI/96995	Reaterro manual apiloado com soquete. af_10/2017	m3	0,22
01.05	ORSE-0000050	Locação de construção de edificação até 200m2, inclusive execução de gabarito de madeira	m2	16,00
01.06	ORSE-0004268	Remoção de árvore, porte médio, com utilização de retro-escavadeira	un	1,00
01.07	SINAPI/72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	M3	12,00

Sergio Mauricio de St. Fuc
Secretário Executivo de Obras
Infraestrutura e Urbanismo
Decreto nº 1210/2020

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 77405/2021, emitida em 18/02/2021

Certidão nº 77405/2021
18/02/2021, 15:24
Chave de Impressão: b7y3y
O documento neste ato registrado foi emitido em 18/02/2021 e contém 3 folhas

0036

000644

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura de Euclides da Cunha

01.08	SINAPI/72899	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA, DMT ATE 0,5 KM	M3	12,00
02		**INFRAESTRUTURA**		
02.01	SINAPI/94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	1,35
02.02	ORSE-0000081	Forma plana para fundações, em tábuas de pinho, 01 uso	m2	8,40
02.03	SINAPI/94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	6,30
02.04	SINAPI/92786	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	139,78
02.05	SINAPI/92873	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M3	6,30
03		**REVESTIMENTOS**		
03.01	ORSE-0001937	Revestimento para piso ou parede em mármore branco, aplicado com argamassa industrializada ac-II, rejuntado, exclusive emboço	m2	11,06
04		**PAVIMENTAÇÃO**		
04.01	ORSE-0011457	Pavimentação em bloco de concreto vibroprensado, intertravado, cor natural, 10x20cm, e=6cm, 46un/m2, NBR9781, Fck(min)=35MPa, sob coxim areia grossa compactada c/ placa vibratória, e(comp.)=6cm, rejuntado c/ areia fina.	m2	56,97
05		**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**		
05.01	ORSE-0008349	Refletor para lampada vapor de sódio 400w, Olivo ou similar, inclusive lâmpada e reator	un	4,00
05.02	ORSE-0012833	Fornecimento de Luminária 04 pétalas em Led, p/iluminação pública, 180w, 4000k, 220v, e suporte em tubo aço galv, com Anteparo, da Ilumatic, mod LPL Ares ou similar	un	4,00
05.03	ORSE-0007269	Poste de aço galvanizado cônico contino reto, diâmetro superior 60mm, diâmetro da base 115mm, altura total 5m, Conipost ref. Série 0005/classe 60 da Conipost ou similar	un	4,00
05.04	ORSE-0011753	Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm2, 450/750v - Fornecimento e instalação	m	60,00
06		**URBANIZAÇÃO**		
06.01	ORSE-0010234	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m2	240,35
06.02	ORSE-0003223	Banco de concreto pre-moldado com encosto e pintura (padrão emurb)	un	5,00

Sérgio Mauricio de M. Fares
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos
Decreto nº 1400/2021

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 77405/2021, emitida em 18/02/2021

Certidão nº 77405/2021
18/02/2021, 15:24
Chave de Impressão: b7y3y
O documento neste ato registrado foi emitido em 18/02/2021 e contém 3 folhas

0037

000645

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura de Euclides da Cunha

06.03	ORSE-0010569	Poda de arvores, exceto remoção de entulho	un	11,00
07		**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
07.01	ORSE-0002626	Carga e descarga de meio-fio simples (sem sargeta)	m	70,55
07.02	ORSE-0002620	Meio-fio de concreto simples, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3	m	70,55
07.03	ORSE-0012467	Pintura de meio fio (caiação)	m	123,22
07.04	ORSE-0002624	Remoção e reposição de meio-fio	m	15,00
07.05	ORSE-0002450	Limpeza geral	m2	157,32
08		**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA ESTÁTUA**		
08.01	Mercado	Fornecimento e Instalação Estátua Concreto Armado, Nossa Senhora da Conceição (H=8,0m / 22,0 T)	un	1,00

EUCLIDES DA CUNHA/BA, 17 DE NOVEMBRO DE 2020

HELIO FERNANDO CEZAR DE SOUZA
SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Sergio Mauricio de M. Fucs
Secretaria de Obras e Infraestrutura
Decreto nº 1400/2019

SERGIO MAURICIO DE MATTOS FUCS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 21550/D
ENG. FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA/BA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, vinculado à Certidão nº 77405/2021, emitida em 18/02/2021

Certidão nº 77405/2021
18/02/2021, 15:24
Chave de Impressão: b7y3y
O documento neste ato registrado foi emitido em 18/02/2021 e contém 3 folhas

0038

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-8
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 9º a 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesta dta. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 956309091915115300B9-1; Data: 09/09/2019 15:20:
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJB13388-72A2;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

empreendimentos

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

000646

Pelo presente Instrumento, de um lado FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS brasileiro, Engenheiro Civil, RG BA 655325700 SSP-BA, registro no CREA-BA sob nº 515189529, com endereço na Rua Santo Antônio n 307 - Arraial do Retiro - Salvador - BA,CEP 41.204.020 doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado a empresa, M A EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/ nº 31.325.469/0001-24 com endereço na Praça do comercio, 1 andar, distrito de Pedra Vermelha, MONTE SANTO - BA, CEP 48.880.000, neste ato representada pelo Sócio o Srº AMAURI DA SILVA CARVALHO, CPF 320.684.148-80, residente na Rua do colegio, SN, distrito de Pedra Vermelha, MONTE SANTO BA, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços técnicos profissionais de Engenharia pelo **CONTRATADO** como Responsável Técnico para responder pela empresa na área de engenharia civil.

1.1 - O **CONTRATADO** deverá recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços ora contratados, antes do inicio dos trabalhos.

1.2 - O **CONTRATADO** prestará serviços técnicos no acompanhamento de obras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2 - Os serviços objeto do presente Contrato deverão ser realizados pelo **CONTRATADO**, no prazo indeterminado, e nos dias e horários conforme descriminados abaixo:

QUARTA - FEIRA - 07:30 as 12:00 e das 13:30 as 18:00hs
QUINTA - FEIRA - 07:30 as 12:00 e das 13:30 as 18:00

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.879-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reproduzida fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 956309081915115300B9-2; Data: 09/09/2019 15:20:02
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJB13387-GQT4;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://seloDigital.tjpb.jus.br

MA empreendimentos

000647

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

3- O **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, pelos serviços contratados, o valor total de R$ 6.150,00(Seis Mil Cento e Cinquenta Reais), mensalmente:

3.1- Os tributos incidentes sobre os serviços ora contratados deverão ser recolhidos pelo contribuinte, conforme definido na legislação tributária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4- O presente Contrato e por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5 - O presente Contrato poderá ser rescindido amigavelmente a qualquer tempo, mediante notificação à parte contrária com antecedência mínima de 10(DEZ) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Quanto à fixação do multa para as situações de atraso na execução dos trabalhos, no pagamento ou na rescisão antecipada, deverá o percentual ser fixado pelas partes, de acordo com a situação especifica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

7- Fica estabelecido, nos termos do artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor - Lei Complementar nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que o **CONTRATANTE** poderá reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação referente aos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 05.870-8
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 956309091915115300993; Data: 09/09/2019 15:20:32
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJB13386-IW9;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

8- Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do presente Contrato, ou em exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

8.1- Aplicam-se ao presente Contrato as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor naquilo em que lhe forem compatíveis.

0006

CLÁUSULA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

9- As partes de comum acordo, elegem o Fórum da Comarca MONTE SANTO - BA , para dirimir qualquer lide oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos

MONTE SANTO - BA, 30 de Agosto de 2018.

M A EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ -31.325.469/0001-24
CONTRATANTE

Tabelionato Monte Santo-BA
RECONHECIMENTO
NO VERSO

FÁBIO DO NASCIMENTO SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-BA 515189529
CONTRATADO

Fábio Nascimento
Engenheiro Civil
CREA-BA 515189529

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL COM FUNÇÕES NOTARIAIS
Reconheço por SEMELHANÇA 0001 firma(s) de
FABIO DO NASCIMENTO SANTOS (0122)
Emol: R$ 2,42 Taxa: R$ 2,00 Total: R$4,00
Em testemunho ( ) da verdade.
DENISE MIRANDA DA SILVA SANTOS - ESCREVENTE
Itatim - BA 13/09/2019
Selo(s): 1898.AB 068274-3
Consulte:www.tjba.jus.br/autenticidade

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 04.870-0

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V, 5º, 41 e 62 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido nesse ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 956309091915115300099-4; Data: 09/09/2019 15:20:52

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJB13385-E2B5;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Tabelião

Thailan F. M. de Araújo
Escrevente Autorizado

Thailan F. M. de Araújo Souza
Escrevente Autorizado

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de AMAURI DA SILVA CARVALHO.

Em testemunho da verdade. Thailan Franthisco Macedo De Araujo Souza, Escrevente Autorizado. A etiquata só tem validade acompanhada do QR CODE - MONTE SANTO - BA 14/8/2019. Valor do Ato: R$ 5,00 Emol: R$ 2,42 Taxa: R$ 2,68

2082 AB157124-4

SELO RECONHECIMENTO

www.tjpa.jus.br/autenticidade

000649

0042

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

000650

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa M A EMPREENDIMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa M A EMPREENDIMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/07/2020 20:51:26 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **M A EMPREENDIMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 95630909191511530099-1 95630909191511530099-4
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba0f5113e0a8fb9b1f806086655219b2053424468ac3bffc1172e2584458856bef1197ef3057753e6d2d6f7acf14586c6bb44c2e24438b59f0d2109fec67f6b20

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001

ICP Brasil

0043

MA empreendimentos

000651

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
REF.: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

DECLARAÇÃO DE RENUNCIA DE VISITA TECNICA

A empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 31.325.469/001-24, sediada na Avenida Desembargador Salvio Martins, Nº 11, Centro na cidade de Monte Santo/BA, por intermédio da seu Socio Administrador devidamente constituído, o Sr. Amauri da Silva Carvalho, CPF: 320.684.148-80 e seu responsável Técnico perante ao CREA/BA o Sr. Fabio do nascimento Santos, inscrito sob o CPF Nº 965.893.105-72 e CREA Nº 0515189529, veêm por meio deste DECLARAR sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que deseja não realizar a visita técnica, porém tem conhecimento do local de execução das obras e/ou serviços de engenharia e/ou arquitetura, realizando um exame detalhado, verificando todas as dificuldades, análise do solo, captação de água, luz e força, acessos, transportes, tendo pleno conhecimento de todas as informações, das condições locais e dificuldades e, ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Com isso a empresa se responsabiliza por sua proposta apresentada, alegando não ser necessário a realização visita técnica perante a prefeitura na modalidade Tomada de Preços sob nº 005/2022.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

FABIO DO NASCIMENTO SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CPF: 965.893.105-72
CREA - 051518952-9

0044

000652

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
Ref.: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, cadastrada no CNPJ nº 31.325.469/0001-24, estabelecida na Avenida Desembargador Salvio Martins, Nº11, Centro na cidade de Monte Santo/BA DECLARA, que todos os equipamentos relacionados abaixo estarão disponíveis para a realização dos serviços licitados.

EQUIPAMENTOS

06 CARRINHO DE MÃO
04 PÁS
05 ENCHADA
03 VIBRADOR DE CONCRETO
02 BITONEIRA
02 CAÇAMBAS TRUCK
01 CARRO DE APOIO
02 CAÇMABAS TOCO
01 Caixa de Agua 2.000 Lt
01 Caixa de Agua 3.000 Lt
01 Canteiro de Obra

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

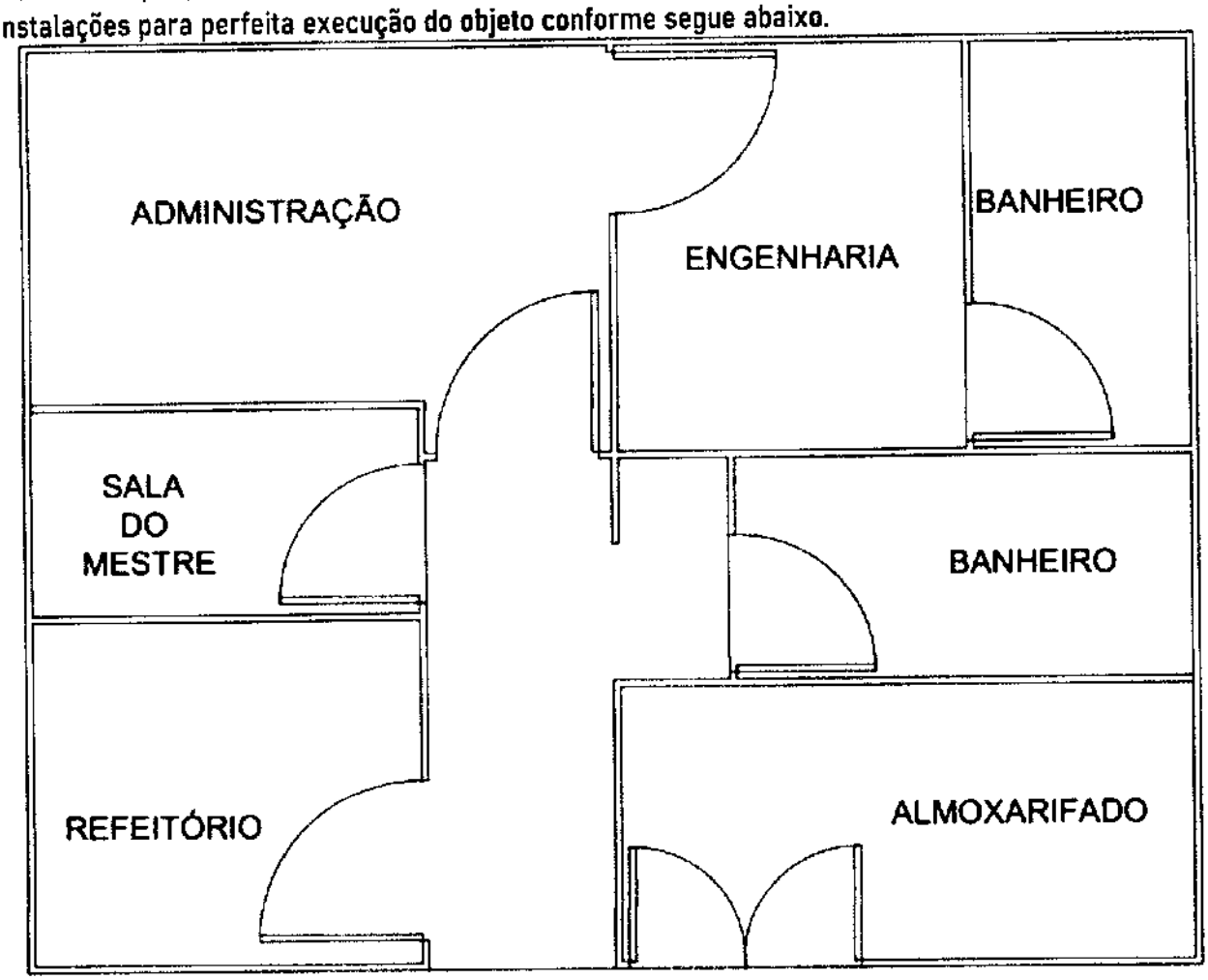
M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0045

À PREFEITURA MUNICIPAL SOBRADINHO/BA.
REF.: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI,** cadastrada no CNPJ nº 31.325.469/0001-24, estabelecida na na Avenida Desembargador Salvio Martins, Nº11, Centro na cidade de Monte Santo/BA, CEP: 48800-000 DECLARA, que se vencedora do certame disponibilizará as instalações para perfeita execução do objeto conforme segue abaixo.



MONTE SANTO/BA, 30 DE MAIO DE 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0046

000654

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
REF.: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

DECLARAÇÃO EQUIPE TECNICA

A empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, cadastrada no CNPJ nº 31.325.469/0001-24, estabelecida na na Avenida Desembargador Salvio Martins, Nº11, Centro na cidade de Monte Santo/BA, CEP: 48800-000 declara que disponibilizara a equipe técnica caso seja consagrada a vencedora do certame e declaramos que se declarados vencedor comprovará os vínculos empregatícios ou contratual dos referidos profissionais.

QUANTIDADE	FUNÇÃO	NOME	REGISTRO/CPF
01	ENGENHEIRO CIVIL	FABIO DO NASCIMENTO SANTOS	CREA Nº 051518952-9
8	CALCETEIROS		
10	AJUDANTES		

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0047

MA empreendimentos

0655

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

0048

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comércio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75 99915 1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

02/05/2022 **005668224**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL

CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005668224 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 02/05/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, portador do CNPJ: 31.325.469/0001-24, estabelecida na AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, CEP: 48800-000, Monte Santo - BA. ******************

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 2 de maio de 2022.

PEDIDO Nº: ***005668224***

000657

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

DE: 01 de janeiro de 2021
ATÉ: 31 de dezembro de 2021
Folha: 00001

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=gTIMly2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgilBthjY3DgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Termo de Abertura

Livro Diário

Número de Ordem: 5

Este livro contém 32 (Trinta e Dois) folhas numeradas eletronicamente e sequencialmente do número 1 ao 32 e servirá para o lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado, das operações compreendidas no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, da Firma

Nome: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Endereço: PC DA IGREJA Número : S/N

Complemento: Bairro: POVOADO PEDRA VERMELHA

CEP: 48800000

Município: MONTE SANTO

Estado: BA

Inscr. Municipal:

Inscr. Estadual:

C.N.P.J/MF : 31325469000124

Registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 29600391480

Data Registro : 24/08/2018

MONTE SANTO/BA, 01 de janeiro de 2021

AMAURI DA SILVA CARVALHO
Titular Pessoa Física - EIRELI

JOAO SANTANA SOARES
Contador(a)

BA
i34

JUCEB

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro em 22/03/2022
Arquivamento 22009962509 Protocolo 226454746 de 22/03/2022
Nome da empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
NIRE 29600391480
Este documento pode ser verificado em
http://regin.juceb.ba.gov.br:AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 250653726995
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022
por Tiana Regila Mota Goes de Araujo - Secretária Geral

0050

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256)
f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain
0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

000658

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]

Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
02/01/2021	3.02.001.0002.00001	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	BAIXA ESTOQUE	10.635,20	
	1.01.003.0004.00001	MATERIAIS DE CONSUMO	BAIXA ESTOQUE		10.635,20
			Total do Dia 02/01/2021	10.635,20	10.635,20
05/01/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/01/2021	1.945,87	1.945,87
10/01/2021	3.02.003.0001.00031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.500,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.500,00
			Total do Dia 10/01/2021	1.500,00	1.500,00
20/01/2021	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PGTO DAS REF 11/2020	3.292,03	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PGTO DAS REF 11/2020		3.292,03
			Total do Dia 20/01/2021	3.292,03	3.292,03
05/02/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/02/2021	1.945,87	1.945,87
07/02/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 02/2021	1.646,40	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 02/2021		1.646,40
			Total do Dia 07/02/2021	1.646,40	1.646,40
10/02/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 02/2021	26.481,60	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 02/2021		26.481,60
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 02/2021	26.481,60	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 02/2021		26.481,60
	3.02.003.0001.00031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.500,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.500,00
			Total do Dia 10/02/2021	54.463,20	54.463,20
28/02/2021	3.02.003.0002.00019	DAS	DAS APURADO EM 28/02/2021	1.771,23	
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 28/02/2021		1.771,23
			Total do Dia 28/02/2021	1.771,23	1.771,23
05/03/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/03/2021	1.945,87	1.945,87
09/03/2021	3.02.003.0001.00031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.500,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.500,00
			Total do Dia 09/03/2021	1.500,00	1.500,00
12/03/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	83.152,00	
	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		83.152,00
			Total do Dia 12/03/2021	83.152,00	83.152,00

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlM1yZKWouLy9iXUd59mSt2UylKSwJyPgil8thjY3bgIKFppVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES:31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) 1450994f8b75432190Be076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaafc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

Folha :000003

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
23/03/2021	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 02/2021	1.771,23	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 02/2021		1.771,23
	3.02.003.0001.00018	MULTAS	PG. CONF. DAS 02/2021 (MULTA)	5,85	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 02/2021 (MULTA)		5,85
			Total do Dia 23/03/2021	1.777,08	1.777,08
30/03/2021	2.03.006.0001.00001	LUCROS ACUMULADOS	AUMENTO DE CAPITAL	150.000,00	
	2.03.001.0001.00002	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	AUMENTO DE CAPITAL		150.000,00
			Total do Dia 30/03/2021	150.000,00	150.000,00
05/04/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/04/2021	1.945,87	1.945,87
07/04/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 04/2021	12.312,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 04/2021		12.312,00
			Total do Dia 07/04/2021	12.312,00	12.312,00
10/04/2021	3.02.003.0001.00031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.250,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.250,00
			Total do Dia 10/04/2021	1.250,00	1.250,00
26/04/2021	1.02.003.0001.00004	VEÍCULOS	PG. CONF. COMPRA FIAT PALIO OKR2G49	20.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. COMPRA FIAT PALIO OKR2G49		20.000,00
			Total do Dia 26/04/2021	20.000,00	20.000,00
28/04/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 04/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 04/2021		1.950,00
			Total do Dia 28/04/2021	1.950,00	1.950,00
30/04/2021	3.02.003.0002.00019	DAS	DAS APURADO EM 30/04/2021	884,81	
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 30/04/2021		884,81
			Total do Dia 30/04/2021	884,81	884,81
05/05/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/05/2021	1.945,87	1.945,87
07/05/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021		1.950,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021	6.274,80	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021		6.274,80
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021	29.067,67	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021		29.067,67
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021	1.617,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021		1.617,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021	1.646,40	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021		1.646,40
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021	7.776,30	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 05/2021		7.776,30
			Total do Dia 07/05/2021	48.332,17	48.332,17

http://assinador.psco.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPg118thjY3bgTKEpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda: Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]

Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil	Histórico	Débito	Crédito
10/05/2021	3.02.003.0001.00031 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.500,00	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.500,00
		Total do Dia 10/05/2021	1.500,00	1.500,00
11/05/2021	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 04/2021	884,81	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. DAS 04/2021		884,81
		Total do Dia 11/05/2021	884,81	884,81
31/05/2021	1.02.001.0002.00002 CONSORCIO A ENGRESSAR	CONSORCIO CRONO DRIVE 1.3 8V	84.213,00	
	2.02.001.0004.00001 CONSORCIO A PAGAR	CONSORCIO CRONO DRIVE 1.3 8V		84.213,00
	3.02.003.0002.00019 DAS	DAS APURADO EM 31/05/2021	3.045,85	
	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 31/05/2021		3.045,85
		Total do Dia 31/05/2021	87.258,85	87.258,85
01/06/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021	72.883,84	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021		72.883,84
		Total do Dia 01/06/2021	72.883,84	72.883,84
05/06/2021	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
		Total do Dia 05/06/2021	1.945,87	1.945,87
07/06/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021	59.224,96	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021		59.224,96
		Total do Dia 07/06/2021	59.224,96	59.224,96
10/06/2021	2.02.001.0004.00001 CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 01/75	1.333,50	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 01/75		1.333,50
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021	13.800,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021		13.800,00
	3.02.003.0001.00031 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.500,00	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.500,00
		Total do Dia 10/06/2021	16.633,50	16.633,50
23/06/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021	50.179,45	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 06/2021		50.179,45
		Total do Dia 23/06/2021	50.179,45	50.179,45
30/06/2021	3.02.003.0002.00019 DAS	DAS APURADO EM 30/06/2021	12.921,66	
	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 30/06/2021		12.921,66
		Total do Dia 30/06/2021	12.921,66	12.921,66
01/07/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	10.580,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		10.580,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	14.600,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		14.600,00
		Total do Dia 01/07/2021	25.180,00	25.180,00
05/07/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	22.113,84	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		22.113,84
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	3.561,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		3.561,00

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TiMly2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450984f8b754321908a078d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58868)

Livro Diário

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]

Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil	Histórico	Débito	Crédito
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	2.880,47	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		2.880,47
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	10.771,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		10.771,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	7.056,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		7.056,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	1.042,50	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		1.042,50
	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
		Total do Dia 05/07/2021	49.370,68	49.370,68
08/07/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		1.950,00
		Total do Dia 08/07/2021	1.950,00	1.950,00
10/07/2021	2.02.001.0004.00001 CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 02/75	1.333,50	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 02/75		1.333,50
		Total do Dia 10/07/2021	1.333,50	1.333,50
12/07/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	10.299,99	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		10.299,99
		Total do Dia 12/07/2021	10.299,99	10.299,99
15/07/2021	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	9.238,17	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		9.238,17
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021	10.520,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 07/2021		10.520,00
		Total do Dia 15/07/2021	19.758,17	19.758,17
20/07/2021	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 06/2021	12.921,66	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. DAS 06/2021		12.921,66
		Total do Dia 20/07/2021	12.921,66	12.921,66
21/07/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	EMPRÉSTIMO PRONAMPE 2021	46.000,00	
	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	EMPRÉSTIMO PRONAMPE 2021		46.000,00
		Total do Dia 21/07/2021	46.000,00	46.000,00
31/07/2021	3.02.003.0002.00019 DAS	DAS APURADO EM 31/07/2021	6.991,15	
	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 31/07/2021		6.991,15
	3.02.003.0004.00001 INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021	29,03	
	2.01.003.0001.00001 INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021		29,03
	3.02.003.0004.00003 FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021	30,97	
	2.01.003.0001.00002 FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021		30,97
	3.02.003.0004.00001 INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021	242,00	
	2.01.003.0001.00001 INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021		242,00
	3.02.003.0003.00001 SALÁRIOS E ORDENADOS	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021	358,07	
	2.01.005.0001.00001 SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS 07/2021		358,07
		Total do Dia 31/07/2021	7.651,22	7.651,22
02/08/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	1.950,00	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TiMlyZKWuuly9iXUd59Bak2UylKSwJyPgi18thjY3bgTKEpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124 Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		1.950,00
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO	358,07	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO		358,07
			Total do Dia 02/08/2021	2.308,07	2.308,07
03/08/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	7.056,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		7.056,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	1.042,50	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		1.042,50
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	15.755,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		15.755,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	21.628,49	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		21.628,49
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	2.880,47	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		2.880,47
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	3.561,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		3.561,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	36.334,46	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		36.334,46
			Total do Dia 03/08/2021	88.257,92	88.257,92
05/08/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/08/2021	1.945,87	1.945,87
07/08/2021	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	PG. CONF. GPS	271,03	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GPS		271,03
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	PG. CONF. GFIP	30,97	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GFIP		30,97
			Total do Dia 07/08/2021	302,00	302,00
09/08/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021	9.280,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 08/2021		9.280,00
			Total do Dia 09/08/2021	9.280,00	9.280,00
10/08/2021	2.02.001.0004.00001	CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 03/75	1.333,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 03/75		1.333,50
	3.02.003.0001.00031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	1.254,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRO		1.254,00
			Total do Dia 10/08/2021	2.587,50	2.587,50
15/08/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	9.238,17	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		9.238,17
			Total do Dia 15/08/2021	9.238,17	9.238,17
20/08/2021	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 07/2021	6.991,15	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 07/2021		6.991,15
			Total do Dia 20/08/2021	6.991,15	6.991,15
31/08/2021	3.02.003.0002.00019	DAS	DAS APURADO EM 31/08/2021	7.609,71	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=9TIMly2KWuuLy9iKUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES:31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 31/08/2021		7.609,71
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 08/2021	91,50	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 08/2021		91,50
	3.02.003.0004.00003	FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 08/2021	96,00	
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 08/2021		96,00
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 08/2021	242,00	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 08/2021		242,00
	3.02.003.0003.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 08/2021	1.108,50	
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 08/2021		1.108,50
			Total do Dia 31/08/2021	9.147,71	9.147,71
02/09/2021	1.02.003.0001.00004	VEÍCULOS	AQUISIÇÃO IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062	360.000,00	
	2.01.002.0001.00001	DIVERSOS	AQUISIÇÃO IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062		360.000,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		1.950,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	4.345,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		4.345,00
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PG. CONF. FOLHAD E PAGAMENTO	1.108,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. FOLHAD E PAGAMENTO		1.108,50
			Total do Dia 02/09/2021	367.403,50	367.403,50
03/09/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	7.056,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		7.056,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	1.459,50	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		1.459,50
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	10.755,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		10.755,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	28.320,41	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		28.320,41
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	2.880,47	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		2.880,47
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	3.769,50	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		3.769,50
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	35.607,43	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		35.607,43
			Total do Dia 03/09/2021	89.848,31	89.848,31
05/09/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/09/2021	1.945,87	1.945,87
07/09/2021	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	PG. CONF. GPS	333,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GPS		333,50
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	PG. CONF. GFIP	96,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GFIP		96,00
			Total do Dia 07/09/2021	429,50	429,50
10/09/2021	2.02.001.0004.00001	CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 04/75	1.333,50	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyZKWuuLy9iXUd59Bsk2UyiKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3dd06e599776ec19cle8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed630a61534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

Folha :000008

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil	Histórico	Débito	Crédito
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 04/75		1.333,50
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	8.000,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		8.000,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021	9.860,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 09/2021		9.860,00
		Total do Dia 10/09/2021	19.193,50	19.193,50
15/09/2021	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	9.238,17	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		9.238,17
		Total do Dia 15/09/2021	9.238,17	9.238,17
17/09/2021	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 08/2021	7.609,71	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. DAS 08/2021		7.609,71
		Total do Dia 17/09/2021	7.609,71	7.609,71
30/09/2021	3.02.003.0002.00019 DAS	DAS APURADO EM 30/09/2021	9.134,13	
	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 30/09/2021		9.134,13
	3.02.003.0004.00001 INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 09/2021	91,50	
	2.01.003.0001.00001 INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 09/2021		91,50
	3.02.003.0004.00003 FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 09/2021	96,00	
	2.01.003.0001.00002 FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 09/2021		96,00
	3.02.003.0004.00001 INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 09/2021	242,00	
	2.01.003.0001.00001 INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 09/2021		242,00
	3.02.003.0003.00001 SALÁRIOS E ORDENADOS	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 09/2021	1.108,50	
	2.01.005.0001.00001 SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 09/2021		1.108,50
		Total do Dia 30/09/2021	10.672,13	10.672,13
02/10/2021	2.01.002.0001.00001 DIVERSOS	PG. CONF. IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062 CHEQUE N 850158	60.000,00	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062 CHEQUE N 850158		60.000,00
	2.01.005.0001.00001 SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO	1.108,50	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO		1.108,50
		Total do Dia 02/10/2021	61.108,50	61.108,50
05/10/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	9.660,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		9.660,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		1.950,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		1.950,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	1.950,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		1.950,00
	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
		Total do Dia 05/10/2021	17.455,87	17.455,87
07/10/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	7.056,00	

00068

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TIMlyZkWuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f45099418b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID. 58888)

Livro Diário

Folha :000009

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda: Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil	Histórico	Débito	Crédito
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		7.056,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	1.459,50	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		1.459,50
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	10.963,50	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		10.963,50
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	2.880,47	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		2.880,47
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	3.769,50	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		3.769,50
	2.01.003.0001.00001 INSS A RECOLHER	PG. CONF. GPS	333,50	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. GPS		333,50
	2.01.003.0001.00002 FGTS A RECOLHER	PG. CONF. GFIP	96,00	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. GFIP		96,00
		Total do Dia 07/10/2021	26.558,47	26.558,47
08/10/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	7.489,14	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		7.489,14
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	3.525,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		3.525,00
		Total do Dia 08/10/2021	11.014,14	11.014,14
10/10/2021	2.02.001.0004.00001 CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 05/75	1.333,50	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 05/75		1.333,50
		Total do Dia 10/10/2021	1.333,50	1.333,50
14/10/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	8.700,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		8.700,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	8.000,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		8.000,00
		Total do Dia 14/10/2021	16.700,00	16.700,00
15/10/2021	2.02.001.0003.00002 BANCO BRASIL	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	9.238,17	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		9.238,17
		Total do Dia 15/10/2021	9.238,17	9.238,17
20/10/2021	2.01.004.0001.00007 DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 09/2021	9.134,13	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. DAS 09/2021		9.134,13
		Total do Dia 20/10/2021	9.134,13	9.134,13
28/10/2021	1.02.003.0001.00004 VEÍCULOS	PG. CONF. COMPRA CAMINHAO PIPA DTA0J55	100.000,00	
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	PG. CONF. COMPRA CAMINHAO PIPA DTA0J55		100.000,00
		Total do Dia 28/10/2021	100.000,00	100.000,00
29/10/2021	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	7.056,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		7.056,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	1.251,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		1.251,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	13.131,00	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		13.131,00
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	22.106,30	
	3.01.002.0001.00001 SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		22.106,30
	1.01.001.0001.00001 CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	2.880,47	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MlyzKWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		2.880,47
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	3.561,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		3.561,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021	25.763,77	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 10/2021		25.763,77
			Total do Dia 29/10/2021	75.749,54	75.749,54
31/10/2021	3.02.003.0002.00019	DAS	DAS APURADO EM 31/10/2021	12.097,93	
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 31/10/2021		12.097,93
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 10/2021	91,50	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 10/2021		91,50
	3.02.003.0004.00003	FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 10/2021	96,00	
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 10/2021		96,00
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 10/2021	242,00	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 10/2021		242,00
	3.02.003.0003.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊSAO MÊS 10/2021	1.108,50	
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊSAO MÊS 10/2021		1.108,50
			Total do Dia 31/10/2021	13.635,93	13.635,93
02/11/2021	2.01.002.0001.00001	DIVERSOS	PG. CONF. IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062 CHEQUE N 850159	50.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062 CHEQUE N 850159		50.000,00
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO	1.108,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO		1.108,50
			Total do Dia 02/11/2021	51.108,50	51.108,50
05/11/2021	1.02.003.0001.00004	VEÍCULOS	PG. CONF. COMPRA CAMINHAO PIPA BYG5817	50.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. COMPRA CAMINHAO PIPA BYG5817		50.000,00
	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/11/2021	51.945,87	51.945,87
07/11/2021	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	PG. CONF. GPS	333,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GPS		333,50
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	PG. CONF. GFIP	96,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GFIP		96,00
			Total do Dia 07/11/2021	429,50	429,50
09/11/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021	7.489,14	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021		7.489,14
			Total do Dia 09/11/2021	7.489,14	7.489,14
10/11/2021	2.02.001.0004.00001	CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 06/75	1.333,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONOS 06/75		1.333,50
	1.02.003.0001.00004	VEÍCULOS	PG. CONF. COMPRA CAMINHAO CAÇAMBA	90.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. COMPRA CAMINHAO CAÇAMBA		90.000,00
			Total do Dia 10/11/2021	91.333,50	91.333,50
11/11/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021	8.700,00	

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TIMly2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8tbjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f45099498b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41bacsafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a61534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

Folha :000011

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]

Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021		8.700,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021	8.000,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021		8.000,00
			Total do Dia 11/11/2021	16.700,00	16.700,00
15/11/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	9.238,17	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		9.238,17
			Total do Dia 15/11/2021	9.238,17	9.238,17
18/11/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021	5.998,08	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 11/2021		5.998,08
			Total do Dia 18/11/2021	5.998,08	5.998,08
22/11/2021	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 10/2021	12.097,93	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 10/2021		12.097,93
			Total do Dia 22/11/2021	12.097,93	12.097,93
26/11/2021	2.02.001.0004.00001	CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. LANCE CONSORCIO CRONOS	38.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. LANCE CONSORCIO CRONOS		38.000,00
			Total do Dia 26/11/2021	38.000,00	38.000,00
30/11/2021	3.02.003.0002.00019	DAS	DAS APURADO EM 30/11/2021	2.374,19	
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 30/11/2021		2.374,19
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 11/2021	91,50	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 11/2021		91,50
	3.02.003.0004.00003	FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 11/2021	96,00	
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 11/2021		96,00
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 11/2021	242,00	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 11/2021		242,00
	3.02.003.0003.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 11/2021	1.108,50	
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 11/2021		1.108,50
			Total do Dia 30/11/2021	3.912,19	3.912,19
01/12/2021	3.02.003.0004.00003	FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021	40,00	
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021		40,00
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021	37,50	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021		37,50
	3.02.003.0003.00003	DECIMO TERCEIRO	SALÁRIOS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021	462,50	
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALÁRIOS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021		462,50
			Total do Dia 01/12/2021	540,00	540,00
02/12/2021	2.01.002.0001.00001	DIVERSOS	PG. CONF. IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062 CHEQUE N 850160	50.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. IMOBILIZADO RETROESCAVADEIRA MOTOR 6236062 CHEQUE N 850160		50.000,00
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO	1.108,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO		1.108,50

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9r1M1yZKWuuly9iXud59bsk2UylKSwJyPgi18chjY3bgTKEpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f4509948b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10289638d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NIO. 58888)

Livro Diário

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO	462,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. FOLHA DE PAGAMENTO		462,50
			Total do Dia 02/12/2021	51.571,00	51.571,00
03/12/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	7.056,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		7.056,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	1.251,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		1.251,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	13.131,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		13.131,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	2.880,47	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		2.880,47
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	3.561,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		3.561,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	5.998,08	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		5.998,08
			Total do Dia 03/12/2021	33.877,55	33.877,55
05/12/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. PRONAMPE 2020	1.945,87	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. PRONAMPE 2020		1.945,87
			Total do Dia 05/12/2021	1.945,87	1.945,87
07/12/2021	1.02.003.0001.00004	VEÍCULOS	AQUISIÇÃO IMOBILIZADO FIAT TORO	84.213,00	
	2.01.002.0001.00001	DIVERSOS	AQUISIÇÃO IMOBILIZADO FIAT TORO		84.213,00
	2.01.002.0001.00001	DIVERSOS	AQUISIÇÃO IMOBILIZADO FIAT TORO	84.213,00	
	1.02.001.0002.00002	CONSORCIO A ENGRESSAR	AQUISIÇÃO IMOBILIZADO FIAT TORO		84.213,00
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	PG. CONF. GPS	333,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GPS		333,50
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	PG. CONF. GPS 13	37,50	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GPS 13		37,50
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	PG. CONF. GFIP	96,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. GFIP		96,00
			Total do Dia 07/12/2021	168.893,00	168.893,00
08/12/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	16.830,94	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		16.830,94
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	7.523,36	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		7.523,36
			Total do Dia 08/12/2021	24.354,30	24.354,30
10/12/2021	2.02.001.0004.00001	CONSORCIO A PAGAR	PG. CONF. CONSORCIO CRONO S07/75	787,35	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. CONSORCIO CRONO S07/75		787,35
			Total do Dia 10/12/2021	787,35	787,35
12/12/2021	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 05/2021	1.522,95	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 05/2021		1.522,95
			Total do Dia 12/12/2021	1.522,95	1.522,95
14/12/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	8.000,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		8.000,00
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	8.700,00	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		8.700,00

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMly2KWnuly9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e589776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:58:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269638d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Livro Diário

Folha :000013

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]

Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil		Histórico	Débito	Crédito
			Total do Dia 14/12/2021	16.700,00	16.700,00
15/12/2021	2.02.001.0003.00002	BANCO BRASIL	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727	9.238,17	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. LINHA DE CREDITO CAPITAL DE GIRO N 449802727		9.238,17
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 05/2021 02/02	1.522,90	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 05/2021 02/02		1.522,90
	3.02.003.0001.00018	MULTAS	PG. CONF. DAS 05/2021 JUROS E MULTA	171,18	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 05/2021 JUROS E MULTA		171,18
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	PG. CONF. DAS 11/2021	2.374,19	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	PG. CONF. DAS 11/2021		2.374,19
			Total do Dia 15/12/2021	13.306,44	13.306,44
22/12/2021	1.01.001.0001.00001	CAIXA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021	7.432,55	
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	SERVIÇOS A VISTA 12/2021		7.432,55
			Total do Dia 22/12/2021	7.432,55	7.432,55
31/12/2021	3.02.003.0002.00019	DAS	DAS APURADO EM 31/12/2021	6.325,29	
	2.01.004.0001.00007	DAS A RECOLHER	DAS APURADO EM 31/12/2021		6.325,29
	2.03.006.0001.00001	LUCROS ACUMULADOS	RETIRTADA DE LURO	40.120,04	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	RETIRTADA DE LURO		40.120,04
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021	91,50	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021		91,50
	3.02.003.0004.00003	FGTS	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021	96,00	
	2.01.003.0001.00002	FGTS A RECOLHER	FGTS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021		96,00
	3.02.003.0004.00001	INSS	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021	242,00	
	2.01.003.0001.00001	INSS A RECOLHER	GPS /INSS A PAGAR REF AO MÊS 12/2021		242,00
	3.02.003.0003.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 12/2021	1.108,50	
	2.01.005.0001.00001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	SALARIOS A PAGAR REF AO MÊS AO MÊS 12/2021		1.108,50
	3.02.002.0001.00001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	450.000,00	
	1.01.001.0001.00001	CAIXA	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		450.000,00
	3.01.002.0001.00001	SERVIÇOS A VISTA	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	879.812,32	
	3.03.001.0001.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		879.812,32
	3.03.001.0001.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	10.635,20	
	3.02.001.0002.00001	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		10.635,20
	3.03.001.0001.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	450.000,00	
	3.02.002.0001.00001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		450.000,00
	3.03.001.0001.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	177,03	
	3.02.003.0001.00018	MULTAS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		177,03
	3.03.001.0001.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	10.004,00	
	3.02.003.0001.00031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		10.004,00

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1MLy2KWuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8tbjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a3350Baeaefc221cb10269538d5a27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda: Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]

Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Data	Conta Contábil	Histórico	Débito	Crédito
	3.03.001.0001.00001 RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	5.900,57	
	3.02.003.0003.00001 SALÁRIOS E ORDENADOS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		5.900,57
	3.03.001.0001.00001 RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	462,50	
	3.02.003.0003.00003 DECIMO TERCEIRO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		462,50
	3.03.001.0001.00001 RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	1.976,03	
	3.02.003.0004.00001 INSS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		1.976,03
	3.03.001.0001.00001 RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	550,97	
	3.02.003.0004.00003 FGTS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		550,97
	3.03.001.0001.00001 RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO	63.155,95	
	3.02.003.0002.00019 DAS	TRANSFERENCIA PARA RESULTADO		63.155,95
	3.03.001.0001.00001 RESULTADO DO EXERCÍCIO	LUCRO ACUMULADO	336.950,07	
	2.03.006.0001.00001 LUCROS ACUMULADOS	LUCRO ACUMULADO		336.950,07
		Total do Dia 31/12/2021	2.257.607,97	2.257.607,97
		Total do Período :	**4.727.212,82**	**4.727.212,82**

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMly2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11.25 que o documento de hash (SHA-256) f4509994f8b754321908a076d8747d3cd08e598776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Balanço Patrimonial

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

	Conta Contábil	Grau	Sinal	Saldo
1	ATIVO	1	D	1.103.280,27
2	CIRCULANTE	2	D	398.167,23
12	DISPONÍVEL	3	D	398.167,23
43	CAIXA GERAL	4	D	398.167,23
105	CAIXA	5	D	398.167,23
3	NÃO CIRCULANTE	2	D	705.113,04
19	IMOBILIZADO	3	D	705.113,04
63	BENS EM OPERAÇÃO	4	D	705.113,04
169	VEÍCULOS	5	D	704.213,00
173	MOVEIS E UTENSILIOS	5	D	1.000,00
174	MOVEIS E UTENSILIOS DEP. (-)	5	C	99,96
4	PASSIVO	1	C	1.103.280,27
5	CIRCULANTE	2	C	207.903,29
22	FORNECEDORES	3	C	200.000,00
70	FORNECEDORES	4	C	200.000,00
189	DIVERSOS	5	C	200.000,00
23	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	3	C	469,50
71	ENCARGO SOCIAL A RECOLHER	4	C	469,50
190	INSS A RECOLHER	5	C	333,50
191	FGTS A RECOLHER	5	C	136,00
24	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3	C	6.325,29
72	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	4	C	6.325,29
201	DAS A RECOLHER	5	C	6.325,29
25	CONTAS A PAGAR	3	C	1.108,50
73	CONTAS A PAGAR	4	C	1.108,50
212	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	5	C	1.108,50
6	NÃO CIRCULANTE	2	C	133.797,19
26	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3	C	133.797,19
77	EMPRÉSTIMO BANCÁRIO	4	C	96.372,54
236	BANCO BRASIL	5	C	96.372,54
718	OUTRAS CONTAS	4	C	37.424,65
719	CONSORCIO A PAGAR	5	C	37.424,65
7	PATRIMONIO LÍQUIDO	2	C	761.579,79
27	CAPITAL SOCIAL	3	C	500.000,00
78	CAPITAL SOCIAL	4	C	500.000,00
240	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	5	C	500.000,00
32	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3	C	261.579,79
81	RESULTADOS ACUMULADOS	4	C	261.579,79
248	LUCROS ACUMULADOS	5	C	261.579,79

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyzKWuuly9iXud59gsk2UyIKswJyFgil8thjy3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51893783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33608aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Balanço Patrimonial

Folha Nº :16

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TIMlyZKWuuLy9iXUd59psk2UylKSwJyPgi18thjY3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

	Conta Contábil	Grau	Sinal	Saldo
	Ativo:			**1.103.280,27**
	Passivo:			**1.103.280,27**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2021, estando de acordo com a documentação enviada a contabilidade.

Titular Pessoa Física - EIRELI : AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 32068414880

Contador(a)JOAO SANTANA SOARES
CPF: 51883783534

CRC: 13881/O / BA

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd08e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10289538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NIO: 58888)

Demonstração de Resultado do Exercício

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:31325469000124

Moeda:Real 1,00

Estabelecimentos: [todos]
Custos: [todos]

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

	Conta Contábil	Saldo	Sinal	Grau
34	VENDAS DE SERVIÇOS	879.812,32	C	3
86	SERVIÇOS PRESTADOS	879.812,32	C	4
261	SERVIÇOS A VISTA	879.812,32	C	5
1	**Receita Liquida =>**	**879.812,32**		
38	CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS	10.635,20	D	3
94	CUSTOS DAS MERCADORIAS	10.635,20	D	4
300	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	10.635,20	D	5
39	CUSTOS DOS SERVIÇOS	450.000,00	D	3
95	CUSTOS DOS SERVIÇOS	450.000,00	D	4
307	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	450.000,00	D	5
2	**Lucro=>**	**419.177,12**		
40	DESPESAS	82.227,05	D	3
96	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	10.181,03	D	4
329	MULTAS	177,03	D	5
342	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PF	10.004,00	D	5
97	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	63.155,95	D	4
404	DAS	63.155,95	D	5
98	DESPESAS TRABALHISTAS	6.363,07	D	4
363	SALÁRIOS E ORDENADOS	5.900,57	D	5
365	DECIMO TERCEIRO	462,50	D	5
99	DESPESAS SOCIAIS	2.527,00	D	4
376	INSS	1.976,03	D	5
378	FGTS	550,97	D	5
3	**Lucro Operacional =>**	**336.950,07**		
4	**Lucro do Periodo =>**	**336.950,07**		
5	**Lucro antes da Contribuicao Social =>**	**336.950,07**		
206	PROVISÃO P/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		C	5
6	**Lucro apos a Contribuicao Social =>**	**336.950,07**		
7	**Lucro antes do Imposto de Renda =>**	**336.950,07**		
205	PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA		C	5
8	**Lucro apos o Imposto de Renda =>**	**336.950,07**		
9	**Lucro Liquido do Periodo =>**	**336.950,07**		

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMly2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyEgi18thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599775ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI
CNPJ.:31.325.469/0001-24
Periodo de 01/01/2021 a 31/12/2021

ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA		EM 31/12/2021
ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO		
1 - ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DE CAPITAIS DE 3º S/ RECURSOS TOTAIS (Estrutura de capital)	EXIGÍVEL TOTAL (PC+ PNC) / PNC + PL	0,31
2 - ÍNDICE DE CAPITAIS DE 3º S/PRÓPRIOS	EXIGÍVEL TOTAL / PL	0,45
3 - ÍNDICE DE PART. DAS DÍVIDAS DE CP S/ O ENDIVIDAMENTO TOTAL	PASSIVO CIRCULANTE / PNC TOTAL	0,61
ANÁLISE DE RENTABILIDADE		
MARGEM DE LUCRO SOBRE AS VENDAS/RECEITAS		
4 – MARGEM OPERACIONAL	LUCRO OPERACIONAL / RECEITAS LÍQUIDAS	0,38
5 – MARGEM LÍQUIDA	LUCRO LÍQUIDO / RECEITAS LÍQUIDAS	0,38
ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE		
6 - ROTAÇÃO DO INVESTIMENTO	RECEITA LÍQUIDA / ATIVO	0,80
7 - ROTAÇÃO DO IMOBILIZADO	RECEITA LÍQUIDA / IMOBILIZADO	1,25
RETORNO SOBRE O PL		
8 - TAXA DE RETORNO SOBRE O PL	LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,44
ANÁLISE DE LIQUIDEZ		
9 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	DISPONIBILIDADES / PASSIVO CIRCULANTE	1,92
10 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRCULANTE + RLP / PASSIVO CIRCULANTE + PNC	1,17
11 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA	ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES / PASSIVO CIRCULANTE	1,92
12 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	1,92
13 - ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL	PASSIVO CIRCULANTE + PNC / ATIVO TOTAL	0,31
14 - ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO	IMOBILIZADO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,93
15 - SOLVIENCIA GERAL	ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULATE + PNC	3,23

AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
Titular

JOAO SANTANA SOARES
CPF: 518.837.835-34
Contador

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyZKWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8tbjY3bgTKFpPVm7ow ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES:31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TlMlyzKWuuLy9iXUd59sk2UylKSwJyPgil8thjY3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f4509941Bb754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TlMly2KWuuLy9iXUd59BsX2UylKSwJyPgi1BthjY3bqTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES:31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CONTEÚDO

Carta de Responsabilidade Administrativa

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração dos fluxos de caixa - Informação adicional

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas às demonstrações contábeis

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e589776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaafc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9TIMlyZKWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJYPgil8thjY3bgIKEpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Ao Sócio Administrador da
M A EMPREEDIMENTOS EIRELI
Monte Santo - Bahia

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa M A EMPREEDIMENTOS EIRELI, CNPJ: 31.325.469/0001-24, que as informações relativas ao período base de 03 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

a) Que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
b) Que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal frente à legislação vigente;
c) Que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
d) Que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

a) Fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
b) Fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
c) Violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

AMAURI DA SILVA CARVALHO
Titular Pessoa física
Monte Santo, 31 de Dezembro de 2021.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f45099418b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavei=9TlMLyZKWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8tbjY3bgTKEpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

QUADRO 1

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI
CNPJ:31.325.469/0001-24

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	2021	2020		Nota Explicativa	2021	2020
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	398.167	502.506	Impostos a Recolher	4	6.795	9.292
Aplicações financeiras		-	-	Salários e Encargos a pagar	4	1.109	-
Clientes	4	-	-	Provisão de Férias		-	-
Estoque		-	10.635	Fornecedores	9	200.000	-
Empréstimos Terceiro		-	-	Dividendos a Distribuir		-	-
				Empréstimos CP		96.373	40.000
Total do ativo circulante		398.167	513.141	Total do passivo circulante		304.276	49.292
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Sistemas e Aplicativos	4	-	-	Financiamentos LP		37.425	-
				Outras obrigações	4	-	-
				Total do passivo não circulante		37.425	-
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		705.213	1.000				
Depreciação Acumulada (-)	6	100	100	Capital social	7	500.000	350.000
Total do ativo permanente	6	705.113	900	Reservas de Lucros	7	261.580	114.749
Total Não Circulante		705.113	900	Total Patrimônio Líquido	7	761.580	464.749
				Resultados Acumulados (-)			-
				Prejuízos Acumulados			-
TOTAL DO ATIVO		1.103.280	514.041	TOTAL DO PASSIVO		1.103.280	514.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

QUADRO 2

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI
CNPJ:31.325.469/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Prestação de Serviço	8	879.812	422.916
Venda de Mercadoria	8	-	
Outras Receitas	8	-	-
		879.812	422.916
Deduções da Receita (CMV, CSP, Devolucoes, Descontos e Cancelamentos)	5	460.635	1.900
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		419.177	421.016
RESULTADO BRUTO		419.177	421.016
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas		(10.181)	-
Trabalhistas e Sociais		(6.363)	-
Tributárias		(65.683)	(13.468)
Despesas Financeiras		-	-
Gerais		-	(339.563)
Depreciação e amortização		-	
		(82.227)	(353.030)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS			
Resultado financeiro líquido		336.950	67.986
RESULTADO OPERACIONAL		336.950	67.986
RESULTADO NÃO OPERACIONAL LÍQUIDO		-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
LUCRO OU PREJUIZO DO EXERCÍCIO	7	336.950	67.986

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1y2KWuuLy9ixUd59Bsk2UylKSwJYPqi18thjY3bqTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883183534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f45099418b754321908a078d8747d3cd08e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10289538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TiM1y2KWuuy9iXUd59psk2UyIKSwJyPgi18tbjy3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

QUADRO 3

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI
CNPJ:31.325.469/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(INFORMAÇÃO ADICIONAL)
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES			
Lucros ou (Prejuízos) líquido do exercício	7	**336.950**	**67.986**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	4	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Reserva de capital - incentivo fiscal		-	-
Despesas com a constituição de provisões		-	-
Erros de Exercícios anteriores		-	-
Baixa de ativos imobilizado		-	-
Lucros ou (Prejuízos) do exercício ajustado	7	**336.950**	**67.986**
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	4	-	-
Estoque	9	10.635	-
Outras contas		-	-
		10.635	**-**
Aumento (redução) nos passivos:			
Impostos a Pagar	4	3.503	-
Salários e encargos sociais	4	1.109	-
Fornecedores	4	200.000	-
Dividendos a distribuir	11	-	-
		204.611	**-**
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**552.197**	**67.986**
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	-
Outras obrigações		-	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	12	-	-
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
Reserva de Lucro	7	-	-
Aquisição Empresstimo CP	12	50.373	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		50.373	-
REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA		**602.569**	**67.986**
Disponibilidades no início do exercício		502.506	-
Disponibilidades no final do exercício		398.167	502.506
		104.339	**(502.506)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f4508994f8b754321908a076d8747d3cd06a599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

QUADRO 4

M A EMPREEDIMENTOS EIRELI
CNPJ:31.325.469/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores Expressos em Reais)

Mutação Patrimonio	Capital Social	Reservas de Capital	Lucros/Prejuizos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimonio Liquido Consolidado
Saldos Iniciais 31/12/2020	**350.000**		**114.749**		**464.749**
Aumento Capital	-		-		-
Lucro liquido do periodo	-		**336.950**		**336.950**
Dividendos			40.120		40.120
Constituição de Reservas	-				
Saldos Finais 31/12/2021	**500.000**		**491.819**		**761.579**

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9r1M1y2KWuuly9iXUd59Bsk2UylKswJyPgi18thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd05e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaafc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yzKWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgi18thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, constituída em 24 de Agosto de 2018, tendo como atividades Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, com sede em Monte Santo - Bahia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (comparativas), aqui compreendidos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foram elaborados a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis e aos Princípios Contábeis.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas aos títulos descontados ou ainda as relacionadas às operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear.

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000:

- Compreensibilidade;
- Competência;
- Relevância;
- Materialidade;
- Confiabilidade;
- Primazia da Essência sobre a Forma;
- Prudência;
- Integralidade;
- Comparabilidade; e
- Tempestividade.

Assim, estão alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256)
f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain
0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa.

Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

b. Clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

c. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

A classificação das contas é realizada como circulantes quando:
1) espera realizar o ativo, ou pretender vendê-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;
2) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação;
3) espera realizar o ativo no período de até doze meses da data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalente de caixa.

d. DFC – Demonstrativo Fluxo de Caixa

De acordo com o método indireto de apresentação do fluxo de caixa, o qual foi adotado, devem ser informadas na DFC (Demonstração Fluxo de Caixa), as variações ocorridas no período nas contas operacionais a receber e a pagar.

e. Imobilizado

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9TIM1yZKWuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256)
f45099418b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain
0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1y2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo as seguintes as taxas anuais de depreciação.

f. Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

g. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

h. Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

i. Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reclassificadas, quando aplicáveis, para fins de comparação.

j. Apuração do resultado

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 (comparativamente) e obedece ao regime de competência.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária e demais legislações aplicáveis, atendendo também aos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas brasileiras de contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente NBC TG 1000.

5. DEDUÇÕES DAS RECEITAS

Corresponde ao custo total dos serviços prestados pela empresa, apurado pela a empresa no início e no fim do período analisado.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a078d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID. 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1y2KWuuLy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgi18thjY3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51803783534-JOAO SANTANA SOARES|13125469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é composto por 500.000,00 quinhentas mil quotas de ações e valor nominal.

b. Lucro Acumulados

A companhia apresentou Lucros acumulados nos dois últimos exercícios, apresentando a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2021:

Mutação Patrimonio	Capital Social	Reservas de Capital	Lucros/Prejuizos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimonio Liquido Consolidado
Saldos Iniciais 31/12/2020	350.000		114.749		464.749
Aumento Capital	-		-		-
Lucro liquido do periodo	-		336.950		336.950
Dividendos			40.120		40.120
Constituição de Reservas	-				
Saldos Finais 31/12/2021	500.000		491.819		761.579

Os valores acima estão apresentados na Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

c. Lucros ou Prejuízos líquidos do exercício ajustado

De acordo com o método indireto de apresentação do fluxo de caixa, o qual foi adotado, o lucro liquido ou prejuízo ajustado é de acordo as variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; Itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

d. Reserva de Lucros
As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração.

7. RECEITA

Receita é a entrada bruta de benefícios econômicos durante o período que ocorre no curso das atividades ordinárias de uma empresa, quando tais entradas resultam em aumento do patrimônio líquido, excluídos aqueles decorrentes de contribuições dos proprietários, acionistas ou quotistas

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256)
f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain
0xc89003bddb195713d7b01c4ed530a61534a33508eeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9rlMlyZKWuuLy9ixUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES:31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações relacionadas à empresa. A Administração da Companhia 67entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

9. EMPRESTIMOS A CP, FINANCIAMENTOS E MÚTUO A LP

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Entre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Empresa.

De acordo com o método indireto de apresentação do fluxo de caixa, o qual foi adotado, devem ser informadas na DFC (Demonstração Fluxo de Caixa), nas atividades de financiamento a amortização de empréstimos e financiamentos.

10. FORNECEDORES

A conta registra as compras realizadas até o último dia do ano analisado, que tenham saldo a pagar, ou seja, com vencimento para o ano subsequente ou para o próprio ano em questão, mas que, por qualquer motivo ainda não foram pagas.

* * *

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f4509944f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58886)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=9T1M1y2KWuUy9iXUd59Bsk2UylKSwJyPgil8thjY3bgIKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

Certidão n.º: BA/2022/00003228
Nome: JOAO SANTANA SOARES CPF: 518.837.835-34
CRC/UF n.º BA-013881/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 20.06.2022
Finalidade: LIVRO DIÁRIO
Livro: DIÁRIO
Nº 5 / Exercício: 2021

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRCBA.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : **518.837.835-34** Controle : **7018.7959.8587.9214**

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599778ec19cfe8c1cb41baceafe83 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

DE: 01 de janeiro de 2021
ATÉ: 31 de dezembro de 2021
Folha: 00032

Termo de Encerramento

Livro Diário

Número de Ordem: 5

Este livro contém 32 (Trinta e Dois) folhas numeradas eletronicamente e sequencialmente do número 1 ao 32 e serviu para o lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado:

Nome: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Endereço: PC DA IGREJA Número : S/N

Complemento: Bairro: POVOADO PEDRA VERMELHA

CEP: 48800000

Município: MONTE SANTO

Estado: BA

Inscr. Municipal:

Inscr. Estadual:

C.N.P.J/MF : 31325469000124

Data de Encerramento do exercício social: 31/12/2021

Registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 29600391480

Data Registro : 24/08/2018

MONTE SANTO/BA, 31 de dezembro de 2021

AMAURI DA SILVA CARVALHO
Titular Pessoa Física - EIRELI

Cargo:
C.P.F.: 32068414880

JOAO SANTANA SOARES
Contador(a)

C.R.C: 13881/O / BA
C.P.F: 51883783534

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=9T1M1yZKWuuLy9iXUd59Bsk2UyiKSwJyPgi18thjY3bgTKFpPVm7ow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 51883783534-JOAO SANTANA SOARES|31325469000124-M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 07/04/2022 12:11:25 que o documento de hash (SHA-256) f450994f8b754321808a075d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe63 foi validado em 07/04/2022 11:59:47 através da transação blockchain 0xc69003bddb185713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 58888)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

000689

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **f450994f8b754321908a076d8747d3cd06e599776ec19cfe8c1cb41baceafe83** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **58888** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"BALANÇO M A 2021"**, cujo assunto é descrito como **"BALANÇO M A 2021"**, faz prova de que em **07/04/2022 11:16:45**, o responsável **Amauri da Silva Carvalho (320.***.***-80)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Amauri da Silva Carvalho a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **07/04/2022 12:10:17** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xc69003bddb195713d7b01c4ed530a51534a33508aeaefc221cb10269538d5e27**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

0082

000690

APÓLICE

junto SEGUROS

Nossas apólices podem ser acessadas diretamente por um QR Code. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (www.susep.gov.br) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **25/05/2022 13:59:22**

Nº Apólice Seguro Garantia: **05-0775-0321398**

Proposta: **3417785**

Controle Interno (Código Controle): **089325423**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0005.0775.0321398.000000**

DADOS DO SEGURADO: MUNICIPIO DE SOBRADINHO

CNPJ: 16.444.804/0001-10 AVENIDA PAULO AFONSO 01 - CEP: 48.925-000 - SOBRADINHO - BA

DADOS DO TOMADOR: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: 31.325.469/0001-24 - AV DES SALVIO MARTINS 11 - MONTE SANTO - BA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.204756-9 **NOVA NORDESTE GARANTIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA ME**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 62FF6E26A0F6B264 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 5C9B8C02A51A09A4

0083

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira -ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site www.susep.gov.br da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep poderão ser consultadas no site www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta.A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site www.susep.gov.br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17 e nº 15414.900196/2014-53.
Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.Central de Atendimento Junto: 0800 704 0301.Ouvidoria Junto: 0800 643 0301.

Nº Apólice Seguro Garantia: **05-0775-0321398**
Proposta: **3417785**
Controle Interno (Código Controle): **089325423**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0005.0775.0321398.000000**

junto SEGUROS

000691

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia contratada

Licitante	R$ 7.327,94	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

		Início	Término
Licitante	R$ 7.327,94	30/05/2022	30/07/2022

0034

APÓLICE

Nº Apólice Seguro Garantia: **05-0775-0321398**
Proposta: **3417785**
Controle Interno (Código Controle): **089325423**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0005.0775.0321398.000000**

000692

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, se o Tomador adjudicatário se recusar a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação Tomada de Preços n°005/2022.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

0085

APÓLICE

Nº Apólice Seguro Garantia: **05-0775-0321398**
Proposta: **3417785**
Controle Interno (Código Controle): **089325423**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0005.0775.0321398.000000**

junto SEGUROS

0003693

CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

0086

APÓLICE

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares

poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas

parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

0091

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

0092

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no

exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.2 Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública em decorrência do sinistro.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6° da Lei n° 8.666/93.

I – Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.;

II – Prejuízos: Perda pecuniária comprovada decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação.

3. Vigência:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

0095

a) Cópia do edital de licitação;

b) Cópia do termo de adjudicação;

c) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos e/ou decisão que aplicou as multas contratuais na forma do edital de licitação, acompanhada dos documentos comprobatórios;

d) comprovante de intimação do Tomador para assinatura do contrato, acompanhado do demonstrativo de sua recusa/inércia e das devidas justificativas, se houver.

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

5. Rescisão do Contrato de Seguro:

5.1. Quando a presente apólice for caucionada junto ao Segurado, não caberá devolução de prêmio proporcional.

6. Disposições Gerais:

6.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a obrigações trabalhistas e previdenciárias, de seguridade social, indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, bem como riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

6.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

6.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

6.4. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

0006

7. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Nº Apólice Seguro Garantia: **05-0775-0321398**
Proposta: **3417785**
Controle Interno (Código Controle): **089325423**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0005.0775.0321398.000000**

000705

junto SEGUROS

CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.

"No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente apólice/endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente apólice/endosso."

"Cabe ao tomador a conferência das condições e termos desta apólice e/ou endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento."

0008

APÓLICE

Nº Apólice Seguro Garantia: **05-0775-0321398**
Proposta: **3417785**
Controle Interno (Código Controle): **089325423**
Nº de Registro SUSEP: **05436.2022.0005.0775.0321398.000000**

000700

junto SEGUROS

Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **05-0775-0321398**

_____

Local e Data

_____

MUNICIPIO DE SOBRADINHO

Nome:
RG:
Cargo:

0099

APÓLICE

000707

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

JUCEB

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA

Nome Empresarial: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Inicio da atividade
29600391480	31.325.469/0001-24	24/08/2018	24/08/2018

Endereço:
AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA - CEP: 48800000

OBJETO SOCIAL

ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; PRODUÇÃO MUSICAL; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; TRANSPORTE ESCOLAR; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR - GERADORES, GUINCHOS E GUINDASTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 500.000,00 QUINHENTOS MIL REAIS R$ Capital integralizado: 500.000,00 QUINHENTOS MIL REAIS	Empresa de pequeno porte	XXXXXX

TITULAR/ADMINISTRADOR

Nome/CPF	Cond./Administrador	Inicio de mandato	Término do mandato
MAURI DA SILVA CARVALHO 320.684.148-80	TITULAR / ADMINISTRADOR	XXXXXX	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
23/06/2021	98083741		

Ato: 002 - ALTERAÇÃO
Evento: 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX
Endereço: XXXXXX

Observação

225955547

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM http://regin.juceb.ba.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 8107059703238 CPF SOLICITANTE: 320.684.148-80 NIRE: 29600391480 EMITIDA: 18/05/2022 PROTOCOLO: 225955547

0100

JUCEB

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29600391480	31.325.469/0001-24	24/08/2018	24/08/2018
Endereço: AVENIDA DESEMBARGADOR SALVIO MARTINS, 11, CENTRO, MONTE SANTO, BA - CEP: 48800000			

SALVADOR - BA, 18 de Maio de 2022

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

225955547

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM http://regin.juceb.ba.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 8107059703238 CPF SOLICITANTE: 320.684.148-80 NIRE: 29600391480 EMITIDA: 18/05/2022 PROTOCOLO: 225955547

000709

empreendimentos

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7.º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A Empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ n.º 31.325.469/0001-24, sediada na Avenida Desembargador Salvio Martins, nº 11, Centro, Monte Santo/BA, e-mail: maempreendimentosms@outlook.com, tendo examinado o Edital, vem declarar sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim( ) Não (X)

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0102

009710

MA empreendimentos

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E SUPERVINIENTE DA HABILITAÇÃO

A Empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita sob o CNPJ n.° 31.325.469/0001-24, sediada na Avenida Desembargador Salvio Martins, n° 11, Centro, Monte Santo/BA, e-mail: maempreendimentosms@outlook.com, tendo examinado a licitação supracitada, DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo ou superveniente à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0103

000711

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E SUPERVINIENTE DA HABILITAÇÃO

A Empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita sob o CNPJ n.° 31.325.469/0001-24, sediada na Avenida Desembargador Salvio Martins, n° 11, Centro, Monte Santo/BA, e-mail: maempreendimentosms@outlook.com, tendo examinado a licitação supracitada, DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo ou superveniente à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0101

000712

empreendimentos

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE SERVIDOR PUBLICO OU EMPREGADO PUBLICO

A Empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita sob o **CNPJ n.º 31.325.469/0001-24**, sediada na Avenida Desembargador Salvio Martins, nº 11, Centro, Monte Santo/BA, e-mail: maempreendimentosms@outlook.com vem através de este declarar, para os devidos fins legais, na qualidade de proponente da licitação acima mencionada, que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista da prefeitura municipal de **SOBRADINHO/BA**.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Monte Santo/BA, 30 de Abril de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

0105

000713

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
Ref.: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

TERMO DE ENCERRAMENTO

A Empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ nº 31.325.469/0001-24, vem através deste declarar o Encerramento dos **Documentos** de Habilitação da Licitação **Tomada de Preços sob nº 002/2022 do** referido município, **contendo nos documentos a seguir 106 Folhas**, rubricadas, enumeradas e assinada por quem de **direito**, sem mais.

Monte Santo/BA, 30 de Maio de 2022.

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 0825263034
SOCIO ADMINISTRADOR

010

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO, ABERTURA DOS ENVELOPES (HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS) E JULGAMENTO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022

Às dez horas (10:00) do dia trinta do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois (30/05/2022), a Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeada através do Decreto Municipal nº. 004/2022, reuniu-se na sala de reunião, localizada na sede do Governo Municipal, sito na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Município de Sobradinho, Estado da Bahia, para recebimento, abertura e julgamento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços relativas a Tomada de Preços nº. 005/2022, cujo objeto é "...contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho", do tipo MENOR PREÇO, julgamento GLOBAL, sob o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, sendo o respectivo aviso de licitação devidamente publicado nos termos do art. 21° da Lei Federal nº. 8.666/93, observado o §1° e inc. III do §2° do mesmo dispositivo legal, conforme faz prova documentos acostados aos autos. Iniciados os trabalhos, a CPL solicita que todos os interessados em participar efetivamente da presente sessão apresentem os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços, e caso tenham interesse, os respectivos calhamaços destinados ao credenciamento de representante no certame. Assim, em atendimento a solicitação da CPL procederam as empresas: **JAVA CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ 43.108.172/0001-96 e MA EMPREENDIMENTOS EIRELI – CNPJ 31.325.469/0001-24.** Fizeram chegar ate a comissão os envelopes de habilitação e propostas das empresas **JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, AGA CONSTRUÇOES E EMPREENDIEMNTOS EIRELLI, BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUTORA MARTINS ROMIULO LTDA**, conforme recibos anexo ao processo. Após análise dos documentos destinados ao credenciamento, a CPL credencia os seguintes representantes conforme a respectiva licitante: Adenivaldo Lima Filgueira – CPF 627.869.034-91 representa a empresa **JAVA CONSTRUTORA EIRELI**; Amauri da Silva Carvalho – CPF 32.684.148-80 representa a empresa **MA EMPREENDIMENTOS EIRELI,** conforme documentos apresentados por todas as empresas em fase de credenciamento. Todas as empresas participantes, conforme acima detalhado apresentaram as declarações destinadas ao devido atendimento ao Edital. A CPL passa para vista e rubrica dos presentes nos documentos de credenciamento e declarações, além dos respectivos envelopes. Ato contínuo a CPL abriu os envelopes contendo os documentos de habilitação, passando para vista e rubrica dos presentes. Em virtude da ausência do(a) responsável técnico(a) da área de engenharia da Administração,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

o(s) Engenheiro(a) Civil, compondo a mesa para auxiliar a CPL no julgamento dos documentos destinados a comprovação da qualificação técnica das empresas participantes, a CPL informa e solicita a anuência dos licitantes presentes para a suspensão dos trabalhos e posterior continuação em dia e horário que será devidamente publicado no **Diário Oficial do Município**.Nada mais havendo a ser tratado, a CPL encerra a sessão, sendo lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da CPL e representantes das empresas a tudo presentes.

THACIANA CARLA SILVA MANGABEIRA
Presidente da CPL

CHARLTON EMANOEL N. SANTANA
Membro da CPL

KATIUCIA RIVELLI BEZERRA DA SILVA
Membro da CPL

JAVA CONSTRUTORA EIRELI
Adenivaldo Lima Filgueira
Procurador
Licitante

MA EMPREENDIMENTOS EIRELI
Amauri da Silva Carvalho
Licitante

PARECER TÉCNICO

000710

INTERESSADO:

Prefeitura Municipal de Sobradinho – BA.

AGENTE PROMOTOR:

Secretaria Municipal de Planejamento.

OBJETIVO:

Parecer técnico em resposta à solicitação da Secretaria da Fazenda, setor de Licitações, sobre a **análise técnica dos documentos Relativos à Qualificação Técnica (item 5.1.2)** da Modalidade tomada de preço– tipo menor preço global **Nº005/2022–** Processo Administrativo **Nº 072/2022**.

PARECER TÉCNICO:

Foram encaminhados documentos de 6 (Seis) empresas:

1. **AGA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELLI**, CNPJ 07.806.397/0001-52
2. **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI,** CNPJ 20.296.627/0001-49
3. **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA,** CNPJ 07.600.296/0001-20
4. **JAVA CONSTRUTORA EIRELI,** CNPJ 43.108.172/0001-96
5. **JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ 27.469.250/0001-21
6. **MA EMPREENDIMENTOS EIRELI,** CNPJ 31.325.469/0001-24

Das empresas mencionadas anteriormente, apenas **(CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA e MA EMPREENDIMENTOS EIRELI)** apresentaram todos os documentos relativos à qualificação técnica (item **5.1.2.**) exigidos.

A empresa **AGA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELLI,** não apresentou atestados compatível como exposto no item 5.1.2 alínea B "Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada." e alínea C

"Atestado(s) de capacidade técnica-operacional da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.". Além disso, não apresentou o documento relativo ao item 5.1.2 alínea F "Atestado de visita emitido pelo órgão licitante (exclusivamente por Engenheiro da Prefeitura), em nome da licitante, de que ela, por intermédio de engenheiro civil, visitou os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos" e alínea G "Apresentar relação explicita e declaração formal de disponibilidade, por ocasião da futura contratação, para cumprimento do objeto da licitação."

A empresa **BRAÇO FORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI,** não apresentou atestados compatível como exposto no item 5.1.2 alínea B "Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada." e alínea C "Atestado(s) de capacidade técnica-operacional da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.".

A empresa **JAVA CONSTRUTORA EIRELI,** não apresentou atestados compatível como exposto no item 5.1.2 alínea B "Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada." e alínea C "Atestado(s) de capacidade técnica-operacional da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.".

A empresa **JOTAEF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI,** não apresentou atestados compatível como exposto no item 5.1.2 alínea B "Atestado(s) de capacidade técnica-profissional devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada." e alínea C "Atestado(s) de capacidade técnica-operacional da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenham executado obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, sendo necessário a comprovação de realização dos itens destacados na planilha orçamentária para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.". Além disso, não apresentou o documento relativo ao item 5.1.2 alínea F "Atestado de visita emitido pelo órgão licitante (exclusivamente por Engenheiro da Prefeitura), em nome da licitante, de que ela, por intermédio de engenheiro civil, visitou os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos" e alínea G "Apresentar relação explicita e declaração formal de disponibilidade, por ocasião da futura contratação, para cumprimento do objeto da licitação."

A partir destes foi possivel constatar a capacidade técnica das empresas **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA e MA EMPREENDIMENTOS EIRELI** de acordo com as exigências do edital de licitação da Tomada de Preço Nº 005/2022. Sem mais para o momento.

Sobradinho, 30 de Maio de 2022

ANA CLARA XAVIER DE SOUZA
TÉCNICA EM EDIFICAÇÕES
CRT 07626930533

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
TOMADA DE PREÇOS 005/2022
AVISO DE DESIGNAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA

Resolvida todas as questões relativas à habilitação, será iniciada a fase de julgamento das propostas, passando a CPL a designar o dia **15 de junho de 2022 às 14:00h (quatorze horas)**, para realização da **sessão pública destinada** a abertura dos envelopes contendo a proposta de preço da empresa declarada **habilitada** e devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas. Sobradinho-BA, 14 de junho de 2022. Thaciana Carla Silva Mangabeira – Presidente da CPL.

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

Envelope "B" - Proposta

Prefeitura Municipal de Sobradinho

Comissão Permanente de Licitações

Processo Licitatório 072/2022

Tomada de Preços 005/2022

000723

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA RELATIVOS À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM VIAS PUBLICAS, NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA.

CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
CNPJ: 07.600.296/0001-20
Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA
(74) 9[illegible]09-6065
licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br
licitação.construtora.mr@gmail.com

07.600.296/0001-20
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
Q A P, 31 - VILA AZUL
CEP: 47.300-000 - CASA NOVA-BA

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

PROPOSTA DE PREÇOS

07.600.296/0001-20
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
Q A P, 31 - VILA AZUL
CEP: 47.300-000 - CASA NOVA-BA

PROCESSO LICITATÓRIO No. 072/2022
TOMADA DE PREÇO 005/2022

Prezados (as),

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA, responsável legal da CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, CNPJ 07.600.296/0001-20, Endereço: Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, Fone:(74)98809-6065, E-mail: licitacoes@construtoramartinsromulo.com.br ou licitação.construtora.mr@gmail.com, venho pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta relativa à licitação em epigrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão os serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referencia.

5. PROPONENTE: Razão Social: CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA; CNPJ nº: 07.600.296/0001-20; Endereço: QDA P 31, VILA AZUL, CASA NOVA-BA	6. PROPOSTA DE PREÇO: **R$ 644.771,44** (seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) para a execução dos serviços indicados na planilha orçamentária. Materiais/Equipamentos – 60% Mão de Obra – 40% **Total com BDI (26,26%) = R$ 644.771,44** (seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos)
7. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme o edital	8. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Conforme o edital

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
ADMINISTRADOR
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

Hemerson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil
CREA/BA

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/DBA

MARTINS ROMULO
CONSTRUTORA

000722

07.600.296/0001-20
CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA
Q A P, 31 - VILA AZUL
CEP: 47.300-000 - CASA NOVA-BA

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº 11242533 e CPF nº 821.624.415-00, como representante devidamente constituído da empresa CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.600.296/0001-20, com sede no endereço Quadra AP, 31, Vila Azul, Casa Nova-BA, doravante denominado (Proponente), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- A proposta apresentada para participar da TP 005/2022 foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação TP 005/2022 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022 quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TP 005/2022 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da TP 005/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Casa Nova-BA, 30 de maio de 2022.

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

JEREMIAS ROMULO DA SILVA SOUZA
ADMINISTRADOR
C.I.: 11242533 | CPF: 821.624.415-00

Hemerson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil
CREA 33.373 DBA

HEMERSON CARDOSO GUIMARÃES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CREA/BA: 33.373/DBA

MARTINS RÔMULO
CONSTRUTORA

Cliente:			TESOURARIA	Encargos Sociais - HORISTA	HORISTA 84,82% MENSALISTA 42,12%
Proponente/ Contratado/ Fornecedor:			PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA		
Objeto:			PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO	BDI DESONERADO	26,35%
Localização:			PREFEITURA DE SOBRADINHO - BA		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	COMP. PREÇO	REF.	COD.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALORES CONTRATUAIS					
					Und.	Quant.	Preço unit. (R$)	Preço unit. (R$) C/BDI	Preço Total (R$)	PERCENTUAL DA OBRA (%)
1				PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO					644.771,44	
1.1				SERVIÇOS PRELIMINARES					2.562,42	
1.1.1	MP3	PROPRIA	94990	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	6,16	336,25	427,07	2.562,42	0,40%
1.2				ADMINISTRAÇÃO LOCAL					19.006,15	2,79%
1.2.1	MP17	SINAPI	93572	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	2,00	3.729,04	4.708,29	14.124,87	2,19%
1.2.2	MP18	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48,00	64,04	80,86	3.881,28	0,60%
1.3				MOVIMENTO DE TERRA					23.916,18	3,71%
1.3.1	MP17	PROPRIA	98472	REGULARIZAÇÃO DE LEITO PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUINDO CARGA E DESCARGA DE SOLO DE BOTA FORA	M2	5.117,36	0,29	0,36	1.844,83	0,29%
1.3.2	MP17	SINAPI	100677	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO AF_11/2019	M2	5.117,36	0,69	0,87	5.762,14	0,89%
1.3.3	MP3	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M AF_06/2017	M3	444,49	63,67	80,26	3.540,77	0,55%
1.3.4	MP17	SINAPI	100974	CARGA MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³, CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE MB). AF_07/2020	M3	854,46	6,42	8,11	6.929,22	1,08%
1.3.5	MP17	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.560,80	1,75	2,21	5.658,22	0,88%
1.4				PAVIMENTAÇÃO					496.238,60	76,96%
1.4.1	MP2	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDO GRANÍTICO EM LEITO DE AREIA, PARA VIAS DE TRÁFEGO LEVE. AF_12/2019	M2	1.483,23	35,26	44,52	66.035,63	10,24%
1.4.2	MP6	SINAPI	94169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, INCLUINDO APILOAMENTO E AREIA. AF_12/2020	M2	1.483,23	96,18	121,72	180.561,63	27,98%
1.4.3	MP17	SINAPI	100974	CARGA MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³, CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	697,34	6,42	8,11	5.655,46	0,87%
1.4.4	MP2	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5.584,32	1,75	2,21	12.338,35	1,91%
1.4.5	MP17	SINAPI	100974	CARGA MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³, CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	480,16	6,42	8,11	3.896,84	0,60%
1.4.6	MP2	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	14.046,91	1,75	2,21	31.040,33	4,81%
1.4.7	MP17	SINAPI	97090	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	10.939,60	0,09	0,12	1.430,48	1,47%
1.5				PASSEIO					94.782,42	14,70%
1.5.1	MP18	ORSE	11472	REGULARIZAÇÃO MANUAL E COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA	M2	2.224,84	4,72	5,96	13.260,52	2,06%
1.5.2	MP14	SINAPI	94991	EXECUÇÃO DE CALÇADA COM PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADA. AF_07/2016	M2	69,07	482,30	609,70	48.497,96	7,52%
1.5.3	MP12	ORSE	9410	REGULARIZAÇÃO E DRENAGEM DE PISO EM CONCRETO, INCLUSIVE MATERIAL, PONTOS DE DRENAGEM DE 25x25 CM, ARGAMASSA COM ARGAMASSADOR, ESPESSURA DE 2 CM, REGULARIZADO E DESEMPENADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE	M2	957,10	72,09	30,37	29.033,94	5,10%
1.6				SINALIZAÇÃO					6.787,81	1,05%
1.6.1	MP23	SINAPI	73916/2	PLACA DE ALUMÍNIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUAS E NÚMEROS	M2	5,00	87,74	110,79	554,66	0,10%
1.6.2	MP5	SINAPI	100851	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	39,73	130,5	164,77	1.548,96	0,24%
1.6.3	MP24	ORSE	12630	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO R-1 (PEQUENA), PADRÃO DNIT EM CHAPA DE ALUMÍNIO TRATADA, REFLETIVA EM PELÍCULA TOTALMENTE REFLETIVA, INCLUSO BARRA DE FIXAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	16,00	300,39	379,01	4.554,19	0,71%
1.7				SINALIZAÇÃO					2.507,81	0,39%
1.7.1	MP12	ORSE	8191	LIMPEZA DE FAIXA (APLICAÇÃO E REMOÇÃO DE EMULSÃO)	M2	5.117,36	0,39	0,49	2.507,81	0,39%

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

Jemerson Carlos Guimarães
Engenheiro Civil
CREA 33.373-D/BA

000724

MARTINS RÔMULO
CONSTRUTORA

Edital: TP 005/2022
Processo Adm.: Nº 077/2022
Proponente/ PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA
Tomador/Recurso:
Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDOS EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO
Localização: MUNICÍPIO DE SOBRADINHO - BA

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDOS EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)		1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	TOTAIS
	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDOS EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO	*644.771,44*	*% Período:*	*45,45%*	*42,97%*	*10,59%*	*100,00%*
			R$	*293.384,38*	*277.076,76*	*68.310,29*	*644.771,44*
1.1	[illegible]	[illegible]	% Período:	100,00%			
			R$	2.562,42			2.562,42
1.2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	150.505,15	% Período:	33,33%	33,33%	33,33%	100,00%
			R$	50.168,38	50.168,38	50.168,39	150.505,15
1.3	[illegible]	[illegible]	% Período:	6,00%	5,00%	6,00%	17,00%
			R$	38.710,11	32.258,43	38.710,11	109.678,65
1.4	PAVIMENTAÇÃO	496.228,65	% Período:	45,60%	45,60%	8,80%	100,00%
			R$	226.280,26	226.280,26	43.668,12	496.228,65
1.5	[illegible]	[illegible]	% Período:	45,06%	42,06%	9,88%	97,00%
			R$	42.708,94	42.708,94	9.364,50	94.782,47
1.6	[illegible]	[illegible]	% Período:	[illegible]	[illegible]	10,00%	10,00%
			R$	[illegible]	[illegible]	6.767,81	67.678,12
1.7	[illegible]	[illegible]	% Período:	100,00%			100,00%
			R$	2.562,42			2.562,42
TOTAL:		**644.771,44**					

PERÍODO	% Período:	45,45%	42,97%	10,59%
	R$	R$ 293.384,38	R$ 277.076,76	R$ 68.310,29
ACUMULADO	% Período:	45,45%	88,41%	100,00%
	R$	R$ 293.384,38	R$ 570.461,15	R$ 644.771,44

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

Ademerson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil
CREA [illegible] D/BA

000725

MARTINS ROMULO
CONSULTORIA

Edital:	TP 005/2022
Processo Adm.:	Nº 072/2022
Proponente/ Tomador/Recurso:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA
Objeto:	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDOS EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO
Localização:	MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA

ENCARGOS SOCIAIS SORE A MÃO DE OBRA		DESONERADO	
		10/2021 A 09/2021	
GRUPO "A"- ENCARGOS SOCIAIS BASICOS		HORISTA %	MENSALISTA %
A1 -	INSS	0,00%	0,00%
A2 -	SES	1,50%	1,50%
A3 -	SENAI	1,00%	1,00%
A4 -	INCRA	0,20%	0,20%
A5 -	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6 -	SALARIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7 -	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A8 -	FGTS	8,00%	8,00%
A9 -	SESCOOP	0,00%	0,00%
SUBTOTAL DO GRUPO "A"		16,80%	16,80%
GRUPO "B"- ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"		%	%
B1 -	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,97%	NÃO INCIDE
B2 -	FERIADOS	3,97%	NÃO INCIDE
B3 -	AUXILIO - ENFERMIDADE	0,99%	0,67%
B4 -	LICENÇA PATERNIDADE	10,90%	8,04%
B5 -	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,05%
B6 -	FALTAS JUSTIFICADAS	0,73%	0,56%
B7 -	DIAS DE CHUVAS	2,04%	NÃO INCIDE
B8 -	AUXILIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%
B9 -	FERIAS GOZADAS	9,21%	7,04%
B10 -	SALARIO MATERNIDADE	0,09%	0,09%
SUBTOTAL DO GRUPO "B"		45,90%	16,77%
GRUPO "C"- ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE "A"		%	%
C1 -	AVISO PREVIO INDENIZADO	5,40%	4,13%
C2 -	AVISO PREVIO TRABALHADO	0,13%	0,10%
C3 -	FÉRIAS INDENIZADAS	4,25%	3,25%
C4 -	DEPOSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	3,73%	2,85%
C5 -	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,35%
SUBTOTAL DO GRUPO "C"		13,96%	10,68%
GRUPO "D"- TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS		%	%
D1 -	REINCIDÊNCIA DO GRUPO "A" SOBRE "B" (A% X B%)	7,71%	2,82%
D2 -	REINCIDÊNCIA DE FGTS SOBRE AVISO PREVIO TRABALHADO E INDENIZADO	0,45%	0,35%
SUBTOTAL DO GRUPO "D"		8,16%	3,17%
TOTAL GERAL		84,81%	47,42%

Jeremias Rômulo da Silva Souza
Sócio Administrador
CPF: 821.624.415-00

Henderson Cardoso Guimarães
Engenheiro Civil
CREA 38.343 D/BA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

ENVELOPE Nº 02 – "PROPOSTA DE PREÇOS"

REF: TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 005/2022

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI

AVENIDA DR EMBARGADOR SALVIO MARTINS, Nº 11, MONTE SANTO/BA

CNPJ: 31.325.469/0001-24

DATA: 30/05/2022 AS 10:00H

MA empreendimentos

000727

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA

PROPOSTA DE PREÇO

0001

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comércio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75 99915 1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

M A
empreendimentos

000728

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA
REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Em referência a publicação da **TOMADA DE PREÇO 005/2022**, dessa Prefeitura, apresentamos a nossa **PROPOSTA** para execução dos serviços objeto da licitação em referência, devidamente detalhada, assinada (CARIMBADO – CNPJ), e acompanhada do **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO** também devidamente assinado, Carimbado (CNPJ). O nosso valor incidirá sobre todos os preços unitários indicados na planilha orçamentária da Prefeitura e sobre o valor global do orçamento da obra, indicado no Edital da licitação em referencia é **"R$" 721.223,50 (setecentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)** e o nosso prazo máximo para conclusão integral dos serviços é de 03 (**três**) meses.

Declaramos expressamente que:
a) concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação, estabelecidas na Minuta Padrão do Contrato de Empreitada por preço Global dessa Prefeitura, (Anexo XI);

b) manteremos válida esta proposta pelo prazo de 60 (**sessenta**) dias, contados da sua apresentação e abertura;

c) temos pleno conhecimento do local e das condições de execução dos trabalhos, e utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa indicados em nossa proposta e os que forem necessários para a perfeita realização dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim exija a Fiscalização da Prefeitura;

d) na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das Normas Brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura, assumindo desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos de conformidade com as especificações e os padrões dessa Prefeitura.

Esclarecemos, finalmente, que o portador da presente proposta está autorizado e habilitado a prestar a essa COMISSÃO os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários.

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0002

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO
1079288-97	91783812021	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA	PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, NO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA

LOCALIDADE DO SINAPI	DATA BASE	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF	BDI 1	BDI 2	BDI 3	RECURSO
Salvador / BA	07-21 (DES.)	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO - BA	SOBRADINHO /BA	26,26%			

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	
			PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO - BA					**721.223,80**	
1			**PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DE SOBRAINHO**					**721.223,80**	
1.1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**3.062,22**	
1.1.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m²	6,00	404,22	510,37	3.062,22	RA
1.2			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**					**22.396,06**	
1.2.1	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	3,00	4.649,51	5.870,47	17.611,41	RA
1.2.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	49,00	78,95	99,68	4.784,64	RA
1.3			**MOVIMENTO DE TERRA**					**23.741,68**	
1.3.1	78472	SINAPI	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²	5.117,98	0,33	0,42	2.149,55	RA
1.3.2	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	m²	5.117,98	0,87	1,10	5.629,78	RA
1.3.3	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³	44,49	62,62	79,06	3.517,38	RA
1.3.4	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	859,46	6,36	8,03	6.901,46	RA
1.3.5	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.576,38	1,70	2,15	5.543,52	RA
1.4			**PAVIMENTAÇÃO**					**550.700,65**	
1.4.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	1.483,28	39,71	50,14	74.371,66	RA
1.4.2	101169	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	5.117,98	64,18	81,03	414.709,92	RA
1.4.3	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	687,85	6,36	8,03	5.523,44	RA
1.4.4	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5.984,29	1,70	2,15	12.866,22	RA
1.4.5	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	468,18	6,36	8,03	3.759,49	RA
1.4.6	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	14.045,40	1,70	2,15	30.197,61	RA
1.4.7	93590	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	10.906,60	0,67	0,85	9.272,31	RA
1.5			**PASSEIO**					**110.531,26**	
1.5.1	11472	ORSE	Regularização manual e compactão com placa vibratória	m²	2.224,92	5,56	7,02	15.616,84	RA
1.5.2	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	m²	83,07	547,97	691,87	57.473,64	RA
1.5.3	9418	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm aplicado com argamassa industrializada ac-II, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	363,13	81,66	103,10	37.438,70	RA
1.6			**SINALIZAÇÃO**					**6.130,26**	
1.6.1	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	6,00	107,05	135,16	810,96	RA
1.6.2	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	89,69	14,61	18,70	1.677,20	RA
1.6.3	12690	ORSE	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal, (parada obrigatória), padrão dnit, em chapa de aço nº 18, tratada, revestida em película totalmente refletiva, incluso barrote para fixação - fornecimento e instalação	un	18,00	248,26	313,45	5.642,10	RA
1.7			**SERVIÇOS FINAIS**					**2.661,35**	
1.7.1	6191	ORSE	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	m²	5.117,98	0,41	0,52	2.661,35	RA

Total Geral por extenso: setecentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da composição do investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ. 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082 528 2034
Sócio Administrador

0003

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COMPARATIVA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	ORÇAMENTO DA PREFEITUTA			ORÇAMENTO DA EMPRESA			DIFERENÇA DO ORGÃO COM A EMPRESA EM (%)
						Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	
PAVIMENTAÇÃO EM PARALEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA								**732.794,23**			**721.223,50**	**-1,58%**
1			**PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DE SOBRAINHO**					**732.794,23**			**721.223,50**	**-1,58%**
1.1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**3.114,54**			**3.062,22**	**-1,68%**
1.1.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	6,00	411,13	519,09	3.114,54	404,22	510,37	3.062,22	-1,68%
1.2			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**					**22.646,40**			**22.396,05**	**-1,11%**
1.2.1	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	3,00	4.690,26	5.921,92	17.765,76	4.649,51	5.870,47	17.611,41	-0,87%
1.2.2	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48,00	80,53	101,68	4.880,64	78,95	99,68	4.784,64	-1,97%
1.3			**MOVIMENTO DE TERRA**					**24.172,08**			**23.741,69**	**-1,78%**
1.3.1	78472	SINAPI	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²	5.117,98	0,34	0,43	2.200,73	0,33	0,42	2.149,55	-2,33%
1.3.2	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	m²	5.117,98	0,89	1,12	5.732,14	0,87	1,10	5.629,78	-1,79%
1.3.3	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³	44,49	63,57	80,26	3.570,77	62,62	79,06	3.517,38	-1,50%
1.3.4	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	859,46	6,42	8,11	6.970,22	6,36	8,03	6.901,46	-0,99%
1.3.5	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.578,38	1,75	2,21	5.698,22	1,70	2,15	5.543,52	-2,71%
1.4			**PAVIMENTAÇÃO**					**559.635,47**			**550.700,66**	**-1,60%**
1.4.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	1.483,28	40,31	50,90	75.498,95	39,71	50,14	74.371,66	-1,49%
1.4.2	101169	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	5.117,98	65,15	82,26	421.005,03	64,18	81,03	414.709,92	-1,50%
1.4.3	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	687,85	6,42	8,11	5.578,46	6,36	8,03	5.523,44	-0,99%
1.4.4	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5.984,29	1,75	2,21	13.225,28	1,70	2,15	12.866,22	-2,71%
1.4.5	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	468,18	6,42	8,11	3.796,94	6,36	8,03	3.759,49	-0,99%
1.4.6	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	14.045,40	1,75	2,21	31.040,33	1,70	2,15	30.197,61	-2,71%

empreendimentos

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Municipio de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COMPARATIVA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	ORÇAMENTO DA PREFEITUTA			ORÇAMENTO DA EMPRESA			DIFERENÇA DO ORGÃO COM A EMPRESA EM (%)
						Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	
1.4.7	93590	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	10.908,60	0,69	0,87	9.490,48	0,67	0,85	9.272,31	-2,30%
1.5			**PASSEIO**					**112.206,40**			**110.531,28**	**-1,49%**
1.5.1	11472	ORSE	Regularização manual e compactão com placa vibratótia	m²	2.224,92	5,64	7,12	15.841,43	5,55	7,02	15 618,94	-1,40%
1.5.2	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	m²	83,07	556,35	702,45	58.352,52	547,97	691,67	57 473,64	-1,51%
1.5.3	9418	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	363,13	82,91	104,68	38.012,45	81,66	103,10	37.438,70	-1,51%
1.6			**SINALIZAÇÃO**					**8.255,63**			**8.130,26**	**-1,52%**
1.6.1	73916/002	SINAPI	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	6,00	108,69	137,23	823,38	107,05	135,16	810,96	-1,51%
1.6.2	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	89,69	15,05	19,00	1.704,11	14,81	18,70	1 677,20	-1,58%
1.6.3	12690	ORSE	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal, (parada obrigatória), padrão dnit, em chapa de aço nº 18, tratada, revestida em película totalmente refletiva, incluso barrote para fixação - fornecimento e instalação	un	18,00	252,04	318,23	5.728,14	248,26	313,45	5.642,10	-1,50%
1.7			**SERVIÇOS FINAIS**					**2.763,71**			**2.661,35**	**-3,70%**
1.7.1	6191	ORSE	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	m²	5.117,98	0,43	0,54	2.763,71	0,41	0,52	2 661,35	-3,70%

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.664.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

MA empreendimentos

000732

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
1079288-97	917838/2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA	PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, NO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
				nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22
1	**PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DE SOBRAINHO**	**721.223,50**	% Período:	46,19%	43,05%	10,76%									
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	3.062,22	% Período:	100,00%											
1.2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	22.396,05	% Período:	33,33%	33,33%	33,34%									
1.3	MOVIMENTO DE TERRA	23.741,69	% Período:	91,28%	8,72%										
1.4	PAVIMENTAÇÃO	550.700,65	% Período:	45,60%	45,60%	8,80%									
1.5	PASSEIO	110.531,28	% Período:	45,06%	45,06%	9,88%									
1.6	SINALIZAÇÃO	8.130,26	% Período:			100,00%									
1.7	SERVIÇOS FINAIS	2.661,35	% Período:			100,00%									
			%:	46,19%	43,05%	10,76%									
			Repasse:	306.815,62	285.958,27	71.472,96									
	Período:		Contrapartida	26.317,52	24.528,45	6.130,69									
			Outros:												
Total:	**721.223,50**		Investimento:	333.133,13	310.486,72	77.603,65									
			%:	46,19%	89,24%	**100,00%**									
			Repasse:	306.815,62	592.773,88	664.246,84									
	Acumulado:		Contrapartida	26.317,52	50.845,97	56.976,66									
			Outros:												
			Investimento:	333.133,13	643.619,85	**721.223,50**									

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ. 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320 684 148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0008

000733

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

COMPOSIÇÃO DO BDI

OBJETO	
PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM RUAS DA SEDE DO MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA	
TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO	**DESONERAÇÃO**
Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas	sim

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	4,07%

Itens	Siglas	% Adotado	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,00%	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,40%	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,97%	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,21%	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	8,37%	6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (impostos COFINS 1,92%, e PIS 0,42%)	CP	2,34%	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	1,63%	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,35%	19,60%	20,97%	24,23%
BDI COM desoneração	**BDI DES**	**26,26%**			

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.DES = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas, é de 40%, com a respectiva alíquota de 4,07%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

OBS: Esta empresa é optante pelo Simples Nacional e de acordo ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 sua faixa de tributação é a 4ª Faixa de acordo com seu faturamento dos últimos 12 meses, logo sua Alíquota de ISS: 4,07%, COFINS 1,92% e PIS 0,42%

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0007

empreendimentos

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS

BAHIA		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2021	
		COM DESONERAÇÃO	
ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	HORISTA %	MENSALISTA %
	GRUPO A		
A.1	INSS	0,00%	0,00%
A.2	SESI	0,00%	0,00%
A.3	SENAI	0,00%	0,00%
A.4	INCRA	0,00%	0,00%
A.5	SEBRAE	0,00%	0,00%
A.6	SALARIO EDUCAÇÃO	0,00%	0,00%
A.7	Seguro Contra os Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A	**TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**	**11,00%**	**11,00%**
	GRUPO B		
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,97%	Não incide
B.2	FERIADOS	3,96%	Não incide
B.3	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,86%	0,66%
B.4	13° SALÁRIO	10,97%	8,33%
B.5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%
B.6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B.7	Dias de Chuvas	2,04%	Não incide
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B.9	Férias Gozadas	10,34%	7,85%
B.10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%
B	**TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE A**	**47,07%**	**17,56%**
	GRUPO C		
C.1	Aviso Prévio Indenizado	5,44%	4,13%
C.2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%
C.3	Férias Indenizadas	3,41%	2,59%
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,36%	2,55%
C.5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%
C	**TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIAS GLOBAL DE A**	**12,80%**	**9,72%**
	GRUPO D		
D.1	REICIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	5,18%	1,93%
D.2	REICIDÊNCIA DE DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REIMNCIDENCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,45%	0,34%
D	**TOTAL DAS TAXAS DAS REICIDÊNCIAS**	**5,63%**	**2,27%**
	PERCENTUAL TOTAL (A+B+C+D)	**76,50%**	**40,55%**

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0008

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Composi	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	10535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	UN	4.600,00	0,0000017	0,01
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	2,0228369	2,04
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	2,0228369	0,83
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0148066	0,01
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0148066	0,00
Insumo	43483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,05	0,9997054	1,05
Insumo	43459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,38	0,9997054	0,38
							4,32
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	2,053407	11,60
Insumo	37666	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR	H	9,13	0,0148942	0,14
Insumo	1213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	H	9,13	1,0079154	9,20
							20,94
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	m²	300,60	1	300,60
Insumo	4491	SINAPI	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	8,62	4	34,48
Insumo	5075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	19,74	0,11	2,17
Insumo	4417	SINAPI	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	7,75	1	7,75
Insumo	370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	100,00	0,0082666	0,83
Insumo	1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	0,73	2,1195694	1,55
Insumo	4721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	65,00	0,005903	0,38
Insumo	2705	SINAPI	ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	KW/H	0,90	0,009828	0,01
							347,67
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	3,0373489	2,16
							2,16
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	3,0373489	0,18
							0,18
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	3,0373489	11,27
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	3,0373489	1,67
							12,94
			Totais	Total Sem LS			388,20
				LS Horista=======>76,50%			16,02
				Total Sem BDI			404,22
				BDI==========>26,26%			106,15
				Total com BDI			510,37
Composi	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	43499	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	177,24	1	177,24
Insumo	43475	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	14,97	1	14,97
							192,21
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	40818	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	MES	3.089,63	1	3.089,63
							3.089,63
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	40863	SINAPI	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	103,70	1	103,70
Insumo	40864	SINAPI	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	11,13	1	11,13
							114,83
			Totais	Total Sem LS			3.396,67
				LS Mensalista=======>40,55%			1.252,84

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
				Total Sem BDI			4.649,51
				BDI==========>26,26%			1.220,96
				Total com BDI			5.870,47
Composi	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	43486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,55	1	0,55
Insumo	43462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	1	0,01
							0,56
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	2706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	44,07	1	44,07
							44,07
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	1	0,06
							0,06
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	1	0,55
							0,55
			Totais	Total Sem LS			46,24
				LS Horista==========>76,50%			33,71
				Total Sem BDI			79,95
				BDI==========>26,26%			20,73
				Total com BDI			99,68
Composi	78472	SINAPI	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	13617	SINAPI	PICAPE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CAMBIO MANUAL, POTENCIA 101/104 CV, 2 PORTAS	UN	60.814,65	0,0000001	0,01
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0010287	0,00
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0010287	0,00
Insumo	43493	SINAPI	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,52	0,0069954	0,00
Insumo	43469	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0069954	0,00
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	0,0070983	0,01
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	0,0070983	0,00
							0,02
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4095	SINAPI	MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO	H	9,13	0,000965	0,01
Insumo	244	SINAPI	AUXILIAR DE TOPOGRAFO	H	5,68	0,0023213	0,01
Insumo	7595	SINAPI	NIVELADOR	H	9,13	0,0023213	0,02
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,66	0,0067347	0,04
Insumo	2355	SINAPI	DESENHISTA DETALHISTA	H	9,72	0,00193	0,02
							0,10
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6204	SINAPI	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! SARRAFO DE MADEIRA NAO APARELHADA "2,5 X 15" CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	12,46	0,002886	0,04
Insumo	4222	SINAPI	GASOLINA COMUM	L	7,30	0,0068822	0,05
							0,09
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,008127	0,01
							0,01
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0151224	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,008127	0,03
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0151224	0,01
							0,04

MA empreendimentos

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022

000737

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Totais				Total Sem LS			0,25
				LS Horista=====>76,80%			0,08
				Total Sem BDI			0,33
				BDI=============>26,26%			0,09
				Total com BDI			0,42
Compos	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000002	0,08
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0093373	0,01
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0093373	0,00
Insumo	4090	SINAPI	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13843 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	UN	1.074.524,60	0,0000001	0,11
Insumo	14511	SINAPI	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIAVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M	UN	647.896,53	0,0000003	0,19
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	0,0020522	0,00
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	0,0020522	0,00
							0,39
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO	H	10,30	0,0031338	0,03
Insumo	4239	SINAPI	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	H	10,30	0,0032457	0,03
Insumo	4238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	H	10,30	0,003141	0,03
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,0021131	0,01
							0,11
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37738	SINAPI	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA "75" M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	80.950,00	0,0000002	0,02
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,0453824	0,21
							0,23
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0113895	0,01
							0,01
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0113895	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0113895	0,04
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0113895	0,01
							0,05
Totais				Total Sem LS			0,79
				LS Horista=====>76,80%			0,06
				Total Sem BDI			0,87
				BDI=============>26,26%			0,23
				Total com BDI			1,10
Compos	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	3,7782839	3,82
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	3,7782839	1,55
							5,37
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	3,8353982	21,67
							21,67
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	3,7782839	2,68
							2,68
Taxas							

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	3,7782839	0,23
							0,23
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	3,7782839	14,02
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	3,7782839	2,08
							16,10
			Totais	Total Sem LS			46,04
				LS Horista=======>76,50%			16,58
				Total Sem BDI			62,62
				BDI==========>26,26%			16,44
				Total com BDI			79,06
Compos	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4262	SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	UN	508.000,00	0,0000019	0,97
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0515858	0,03
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0515858	0,00
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000032	1,34
							2,34
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	H	10,30	0,0188734	0,19
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0335538	0,35
							0,54
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,5699697	2,67
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000032	0,14
							2,81
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0515858	0,04
							0,04
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0515858	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0515858	0,19
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0515858	0,03
							0,22
			Totais	Total Sem LS			5,96
				LS Horista=======>76,50%			0,41
				Total Sem BDI			6,36
				BDI==========>26,25%			1,67
				Total com BDI			8,03
Compos	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000011	0,46
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0119401	0,01
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0119401	0,00
							0,47
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0116505	0,12
							0,12
Material							

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000011	0,05
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,88	0,1955351	0,92
							0,96
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0119401	0,01
							0,01
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0119401	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0119401	0,04
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0119401	0,01
							0,05
			Totais	Total Sem LS			1,61
				LS Horista======>76,50%			0,09
				Total Sem BDI			1,70
				BDI=========>26,25%			0,45
				Total com BDI			2,15
Compos	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	0,3970425	0,40
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	0,3970425	0,16
Insumo	43489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,95	0,3799067	0,36
Insumo	43465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,58	0,3799067	0,22
							1,15
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,4031708	2,28
Insumo	4750	SINAPI	PEDREIRO	H	9,13	0,3857705	3,52
							5,80
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	100,00	0,0091378	0,91
Insumo	4059	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRÉ-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	M	22,69	1,005	22,80
Insumo	1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	0,73	0,965683	0,70
							24,42
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,7769493	0,55
							0,55
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,7769493	0,05
							0,05
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,7769493	2,88
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,7769493	0,43
							3,31
			Totais	Total Sem LS			35,28
				LS Horista======>76,50%			4,44
				Total Sem BDI			39,71
				BDI=========>26,26%			10,43
				Total com BDI			50,14
Compos	101169	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_06/2020	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	10646	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO, ACO LISO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 8,1 T, IMPACTO DINAMICO 16,15/9,5 T, LARGURA TRABALHO 1,68 M	UN	390.536,65	0,0000084	3,28
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,2035618	0,13
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,2035618	0,00
Insumo	10535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	UN	4.500,00	0,0000059	0,03
Insumo	43489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,95	0,3906044	0,37
Insumo	43465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,58	0,3906044	0,23
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	0,3906044	0,39
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	0,3906044	0,16
							4,58
Mão de Obra							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	4238	SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	H	10,30	0,1347787	1,39
Insumo	37666	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR	H	9,13	0,0701734	0,64
Insumo	4759	SINAPI	CALCETEIRO	H	9,13	0,3941715	3,60
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,3968691	2,24
							7,87
Material							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	367	SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	100,00	0,114	11,40
Insumo	4385	SINAPI	PARALELEPIPEDO GRANITICO OU BASALTICO, PARA PAVIMENTACAO, SEM FRETE (VARIACAO REGIONAL DE PECAS POR M2)	MIL	600,40	0,033	19,81
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,029575	0,14
Insumo	370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	100,00	0,0218059	2,18
Insumo	1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	0,73	9,8574971	7,20
Insumo	2705	SINAPI	ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	KW/H	0,90	0,0203794	0,02
							40,75
Serviços							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,9847707	0,70
							0,70
Taxas							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,9847707	0,06
							0,06
Outros							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,9847707	3,65
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,9847707	0,54
							4,20
			Totais	**Total Sem LS**			**58,16**
				LS Horista=======>76,50%			**6,02**
				Total Sem BDI			**64,18**
				BDI=============>26,26%			**16,85**
				Total com BDI			**81,03**
Composi	**100974**	**SINAPI**	**CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020**	**m³**			
Equipamento							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	4262	SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	UN	508.000,00	0,0000019	0,97
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0515858	0,03
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0515858	0,00
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000032	1,34
							2,34
Mão de Obra							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	4248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	H	10,30	0,0188734	0,19
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0335538	0,35
							0,54
Material							

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,5699687	2,67
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000032	0,14
							2,81
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0515858	0,04
							0,04
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0515858	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0515858	0,19
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0515858	0,03
							0,22
Totais				Total Sem LS			5,95
				LS Horista=======>76,50%			0,41
				Total Sem BDI			6,36
				BDI=========>26,26%			1,67
				Total com BDI			8,03
Composi	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000011	0,46
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,83	0,0119401	0,01
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0119401	0,00
							0,47
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0116505	0,12
							0,12
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000011	0,05
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,1955351	0,92
							0,96
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0119401	0,01
							0,01
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0119401	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0119401	0,04
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0119401	0,01
							0,05
Totais				Total Sem LS			1,61
				LS Horista=======>76,50%			0,09
				Total Sem BDI			1,70
				BDI=========>26,26%			0,45
				Total com BDI			2,15
Composi	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,6 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4262	SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,6 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	UN	508.000,00	0,0000019	0,97
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0515858	0,03
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0515858	0,00

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Municipio de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000032	1,34
							2,34
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4248	SINAPI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	H	10,30	0,0188734	0,19
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0335538	0,35
							0,54
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,5899697	2,67
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000032	0,14
							2,81
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0515858	0,04
							0,04
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0515858	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0515858	0,19
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0515858	0,03
							0,22
Totais				Total Sem LS			5,85
				LS Horista=======>76,50%			0,41
				Total Sem BDI			6,26
				BDI=============>26,26%			1,67
				Total com BDI			8,03
Composi	95875	SINAPI	**TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020**	M3XKM			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000011	0,46
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,83	0,0119401	0,01
Insumo	43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0119401	0,00
							0,47
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0116505	0,12
							0,12
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000011	0,05
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,1955351	0,92
							0,96
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0119401	0,01
							0,01
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0119401	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0119401	0,04
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0119401	0,01
							0,05
Totais				Total Sem LS			1,61
				LS Horista=======>76,50%			0,09
				Total Sem BDI			1,70
				BDI=============>26,26%			0,45
				Total com BDI			2,15

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Composi	93590	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37747	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 230 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	UN	418.296,94	0,0000004	0,17
Insumo	43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,63	0,0048249	0,00
Insumo	43484	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01	0,0048249	0,00
							0,17
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	20020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE	H	10,30	0,0048544	0,05
							0,05
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	UN	44.403,67	0,0000004	0,02
Insumo	4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	4,68	0,0793961	0,37
							0,39
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,0048249	0,00
							0,00
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,0048249	0,00
							0,00
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,0048249	0,02
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,0048249	0,00
							0,02
			Totais	Total Sem LS			0,63
				LS Horista=======>76,50%			0,04
				Total Sem BDI			0,67
				BDI==========>26,28%			0,18
				Total com BDI			0,85
Composi	11472	ORSE	Regularização manual e compactão com placa vibratória	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	2711	SINAPI	CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA	UN	186,05	0,0000729	0,01
Insumo	12892	SINAPI	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	11,70	0,000838	0,01
Insumo	2459	ORSE	Caminhao tanque 6000 l (m. benz - ATEGO 1418/42 - 136,0 hp ou equivalente)	h	69,19	0,0090082	0,62
Insumo	2461	ORSE	Aluguel de compactador placa 415 kg (dynapac - cm 20 diesel - 6,0 hp)	h	2,74	0,0009008	0,00
							0,65
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,3645018	2,06
							2,06
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	14,00	0,0370889	0,52
Insumo	941	ORSE	Fardamanto com mangas curta	un	154,00	0,0005465	0,08
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	pr	5,91	0,0002915	0,00
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	un	4,00	0,0342835	0,14
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10" Talhadeira chara 10"	un	13,85	0,0001093	0,00
Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	27,50	0,0000364	0,00
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	un	140,00	0,0016395	0,23
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	un	4,90	0,0016395	0,01
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	35,90	0,0006558	0,02
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	un	17,29	0,0000729	0,00
Insumo	12893	SINAPI	BOTA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE ACO E COLARINHO ACOLCHOADO	PAR	82,40	0,0002915	0,02
Insumo	12894	SINAPI	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIESTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UN	16,90	0,0000729	0,00
Insumo	12895	SINAPI	CAPACETE DE SEGURANCA ABA FRONTAL COM SUSPENSAO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UN	13,00	0,0002186	0,00
							1,03
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	12,54	0,0016395	0,02
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	300,00	0,0001457	0,04
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	5,00	0,0370889	0,19
							0,25

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Totais				Total Sem LS			3,99
				LS Horista=======>76,50%			1,58
				Total Sem BDI			5,56
				BDI=========>26,28%			1,46
				Total com BDI			7,02
Composi	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	43483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,05	2,2552354	2,37
Insumo	43459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,38	2,2552354	0,86
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	2,5151473	2,54
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	2,5151473	1,03
Insumo	43469	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,95	0,2599119	0,25
Insumo	43465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,58	0,2599119	0,15
							7,19
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	1213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	H	9,13	2,2735391	20,76
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	2,5529135	14,42
Insumo	4750	SINAPI	PEDREIRO	H	9,13	0,2636146	2,41
							37,59
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	34492	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	m³	341,91	1,213	414,74
Insumo	4460	SINAPI	SARRAFO NAO APARELHADO "2,5 X 10" CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	11,35	2,5	28,38
Insumo	4517	SINAPI	SARRAFO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	3,01	2	6,02
							449,13
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	5,0302947	3,57
							3,57
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	5,0302947	0,30
							0,30
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	5,0302947	18,66
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	5,0302947	2,77
							21,43
Totais				Total Sem LS			519,22
				LS Horista=======>76,50%			28,76
				Total Sem BDI			547,97
				BDI=========>26,26%			143,90
				Total com BDI			691,87
Composi	9418	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-II, rejuntado, exclusive regularização de base	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	2711	SINAPI	CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA	UN	186,05	0,00024	0,04
Insumo	12892	SINAPI	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO "7" CM)	PAR	11,70	0,0039099	0,05
							0,09
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	1,1994712	6,78
Insumo	4750	SINAPI	PEDREIRO	H	9,13	0,4994797	4,56
							11,34

CNPJ: 31.325.459/0001-24
Praça do comércio, 1 andar CEP 48800-000 - Pedra vermelha monte santo Bahia
Telefone 75 99915.1765 / E-mail - maiempreendimentosms@outlook.com

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Material							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	2540	ORSE	Rejunte colorido flexivel para revestimentos cerâmicos	kg	3,50	0,52	1,82
Insumo	2684	ORSE	Argamassa industrializeda Votomassa AC-II, ou similar	kg	1,09	4	4,36
Insumo	9758	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, dim 25x25 cm - para deficiente visual	m²	47,08	1,05	49,43
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	14,00	0,1730578	2,42
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	un	154,00	0,00255	0,39
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	pr	5,91	0,00136	0,01
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	un	4,00	0,1456181	0,58
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10" Talhadeira chara 10"	un	13,85	0,00036	0,00
Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	27,50	0,00012	0,00
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	un	140,00	0,0076499	1,07
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	un	4,90	0,0076499	0,04
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	35,90	0,00306	0,11
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	un	17,29	0,00024	0,00
Insumo	12893	SINAPI	BOTA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE ACO E COLARINHO ACOLCHOADO	PAR	62,40	0,00136	0,08
Insumo	12894	SINAPI	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIESTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UN	16,90	0,00034	0,01
Insumo	12895	SINAPI	CAPACETE DE SEGURANCA ABA FRONTAL COM SUSPENSAO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UN	13,00	0,00102	0,01
[illegible]umo	4174	ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	un	10,80	0,00025	0,00
Insumo	4722	ORSE	Colher de pedreiro	un	18,59	0,0002	0,00
Insumo	10282	ORSE	Regua de aluminio c/ 2,00m (para pedreiro)	un	16,70	0,0001	0,00
Insumo	10790	ORSE	Prumo de face	un	21,00	0,00005	0,00
Insumo	10789	ORSE	Nivel de bolha de madeira	un	15,90	0,0001	0,00
Insumo	11243	ORSE	Martelo sem unha	un	16,55	0,00005	0,00
Insumo	11245	ORSE	Desempoladeira de madeira 12x22	un	11,26	0,00035	0,00
Insumo	11246	ORSE	Escala métrica de bambú	Un	9,05	0,00035	0,00
Insumo	11265	ORSE	Martelo de borracha com cabo	un	11,50	0,0002	0,00
Insumo	11247	ORSE	Serra mármore Serra marmore	un	272,97	0,00005	0,01
Insumo	11264	ORSE	Marreta de 1/2 kg com cabo	un	13,52	0,0001	0,00
							60,39
Serviços							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	12,54	0,0076499	0,10
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	300,00	0,00068	0,20
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	5,00	0,1730578	0,87
							1,17
			Totais	**Total Sem LS**			**72,88**
				LS Horista=======>76,50%			**8,67**
				Total Sem BDI			**81,66**
				BDI=============>26,26%			**21,44**
				Total com BDI			**103,10**
Composi	**73916/002**	**SINAPI**	**PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X26CM**	**UN**			
Equipamento							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	0,4000712	0,40
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	0,4000712	0,16
							0,57
Mão de Obra							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,4053097	2,29
							2,29
Material							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	11950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	0,20	4	0,80
Insumo	13521	SINAPI	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, "45 CM X 20" CM	UN	99,63	1	99,63
							100,43
Serviços							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,4000712	0,28
							0,28
Taxas							
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Und**	**Valor Unit**	**Coeficiente**	**Total**
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,4000712	0,02
							0,02

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,4000712	1,48
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,4000712	0,22
							1,70
Totais				Total Sem LS			105,30
				LS Horista======>76,50%			1,75
				Total Sem BDI			107,05
				BDI==========>26,28%			28,11
				Total com BDI			135,16
Compos	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,01	0,1150433	0,12
Insumo	43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,41	0,1150433	0,05
Insumo	43490	SINAPI	EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,33	0,2607983	0,35
Insumo	43466	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,27	0,2607983	0,33
							0,84
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,1165556	0,66
Insumo	4783	SINAPI	PINTOR	H	9,13	0,2630295	2,40
							3,06
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	12815	SINAPI	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN	8,08	0,01	0,08
Insumo	6085	SINAPI	SELADOR ACRILICO PAREDES INTERNAS/EXTERNAS	L	6,67	0,16	1,07
Insumo	7348	SINAPI	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	12,95	0,427	5,53
							6,68
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,71	0,3758416	0,27
							0,27
Taxas							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,06	0,3758416	0,02
							0,02
Outros							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	3,71	0,3758416	1,39
Insumo	37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	0,55	0,3758416	0,21
							1,60
Totais				Total Sem LS			12,47
				LS Horista======>76,50%			2,34
				Total Sem BDI			14,81
				BDI==========>26,26%			3,89
				Total com BDI			18,70
Compos	12690	ORSE	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal, (parada obrigatória), padrão dnit, em chapa de aço nº 18, tratada, revestida em película totalmente refletiva, incluso barrote para fixação - fornecimento e instalação	un			
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	13459	ORSE	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal (parada obrigatória), padrão dnit, em chapa de aço nº 18, tratada, revestida com película totalmente refletiva, incluso barrote para fixação - fornecimento e instalação	un	248,26	1	248,26
							248,26
Totais				Total Sem LS			248,26
				LS Horista======>76,50%			-
				Total Sem BDI			248,26
				BDI==========>26,26%			65,19
				Total com BDI			313,45

CNPJ: 31.325.469/0001-24
Praça do comercio, 1 andar, CEP 48800-000 - Pedra vermelha morro santo Bahia
Telefone: 75.99915.1765 / E-mail - maempreendimentosms@outlook.com

000727

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

Composições de Preço Unitário

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Composi	6191	ORSE	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	m²			
Equipamento							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	2450	ORSE	Caminhão basc 15,0t/10,0m3 (m. benz lk 1418 -170,0kw ou equivalente)	h	62,50	0,0002501	0,02
Insumo	2711	SINAPI	CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA	UN	186,05	0,000006	0,00
Insumo	12892	SINAPI	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	11,70	0,000069	0,00
							0,02
Mão de Obra							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	6111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	5,65	0,0287186	0,16
							0,16
Material							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	14,00	0,003049	0,04
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	un	154,00	0,000045	0,01
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	pr	5,91	0,000024	0,00
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	un	4,00	0,0028185	0,01
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10" Talhadeira chara 10"	un	13,85	0,000009	0,00
Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	27,50	0,000003	0,00
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	un	140,00	0,0001349	0,02
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	un	4,90	0,0001349	0,00
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	35,90	0,0000539	0,00
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	un	17,29	0,000006	0,00
Insumo	12893	SINAPI	BOTA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE ACO E COLARINHO ACOLCHOADO	PAR	62,40	0,000024	0,00
Insumo	12894	SINAPI	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIESTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UN	16,90	0,000006	0,00
Insumo	12895	SINAPI	CAPACETE DE SEGURANCA ABA FRONTAL COM SUSPENSAO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UN	13,00	0,000018	0,00
							0,08
Serviços							
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Valor Unit	Coeficiente	Total
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	12,54	0,0001349	0,00
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	300,00	0,000012	0,00
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	5,00	0,003049	0,02
							0,02
Totais				Total Sem LS			0,29
				LS Horista=======>76,50%			0,12
				Total Sem BDI			0,41
				BDI=========>26,26%			0,11
				Total com BDI			0,52

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF 320.684.148-60
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

M A
empreendimentos

000748

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA
REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

AMAURI DA SILVA CARVALHO, **RG:** 082.526.3034 **e CPF**: 320.684.148-80**, Residência: Rua do colégio, SN, Distrito Pedra Vermelha, Município de Monte Santo - BA** como representante devidamente constituído **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ: 31.325.469/0001-24** doravante denominado **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

☐ A proposta apresentada para participar da **TOMADA DE PREÇO 002/2022** foi elaborada de maneira independente pela empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ: 31.325.469/0001-24- Praça do Comércio, 1 Andar, CEP 48.800-000, Pedra Vermelha – Monte Santo - BA**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **TOMADA DE PREÇO 005/2022**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

☐ A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação **TOMADA DE PREÇO 005/2022** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **TOMADA DE PREÇO 005/2022**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

☐ Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **TOMADA DE PREÇO 005/2022** quanto a participar ou não da referida licitação;

☐ Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **TOMADA DE PREÇO 005/2022** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **TOMADA DE PREÇO 005/2022** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

☐ Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **TOMADA DE PREÇO 005/2022** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BA** antes da abertura oficial das propostas; e

☐ Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0022

MA empreendimentos

000749

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA
REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO SIMPLES NACIONAL

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ: 31.325.469/0001-24, Declarar por meio de seu representante legal, **DECLARA** que é optante pelo simples Nacional e as alíquotas de (ISS, PIS E COFINS) usada em sua composição do BDI está de acordo com a realidade atual da empresa para este certame e segue os cálculos para comprovação das alíquotas, conforme ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5o-C do art. 18 desta Lei Complementar:

O faturamento desta empresa nos Últimos 12 meses= **R$ 1.041.752,44 Logo essa empresa está na 4ª faixa de Tributação: 4ª Faixa===➔ De 720.000,01 a 1.800.000,00====➔ Alíquota= 14,00% ====➔ Valor a Deduzir (em R$) = 39.780,00.**

CALCULO DO ISS
1.042.752,44 **X** 14,00%= **145.845,34** ===➔ 145.845,34 – 39.780,00= **106.065,34** ===➔ 106.065,34 / 1.042.752,44 = **10,1814344298536%**===➔ 10,1814344298536% X 40%= **4,07%**
ISS= 4,07%

CALCULO DO COFINS
1.042.752,44 **X** 14,00%= **145.845,34** ===➔ 145.845,34 – 39.780,00= **106.065,34** ===➔ 106.065,34 / 1.042.752,44 = **10,1814344298536%**===➔ 10,1814344298536% X 18,90%= **1,92%**
COFINS = 1,92%

CALCULO DO PIS
1.042.752,44 **X** 14,00%= **145.845,34** ===➔ 145.845,34 – 39.780,00= **106.065,34** ===➔ 106.065,34 / 1.042.752,44 = **10,1814344298536%**===➔ 10,1814344298536% X 4,10%= **0,42%**
PIS = 0,42%

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0023

empreendimentos

000750

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA
REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ: 31.325.469/0001-24 - Praça do Comércio, 1 Andar, CEP 48.800-000, Pedra Vermelha – Monte Santo - BA, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado. Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada. Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022.

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0021

empreendimentos

000751

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO - BAHIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DA SOCIEDADE EMPRESARIAL: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI			
C.N.P.J. N.º	31.325.469/0001-24		
ENDEREÇO	Avenida Desenbargador Salvio Martins, nª 11, centro, na cidade de monte santo/BA		
TELEFONE	(75) 99915-1765	**E-MAIL:**	maempreendimentosms@outlook.com

REPRESENTANTE LEGAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL			
NOME COMPLETO:	**AMAURI DA SILVA CARVALHO**		
RG N.º	**082.526.303-4**		
C.P.F. N.º	**320.684.148-80**		
PROFISSÃO	**Administrador**		
NACIONALIDADE:	**BRASILEIRO**	ESTADO CIVIL:	**SOLTEIRO**
Endereço Residencial:	**Rua do colégio, SN, Distrito Pedra Vermelha, Município de Monte Santo - BA**		

DADOS BANCÁRIOS			
NOME DO BANCO:	Banco do Brasil		
N.º DA AGÊNCIA:	4498-9		
N.º CONTA CORRENTE:	13.071-6		

Monte Santo - BA, 30 de Maio de 2022

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.325.469/0001-24
AMAURI DA SILVA CARVALHO
CPF: 320.684.148-80
RG: 082.526.3034
Sócio Administrador

0025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022.

Às 14hs (quatorze horas) do dia quinze de junho do ano de dois mil e vinte e dois (15/06/2022), a Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeada através do Decreto Municipal nº. 043, de 15 de junho de 2022, reuniu-se na sala de reunião, localizada na sede do Governo Municipal, sito na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Município de Sobradinho, Estado da Bahia, para dar continuidade ao julgamento da Tomada de Preço nº. 005/2025, cujo objeto é "**contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho**", conforme faz prova documentos acostados aos autos, tendo o seu início no dia 20/12/202, sendo suspenso os trabalhos em virtude da abertura de prazo para interposição de recurso em face a habilitação. Estando presente para análise de propostas de preços, a responsável técnica da Administração, a senhora Ana Clara Xavier de Souza. No ato de abertura da sessão, fora constatado pela CPL a ausência de todas as empresas interessadas. Após análise das propostas de preços, a responsável técnica da administração declara que "a empresa **CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA**, deixou de apresentar Composição de preços unitários, detalhamento de Benefícios e despesas indiretas - BDI , Planilha orçamentária comparativa. A proposta de preços da empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, foi apresentada em conformidade com o tanto exigido em Edital, sendo portanto classificada pela ***responsável técnica a senhora*** Ana Clara Xavier de Souza, presente na sessão. A empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI oferta o valor "GLOBAL"** correspondente a **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte e um mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)**, nos termos julgados (critério de julgamento: Menor preço global), conforme edital, estando o valor global apresentado menor que o valor GLOBAL estimado para a contratação, a saber: **R$ 732.794,23 (setecentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos).** Encerrada as fases de julgamento, a CPL declara **VENCEDORA** a empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI** do presente certame, no valor global correspondente a **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte e um mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).** Estando todas as Licitantes ausentes da presente sessão, a CPL determina a publicação do resultado dos trabalhos de hoje, sendo aberto o prazo de 05 (cindo) dias úteis a contar da data da lavratura da presente ata para a interposição de recurso (art. 109, I, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93). Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, §3º, Lei 8.666/93). Depois de resolvida todas as questões relativas à proposta de preços, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, seja adjudicado a proposta financeira da

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO – SOBRADINHO-BA

CNPJ. 16.444.804/0001-10

empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI** ao objeto licitado. Nada mais havendo a ser tratado, a CPL encerra a sessão, sendo lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da CPL a tudo presentes.

THACIANA C. SILVA MANGABEIRA
Presidente da CPL

CHARLTON EMANOEL N. SANTANA
Membro da CPL

NAZIRA DA SILVA OLIVEIRA MAURICIO
Membro da CPL

Ana Clara Xavier de Souza
Responsável técnico da PMS

IM
PUBLICA
EIRELI:2190420
3000182

DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Sobradinho - Bahia

ANO X - Edição Nº 2197
BAHIA - 15 de Junho de 2022 - Quarta-feira

Atos Administrativos

300754

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
PAD Nº. 072/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022
AVISO RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação – Decreto Municipal nº. 004, de 04 de janeiro de 2022, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 e nas disposições do Edital da Concorrência nº 005/2022, que tem como objeto "contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho, informa a todos os licitantes e a quem interessar possa, que após análise das propostas financeiras realizada pela responsável técnica da Administração, a senhora Ana Clara Xavier de Souza, onde desclassifica a proposta financeira da empresa CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA, decidiu declarar VENCEDORA a empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI,** no valor global de **R$ 721.223,50 (SETECENTOS E VINTE E UM MIL, DUZENTOS E VINTE E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, ficando aberto o prazo de 05 (cindo) dias úteis a contar da data da lavratura da presente ata para a interposição de recurso (art. 109, I, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93). Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, §3º, Lei 8.666/93). Sobradinho/BA, Thaciana Carla Silva Mangabeira – Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO

PAD nº. 098/2022. PP (SRP) nº. 020/2022. Objeto: Selecionar proposta para obtenção de Registro de Preços e eventual fornecimento **CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, EMBALADOS EM SACOS DE 25 KG,** para suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos deste Município. **Abertura:** 30/06/2022 às 10h00min. **Local para aquisição do edital:** Sede da Prefeitura, sito na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho-BA ou **através do site:** http://www.sobradinho.ba.gov.br/. Thaciana Carla Silva Mangabeira – Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTO SÉ

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços complementares especializados de apoio a saúde, visando atender as demandas da Secretaria de Saúde do Municipio de Sento Sé-Bahia. A Prefeitura Municipal de Sento Sé - BA ora denominada licitadora, através de seu Presidente, torna público a todos os interessados que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, que foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no site http://doem.org.br/ba/sentose, no dia 09 de Junho de 2022, Edição 1.044 - Ano 6, Página 3, no Jornal do Correio (JGC), no dia 09 de Junho de 2022, página nº 11, e no Diario Oficial da União (DOU), no dia 09 de Junho de 2022, Seção: 03, nº 109, página nº 263, com abertura marcada para o dia 22/06/2022 às 09:00 horas, fica ADIADA/PRORROGADA para o dia 04/07/2022 às 10:00horas. Motivado: Em razão das devidas retificações do edital. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações em horario de expediente das 07h00min às 13h00min.

Sento Sé/BA, 14 de Junho de 2022.
MANOEL PEDRO DOS SANTOS FILHO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOURADA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 3/2022

A Prefeitura Municipal de Serra Dourada/Ba, atraves da CPL, comunica a todos os interessados que realizará a seguinte Licitação: Tomada de Preço nº 003/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de obra e engenharia para Prestação de Serviços de pavimentação em Bloquetes Intertravados em Ruas e Praças deste Municipio, num total de 7.309,00 M² de área pavimentada, conforme Proposta de Convênio nº 302/2022 firmada entre a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), e este Município, conforme Edital e seus anexos. Abertura no dia 05.07.2022, as 09:00 horas. Os interessados poderão ler e obter o Edital e seus anexos, juntamente com o projeto básico, na sala de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Serra Dourada/Ba, e tambem na integra na página do Diário Oficial do Município no endereço eletrônico https://www.serradourada.ba.gov.br, Informações cpl.pmsd.ba@gmail.com - Gelson C. dos Santos - Presidente CPL/PMSD/BA.

Em, 15 de junho de 2022.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA PRETA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE-013/2022

O pregoeiro torna público que realizara licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº PE-013-2022, Processo Administrativo: 221/2022, Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de material permanente, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Municipio de Serra Preta/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. SESSÃO DE ABERTURA: às 14:00h dia 07/07/2022, no BLL www.bll.org.br Informações tel. (75) 3697-2154 Edital site do Município - http://pmserrapreta.transparenciaoficialba.com.br/ ou BLL - www.bll.org.br, ou na Prefeitura Municipal de Serra Preta - BA, na sala da CPL.

LUCAS SA ARAÚJO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2022

O Pregoeiro torna público aos interessados que realizará a licitação Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 026/2022 - Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Modo de Disputa: ABERTO e FECHADO - Objeto: Aquisição de veículos zero quilometro para diversas secretarias do Municipio Serrinha-BA. Sessão De Disputa De Preços: às 10:00h do dia 06/07/2022. Edital e publicações posteriores dos atos subsequentes e demais informações estarão à disposição, nos sites: https://www.serrinha.ba.gov.br, ou através do site da plataforma BLL: www.bllcompras.org.br - Informações: (75) 3261-8500 Suporte BLL nos telefones (46) 3520-2107 e 3520-2103.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2022 SRP

O Pregoeiro torna público aos interessados que realizará a licitação Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 027/2022 - Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE Modo de Disputa: ABERTO e FECHADO - Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos destinado a Secretaria de Cultura, Espore e Lazer. Sessão De Disputa De Preços: às 10:00h do dia 08/07/2022. Edital e publicações posteriores dos atos subsequentes e demais informações estarão à disposição, nos sites: https://www.serrinha.ba.gov.br, ou através do site da plataforma BLL: www.bllcompras.org.br - Informações: (75) 3261-8500 Suporte BLL nos telefones (46) 3520-2107 e 3520-2103.

EMERSON ROSA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2022 SRP

Processo Administrativo nº 5950/2022, Licitação nº 945313.

A Pregoeira e Equipe de Apoio do Município torna público a Licitação. Objeto será Registro de preço para futura e eventual aquisição de MOBILIÁRIO, ELETROELETÔNICOS E UTENSÍLIOS, visando mobiliar o Estadio Municipal Edgard Santos, o Ginasio Municipal Professor Paulo Gilberto, e as entidades esportivas da rede Pública Municipal de Simões Filho/Ba. Data: 01/07/2022, às 10h00min. Informações na sala da COPEL ou (71) 3296-8369. Aquisição do edital site: www.licitacoes-e.com.br.

ELZIANE BOAVENTURA DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO MATO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2022

O Prefeito do Município de Sitio do Mato-BA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, nos termos da Lei n.º 8.666/93, e na condição de autoridade competente, ADJUDICA E homologA para que produza seus efeitos juridicos legais o resultado da TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL NA SEDE DO MUNICÍPIO SÍTIO DO MATO-BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO CAR/AJU Nº 359/2022 EMPRESA VENCEDORA: ENGELIMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 07.152.223/0001-13. VALOR GLOBAL: R$ 1.646 846,90(um milhão e seiscentos e quarenta e seis mil e oitocentos e quarenta e seis reais e noventa centavos). Homologação na íntegra disponível nos autos do processo.

Sitio do Mato - BA, 13 de junho de 2022
CASSIO GUIMARÃES CURSINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2022

PAD Nº. 072/2022.A Comissão Permanente de Licitação - Decreto Municipal nº. 004, de 04 de janeiro de 2022, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 e nas disposições do Edital da Concorrência nº 005/2022, que tem como objeto "contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias públicas no Município de Sobradinho, informa a todos os licitantes e a quem interessar possa, que após analise das propostas financeiras realizada pela responsável tecnica da Administração, a senhora Ana Clara Xavier de Souza, onde desclassifica a proposta financeira da empresa CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA, decidiu declarar VENCEDORA a empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, no valor global de R$ 721.223,50 (SETECENTOS E VINTE E UM MIL, DUZENTOS E VINTE E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), ficando aberto o prazo de 05 (cindo) dias úteis a contar da data da lavratura da presente ata para a interposição de recurso (art. 109, I, alinea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93). interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, §3º, Lei 8.666/93)

Sobradinho/BA, 15 de junho de 2022
THACIANA CARLA SILVA MANGABEIRA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAÇU

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37P/2022

Modalidade de Licitação: Tomada de Preço Numero: TP002/2022. Objeto. Pavimentação em Paralelepipedo com Drenagem Superficial das Ruas do Bairro Clériston Andrade e Ruas do Bairro do Campo, na sede do municipio de Tanhaçu, conforme Termo de Convênio 308/2022 - CONDER. Contratante: Prefeitura Municipal de Tanhaçu Contratada: TECPLAN TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 09.206.625/0001-89. Valor Global: R$ 1.412.614,09 (um milhão e quatrocentos e doze mil e seiscentos e quatorze reais e nove centavos). Endereço: Rua Cel. Tiberio Meira, nº 206, sala 206, 2º andar, Centro, Brumado- BA CEP 46.100-000. Data da Assinatura: 15/06/2022 Validade: 15/12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOFILANDIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 2/2022

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Teofilândia - BA realizara licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO nº 002/2022SRP, em 01/07/2022 às 09h, em sua sede. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS na forma de CESTA BÁSICA, para atender as necessidades da Secretarias de Assistência Social deste Município. O Edital está disponivel no site www.teofilandia.ba.gov.br ou por e-mail licitacaoteofilandia@gmail.com ou na sede da Prefeitura, das 08h às 12h, na Pç José Luís Ramos, nº 84, centro, Tel: 75 3268/2150.

HIGO MOURA MEDEIROS
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍRA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2022

A Prefeitura de Ubaira-BA torna publico que realizará a tomada de preços n. 012/2022 de acordo com o Processo Administrativo 237/2022 Objeto. contratação de empresa de engenharia para execução de obras de intervenções de qualificação viária do perímetro urbano do municipio de Ubaira/BA - PROPOSTA Nº 31870/2021 / CV 913565 / OP 1077575-77. Sessão de abertura: 06/07/2022, às 09:00h.. A sessão será realizada na sede da Prefeitura Municipal de Ubaira, localizada à Praça dos Três Poderes, s/n, Centro, Ubaira BA. Maiores informações através do tel. (75) 3544-2134 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial (www.ubaira.ba.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Ubaira - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h

VITORIA CERQUEIRA PIRES
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUCA

AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 1/2022
Reedição

A Prefeitura Municipal Uruçuca, Estado da Bahia, torna público que estará contratando, mediante Credenciamento A Partir do dia 20/06/2022 ate o dia 05/07/2022, Chamamento Publico Destinado Ao Credenciamento de Pessoas Juridica (MEI) Para A Prestação de Serviços de Transporte Escolar do Tipo Terrestre, Em Atendimento às Necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Aos Alunos Matriculados Na Rede de Ensino Público de Uruçuca - BA., Com Condutor Habilitado. O Edital estará a disposição na Sede do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Uruçuca, sito à Rua P, S/N - Bairro Everaldo Argolo Góes - CEP. 45680-000 - Uruçuca, Bahia, Tel. (073) 3239-2307, ou através do e-mail: licitacaourucuca@gmail.com.

DIRCE SANTANA DE LIMA
Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022-SRP

Tipo: Menor Preço Por Lote; Abertura: Dia 05 de julho de 2022, na sede da Prefeitura, às 09h00min, Objeto: registro de preços para eventuais aquisições de material de informática para manutenção das secretarias municipais de Várzea Nova. Os interessados terão acesso ao instrumento convocatório e informações adicionais no Setor de Licitações, com sede na Praça José Araújo Silva, s/n, Cep - 44.690-000, Várzea Nova - Bahia ou no portal do município através do link https://www.varzeanova.ba.gov.br/.

Várzea Nova - BA, 15 de maio de 2022.
OELLEON ZACARIAS MONTENEGRO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 331/2022

Licitação: PE nº 008/2022. Vigência: 14/06/2023. Contratante: Prefeitura Municipal de Várzea da Roça - CNPJ: 13.896.758/0001-00. MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA. CNPJ: 27.284.516/0001-61 situada na Avenida Tancredo Neves, 450, Edifício Suarez Trade sala 2502, Caminho das Árvores, Salvador - Bahia. Objeto: contratação de empresa para fornecimento/prestação de serviços de cartão combustível com microchip, destinado ao abastecimento de combustiveis da frota de veículos para atender o Municipio de Várzea da Roça - Bahia, taxa administrativa 0,01% Várzea da Roça/Bahia, 14 de Junho de 2022 Danilo Santos Sales Rios - Prefeito Municipal.

000756

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022

ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, considerando o resultado do julgamento da Tomada de Preços Nº 005/2022, objetivando a "**contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho**", resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação a proposta financeira da empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **31.325.469/0001-24**, no seguinte valor global **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte e um mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).**

Sobradinho – BA, 23 de junho de 2022.

Thaciana Carla Silva Mangabeira
Presidente da CPL

Charlton Emanoel Nogueira Santana
Membro da CPL

Nazira da Silva Oliveira Mauricio
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA, S/Nº, CENTRO - SOBRADINHO-BA
CNPJ. 16.444.804/0001-10

HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

Processo Administrativo nº 072/2022

O MUNÍCIPIO DE SOBRADINHO, Estado da Bahia, por meu intermédio, autorizou a abertura do procedimento de licitação, a cargo da Presidente da CPL, constituída em conformidade com as leis municipais, com respaldo na Lei de Licitações e Contratos Administrativos de nº 8.666/93 e com as alterações introduzidas pelos demais dispositivos legais, levado a efeito através da **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022**, que objetiva a "Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho/BA".

Tendo em vista o disposto nas Atas Circunstanciadas das sessões públicas de julgamento acostada ao presente processo, onde afirma que o mesmo está em total conformidade com os ditames legais pertinentes (Lei nº 8.666/93 e alterações), bem como em virtude do que restou comprovado através da documentação acostada ao processo, **HOMOLOGO a Presente licitação**, e assim o faço operando com lastro na lei dantes invocada e nas demais disposições correlatas à espécie aplicadas, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Dessa Forma, autorizo à Secretaria de Fazenda e Administração a adotar os procedimentos legais para a contratação da empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **31.325.469/0001-24**, vencedora da licitação, respeitando-se as normas do Edital e da lei.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Publique-se, registre-se, e intime-se, com o cumprimento das formalidades legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sobradinho (BA), 23 de junho de 2022.

Regis Cleivys Sampaio Bento
Prefeito Municipal

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

Termo de Contrato de execução de obras que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA** e a Empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**.

CONTRATO Nº 121/2022

O **MUNICÍPIO DE SOBRADINHO- BA,** entidade jurídica de direito público interno, com sede na Av. José Balbino de Souza, s/nº, Centro, Sobradinho/BA – CEP nº. 48.925-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 16.444.804/0001-10, representada pelo Prefeito, Sr. **REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 002.905.395-10 e portador do RG nº 866398970 SSP/BA, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Avenida Desembargador Salvio Martins, nº 11, Centro, Monte Santo – BA, CEP?: 48.800-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 31.325.469/0001-24, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contratação de execução de serviços, devidamente autorizado mediante TOMADA DE PREÇO nº **005/2022** e Processo Administrativo nº **072/2022**, Tipo Menor Preço por empreitada Global, que se regerá pela com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1. O contrato tem por objeto a **contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias publicas no Município de Sobradinho.**

1.1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico, Edital da **TOMADA DE PREÇO nº 005/2022**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

1.1.3. Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obra será realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A obra será executada no município de Sobradinho- BA.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses, tendo início a partir da data de

emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente. Esse prazo poderá ser estendido durante toda a vigência do contrato.

3.2. A execução contratual obedecerá ao cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

4.1.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

4.1.2. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

4.1.3. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Básico, nos termo do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.3.1. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

4.1.4. Assegurar à CONTRATANTE:

4.1.4.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

4.1.4.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4.1.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

4.1.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.7. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

4.1.8. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.1.9. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as

informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

4.1.10. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

4.1.11. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

4.1.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

4.1.14. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.15. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.16. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

4.1.17. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

4.1.18. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

4.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

4.1.20. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

4.1.21. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

4.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

4.1.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

4.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.1.25. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
4.1.26. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
4.1.27. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;
4.1.28. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou neste contrato;
4.1.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
4.1.30. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;
4.1.31. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;
4.1.32. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
4.1.33. A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico e seus anexos.
5.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
6.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;

7.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

7.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

7.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

8.1. O valor do contrato é de **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos)**.

8.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **05% (Cinco por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **05 (cinco)** dias a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b. Seguro-garantia; ou

003765

c. Fiança bancária.

9.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

9.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na conta corrente nº. 13.071-6, agência 4498-9, Banco do Brasil – cidade Monte Santo - BA, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

9.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do Contrato será de **05 meses**, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis,

contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

11.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

11.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

11.2.1.4. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.2.2. A CONTRATANTE terá o prazo de **15 (Quinze) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

11.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

11.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

11.2.3. Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

11.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

11.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

11.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a

CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

11.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

12.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

12.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

12.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as

reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

12.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

12.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PREÇOS

13.1.1. Os preços serão reajustados anualmente com base no INCC, ou outro índice que o venha a substituir, podendo, entretanto, serem repactuados, a qualquer tempo, conforme acordo entre as partes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 2 – Prefeitura Municipal de Sobradinho
Unidade Orçamentária: 02.10.000 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Programa Atividade: 1.026 – Const., Manut., e Rec. de Praças, Paviment., Ciclovias e Bens de uso comum
Elemento de Despesa: 4.4.9.0.51.00 – Obras e instalações
Fonte: 00/42/24

14.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei n° 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

15.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

15.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

16.2. As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, III, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.3. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, IV, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.3.1. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite de proporcionalidade acima fixado, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo (artigo 125, § 6°, VI, da Lei n° 12.465, de 2011).

16.4. Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **30 (trinta) dias.**

17.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de até **02% (dois por cento)** sobre o valor total da contratação;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Sobradinho-BA pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n° 8.666, de 1993:

I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da

conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV. o atraso injustificado no início do serviço;

V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

18.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

18.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

18.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
18.5.1. devolução da garantia;
18.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
18.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
18.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
18.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
18.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
18.7.3. Indenizações e multas.

19. [redacted]
19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações da Lei complementar 147/2014, e na Lei nº 8.666, de 1993.

20. [redacted]
20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

21. [redacted]
21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Sobradinho, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.
21.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Sobradinho - BA, 23 de Junho de 2022.

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO - BA
REGIS CLEIVYS SAMPAIO BENTO - PREFEITO MUNICIPAL

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Sobradinho

Amauri da Silva Carvalho

M A EMPREENDIMENTOS EIRELI
Amauri da Silva Carvalho
CONTRATADA

Testemunhas:

1- _____;
Nome:
CPF/MF nº 020 907.355-11
2- Jana Andressa Oliveira Sampaio
Nome:
CPF/MF nº. 020.849.075-80

000772

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PAD nº. 072/2022 – TP nº. 005/2022. Fica adjudicado o objeto: "**contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho**, a empresa **M A EMPREENDIMENTOS EIRELI**, CNPJ/MF sob o nº. 31.325.469/0001-24, no valor global de **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos). Adjudicado em:** 23/06/2022, Thaciana Carla Silva Mangabeira, Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PAD nº. 072/2022 - TP nº. 005/2022. Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho. Vencedora: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ/MF sob o nº. 31.325.469/0001-24, no valor global de **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos). Homologado em:** 23/06/2022. Régis Cleivys Sampaio Bento – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 121/2022

Contrato nº 121/2022. **Proc. Adm.** nº. 072/2022. **TP nº.** 005/2022. **CONTRATANTE:** Município de Sobradinho/BA. **CONTRATADA: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI,** CNPJ/MF sob o nº. 31.325.469/0001-24, no valor global de **R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos). ASSINATURA:** 23/06/2022. **OBJETO: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no Município de Sobradinho,. PRAZO DE VIGÊNCIA:** 5 meses.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇOS

Ordem de Serviços nº 010/2022, Carta Convite nº 004/2022, Contrato nº 150/2022, Objeto: Contratação de empresa para pavimentação em paralelepipedo de ruas da comunidade de Riacho da Onça, convênio nº 558/2022 - CONDER, Contratante: Município de Monte Santo - CNPJ nº 13.698.766/0001-33, Contratado: Danilo Jesus De Sousa Eireli - CNPJ nº 37.879.759/0001-04, Valor: R$ 215.792,44 (Duzentos e quinze mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos), Vigência: 04 (quatro) meses, Assinatura: 15/06/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2022

O Pregoeiro do Município de Riachão das Neves - BA comunica que realizará PP nº 24/2022, Proc. Administrativo nº 87/2022, no dia 08/07/2022, ás 08:00hs, Objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de salgados sortidos para Buffet e Pão Francês para suprir os eventos das Secretarias deste Municipio, Creche e Hospital Municipal, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais deste Município. Este Edital estará à disposição a partir desta publicação, e poderá ser adquirido a qualquer horário no portal da transparência do Município no seguinte endereço eletrônico: http://portaldatransparencia.riachaodasneves.ba.gov.br, maiores informações no endereço: Praça Municipal, 27 - Centro - Riachão das Neves - Bahia. CEP - 47.970-000 das 07:30min. às 13:30min., e-mail: rmlicita@hotmail.com e Tel : 77 - 3624.2136/2233.

Riachão das Neves - BA, 21 de junho de 2022.
FELIPE SMITH S. CRISÓSTOMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO PIRES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2022

Torna público que no dia 12 de julho de 2022, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), na sede da Prefeitura Municipal, serão recebidas as propostas relativas ao Edital do Pregão Presencial nº 009/2022, tendo como objetivo: Contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços bancários na operacionalização da folha de pagamento, bem como processamento e gerenciamento de créditos dos agentes públicos e servidores públicos em geral do Município de Rio do Pires - BA. Para maiores informações: Contatos:77 36932127/36932053/36932049, email: prefeituraderiodopires2017@hotmail.com e WWW.riodopires.ba.gov.br.

Rio do Pires/BA, 22 de junho de 2022.
ANTONIO MATTEUS MARTINS BRAGA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 008/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia na reforma do Estádio de Futebol localizado no Município de Santanópolis - BA, conforme descrito no Projeto Básico e Planilhas anexas a esse Edital. CONTRATADO: LM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CNPJ: 37.452.815/0001-11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade: 17001 - Sec. Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos. Projeto/Atividade: 1021 - Investimentos das Ações de Serviços Públicos. Elemento: Despesas 449051 - Obras e Instalações. Fonte: 00 e 24. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses. VALOR: R$ 1.190.557,25 (um milhão cento e noventa mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 22/06/2022.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 009/2022
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra para Recuperação de estradas vicinais no município de Santanópolis/BA, através de convênio nº 922372/2022 firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Santanopolis-BA, conforme descrito nos Projetos Básicos e Planilhas anexas a esse Edital. CONTRATADO: TEKTON CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 05.958.198/0001-34. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1021 - 449051 - Fonte: 00 e 24 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses. VALOR: R$ 1.284.050,40 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil cinquenta reais e quarenta centavos). DATA DA ASSINATURA: Santanópolis-BA, 22 de Junho de 2022. Gilson Cerqueira Almeida - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA FINANCEIRA TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 543/2022

O Município de São Gabriel-BA, faz saber que após finalizada a fase de habilitação da licitação na modalidade Tomada de Preços sob o n.º 0003/2022, que tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica na extensão de 1,30km da Rua Agripino Gonçalves, na localidade de Besouro, neste município de São Gabriel-BA, convoca os interessados para a abertura dos envelopes de proposta financeira no dia 29/06/2022 às 09:00hs (nove horas), na sala de Reuniões A convocação encontra-se disponivel e publicada no Diário Oficial do Municipio no endereço eletrônico: http://www.dogedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario, ou solicitado pelo e-mail: compras.saogbriel@gmail.com. Para maiores informações, no horário das 08:00 as 12:00hs, no Setor de Licitações, situado na Praça Largo da Pátria, nº 132 - Centro - São Gabriel/BA.

LUCÉLIA RODRIGUES SILVA GOMES
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL AVISO DE JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 543/2022

O Município de São Gabriel-BA, faz saber que o resultado de julgamento dos documentos de habilitação da licitação na modalidade Tomada de Preços sob o n.º 0003/2022, que tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica na extensão de 1,30km da Rua Agripino Gonçalves, na localidade de Besouro, neste município de São Gabriel-BA, encontra-se disponivel e publicado no Diário Oficial do Municipio no endereço eletrônico: http://www.dogedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario, ou solicitado pelo e-mail: compras.saogbriel@gmail.com. Para maiores informações, no horário das 08:00 as 12:00hs, no Setor de Licitações, situado na Praça Largo da Pátria, nº 132 - Centro - São Gabriel/BA.

LUCÉLIA RODRIGUES SILVA GOMES
Presidente da CPL

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL AVISO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 559/2022

O Município de São Gabriel/BA, faz saber que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 0018/2022, que tem por objeto a Aquisição de Sistema de Digitalização DR Com Estação Portátil e Impressora Dry Para Raio-X Digital, para uso no Hospital Municipal de São Gabriel/Ba, conforme condições, quantidades, caracteristicas e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Tipo: Menor Preço Por Item, foi declarada REVOGADA. O conteúdo da decisão encontra-se disponivel e publicado no Diário Oficial deste município, no endereço eletrônico: http://www.dogedsistemas.com.br/portalmunicipio/ba/pmsaogabriel/diario, ou no site www.licitacoes-e.com.br, nº 944200 ou solicitado pelo e-mail: compras.saogabriel@gmail.com Para maiores informações, no horário das 08h00min as 12h00min, no Setor de Licitações, situado na Praça Largo da Patria, nº 132, Centro, São Gabriel/BA

CLEVERSON G G OLIVEIRA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO 121/2022
Proc. Adm. nº 072/2022. TP nº. 005/2022. CONTRATANTE: Municipio de Sobradinho/BA. CONTRATADA: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, no valor global de R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos). ASSINATURA: 23/06/2022 OBJETO contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos a pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho. PRAZO DE VIGÊNCIA: 5 meses

EXTRATO DE CONTRATO 122/2022
Proc. Adm. nº. 078/2022. CONCORRENCIA nº 001/2022. CONTRATANTE: Municipio de Sobradinho/BA. CONTRATADA: CMS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES EIRELI, CNPJ/MF sob o nº. 18.927.816/0001-20, no valor global R$ 3.323.176,84 (Três milhões trezentos e vinte e três mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). ASSINATURA: 23/06/2022. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra, reforma e ampliação do mercado municipal de Sobradinho - BA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 meses.

AVISOS DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 1/2022

PAD nº. 078/2022 - Fica adjudicado o objeto: "Contratação de empresa de engenharia para execução de obra, reforma e ampliação do mercado municipal de Sobradinho - BA a empresa CMS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES EIRELI, CNPJ/MF sob o nº 18.927.816/0001-20, no valor global R$ 3.323.176,84 (Três milhões trezentos e vinte e três mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). Adjudicado em 23/06/2022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2022

PAD nº. 072/2022 - Fica adjudicado o objeto: "contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias públicas no Município de Sobradinho, a empresa M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, no valor global de R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos). Adjudicado em: 23/06/2022.

Sobradinho/BA, 23 de junho de 2022.
THACIANA CARLA SILVA MANGABEIRA
Presidente da CPL

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 1/2022

PAD nº. 078/2022 - Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra reforma e ampliação do mercado municipal de Sobradinho - BA. Vencedora CMS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES EIRELI, CNPJ/MF sob o nº 18.927.816/0001-20, no valor global de R$ 3.323.176,84 (Três milhões trezentos e vinte e três mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). Homologado em 23/06/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2022

PAD nº 072/2022 -. Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia relativos à pavimentação em paralelepipedo em vias publicas no Município de Sobradinho. Vencedora: M A EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ/MF sob o nº 31.325.469/0001-24, no valor global de R$ 721.223,50 (setecentos e vinte um mil duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos). Homologado em: 23/06/2022

Sobradinho/BA, 23 de junho de 2022.
RÉGIS CLEVIS SAMPAIO BENTO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2022

TOMADA DE PREÇO Nº0004TP/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0128/2022
A Prefeitura Municipal de Tanquinho, no uso de suas atribuições, torna publica a Contratação: Licitação: Processo Administrativo nº 0128/2022. Modalidade: Tomada de Preço nº 004TP/2022, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ORLANDO SILVA E REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE TANQUINHO/BA, CONFORME CONVENIO Nº 649/2022 - CONDER. Empresa vencedora: LM SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 37.452.815/0001-11 Vigência: até 23/12/2022. Contrato nº 069/2022. Data. 23/06/2022. Valor R$ 900.997,45 (Novecentos Mil Novecentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta e Cinco centavos). Dotações orçamentarias: 07.07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS- 1004 -CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS - 4.4.9.0.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES FONTE: 00.22. Fundamentação: Art. 61 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores Prefeito Municipal JOSÉ LUIZ DOS SANTOS REIS, Tanquinho/BA.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0128/2022
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICA a Tomada de preço Nº 004/2022, tendo como objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de revitalização da Praça Orlando Silva e reforma da quadra poliesportiva no município de Tanquinho/BA, conforme convenio nº 649/2022 - CONDER. Vencedora a empresa - LM SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI